Relatório e Contas 2014

Transportes de Lisboa

Relatório e Contas 2014

Transportes de Lisboa

Índice

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração 6

Análise do ano 2014 7

Empresas do Grupo ML 8

Indicadores chave 9

1. Desempenho 11

1.1. Marketing e comercial 11
1.2. Exploração operacional 15
1.3. Recursos humanos 16
1.4. Recursos materiais e tecnológicos 23
1.5. Expansão, modernização e reabilitação da rede 26
1.6. Relações internacionais 28
1.7. Qualidade do serviço 30

2. Gestão económica e financeira 34

2.1. Análise económica 34
2.2. Gestão financeira 37

3. Governo Societário 43

4. Cumprimento das orientações legais 46

5. Perspetivas para 2015 61

6. Proposta de aplicação de resultados 63

7. Demonstrações financeiras 64

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 68

Parecer do Conselho Fiscal 114

Certificação legal de contas 117

Siglas e Acrónimos 120

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Este relatório refere a atividade do METROPOLITANO DE LISBOA e os resultados obtidos no exercício de 2014.

O METROPOLITANO DE LISBOA, no quadro de uma administração comum à CARRIS, desenvolveu, em 2014, uma estratégia cujos resultados positivos têm sido reconhecidos, designadamente no tocante ao aumento dos níveis de eficiência da empresa, que a colocam num lugar destacado, em comparação com os demais operadores de transporte urbano que atuam nas várias cidades europeias.

Na generalidade, os principais objetivos definidos foram alcançados, conforme o relatório evidencia.

No exercício de 2014 foi possível continuar a integração operacional do METROPOLITANO DE LISBOA e da CARRIS, iniciada em 2012, bem como desenvolver as ações necessárias que permitam a abertura da gestão e das atuais concessões à iniciativa privada, o que levou à adoção de um conjunto diversificado de trabalhos técnicos e jurídicos, cujo resultado terá acrescida visibilidade no exercício de 2015.

Relevantes foram, também, as medidas para a integração dos grupos METROPOLITANO DE LISBOA e CARRIS, nomeadamente, ao nível da homogeneização dos procedimentos, tendo-se procurado identificar as melhores práticas de cada empresa, que, de seguida, foram transpostas para as restantes empresas de ambos os grupos.

No sentido da progressiva integração dos dois grupos empresariais e, atualmente, destas empresas com o novo grupo Transtejo no âmbito da nova empresa Transportes de Lisboa, estamos conscientes de que há muito trabalho a desenvolver para tornar a Empresa sustentável.

Assim, continuamos a otimizar a utilização dos recursos, quer externos, quer internos, procurando eliminar algumas ineficiências ainda existentes, bem como procurar a integração operacional plena.

Este é um processo complexo e exigente para o qual o Conselho de Administração está fortemente empenhado e motivado, apoiado neste desiderato por muitos colaboradores que sabemos disponíveis para participar nesta mudança.

O Conselho de Administração, nomeado para o triénio 2015-2017, está ciente de que todas as medidas que venham a ser adotadas visam alcançar a concretização da missão principal do METROPOLITANO DE LISBOA no sentido de assegurar a mobilidade dos seus clientes com sustentabilidade ambiental e económica.

As pessoas e a sua capacidade para, com ambição, trabalharem em equipa, têm sido o fator determinante para a construção de uma Empresa mais sustentável. Serão estas mesmas pessoas, com as suas capacidades, que, na sua grande maioria, irão construir o futuro das empresas do novo Grupo Transportes de Lisboa.

O Presidente do Conselho de Administração

Eng.º Rui Loureiro

Análise do ano 2014

- Enquadramento macroeconómico

O ano de 2014 foi marcado por uma recuperação continuada da confiança dos consumidores e no mercado de trabalho houve igualmente alguns sinais de melhoria do emprego.

No que respeitou ao investimento público, depois de uma queda cumulativa muito acentuada nos últimos anos, o ano de 2014 apresentou uma taxa de variação positiva.

Deu-se continuidade à missão de concretização dos objetivos definidos no PET e PETI 3+ - Plano Estratégico de Transportes, para o transporte urbano na Área Metropolitana de Lisboa.

Neste sentido, manteve-se a lógica de gestão integrada CARRIS|METROPOLITANO DE LISBOA, a consolidação e o desenvolvimento da qualidade do serviço de transporte público que é prestado em Lisboa, de modo a reforçar a complementaridade modal e a intermodalidade, tendo em vista a obtenção de importantes ganhos de eficiência e de produtividade.

No plano tarifário, foram concretizadas, durante o ano de 2014, medidas adicionais de reestruturação, que permitiram o aumento do preço dos passes intermodais e outros passes (navegante), com o consequente reflexo positivo nos proveitos tarifários, obtidos na Empresa.

Ao nível da procura, o ano de 2014 caracterizou-se pela inversão da tendência de decréscimo, verificado a partir do ano de 2011, tendo os passageiros transportados, apurados pelas validações, aumentado 2,25%.

Ao nível dos resultados no ML, verificou-se uma manutenção de um EBITDA positivo de 12,95 milhões de euros, que face a 2013 representa um agravamento de 11,68 milhões de euros.

No que respeita às indemnizações compensatórias, o montante recebido sem IVA ascendeu a 27.950.104 euros, menos 36,5% que no ano anterior.

Relativamente ao prazo médio de pagamentos, continuou-se a sua política de redução, passando de 34 dias para 17 dias.

Durante o ano de 2014, o ML e a CARRIS, mantiveram a partilha de meios humanos e materiais, a contratação partilhada do fornecimento de bens e serviços, maximizando assim o efeito de escala de gestão integrada.

Em termos de enquadramento de diplomas que regulamentam a atividade do ML destacam-se:

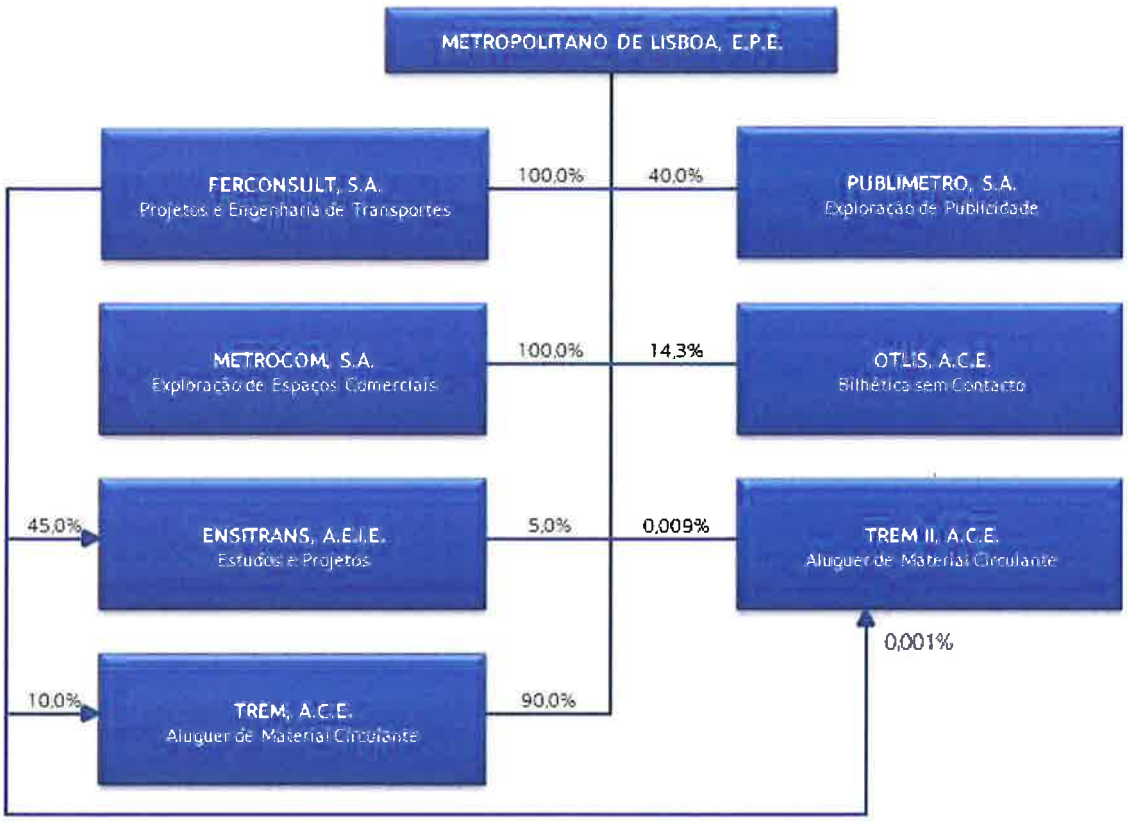
- O Decreto-Lei n.º 161/2014, de 29 de outubro estabelece o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos conselhos de administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A., da Transtejo - Transportes do Tejo, S.A., e da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de maio.
- O Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, abrangidos pela respetiva área correspondente ao nível III da Nomenclatura para Fins Territoriais e Estatísticos (NUTS), sem prejuízo da manutenção da concessão atribuída ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML, E.P.E.).

Em suma, pode-se concluir que o ML prosseguiu a sua responsabilidade enquanto agente económico e social no domínio da mobilidade urbana, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento e para a sustentabilidade da cidade de Lisboa e da sua área metropolitana.

Espera-se, que o próprio processo de integração operacional que prosseguirá e se consolidará em 2015, venha a resultar num acréscimo da eficiência e de produtividade com impactos positivos na diminuição dos custos operacionais e na melhoria do desempenho, de modo a beneficiar o cliente do transporte público.

Empresas do Grupo ML

As participações do ML, em 31 de dezembro de 2014, eram as seguintes:



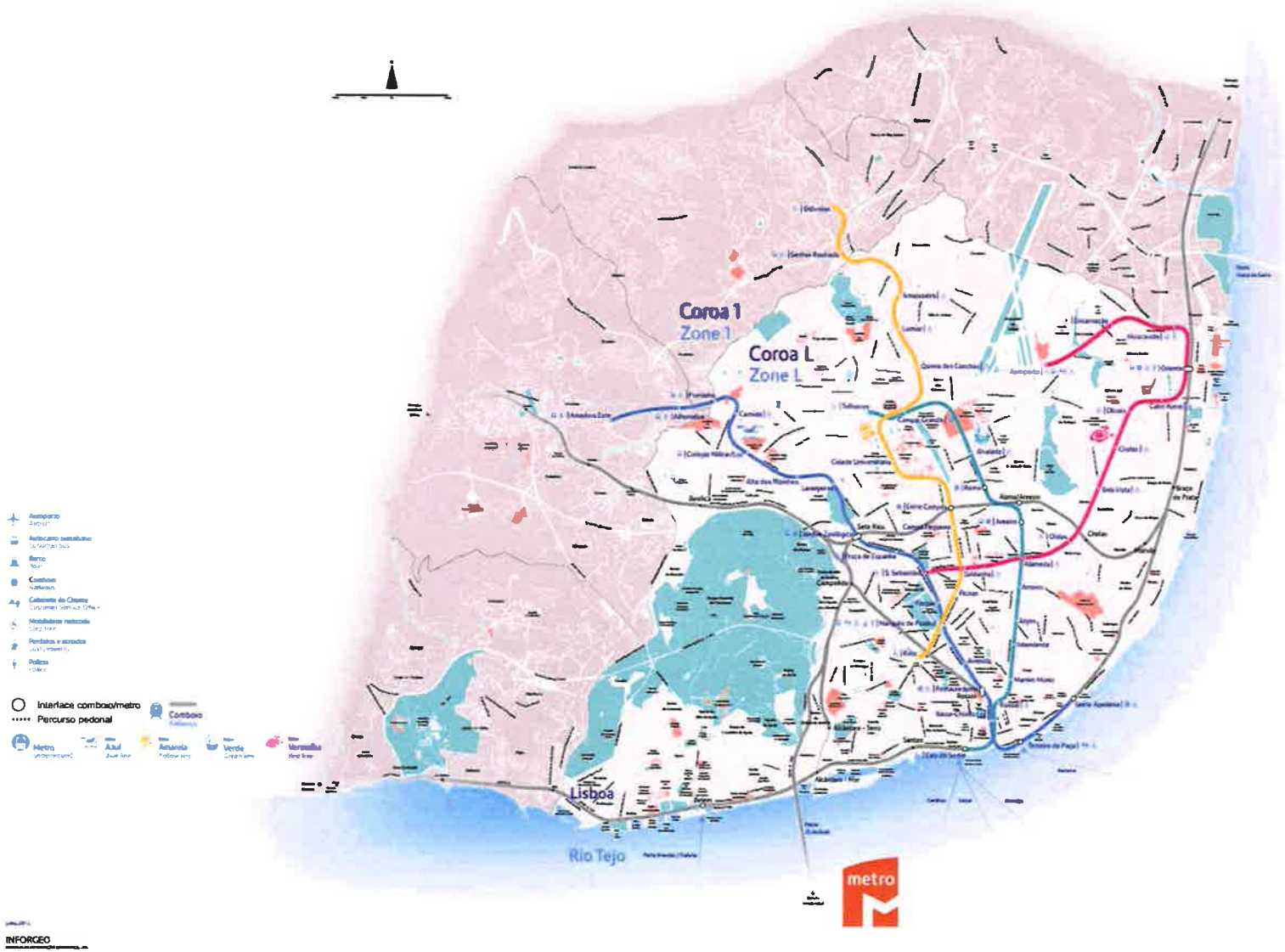
Indicadores chave

Indicadores		2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2014/ 2013
Procura							
Passageiros com título pago	10^3	170 858	164 845	141 382	129 625	129 815	0,15
Passageiros transportados	10^3	182 642	178 774	154 005	140 435	140 090	-0,25
Passageiros x km	10^3	865 521	857 101	745 589	678 528	675 173	-0,49
Oferta							
Carruagens x km	10^3	27 649	26 467	21 339	21 498	21 893	1,83
Lugares x km	10^6	3 511	3 361	2 730	2 752	2 802	1,83
Qualidade de serviço							
Regularidade	%	92,3	89,4	84,9	87,8	86,5	-1,48 p.p.
Ocorrências com atrasos ≥ 10 min.	n.º	147	202	245	185	222	20,00
MKBF	km	13 932	14 373	12 639	13 616	14 381	5,62
Disponibilidade das infraestruturas	%	n.d.	99,90	99,88	99,61	99,59	-0,02 p.p.
Frota							
ML 90	n.º	57	57	57	57	54	-5,26
ML 95	n.º	114	114	114	114	114	0,00
ML 97	n.º	54	54	54	54	54	0,00
ML 99	n.º	113	113	113	113	113	0,00
Total	**n.º**	**338**	**338**	**338**	**338**	**335**	**-0,89**
Recursos humanos							
Áreas operacionais	n.º	1 437	1 365	1 289	1 230	1 206	-1,95
Serviços corporativos	n.º	235	225	236	221	220	-0,45
Efetivo total	**n.º**	**1 672**	**1 590**	**1 525**	**1 451**	**1 426**	**-1,72**
Rendimentos e gastos							
Receitas de tráfego [1]	10^3 €	62 530	66 794	80 341	78 546	88 104	12,17
Indemnização compensatória [2]	10^3 €	26 503	42 000	44 000	44 000	27 950	-36,48
Rendimentos operacionais	10^3 €	114 645	136 069	148 298	183 657	152 086	-17,19
Rendimentos totais	10^3 €	114 910	136 082	148 298	184 536	159 611	-13,51
Gastos operacionais	10^3 €	210 752	206 840	150 417	161 033	187 714	16,57
Gastos totais	10^3 €	263 030	282 018	225 533	199 757	210 381	5,32
Resultados operacionais	10^3 €	(96 107)	(70 771)	(2 118)	22 624	(35 628)	-257,48
Resultados líquidos	10^3 €	(148 337)	(146 052)	(77 332)	(15 308)	(50 838)	232,10
EBITDA	10^3 €	(31 833)	4 638	20 878	24 635	12 952	-47,43

Legenda: n.d. - dados não disponíveis.

[1] Foram incluídas, nas "Receitas de tráfego", quer as receitas obtidas com a venda dos cartões "Lisboa viva" e "7 colinas", quer as verbas recebidas do O.G.E., a título de compensação pelos descontos efetuados nos títulos 4_18@escola.tp, sub23@superior.tp e Social +.
[2] Valores líquidos de IVA.

No final do ano de 2014 a rede do ML tinha 55 estações e 43,2 km, conforme mapa que se segue:



Rede de transportes de Lisboa
Metropolitano de Lisboa/CP/TT
Network diagram

1. Desempenho

1.1. Marketing e comercial

1.1.1. Procura

Apesar do clima de instabilidade social sentido na Empresa ao longo dos dois últimos anos, o ano de 2014 caracterizou-se pela inversão da tendência de forte decréscimo da procura que se verificava desde 2011.

A comprová-lo está o indicador de passageiros com título pago, calculados a partir das vendas, com um acréscimo, embora ligeiro, de 0,15%, face ao ano transato.

Foi, no entanto, ao nível do indicador de passageiros, apurados pelas validações do sistema de bilhética que se verificou de forma mais significativa o aumento da procura, com um acréscimo de 2,3%. Este indicador, que representa os passageiros efetivamente transportados na rede do Metro, é tanto mais relevante, quanto o facto de no próximo ano ser a base para a repartição das receitas entre os vários operadores de transporte.

Quadro 1 – Evolução do número de passageiros transportados [3]

Passageiros		2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2013/12
Títulos ocasionais	10^3	**36 637**	**33 681**	**31 847**	**31 439**	**33 720**	7,26
Bilhetes simples / Bilhete Viagem Metro	10^3	25 549	22 640	19 862	318	0	-
Bilhete Viagem Carris | Metro	10^3	0	0	0	17 292	18 281	5,72
Zapping	10^3	8 142	7 949	8 507	10 607	11 538	8,77
Outros títulos ocasionais	10^3	2 946	3 092	3 478	3 223	3 902	21,07
Passes	10^3	**134 221**	**131 164**	**109 534**	**98 186**	**96 095**	-2,13
ML	10^3	29 947	31 320	20 673	293	0	-
Navegante urbano	10^3	0	0	27 738	35 918	35 835	-0,23
Navegante rede	10^3	0	0	3 256	4 884	5 906	20,91
Intermodais	10^3	27 616	25 395	20 243	22 017	21 319	-3,17
Combinados	10^3	76 658	74 449	37 624	35 074	33 035	-5,81
Total com títulos pagos	10^3	**170 858**	**164 845**	**141 382**	**129 625**	**129 815**	**0,15**
Transporte gratuito e fraude	10^3	11 784	13 929	12 623	10 810	10 275	-4,95
Total transportados	10^3	**182 642**	**178 774**	**154 005**	**140 435**	**140 090**	**-0,25**
Passageiros com título pago das validações	10^3	**143 819**	**137 252**	**127 037**	**122 178**	**124 923**	2,25
Percurso médio por passageiro	km	4,739	4,794	4,841	4,832	4,820	-0,25
Passageiro x km transportados	10^3	865 521	857 101	745 589	678 528	675 173	-0,49

[3] Em 2013, foram acrescentados à rubrica "Outros" os passageiros correspondentes aos títulos vendidos em *back office*. Também no mesmo ano, e devido à aplicação do inquérito de 2007 para que possam ser comparáveis com 2014, foram alterados os passageiros dos Intermodais com base nos coeficientes de utilização resultantes do inquérito de 2007.
Em 2014 foi aplicado o inquérito de 2007 aos Passes Intermodais. Deste modo, e para que sejam comparáveis, os passageiros destes títulos foram recalculados em 2013, com base nos coeficientes de utilização resultantes daquele inquérito.

1.1.2. Receitas de tráfego

As receitas tarifárias, sem as comparticipações do Estado referentes aos títulos 4-18/Sub23 e Social +, situaram-se significativamente acima das receitas do ano transato, apresentando um acréscimo de 9,4%.

Para este acréscimo, contribuíram os títulos ocasionais que contribuíram com uma variação positiva de 6,5% e os passes com um aumento de 12,2%.

Numa análise mais detalhada, deve salientar-se o facto de o acréscimo de receita dos títulos ocasionais ter sido na sua totalidade à custa das quantidades vendidas, uma vez que, em 2014 estes títulos não sofreram qualquer aumento tarifário.

No que se refere aos passes, o aumento deveu-se essencialmente ao elevado acréscimo da receita dos Intermodais, resultante da aplicação da chave de repartição do inquérito de 2007, com efeitos a janeiro de 2014.

Quadro 2 – Evolução das receitas de transporte[4]

	Títulos de transporte		2012	2013	2014	Var. % 2014/13
Passageiros	**Títulos ocasionais**	n.º	**31 847 253**	**31 439 102**	**33 720 341**	**7,26**
	Bilhetes simples / Bilhete Viagem Metro	n.º	19 861 847	317 673	0	-
	Bilhete Viagem Carris | Metro	n.º	-	17 291 507	18 280 661	5,72
	Zapping	n.º	8 507 060	10 607 380	11 538 086	8,77
	Outros títulos ocasionais	n.º	3 478 346	3 222 542	3 901 594	21,07
	Passes	n.º	**109 534 444**	**98 186 100**	**96 094 672**	**-2,13**
	ML	n.º	20 672 993	292 552	0	-
	Navegante urbano	n.º	27 738 031	35 918 338	35 834 987	-0,23
	Navegante rede	n.º	3 256 263	4 884 325	5 905 595	20,91
	Intermodais	n.º	20 242 953	22 016 666	21 318 891	-3,17
	Combinados	n.º	37 624 204	35 074 220	33 035 199	-5,81
	Total com títulos pagos	n.º	**141 381 697**	**129 625 201**	**129 815 014**	**0,15**
	Passageiros c/ título pago das validações	€	**127 037 171**	**122 177 785**	**124 923 364**	**2,25**
Receitas (sem IVA)	**Títulos ocasionais**	€	**35 928 657**	**37 769 816**	**40 231 839**	**6,52**
	Bilhetes simples / Bilhete Viagem Metro	€	23 095 834	374 614	0	-
	Bilhete Viagem Carris | Metro	€	-	20 839 458	21 736 155	4,30
	Zapping	€	9 323 916	12 600 447	13 686 221	8,62
	Outros títulos ocasionais	€	3 508 907	3 955 298	4 809 464	21,60
	Passes	€	**40 225 819**	**38 265 859**	**42 945 221**	**12,23**
	ML	€	8 583 184	127 288	0	-100,00
	Navegante urbano	€	13 705 607	20 110 793	20 418 326	1,53
	Navegante rede	€	2 163 714	3 424 485	4 098 168	19,67
	Intermodais	€	4 103 592	3 644 978	8 102 921	122,30
	Combinados	€	11 669 724	10 958 315	10 325 806	-5,77
	Total das receitas	€	**76 154 476**	**76 035 675**	**83 177 061**	**9,39**
	Total das receitas com comparticipação	€	**78 184 907**	**77 376 551**	**85 069 482**	**9,94**
Receita média por passageiro	**Títulos ocasionais**	€	**1,128**	**1,201**	**1,193**	**-0,69**
	Bilhetes simples / Bilhete Viagem Metro	€	1,163	1,179	-	-
	Bilhete Viagem Carris | Metro	€	-	1,205	1,189	-1,34
	Zapping	€	1,096	1,188	1,186	-0,14
	Outros títulos ocasionais	€	1,009	1,227	1,233	0,43
	Passes	€	**0,367**	**0,390**	**0,447**	**14,67**
	ML	€	0,415	0,435	-	-
	Navegante urbano	€	0,494	0,560	0,570	1,77
	Navegante rede	€	0,664	0,701	0,694	-1,02
	Intermodais	€	0,203	0,166	0,380	129,58
	Combinados	€	0,310	0,312	0,313	0,04
	Receita média	€	**0,539**	**0,587**	**0,641**	**9,23**
	Receita média com comparticipações	€	**0,553**	**0,597**	**0,655**	**9,78**

Do quadro anterior salienta-se ainda o aumento da receita média por passageiro, com um acréscimo de 9,2%. Este acréscimo resultou essencialmente do aumento de receita do Passe Intermodal, uma vez que, os títulos ocasionais com maior peso na estrutura tarifária apresentam decréscimos na receita média.

[4] As receitas de títulos são as respeitantes aos indicadores da área comercial, não sendo consideradas as receitas apuradas pela área financeira. Em 2013 foram introduzidas na rubrica "Outros" as receitas referentes aos títulos vendidos em *back office*.

Apresenta-se de seguida um quadro com a evolução da revisão tarifária de alguns títulos mais significativos:

Quadro 3 – Evolução das tarifas dos principais títulos de transporte

	Títulos de transporte	2012	2013	2014	Var. %
		01-Fev	01-Jan	01-Jan	2014/13
Títulos ocasionais	Bilhete viagem Metro	1,25	-	-	-
	Bilhete Viagem CARRIS|Metro	-	1,40	1,40	0,00
	Zapping	1,15	1,25	1,25	0,00
	Bilhete 1 dia Carris|Metro - rede	5,00	6,00	6,00	0,00
Passes intermodais	L1	48,40	48,85	49,30	0,92
	L12	58,35	58,90	59,45	0,93
	L123	66,40	67,00	67,65	0,97
Outros passes	Urbano 30 dias	29,00	-	-	-
	Rede 30 dias	35,00	-	-	-
	Navegante urbano	35,00	35,00	35,65	1,86
	Navegante rede	40,00	40,00	42,00	5,00

1.1.3. Reclamações

Em 2014 o número de motivos de reclamações diminuiu substancialmente relativamente ao ano anterior, confirmando a tendência que se verificava desde 2012.

Em 2014 o número de motivos de reclamações foi de 4.123, tendo sido registadas 5.063 no ano de 2013, o que representa uma redução de 18,6%.

Embora esta redução se tenha feito sentir em praticamente todos os motivos, aumentaram as reclamações relativas à circulação dos comboios, nomeadamente no que se refere a interrupções e perturbações na circulação e horários, e com a realização de greves.

No ano de 2014 registaram-se greves nos meses de janeiro, setembro, outubro, novembro e dezembro.

Destaque ainda para as reclamações relativas à requisição e renovação dos passes Social + e escola@4-18 e sub23@superior. Embora tenham diminuído, relativamente ao ano transato, estas reclamações mantiveram um número elevado. A este respeito importa considerar que as reclamações incidiram particularmente nos meses de setembro e outubro.

As reclamações referidas, que envolvem passes Social +, 4-18@escola.tp e sub23@superior.tp, incidiram essencialmente sobre três vertentes:

- as condições de acesso ao benefício;
- a documentação exigida;
- o tempo de espera nos Espaços Cliente para a renovação dos perfis dos cartões (os perfis são válidos apenas por um ano. A renovação depende da manutenção dos requisitos, que têm de ser confirmados com a documentação).

As reclamações sobre os dois primeiros pontos encontram-se englobadas no motivo "cartão Lisboa Viva – diversos". As reclamações referentes ao terceiro ponto encontram-se englobadas no motivo "estações-diversos".

No ano de 2014 foram contabilizadas 316 reclamações com o motivo "cartão Lisboa Viva – diversos" e 164 com o motivo "estações-diversos". Estes dois motivos juntos (480) constituem 12% do total dos motivos de reclamações.

Há ainda que ter presente que nos motivos acima referidos também se encontram outras reclamações que também constituem o motivo "diversos" mas que não dizem respeito a passes Social +, 4-18@escola.tp e sub23@superior.tp. Retirando estas últimas e circunscrevendo-nos àquelas exclusivamente relacionadas com passes Social +, 4-18@escola.tp e sub23@superior.tp, podemos considerar que as mesmas constituem cerca de 9% do total de reclamações.

1.1.4. Espaços Cliente

No ano de 2014 foram atendidos cerca de 53 mil clientes nos Espaços Cliente do Campo Grande (24 mil) e do Marquês de Pombal (29 mil).

O atendimento repartiu-se da seguinte forma: requisição/renovação de passes Social + (32%), 4-18@escola.tp e sub23@superior.tp (12%); emissão de faturas (10%); informações (10%); assuntos relacionados com o Cartão Lisboa Viva (9%); trocas/devoluções de passes (3%) e perdidos e achados (3%).

1.1.5. Cartões Lisboa Viva

No ano de 2014 o ML personalizou 135.735 cartões Lisboa Viva, dos quais 96.770 pedidos no ML e 38.965 na CARRIS.

1.1.6. Comunicação e imagem

No âmbito das atividades desenvolvidas ao longo do ano, destacam-se as seguintes:

Comunicação externa:

- O METRO apoiou diversas causas e instituições, através da cedência de espaço nas estações e do apoio à divulgação. O espaço cedido pelo METRO tem sido útil a várias entidades, nomeadamente: AMI, Cáritas, APAV, Sorriso Solidário, Cerci, Amnistia Internacional, Liga Portuguesa Contra o Cancro, entre outras, possibilitando a realização de peditórios e a divulgação da sua missão.
- À semelhança dos anos anteriores, realizou-se o almoço de Natal aos sem-abrigo através do apoio à instituição C.A.S.A. - Centro de Apoio ao sem-abrigo, através da cedência de espaço do refeitório da Pontinha, no dia 14 dezembro.

Campanhas conjuntas Metro | CARRIS - *continuidade de estratégia de integração de projetos de comunicação:*

- Rock in Rio - O METRO e a CARRIS desenvolveram uma campanha de incentivo à utilização dos meios de transporte Metro e Carris nas deslocações ao Rock in Rio, bem como à compra antecipada de títulos de transporte e respetiva validação dos mesmos. A campanha intitulou-se de "Eu vou no METRO e volto na CARRIS".
- Maratona fotográfica - Em 2014 foi lançada a 2ª edição da Maratona Fotográfica CARRIS | METRO, que teve por objetivo fomentar o gosto e interesse pela fotografia, através da captação de imagens em espaços tão particulares como a CARRIS e o METRO, uma oportunidade para os amantes da fotografia descobrirem os transportes de Lisboa de um ângulo diferente, sem os obstáculos que são colocados no dia-a-dia.
- Transporte dos Troféus da Final da Liga dos campeões – Em abril, o METRO prestou apoio ao transporte das taças UEFA na rede METRO (estações Cais do Sodré/Baixa-Chiado PT Bluestation e Restauradores) e em estreita articulação com a CARRIS.
- Semana da Mobilidade "O Coração de Lisboa" - O METRO e a CARRIS lançaram a campanha "O coração de Lisboa", coincidindo com o início das atividades integradas na Semana da Mobilidade (16 a 22 de setembro). Esta campanha, teve como lema "A CARRIS e o METRO são o coração de Lisboa", partindo da premissa que os dois operadores são as "artérias" que conduzem as pessoas por toda a cidade. Este conceito de "artérias" e de circulação foi o resultado de uma parceria da Empresa com a Escola Superior de Comunicação Social, em que grupos de alunos tiveram de apresentar uma campanha de incentivo à utilização do transporte público.
- Campanha de Segurança nos Transportes Públicos "A prevenção é a melhor proteção" - Campanha de comunicação conjunta entre o METRO, a CARRIS e a Divisão de Segurança a Transportes Públicos (DSTP), dirigida aos clientes habituais e ocasionais com o objetivo de promover comportamentos de segurança nos transportes públicos. A campanha teve dois focos de atuação:
  - ✓ Informativo e que se traduziu na distribuição de folhetos com um conjunto de conselhos e procedimentos a adotar por parte dos utilizadores dos transportes públicos e divulgados nos meios online de ambas as empresas;
  - ✓ Atuação mais interventiva, que visou sensibilizar as pessoas para os mesmos comportamentos.

Em 2014, a nível de estudos de mercado, foi realizado o ISC (Índice de Satisfação do Cliente) – Este estudo realizado anualmente através de entrevistas diretas e pessoais aos clientes, com o objetivo de monitorizar a satisfação do cliente, foi este ano revisto e reformulado, no sentido de incluir informação mais abrangente, nomeadamente analisando os novos atributos Atendimento Telefónico, Expectativas e Lealdade, introduzindo ainda uma métrica adicional, a **Net Promoter Score (NPS)**, que avalia o nível de satisfação relativamente ao potencial de recomendação do serviço. Em 2014 o ISC fixou-se em **7,06** (numa escala da 0 a 10), apresentando uma variação positiva de 0,43%, face a 7,03 alcançado no ano anterior.

1.2. Exploração operacional

1.2.1. Oferta

O ano de 2014 foi um ano de reorganização de horários de trabalho e horários de expedição de comboios de forma a fazer face à redução do efetivo de Maquinistas em onze elementos, permitindo uma otimização dos tempos de condução e mitigando a redução de pessoal que se tem vindo a verificar nos últimos anos.

Destaca-se ainda a ocorrência de greves que contribuíram para uma menor realização de circulações de comboios.

Quadro 4 – Evolução da oferta

Evolução da oferta		2012	2013	2014	Var. % 2014/13
Carruagens x km (serviço público)					
Linha Azul	n.º	7 263 752	7 048 992	7 263 884	3,05
Linha Amarela	n.º	6 090 964	5 895 745	5 932 429	0,62
Linha Verde	n.º	3 638 064	3 361 181	3 381 461	0,60
Linha Vermelha	n.º	4 346 184	5 192 401	5 314 761	2,36
Total	**n.º**	**21 338 964**	**21 498 319**	**21 892 535**	**1,83**
Lugares x km					
Linha Azul	10^3	929 760	902 271	929 777	3,05
Linha Amarela	10^3	779 643	754 655	759 351	0,62
Linha Verde	10^3	463 910	430 231	432 827	0,60
Linha Vermelha	10^3	556 312	664 627	680 289	2,36
Total	**10^3**	**2 729 625**	**2 751 784**	**2 802 244**	**1,83**

Quadro 5 – Evolução da eficiência na exploração

Eficiência na exploração		2012	2013	2014	Var. % 2014/13
Circulações (serviço público)					
Linha Azul	n.º	110 367	106 924	106 590	-0,31
Linha Amarela	n.º	118 483	114 798	114 563	-0,20
Linha Verde	n.º	128 731	125 464	126 157	0,55
Linha Vermelha	n.º	106 577	104 365	105 731	1,31
Total	**n.º**	**464 158**	**451 551**	**453 041**	**0,33**
Taxa de realização de carruagens x km					
Linha Azul	%	97,08	101,33	104,27	2,90
Linha Amarela	%	96,82	98,60	99,37	0,78
Linha Verde	%	96,73	97,06	97,27	0,22
Linha Vermelha	%	96,65	98,71	99,68	0,98
Na rede	**%**	**96,85**	**99,25**	**100,67**	**1,43**
Taxa de realização de circulações					
Linha Azul	%	96,59	96,64	96,33	-0,32
Linha Amarela	%	96,71	96,62	96,46	-0,17
Linha Verde	%	96,76	97,06	97,22	0,16
Linha Vermelha	%	96,78	97,50	97,41	-0,09
Na rede	**%**	**96,70**	**96,95**	**96,85**	**-0,10**

1.3. Recursos humanos

No ano de 2014 foi necessário dar cumprimento às medidas previstas na Lei do Orçamento de Estado e efetuar todas as alterações necessárias de forma a garantir o seu cumprimento rigoroso, quer ao nível do processamento das remunerações dos trabalhadores do ML, quer ao nível da gestão de carreiras nas várias componentes.

No decorrer deste ano, existiu uma articulação estreita com a CARRIS, com a inerente otimização de procedimentos no âmbito dos Recursos Humanos.

Na sequência da aprovação em 2013 do "Plano de Ação para a Igualdade de Género para o período 2013/2015", foi assinado um protocolo com o CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego) para adesão ao Fórum de Igualdade de Género.

Ao longo de 2014 continuou o processo digitalização do cadastro individual dos Colaboradores e, apostou-se numa política de desmaterialização de procedimentos administrativos e de disponibilização de informação relativa aos recursos humanos, via Portal da Empresa.

Prosseguiu-se a elaboração de um modelo de Gestão de Competências, que permita a integração da avaliação, das necessidades de formação e do potencial de desenvolvimento de carreira, com a construção dos respetivos suportes, no sistema informático SAP/RH.

Por outro lado, o ML renovou o protocolo de colaboração com a Associação "O Companheiro", numa parceria proposta pela Direção de Gestão da Infraestrutura e do Material Circulante. O referido protocolo permitiu a implementação de um programa de reinserção social através da realização de atividades de caráter oficinal, designadamente na reparação dos componentes dos bancos do material circulante da Empresa, de enorme sucesso para todos os intervenientes.

Ainda no âmbito da responsabilidade social, o ML realizou um programa de rastreios, designadamente, das doenças oncológicas com maior prevalência na população portuguesa e de osteoporose. Ao potenciar um diagnóstico precoce da doença ainda em fase subclínica e reduzir a mortalidade e morbilidade, com a realização do programa de rastreios a Empresa combateu também, indiretamente, as incapacidades temporárias e definitivas para o trabalho.

No seguimento destas medidas, procedeu-se à avaliação de riscos profissionais (incluindo os riscos psicossociais) nas categoriais profissionais mais expostas, nomeadamente a três categorias profissionais da Exploração Operacional (Maquinista, Operador Comercial e Fiscal).

Com base no previsto no "Regulamento de Prevenção e Controlo de Álcool" realizaram-se periodicamente procedimentos de controlo do consumo de álcool, com o objetivo prioritário de prevenir os acidentes associados ao consumo excessivo do álcool e preservar a saúde dos trabalhadores.

Teve início em 2014, a disponibilização nas estações de DAE (Desfibrilhação Automática Externa) em locais de acesso público, com a realização da necessária formação aos colaboradores e prestadores de serviços para a sua utilização, prevendo-se estender este programa a outras estações da rede do ML no futuro.

De salientar, por último, os primeiros passos que foram dados no sentido da futura certificação da Segurança e Higiene no Trabalho do ML de acordo com a Norma OHSAS 18001:2007.

1.3.1. Efetivo [5]

Por forma a dar cumprimento a estas orientações estratégicas, foi também desenvolvida uma política de otimização do efetivo em direta articulação com todas as áreas da Empresa, cujo envolvimento neste projeto foi essencial para se alcançar esta redução, a qual foi definida a partir do ano 2011.

No quadriénio 2011/2014, face a 31 de dezembro de 2010, verifica-se uma redução de 246 colaboradores, numa percentagem de evolução acumulada de -14,71%.

[5] Considera-se efetivo da Empresa, os colaboradores com vínculo à Empresa e que à data de 31 de dezembro prestavam serviço no ML

Os motivos das saídas da Empresa, são apresentados no quadro seguinte:

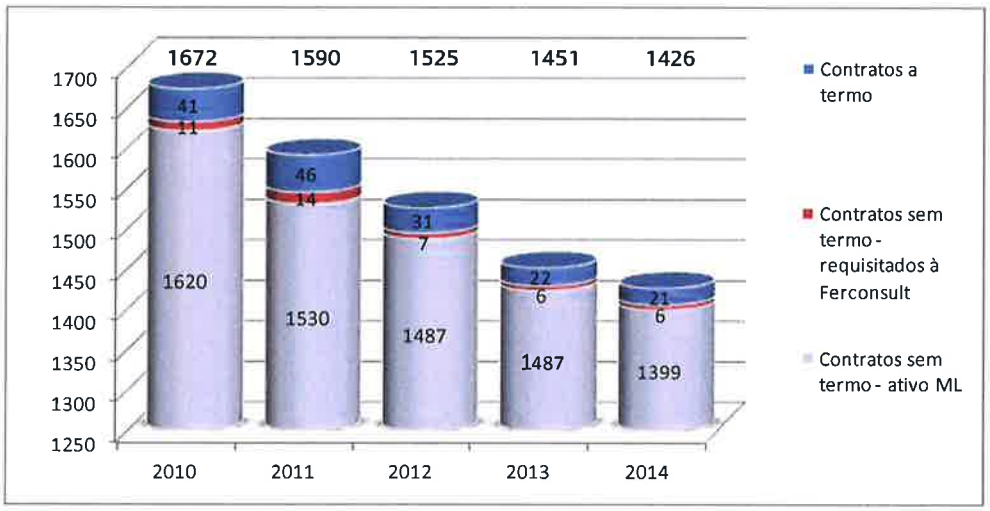
Quadro 6 – Motivos das saídas

Un: n.º

Motivos das saídas	2011	2012	2013	2014	Var. % 2014/13
Reforma	73	41	3	2	-33,3
- Antecipada	59	37	-	-	-
- Velhice	7	2	-	-	-
- Invalidez	2	2	3	2	-33,3
- Pré-reforma	5	-	-	-	-
Termo do contrato de cedência	-	7	2	-	-100,0
Revogação por mútuo acordo e denúncia unilateral	23	9	54	18	-66,7
Cessação de contrato a termo	10	3	9	1	-88,9
Cedência do trabalhador	3	-	1	-	-100,0
Termo da comissão de serviço	-	1	-	-	-
Licença sem vencimento	2	-	3	1	-66,7
Despedimento	-	3	2	3	50,0
Falecimento	1	1	2	2	0,0
Total	112	65	76	27	-64,5

O efetivo a 31 de dezembro, de acordo com o vínculo à Empresa e à distribuição por área, é apresentado no gráfico e quadro seguintes:

Gráfico 1 – Efetivo por vínculo laboral



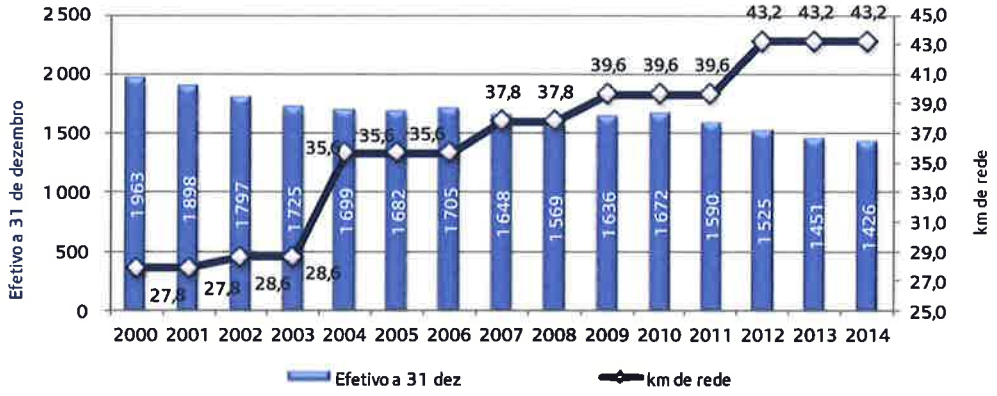
Quadro 7 – Efetivo por áreas da Empresa

Efetivo real		2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2014/13	Var. % 2014/10
Exploração Operacional	n.º	915	869	819	793	783	-1,26	-14,43
Gestão da Infraestrutura e Material Circulante (1)	n.º	418	396	383	361	364	0,83	-12,92
Gestão de Infraestruturas	n.º	104	-	-	-	-	-	-
Gestão da Superestrutura e do Investimento (2)	n.º	-	100	87	76	59	-22,37	-43,27
Restantes áreas	n.º	235	225	236	221	220	-0,45	-6,38
Total	n.º	1 672	1 590	1 525	1 451	1 426	-1,72	-14,71

(1) Direção criada pela Deliberação n.º 2/2013, de 6 de dezembro, anteriormente designada por "Gestão da Manutenção (GM)"
(2) Direção criada pela Deliberação n.º 2/2013, de 6 de dezembro, anteriormente designada por "Gestão de Empreendimentos e Infraestruturas (GEI)".

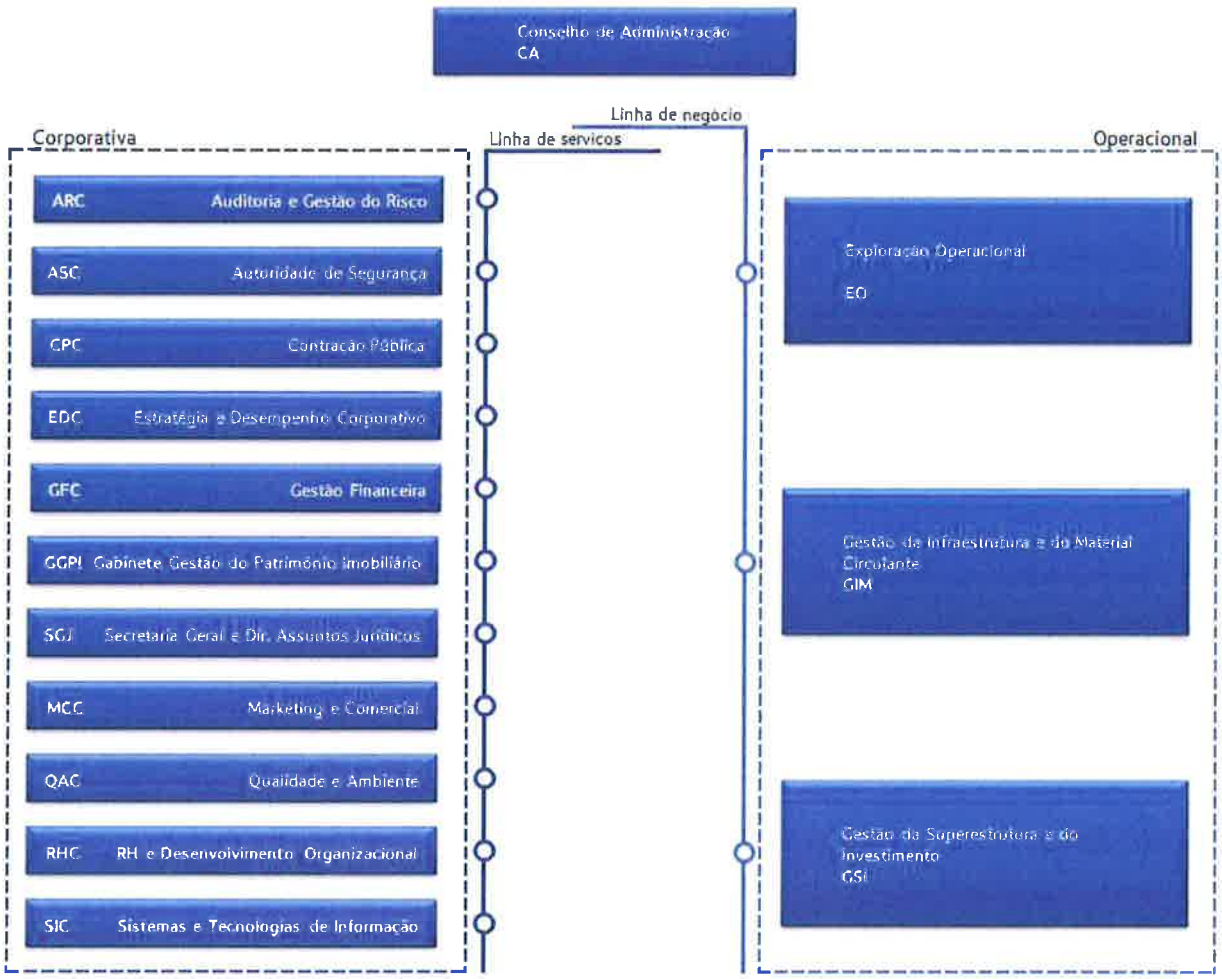
Neste contexto é importante ilustrar que o decréscimo do efetivo tem sido inversamente proporcional ao acréscimo da extensão da rede em exploração verificada ao longo dos últimos anos, evidenciando tal facto o esforço de otimização dos meios envolvidos na oferta de transporte.

Gráfico 2 – Evolução do efetivo vs. evolução da rede



1.3.2. Modelo organizacional

Organograma do ML



Titulares responsáveis pelas unidades orgânicas:

Corporativo	ARC	Auditoria e Gestão do Risco	Dr. José António Carballo Sequeira
	ASC	Autoridade de Segurança	Eng.º António José Pires Neves Valente
	CPC	Contratação Pública	Dr.ª Margarida Maria Melo de Sousa Loureiro
	EDC	Estratégia e Desempenho Corporativo	Dr.ª Cassilda Mariza A. M. Alpoim Motta Queiroz
	GFC	Gestão Financeira	Dr.ª Isabel Maria N. P. F. M. Almeida Vasconcelos
	GGPI	Gabinete de Gestão do Património Imobiliário	Dr. Luís Filipe Pereira Melo de Almeida
	SGJ	Secretaria Geral e Direção dos Assuntos Jurídicos	Dr.ª Filipa Alexandra Q. C. A. Bandeira de Melo
	MCC	Marketing e Comercial	Dr. Miguel Matos Silva Rodrigues
	QAC	Qualidade e Ambiente	Eng.º Pedro Conceição Farinha Pereira
	RHC	Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional	Dr.ª Margarida Maria Melo de Sousa Loureiro
	SIC	Sistemas e Tecnologias de Informação	Dr. Carlos José Duarte Rocha
Operacional	EO	Exploração Operacional	Eng.º António Manuel Elísio Gonçalves
	GIM	Gestão da Infraestrutura e do Material Circulante	Eng.º Jorge Miguel Almeida Ferreira
	GSI	Gestão da Superestrutura e do Investimento	Dr. António Ricardo Oliveira Vieira Machado
	PA	Provedor Arbitral *(órgão autónomo com estatuto próprio)*	Dr. Guilherme de Palma Carlos

1.3.3. Custo do fator trabalho

A redução de custos com pessoal resulta diretamente do estabelecido na Lei do Orçamento do Estado para o seu Sector Empresarial, bem como do previsto no artigo 18º do regime jurídico do Sector Empresarial do Estado aprovado pelo do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação.

Em 2014, essa redução resultou da conjugação de três fatores, a saber:

- A realização de reduções remuneratórias;
- A proibição de valorizações remuneratórias e de recrutamento; e,
- A redução do número de colaboradores.

O decréscimo de custo do fator trabalho[6] em 2014 resultou, essencialmente, da dinâmica das medidas previstas na Lei do Orçamento de Estado para 2014, do decréscimo do efetivo e da redução muito significativa do trabalho suplementar realizado no exercício.

Quadro 8 – Custo do fator trabalho

Custo fator trabalho		2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2014/13
Custo fator trabalho	10^3 €	75 440	66 268	59 791	58 463	56 359	-3,60
Custo fator trabalho / Efetivo médio	10^3 €	45,120	40,041	38,825	39,237	39,166	-0,18
Custo fator trabalho / Gastos operacionais	%	38,0	34,1	39,8	36,3	30,0	-6,28 p.p.
Custo fator trabalho / Gastos totais	%	28,7	23,5	26,5	29,3	26,8	-2,48 p.p.

[6] Para o cálculo do custo fator trabalho é utilizado o valor dos "Gastos com o pessoal" (conta 63 do SNC) retirando os complementos de pensões, pré-reformas, incentivos à reforma, fundo de pensões e indemnizações por despedimento.

1.3.4. Evolução do pessoal ativo e inativo

No final de 2014, o ML integrava 1.411 inativos, dos quais 1.164 na situação de reformados, 245 em regime de pensionistas e dois em situação de pré-reforma.

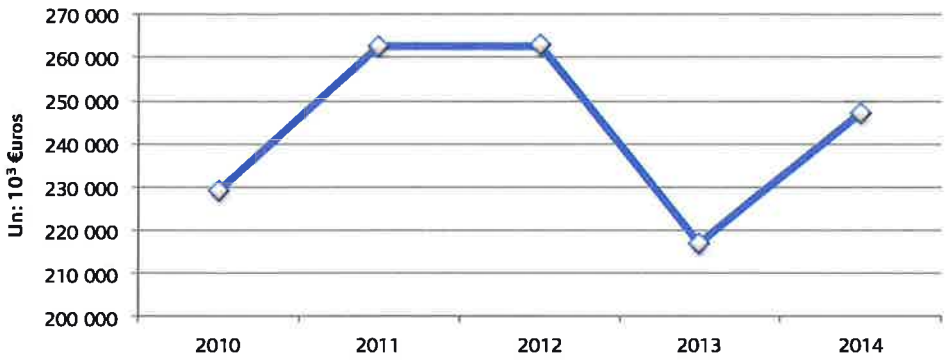
Quadro 9 – Evolução do pessoal ativo e inativo

		2010	2011	2012	2013	2014	Var. 2014/13 Abs.	Var. 2014/13 %
Pessoal ativo	pessoas	1 672	1 590	1 525	1 451	1 426	- 25	-1,7
Pessoal inativo	pessoas	1 361	1 409	1 449	1 427	1 411	- 16	-1,1
Pré-reformados	pessoas	0	5	3	2	2	0	0,0
Reformados	pessoas	1 132	1 176	1 202	1 181	1 164	- 17	-1,4
Pensionistas	pessoas	229	228	244	244	245	1	0,4
Pessoal ativo / Pessoal inativo	pessoas	1,23	1,13	1,05	1,02	1,01	-0,01	-0,6
V.A.R.S.P.	10^3 €	229 032	262 695	262 739	216 987	247 102	30 115	13,9
V.A.R.S.P. / Pessoal total	10^3 €	75,513	87,594	88,345	75,395	87,100	11,705	15,5

O esforço de contenção do efetivo tem acarretado uma inevitável pressão sobre os rácios "Pessoal ativo/Pessoal inativo".

O V.A.R.S.P. foi, no final de 2014, de 247.102 milhares de euros (+13,9% em relação ao ano anterior), atingindo o valor do V.A.R.S.P. *per capita* do pessoal 87,1 milhares de euros, quando em 2013 era de 75,4 milhares de euros.

Gráfico 3 – Valor atual das responsabilidades com serviços passados



1.3.5. Sinistralidade laboral

Em 2014 houve um aumento do número total de acidentes de trabalho registados, que totalizaram 105. No entanto, o número médio de dias perdidos por este motivo diminuiu face ao ano anterior, situando-se em 60,54 dias (72,6 em 2013) e o índice de gravidade reduziu em 5,9%. A redução do número de dias perdidos resulta de múltiplos fatores, incluindo de um esfoço multidisciplinar ao nível da gestão do contrato do ramo Acidentes de Trabalho.

Quadro 10 – Acidentabilidade laboral no ML

Acidentabilidade laboral		2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2014/13
Acidentes	n.º	85	97	89	99	105	6,1
Dias perdidos	n.º	6 545	6 335	6 453	7 189	6 357	-11,6
Índice de duração	dias	77,00	65,31	72,51	72,62	60,54	-16,6
Índice de incidência	10^3	46,65	50,45	46,97	50,84	6,08	-88,0
Índice de frequência	10^6	29,80	31,65	28,97	32,03	34,40	7,4
Índice de gravidade	10^3	2,50	2,42	2,61	3,03	2,85	-5,9

O quadro seguinte reflete os índices de sinistralidade dos trabalhadores dos Empreiteiros nos Empreendimentos ML. No ano de 2014 ocorreu 1 acidente nos Empreendimentos ML que originou uma baixa de 42 dias de duração que face ao número reduzido de horas trabalhadas, nesse ano, motivou o aumento do índice de gravidade comparativamente ao ano de 2011.

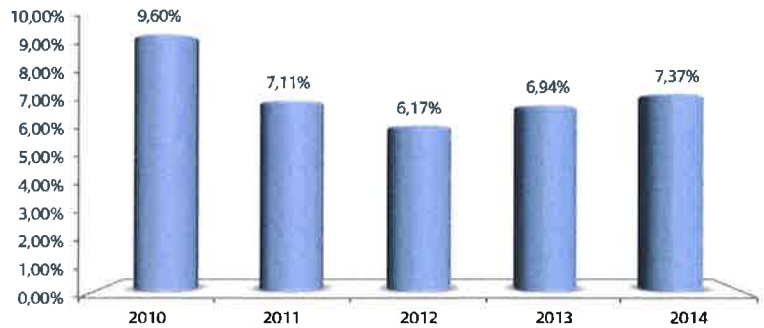
Quadro 11 – Sinistralidade nos empreendimentos do ML

Sinistralidade nos empreendimentos ML		2010	2011	2012	2013	2014
Homens-hora trabalhadas	horas	1 567 955	1 057 005	124 172	76 135	54 419
Acidentes	n.º	16	26	0	0	1
Dias perdidos	n.º	8 259	380	0	0	42
Índice de duração	dias	516,19	14,62	0,00	0,0	42,0
Índice de incidência	10^3	1,88	4,86	0,00	0,00	2,16
Índice de frequência	10^6	10,20	24,60	0,00	0,00	18,38
Índice de gravidade	10^3	5 267,37	359,51	0,00	0,00	771,79

1.3.6. Absentismo

Em 2011 e 2012 verificou-se uma inflexão do agravamento da taxa de absentismo que se vinha registando desde 2008. No entanto em 2014 a taxa de absentismo voltou a registar um aumento de 0,43 p.p. (em 2013 o aumento tinha sido de 0,77%), face ao ano anterior.

Gráfico 4 – Evolução da taxa de absentismo



Pela análise deste indicador ao longo de 2014, e comparativamente com anos anteriores, concluiu-se da necessidade de retomar as medidas de intervenção visando a redução da taxa de absentismo.

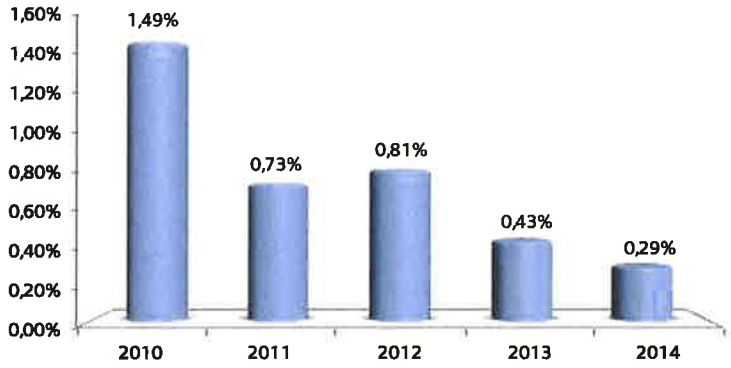
No entanto, por forma a inverter este acréscimo, começou-se a intervir nas possíveis causas desta evolução, aumentando a incidência de visitas domiciliárias e a intervenção dos serviços do departamento de "Segurança e Saúde no Trabalho (RHSC)" junto dos trabalhadores em situação de baixa prolongada por doença ou acidente de trabalho, esperando-se que os resultados desta estratégia sejam mais visíveis no ano de 2015.

1.3.7. Trabalho suplementar

Dado o impacto dos custos com trabalho suplementar na Empresa, mantiveram-se os princípios de redução do recurso ao mesmo, limitando-o a situações de força maior devidamente justificadas bem como da necessidade de garantia de cumprimento dos limites fixados para a sua prestação por Colaborador (200 horas/ano).

Assim, regista-se uma redução significativa da taxa de trabalho suplementar, tendo sido prestadas 7.149 horas, menos 3.870 horas do que em 2013, com uma redução de 35,12%, conforme gráfico seguinte:

Gráfico 5 – Evolução da taxa de trabalho suplementar



1.3.8. Formação

Durante o ano de 2014 a formação realizada privilegiou a vertente técnica oficinal/equipamentos, constatando-se a realização de um menor número de ações de formação do que em 2013, mas com uma duração mais longa.

No que diz respeito à eficácia da formação, conforme definido no Processo de Recursos Humanos do SGQA (Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente), o indicador situou-se em 2,99 (escala de 1 a 4). Este indicador tem como objetivo avaliar o impacto da formação no desempenho da função.

Quadro 12 – Formação

Formação		2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2014/13
Ações	n.º	240	167	148	221	198	-10,4%
Participantes	n.º	1 088	1 726	820	827	780	-5,7%
Horas	n.º	10 993	11 714	7 464	4 868	6 117	25,6%
Custos	10^3 €	127	53	74	42	32	-23,8%
Horas por efetivo médio	horas/ pessoa	6,57	7,08	4,85	3,27	4,25	30,1%

1.3.9. Conflitualidade laboral

Em 2014 o número de pré-avisos de greve recebidos foi inferior ao de 2013, com o correspondente reflexo no número de horas do tempo de trabalho perdido por greve. Não obstante tal facto, seis das greves convocadas em 2014, foram em tempo parcial, que, no entanto, determinaram a paragem da operação.

Quadro 13 – Conflitualidade laboral

Conflitualidade laboral		2012	2013	2014	Var. % 2014/13
Número de pré-avisos de greve recebidos	n.º	11	14	11	-21,4%
Greves desconvocadas	n.º	0	2	1	-50,0%
Greves a serviços específicos (trab. em dia feriado / trab. suplementar) – sem adesão registada	n.º	2	1	0	-100,0%
% média de adesão	%	0,0%	61,2%	54,5%	-6,7 p.p.
N° de horas não trabalhadas por greve	n.º	25 176	30 405	22 519	-25,9%

1.4. Recursos materiais e tecnológicos

A direção operacional de Gestão da Infraestrutura e do Material Circulante (GIM) comporta a gestão de todas as fases de ciclo de vida da infraestrutura e material circulante, designadamente o projeto, manutenção, reabilitação ou renovação dos sistemas ou equipamentos. A sua atividade visa garantir a disponibilidade da infraestrutura e material circulante para exploração da rede de transporte público, de acordo com critérios de fiabilidade e disponibilidade dos sistemas e equipamentos.

1.4.1. Material circulante

A incorporação na antiga GM – Gestão da Manutenção das valências de gestão da infraestrutura, particularmente o controlo do seu ciclo de vida, isto é, a análise sistemática do desempenho dos sistemas e o planeamento da necessidade de renovação por fim de vida, bem como o projeto/especificação de novas infraestruturas, quer por renovação por fim de vida, quer por novas instalações, alterou o posicionamento da função de manutenção – função central na antiga GM, que passou a ser uma fase no ciclo de gestão das infraestruturas, determinante para o sucesso da missão da GIM (Gestão da Infraestrutura e do Material Circulante), mas não exclusivamente determinante. As funções de engenharia e de análise do ciclo de vida tomaram especial relevo para a gestão.

A função de engenharia foi complementada com o projeto e especificação técnica dos sistemas, incorporando a experiência de manutenção e operação obtida pela utilização da infraestrutura. Esta abordagem trouxe a vantagem de permitir desenvolver as especificações técnicas de sistemas mais focadas no contexto e as necessidades operacionais práticas.

A função de análise de ciclo de vida corresponde de facto à função inovadora da nova organização, semelhante em alguns aspetos à função de planeamento de longo prazo da manutenção. Promove a largo horizonte temporal a calendarização dos investimentos a realizar nas infraestruturas em função da sua vida útil e o desempenho operacional e financeiro.

Nestas matérias, iniciaram-se os trabalhos de compilação e adaptação da estrutura de dados técnicos existentes que caracterizam a infraestrutura, nomeadamente:

- A análise e validação dos documentos normativos da infraestruturas: o Plano Normativo de Estações; a descrição funcional das infraestruturas, as especificações e a documentação técnica das infraestruturas.
- A segmentação e caracterização das infraestruturas e equipamentos existentes e análise da estrutura de dados existentes para a criação de uma metodologia de análise sistemática do ciclo de vida das infraestruturas.

Complementarmente deu-se seguimento ao trabalho de reorganização iniciado no ano anterior com a consolidação de algumas ações tendo em vista a melhoria de eficiência do processo de logística e de manutenção, especialmente:

- Consolidação da função de planeamento de manutenção de material circulante, constituindo um mecanismo dinamizador da melhoria de produtividade das equipas de manutenção de material circulante e de previsão de consumos de materiais;
- Consolidação do planeamento e execução das ações de melhoria no material circulante;
- Consolidação do restabelecimento de algumas atividades de manutenção da infraestrutura.

Para além da consolidação das atividades de manutenção interna, verificou-se a continuidade da prestação de serviços externos de manutenção com a realização de diversas ações de manutenção corretiva a órgãos da frota de elétricos da CARRIS. Estes serviços corresponderam, em 2014, a um proveito extraordinário de cerca de 160 mil euros.

Esta linha de atuação visou manter o esforço desenvolvido na redução do custo operacional da manutenção, ao mesmo tempo que se mantiveram inalterados os critérios de qualidade e os objetivos de serviço, por forma a reforçar a competitividade da organização no mercado de manutenção ferroviária.

As medidas implementadas, permitiram obter, no final de 2014, uma redução de 3% nos custos operacionais globais da GIM face aos valores de 2013, representando uma poupança de cerca de 627 mil euros, conseguidos pela redução nos custos de pessoal, apesar da integração de técnicos provenientes da GSI (Gestão da Superestrutura e do Investimento) na atividade de engenharia.

Estritamente, na atividade de manutenção verificou-se uma redução dos gastos operacionais, no material circulante de 8%, correspondentes a cerca de 538 mil euros e na manutenção das infraestruturas em 6%, correspondentes a cerca de 485 mil euros.

É de destacar que esta redução de gastos foi obtida em paralelo com o aumento significativo da fiabilidade, quer do material circulante e da infraestrutura principal, conforme se poderá observar nos quadros seguintes, e sem terem sido efetuadas alterações significativa dos seus planos de manutenção.

Quadro 14 – Disponibilidade do material circulante

Manutenção do material circulante		2011	2012	2013	2014	Var. % 2014/13
Disponibilidade do material circulante	%	92,07	86,50	85,90	86,65	0,75 p.p.
MKBF - Quilometragem média entre falhas	km	14 373	12 639	13 616	14 381	5,62

Quadro 15 – Disponibilidade da infraestrutura [7]

Manutenção da infraestrutura		2011	2012	2013	2014	Var. % 2014/13
Disponibilidade da infraestrutura *	%	99,90	99,88	99,61	99,66	0,05 p.p.
MTBF - Tempo médio entre falhas	horas	n.d.	99	100	113	13,00

* Dados disponibilizados a partir de 01 de abril de 2011.

O parque de material circulante sofreu a redução de uma unidade tripla, sendo agora composto por 111 unidades operacionais.

1.4.2. Gestão das infraestruturas

Ao nível da Gestão das Infraestruturas existentes, em 2014 revelou-se de igual modo um ano profícuo, caraterizado pela execução de inúmeros projetos internos, bem como pelo lançamento de concursos públicos visando a introdução de melhorias nos equipamentos existentes. Entre outros destacam-se os seguintes:

- Execução da empreitada para a readaptação do edifico do PMO III, nas suas diversas atividades, visando a transferência da totalidade dos colaboradores a prestarem funções no edifício administrativo do ML sito na Av. Barbosa du Bocage para o edifício do PMOIII, e respetiva prestação de serviços para a mudança dos postos de trabalho;
- Execução da empreitada remodelação de espaço adjacente à oficina de revisão do PMO III, para acomodar as instalações do CCDTML;
- Elaboração do projeto de transferência do *data center* existente no edifício da Barbosa du Bocage para a estação Saldanha II e lançamento do respetivo procedimento e adjudicação.

[7] Foram considerados apenas os sistemas de Sinalização, Energia e Via Férrea por terem impacto na exploração.

1.4.3. Sistemas e tecnologias de informação

Para além da atividade contínua e permanente de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas em exploração no ML, ao longo de 2014 foram desenvolvidas melhorias e/ou benefícios em três vertentes específicas:

Ao nível da implementação de melhorias funcionais e em diversos sistemas do ML, destacam-se as seguintes ações:

- No Portal - implementação de várias soluções, tais como: consultas expeditas, registo de litros e quilómetros, requisição de viaturas, gestão de ideias e implementação de uma nova filosofia para a disponibilização eletrónica das declarações de rendimento e dos recibos de vencimento.
- Site ML - criação de *banners*, passatempos e mini-sites; desenvolvimento de uma bolsa de fornecedores para a nova versão do Site ML.
- Implementação de melhorias a funcionalidades no sistema SAP R/3:
    - Implementação de melhorias no módulo de Manutenção;
    - Implementação de melhorias à Gestão de Equipamentos;
    - Implementação de melhorias na implementação de gestão de competências;
    - Implementação de melhorias no KPI[8] Sinalização e KPI Energia;
    - Implementação de melhorias na Gestão documental;
    - Implementação de Mapas Fiscais e de mapas de controlo da despesa e da receita;
    - Atualização do módulo de recursos humanos, em conformidade com as alterações decorrentes da aplicação ao ML da Lei do Orçamento de Estado.

Na implementação de projetos:

- Implementação do projeto Matriz Origem-Destino conjunta Carris-Metro;
- Implementação de uma solução de avaliação de fornecedores;
- Implementação de uma solução de controlo de disponibilidades;
- Conclusão do procedimento de contratação para a implementação de uma solução de impressão/cópia/ digitalização integrada;
- Conclusão do procedimento de contratação para renovação da plataforma que assegura o armazenamento dos documentos eletrónicos do módulo de gestão documental (DMS).
- Conclusão do procedimento de contratação para renovação da Plataforma de Compras;
- Conclusão do procedimento de contratação para implementação de um sistema de gestão de Biblioteca;
- Conclusão do estudo e lançamento do procedimento para a implementação de uma estratégia de virtualização;
- Lançamento do procedimento de contratação referente à plataforma de gestão de acesso à internet;
- Lançamento do procedimento de contratação para a renovação da prestação de comunicações móveis para o ML;
- Lançamento do procedimento de contratação para a renovação do Site ML.

Estudo/análise para a implementação de projetos:

- Estudo para o desenvolvimento da redução de tempo do carregamento do indicador "mobilidade de passageiros".

[8] Key Performance Indicators (KPI).

1.5. Expansão, modernização e reabilitação da rede

Atualmente o ML dispõe de 43,2 km de rede e no caso de se avançar com a conclusão da estação da Reboleira, a rede do Metro passará a ser a seguinte:

Quadro 16 – Rede atual e futura

	Rede atual			Em execução		Rede futura		
Linhas	N.º estações	km de rede	Projetos	N.º estações	km de rede	Entrada em exploração	N.º estações	km de rede
Amarela	13	11,0	-	-	-	-	13	11,0
Azul	17	12,8	Prolongamento Amadora Este/Reboleira (*)	1	0,9	Dez-15	18	13,7
Verde	13	8,9	-	-	-	-	13	8,9
Vermelha	12	10,5		-	-	-	12	10,5
Rede atual	55	43,2		1	0,9	Rede futura	56	44,2

(*) A obra encontra-se suspensa devido a restrições financeiras.

De seguida são apresentados os projetos de expansão da rede, modernização e reabilitação da rede:

1.5.1. Expansão da rede

linha Azul

- **Prolongamento da linha Azul – Amadora Este / Reboleira**

O prolongamento da linha de metro à Reboleira reveste-se de especial importância, enquanto promotor da intermodalidade na Área Metropolitana de Lisboa (AML), permitindo criar uma nova interface entre a linha de Sintra da CP e a linha Azul do ML.

Estima-se que esta estação venha a servir cerca de 4,5 milhões de passageiros por ano, que diariamente necessitam de se deslocar neste importante eixo da AML.

linha Vermelha

- **Prolongamento da linha Vermelha – Oriente / Aeroporto e Alameda II / São Sebastião II**

Embora os troços Oriente/Aeroporto e Alameda II/São Sebastião já se encontrassem em exploração, em 2013 foi necessário dar seguimento aos trabalhos complementares que ainda estão em curso.

No prolongamento ao Aeroporto foram corrigidos diversos trabalhos que apresentavam deficiências de execução.

1.5.2. Modernização da rede

linha Verde

- **Remodelação das estações da linha Verde – Estações Areeiro e Arroios**

A estação Areeiro tem ambas as plataformas de embarque com 105 m de comprimento, tendo sido aberto à exploração o átrio sul da estação em 17 de novembro de 2013, e, simultaneamente, encerrado o lado norte da estação para a devida remodelação e instalação de meios mecânicos para garantia de acessibilidade à estação.

Foi entregue pela Ferconsult uma versão do projeto, que foi analisada pelo ML, aguardando-se a entrega da revisão da mesma.

1.5.3. Plano de promoção de acessibilidade

Em 2014, ao nível do "Plano de promoção de acessibilidade", desenvolveu-se o projeto de adaptação da arquitetura e estrutura civil para reposição da zona exterior da estação Colégio Militar, tendo-se procedido ainda à execução dos trabalhos de reforço da plataforma elevatória de escada da estação Baixa-Chiado por forma a garantir a sua adequada operação.

Foram reprogramadas as intervenções nas restantes estações, e deu-se início aos estudos prévios para a introdução de meios mecânicos nas estações em falta.

1.5.4. Reabilitação das infraestruturas

Foi iniciada a campanha de reabilitação das galerias da rede. Neste âmbito foram concluídas as reparações da linha Azul e iniciadas as reparações das linhas Amarela e Verde.

Durante o ano foram ainda concluídos os levantamentos das estações e dos edifícios.

Em complemento no decurso do presente ano, foram efetuadas diversas análises, bem como a emissão de pareceres a Projetos Imobiliários, cuja execução interferia com a infraestrutura do ML

1.5.5. Investimentos

Quadro 17 – Despesa de investimento

Un: €uros

	FBCF	ICT	DI
	Formação Bruta de Capital Fixo	Investimento a Custos Técnicos	Despesa de Investimento
A - ILD	**6 303 470**	**7 744 423**	**8 622 811**
Em curso	**595 402**	**513 991**	**1 076 573**
Extensão Oriente / Aeroporto	146 786	146 786	146 786
Extensão Amadora Este / Reboleira	448 616	448 616	1 011 198
Investimento em curso	0	(81 411)	(81 411)
Novos	**279 678**	**279 678**	**279 678**
Extensão S. Sebastião / Campolide	279 678	279 678	279 678
Outros	**5 428 390**	**5 428 390**	**5 744 196**
Extensão Alameda / S. Sebastião	613 382	613 382	613 382
Extensão Alavalade / Campo Grande - Terrenos	(472 500)	(472 500)	(472 500)
Interface do Terreiro do Paço	211 352	211 352	211 352
Interface do Cais do Sodré	703 003	703 003	718 118
Extensão Baixa-Chiado / Santa Apolónia	330 519	330 519	330 519
Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade	24 283	24 283	24 343
Remodelação da linha Azul	2 296 864	2 296 864	2 296 864
Remodelação da linha Amarela	254 901	254 901	254 901
Remodelação da linha Verde	1 217 941	1 217 941	1 518 571
Remodelação da linha Vermelha	(7 964)	(7 964)	(7 964)
Remodelação da Rede - Outros	256 609	256 609	256 609
Autoinvestimento	**0**	**1 522 364**	**1 522 364**
B - ML	**2 523 487**	**2 523 487**	**2 523 620**
Parques de material e oficinas	257 406	257 406	257 406
Material circulante	0	0	0
Equipamentos e outros	2 189 189	2 189 189	2 189 322
Investimentos correntes	76 892	76 892	76 892
Autoinvestimento	**0**	**0**	**0**
Investimento total	**8 826 957**	**10 267 910**	**11 146 431**

Quadro 18 – Evolução do investimento

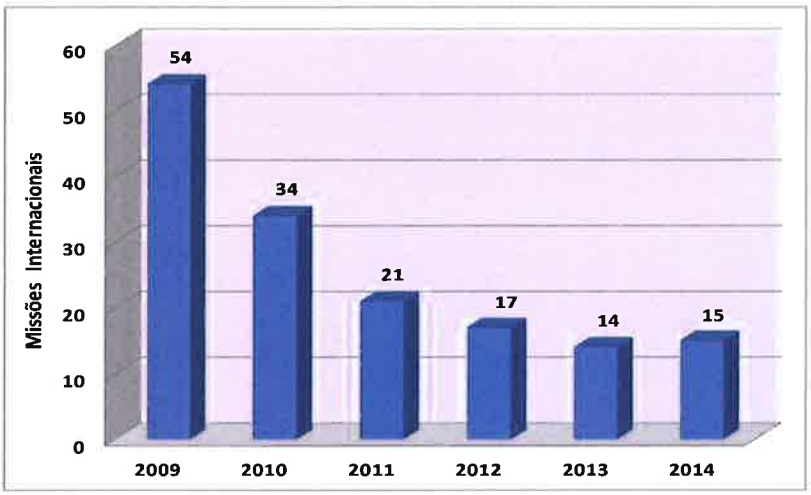
Un: €uros

Investimento	2012	2013	2014	Var. % 2014/13
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	21 023 542	2 195 473	8 826 957	302,1
Investimentos a Custos Técnicos (ICT)	25 314 961	3 847 344	10 267 910	166,9
Despesas de Investimento (DI) - inclui custos financeiros	30 985 691	4 683 284	11 146 431	138,0

1.6. Relações internacionais

Em 2014, a atividade das Relações Internacionais manteve-se alinhada com os condicionalismos orçamentais da Empresa e determinações tutelares para o setor empresarial do Estado. Neste sentido, registou-se a participação do Metro em quinze reuniões dos organismos internacionais a que pertence, prosseguindo o esforço de contenção de custos evidenciado nos últimos anos, em resultado das medidas determinadas pelo Conselho de Administração, conforme quadro seguinte: A participação do ML nestas organizações internacionais tem permitido ao ML conhecer as melhores práticas internacionais, aprendendo com a experiência das restantes redes de metro e permitindo definir prioridades de atuação para melhorar o desempenho da organização.

Gráfico 6 – Evolução das deslocações internacionais



Importa salientar que a Empresa foi reembolsada dos gastos de participação em seis das referidas missões, nomeadamente as iniciativas promovidas pelo CEEP e no âmbito dos projetos SECUR-ED e OSIRIS e, ainda, as participações nos workshops organizados pela UITP sobre "International Graffiti" e pela UIC sobre "Security and SECURESTATION".

Adicionalmente, a Empresa manteve a restrição em vigor de organização de reuniões em Lisboa, declinando sugestões nesse sentido em sede dos órgãos onde tem representação, com vista a diferir essa responsabilidade para uma data posterior.

Contudo, destacam-se os principais acontecimentos ocorridos em 2014:

No âmbito da UITP – União Internacional dos Transportes Públicos:

- Reunião do Comité União Europeia, em Bruxelas (fevereiro);
- Reunião da Comissão de Segurança e Exposição IT-TRANS 2014, em Karlsruhe (fevereiro);
- Reunião da Comissão de Economia dos Transportes, em Dresden (abril);
- Reunião da Comissão de Transportes e Cidade, em Riga (maio). Destaca-se a nomeação do Metro para liderar o Grupo de Trabalho "Quantifying the socio-economic benefits of integrating public

transport and urban planning", tendo por objetivo a criação de ferramenta dirigida à comunidade empresarial e aos decisores políticos, visando demonstrar os benefícios socioeconómicos da integração do transporte público no planeamento urbano;

- Reunião do Comité União Europeia e Conferência Europeia sobre Mobilidade "Moving Together", em Paris (junho);
- Reunião do Comité União Europeia e participação no jantar promovido pela UITP com deputados da Comissão de Transportes do Parlamento Europeu, visando apresentar os dossiers europeus mais relevantes para o transporte público (dezembro, Bruxelas).

No âmbito da ALAMYS – Associação Latino-Americana de Metropolitanos:

Dado o contexto de contenção de custos em vigor, o Metro não esteve presente na reunião de Comités Técnicos, realizada em Maio no Panamá, nem na Assembleia Geral que teve lugar na Cidade do México, em Dezembro. No entanto, a empresa manteve-se atenta aos pedidos de colaboração oriundos daquela associação, designadamente dando resposta a questionários e inquéritos, e outras iniciativas dirigidas à comunidade de associados.

No âmbito do Grupo NOVA – Benchmarking de Metros[9]:

O Metro esteve representado na reunião anual do Grupo NOVA de Benchmarking de Metros, realizada em maio na cidade de Toronto, onde foram apresentados os factos mais relevantes ocorridos na Empresa entre janeiro de 2013 e março de 2014, assim como os principais indicadores e perspetivas para 2014 e a apresentação de resultados do Estudo de Caso proposto pelo ML – "Análise da Procura e da Receita / Iniciativas para aumentar a receita tarifária".

Destaca-se ainda a proposta de estudo de caso apresentada por Lisboa conjuntamente com o Metro do Rio de Janeiro, intitulada "Value Capture of Proximity to Metro Stations (Land and Property Value)", que alcançou a quarta posição num total de 13 propostas submetidas pelos membros. Venceram os estudos de caso propostos por Sydney - "Improving Reliability of Services" - e Buenos Aires - "Multi-tasking Staff", que serão desenvolvidos em 2015.

O Metro manteve-se igualmente empenhado nas restantes atividades do NOVA, nomeadamente na recolha anual de Indicadores-Chave de Desempenho (KPI) e na participação nos estudos rápidos (clearinghouse) e outros da iniciativa dos membros.

Para além do benchmarking NOVA, em 2014 o Metro deu continuidade à política de colaboração com outras entidades e empresas congéneres na partilha de experiências e conhecimentos técnicos, tendo dado resposta a cerca de 30 questionários e pedidos avulsos de informação.

No âmbito do CEEP Portugal – Centro Europeu dos Serviços de Interesse Geral:

- ✓ Participação em todas as reuniões dos órgãos em que o Metro tem representação, nomeadamente a Assembleia Geral, a Comissão Coordenadora (Transportes), o Grupo de Trabalho "Gestão dos Assuntos Sociais" e a Task Force de Juristas dos Recursos Humanos.
- ✓ O Metro representou a Secção Portuguesa do CEEP no Seminário "The Management of Change in Public Services", realizado em Junho em Atenas, tendo sido reembolsado dos custos de deslocação e estada pelo orçamento deste projeto co-financiado pela UE.

Em relação aos projetos internacionais destacam-se os seguintes:

- ✓ O projeto SECUR-ED: projeto financiado pela UE, que visa proporcionar aos operadores os meios para aumentarem a segurança do transporte urbano. O Metro integra o Advisory Group Public Transport and Authorities, tendo acesso aos resultados das demonstrações do projeto. A Empresa esteve representada na reunião final do projeto que teve lugar em Bruxelas, em setembro.
- ✓ O projeto OSIRIS subsidiado pela UE, destinado a desenvolver uma metodologia inovadora que visa a redução do consumo global de energia por sistemas ferroviários urbanos na Europa, em cerca de 10%, até 2020. O Metro faz parte do Support and User Group, que permitirá aceder aos resultados finais do projeto. A Empresa participou na reunião de Barcelona, em abril.

[9] O Grupo NOVA é um programa de avaliação comparativa ferroviária internacional de que fazem parte metros de 14 cidades.

Em 2014, o Metro não esteve presente nas reuniões dos restantes projetos internacionais de que faz parte, nomeadamente:

- Working Group 40: Grupo de Trabalho da Comissão Eletrotécnica Internacional, que visa integrar os resultados dos projetos europeus de normalização de equipamentos de sinalização ferroviária, definindo um standard mundial.
- CT 143 | Comissão Técnica de Normalização em Aplicações Ferroviárias: Organismo do Comité Europeu de Normalização, liderado pela Associação Portuguesa para a Normalização e Certificação Ferroviária, tendo a seu cargo o processo de normalização europeia para Metropolitanos, Metros de Superfície e Metros Ligeiros.
- FOCAL POINT GROUP | Segurança nos Transportes Urbanos: Projeto promovido pela UE para identificar riscos potenciais de terrorismo e meios de prevenção, visando sistematizar procedimentos e constituir um modelo europeu de segurança, baseado nas melhores práticas.

Outras missões internacionais:

- Transport Ticketing & Passenger Information Conference 2014;
- Visita de Estado Presidencial à República Popular da China e à Região Administrativa Especial de Macau (RAEM);
- UIC – Security Workshop & SECURESTATION Final Conference;
- UITP – 1st Workshop International Graffiti.

Em relação às visitas de congéneres e personalidades internacionais, em 2014, a Empresa acolheu visitas de delegações estrangeiras que mobilizaram cerca de noventa visitantes de delegações oriundas da América Latina (Divisão América Latina da UITP); Brasil; Bulgária; China; Colômbia; Espanha; Hungria; Iraque; Moçambique e Reino Unido, tendo sido registados diversos testemunhos de apreço sobre as capacidades do Metro e a forma como foram recebidos.

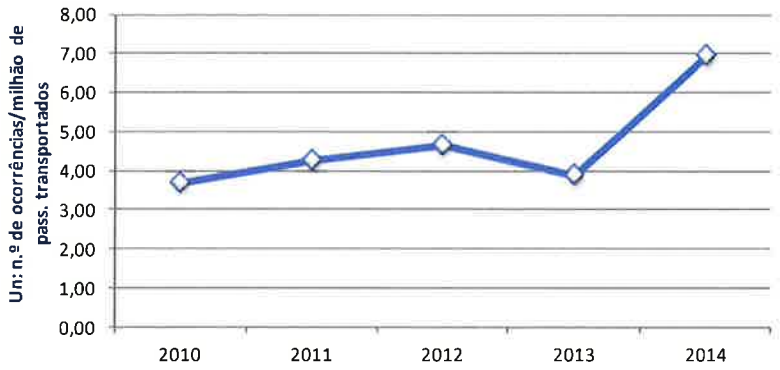
1.7. Qualidade do serviço

1.7.1. Segurança

No ano de 2014 verificou-se um incremento generalizado dos incidentes registados, na rede ML tendo atingido um valor médio final de 6,93 incidentes por milhão de passageiros transportados. O que se traduz, comparativamente ao ano anterior, num aumento dos incidentes na ordem dos 56%.

Em termos globais é possível evidenciar que este rácio de número de incidentes por milhão de passageiros transportados acompanhou em grande medida a diminuição do número de passageiros transportados e da afluência acrescida de turistas em circulação na rede. A realização da final da taça dos campeões europeus da UEFA foi um evento significativo para este indicador.

Gráfico 7 – N.º de ocorrências com passageiros por milhão de passageiros transportados



As situações que têm maior impacto neste indicador são as verificadas a bordo e em estações de interface, onde a ação de segurança é mais critica.

A perceção de segurança nas instalações do Metropolitano leva a generalidade dos passageiros a descurar a atenção sobre os seus bens potenciando a ocorrência de incidentes. Daí, a importância da realização de campanhas de sensibilização como a realizada no fim do ano, com a colaboração da Polícia de Segurança Pública (PSP).

Outro aspeto relativo à segurança, foi a sistematização de simulacros em estreita ligação com a Exploração Operacional de modo a detetar oportunidades de melhoria quer na articulação entre todos os intervenientes, quer na adequação dos procedimentos e meios existentes, numa atuação em situação de emergência.

Tem também sido dado conhecimento da rede às diversas forças de segurança e de socorro, para melhorar a sua capacidade de intervenção na rede.

1.7.2. Eficiência energética – Indicadores de consumo de energia e de emissões de CO_2

Na sequência do projeto "Eficiência Energética", durante o ano de 2014, o ML deu continuidade às atividades referentes a esta temática, promovendo uma gestão racional e eficiente dos seus consumos energéticos.

Com os procedimentos adotados, o ML deu cumprimento às obrigações legais enquanto empresa do setor empresarial do Estado, quer no respeitante à redução dos seus consumos energéticos quer quanto às emissões de gases de efeito de estufa.

A metodologia, à semelhança dos anos anteriores, teve como base o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE).

Em 2014 procedeu-se à monitorização das medidas anteriormente implementadas em toda a rede ML.

Iniciou-se em parceria com a Agência Nacional para a Energia (ADENE), um projeto conjunto na área do programa governamental ECO.AP, tendo como objetivo o lançamento de um concurso para a substituição de lâmpadas fluorescentes por tubos de tecnologia LED, dirigido às empresas qualificadas como prestadoras de serviços energéticos, ESE, que ocorrerá durante o ano de 2015.

Manteve-se o projeto "Marcha Económica", relativo ao regime de circulação do material circulante que reduz a velocidade de 60 km/h para 45 km/h.

Em 2014 foi finalizada a auditoria energética no âmbito da legislação em vigor, nomeadamente do Regulamento da Gestão do Consumo de Energia para o Setor dos Transportes, Portaria n.º 228/90 de 27 de Março, a toda a rede ML. A auditoria teve como resultado global a constatação que o ML cumpre o Portaria em vigor pelo fato de ter executado várias intervenções na sua rede, no âmbito do projeto "Eficiência Energética".

Ainda em 2014, o contrato de fornecimento de energia elétrica (concurso efetuado em 2013) foi celebrado em conjunto com a empresa CARRIS, situação esta que se traduziu em ganhos significativos, nomeadamente para a CARRIS nos seus custos de energia em baixa tensão. A integração dos consumos de energia elétrica da CARRIS continuará a verificar-se, isto é, os concursos anuais serão lançados em conjunto, ganhando-se desta forma as sinergias que daí advêm.

No ano de 2014 e em relação ao ano de 2013, obtiveram-se os seguintes resultados globais:

- Redução de custos em 552.240 euros (-6,8%);
- Redução do consumo de energia elétrica de 700.958 kWh;
- Redução de consumo de energia elétrica de 0,8%.

Em relação ao ano de 2010 (ano de referência do projeto Eficiência Energética), verificam-se os seguintes resultados globais:

- Redução do consumo de energia elétrica em 25.459.569 kWh;
- Redução de consumo de energia elétrica de 22,77%;
- Redução de custos em 2,462 milhões de euros;
- Redução aproximada de emissão de 10.017 Ton de CO_2 (valor de 352 g/kWh).

Quadro 19 – Consumos de energia

Consumo de energia		2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2014/13
Iluminação	10^3 kWh	28 688	27 786	23 860	21 138	20 261	-4,15
Força motriz	10^3 kWh	12 507	12 566	15 612	15 573	14 783	-5,07
Energia de tração	10^3 kWh	57 103	52 983	37 939	38 723	40 100	3,56
Outros consumos	10^3 kWh	13 485	12 582	11 162	11 592	11 180	-3,55
Total	10^3 kWh	111 783	105 917	88 573	87 026	86 325	-0,81

Quadro 20 – Custos de energia

Custos de energia		2010	2011	2012	2013	2014	Var. %		
							2014/13	2014/10	2013/10
Custo médio kWh	€	0,0672	0,0815	0,0885	0,0937	0,0880	-6,08	30,95	39,43
Custo médio kWh (s/tarifa acesso redes)	€	0,0549	0,0583	0,0619	0,0627	0,0562	-10,37	2,37	14,21
Tarifa acesso redes	€	0,0122	0,0232	0,0266	0,0310	0,0319	2,90	161,48	154,10

Quadro 21 – Eficiência energética

Indicadores de energia		2010	2011	2012	2013	2014
Eficiência energética	pass. x km/kWh	7,74	8,09	8,42	7,53	7,82
Emissões de CO_2	gCO_2/pass. x km	52	49	48	57	45
Consumo de energia total por carr. x km	kWh/carr. x km	4,04	4,00	4,15	4,05	3,94

1.7.3. Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente (SGQA)

O ano de 2014 foi marcado por uma consolidação do Sistema de Gestão nas vertentes ambiental e de qualidade e pelo início do projeto de implementação do Sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho.

Destaca-se a manutenção das certificações do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente pelas normas NP EN ISO 9001 e NP EN ISO 14001, sendo que, pela primeira vez, não foi identificada qualquer não conformidade na auditoria externa realizada pela SGS[10].

Durante o ano de 2014 foram realizadas as seguintes auditorias ao Sistema de Gestão:

- Auditoria de conformidade legal, realizada pela SAI - Sociedade de Inovação Ambiental, Lda., nos âmbitos de qualidade, ambiente e segurança e saúde no trabalho;
- Auditoria interna ao Sistema de Gestão realizada por uma equipa auditora da Metro do Porto no âmbito do Banco de Auditores Internos;
- Auditoria externa de acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com NP EN ISO 9001, realizada pela SGS;
- Auditoria externa de acompanhamento do Sistema de Gestão Ambiental de acordo com NP EN ISO 14001, realizada pela SGS;

Para 2014 foi traçado o objetivo de redução do número de não conformidades (NC) e das ações de melhoria (AM) para metade das existentes no início do ano. O mesmo iniciou-se com 74 NC e 36 AM abertas, tendo-se encerrado o ano com 27 NC e 23 AM. Esta redução significativa em termos de NC foi conseguida apesar de, durante o ano de 2014, terem sido detetadas e abertas 57 novas NC para as quais foram abertas 57 AM.

Das ações empreendidas com vista à melhoria do nosso desempenho ambiental são de salientar algumas das medidas definidas no Programa de Gestão do Sistema (PGS) e de controlo operacional que tiveram impacto em 2014, a saber:

[10] SGS Portugal, S.A. - Empresa prestadora de serviços com competências de inspeção, verificação, testes e certificação.

- Brigada do Ambiente – Criada com a missão de verificar a correta gestão dos resíduos em 2013, em 2014 foi alargado o seu âmbito de atuação passando a incluir a verificação da correta gestão de produtos químicos em toda a Empresa. A Brigada do Ambiente realizou ações de verificação mensais, alertando para as falhas encontradas, sugerindo medidas corretivas e verificando a implementação das mesmas.
- Redução da carga poluente de efluentes líquidos – Foi concluído o processo de licenciamento de descarga de águas residuais industriais na Câmara Municipal de Lisboa após receção de autorização respeitante a seis locais da rede do ML que careciam de licenciamento e de acompanhamento periódico das condições de descarga das águas residuais.
- Redução do consumo de água – Foi instalado o sistema de telemetria nos locais da Empresa abastecidos pela EPAL[11] e pelos SIMAS[12], criando-se assim melhores condições para deteção atempada de potenciais fugas de água. Simultaneamente foram implementadas medidas de otimização do consumo nas atividades em que se observou um uso excessivo de água e foi lançada uma campanha de sensibilização. Como resultado registou-se uma redução do consumo de água na empresa de 18,1% em 2014.
- Redução do ruído ambiente – Foram realizadas monitorizações de ruído para aferição da eficácia das medidas adotadas em 5 ventiladores que, em monitorizações anteriores, tinham ultrapassado os valores limite estabelecidos. De igual forma procedeu-se à monitorização dos casos identificados como críticos no que respeita ao ruído ambiente gerado na superfície da rede, resultando na identificação de 4 pontos de amostragem, correspondentes a 3 zonas, que irão ser sujeitos a medidas de mitigação em 2015.
- Plano de gestão de produtos químicos – Foi aprovado, e divulgado, o procedimento interno relativo à aquisição, manuseamento e armazenamento de produtos químicos. Após o que foi realizado o levantamento dos 405 produtos químicos existentes na Empresa e das respetivas fichas de dados de segurança (FDS). Foi criada uma base de dados, consultável por todos os trabalhadores, com as FDS existentes na empresa.

1.7.4. Auditorias internas

Ao longo do ano 2014 foi realizado um conjunto de auditorias internas, a saber:

- Sistema do controlo do imobilizado;
- Existências de sobressalentes;
- Juros de mora em contratos de empreitadas;
- Cumprimento da legislação sobre fecho de contas em contratos de empreitadas;
- Processamento de salários;
- Sinistralidade laboral;
- Existências de artigos promocionais e publicações;
- Garantias recebidas e prestadas;
- Fiabilidade dos equipamentos de venda e validação;
- Reavaliação da auditoria ao Sistema de planeamento e controlo de gestão realizada em 2013;
- Saldos de adiantamento concedidos a fornecedores;
- Formação de maquinistas;
- Processos de aquisição de bens e serviços;
- Receitas não tarifárias (em fase final);
- Cumprimento dos planos de manutenção do material circulante;
- Rutura de *stocks* de materiais.

1.7.5. Gestão do Risco

Consolidou-se o Sistema de Gestão do Risco, conduzindo o ciclo anual do seu funcionamento, designadamente com reavaliação dos riscos e redefinição de medidas de mitigação, sendo de destacar a criação do Comité Risco.

Foi feita a revisão para 2015 do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) e elaborado o seu relatório de execução do ano de 2014.

[11] EPAL – Empresa Pública de Águas de Lisboa.
[12] SIMAS – Serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos Municípios de Oeiras e Amadora.

2. Gestão económica e financeira

Em 2014, a gestão económica e financeira do Metropolitano de Lisboa (ML) foi caracterizada pelos seguintes factos essenciais:

- Por determinação da Tutela, a repartição das receitas de passes intermodais passou a efetuar-se tendo por base os resultados do Inquérito à Mobilidade de 2007. Esta medida estruturante corrigiu o desequilíbrio existente na repartição das receitas dos passes intermodais entre os diferentes operadores, resultando num aumento expressivo nas receitas tarifárias do ML. O crescimento dos ganhos, por esta via, permitiu acomodar o significativo decréscimo registado nos subsídios à operação.
- As despesas operacionais mantiveram uma trajetória descendente, com especial relevo para os gastos com pessoal, que reduziram 22%.
- O acionista manteve a sua política de apoiar financeiramente a Empresa, através de aumentos de capital – por conversão de créditos e entradas de capital - que permitiram os fundos necessários para fazer face ao serviço da dívida.

2.1. Análise económica

Em 2014, o resultado líquido ascendeu a - 51 milhões de euros, um agravamento de 36 milhões de euros relativamente aos resultados registados no ano anterior.

Quadro 22 – Resultados

Un: €uros

Resultados	2014	2013	Variação	
			Absoluta	%
EBITDA *	12 951 879	24 635 377	(11 683 498)	-47,4%
Resultado operacional	(35 628 370)	22 623 909	(58 252 279)	-257,5%
Resultado líquido do exercício	(50 837 743)	(15 307 839)	(35 529 904)	-232,1%

A evolução do EBITDA reflete um conjunto de factos não recorrentes, que importa destacar:

- os ganhos de 15,4 milhões de euros obtidos com o cancelamento antecipado dos contratos de derivados nos resultados de 2013;
- o reconhecimento em 2014 de perdas no valor de 20 milhões de euros, resultantes da alteração da participação social do Metro em duas participadas, GIL - Gare Intermodal do Oriente e TREM, A.C.E..

O EBITDA corrigido destes efeitos apresenta um crescimento superior a 200%, traduzindo a real melhoria do desempenho operacional:

Quadro 23 – Análise de EBITDA

Un: €uros

Análise da evoulção do EBITDA	2014	2013	Variação	
			Absoluta	%
EBITDA *	12 951 879	24 635 377	(11 683 498)	-
Ganhos obtidos com cancelamento derivados	-	(15 422 250)	15 422 250	-
Perdas imputadas a subsidiárias	20 124 337	1 259 896	18 864 440	-
EBITDA corrigido	33 076 216	10 473 024	22 603 192	215,8%

O resultado operacional em 2014 é ainda afetado negativamente pelo reforço, em 30 milhões de euros, das provisões relativas a processos judiciais em consequência da decisão tomada pela Tutela de suspender o pagamento dos juros vencidos na sequência do processo que se encontra a decorrer num Tribunal de Londres, interposto pela instituição financeira contra o Estado Português.

* EBITDA ajustado. Sem provisões, ajustamentos e imparidades.

Os rendimentos operacionais decresceram 17%, conforme mostra o quadro seguinte:

Quadro 24 – Rendimentos operacionais

Un: €uros

Rendimentos Operacionais	2014	2013	Variação	
			Absoluta	%
Vendas de Passes e bilhetes	86 021 693	77 487 718	8 533 976	11,0%
Compensação 4_18/sub_23/Social +	2 082 580	1 058 167	1 024 413	96,8%
Subsídios PAII	20 690	305 482	(284 792)	-93,2%
Indemnização compensatória e reforço orçamental	32 775 104	44 000 000	(11 224 896)	-25,5%
Receita Serviço público	**120 900 067**	**122 851 367**	**(1 951 300)**	**-1,6%**
Receitas não tarifárias	3 879 048	3 600 669	278 379	7,7%
Trabalhos p/ Própria Empresa	1 551 256	1 945 091	(393 835)	-20,2%
Imparidades	105 064	132 970	(27 906)	-21,0%
Aumentos justo valor	13 618 875	23 199 397	(9 580 522)	-41,3%
Outros rendimentos e ganhos	12 031 380	29 336 492	(17 305 112)	-59,0%
Provisões e reversões	-	2 591 191	(2 591 191)	-100,0%
Outros rendimentos	**31 185 624**	**60 805 810**	**(29 620 186)**	**-48,7%**
Total	**152 085 691**	**183 657 177**	**(31 571 486)**	**-17,2%**

A receita tarifária cresceu 11%, pelo efeito conjugado da alteração das quotas de repartição dos passes associada à recuperação da procura. O volume de passageiros aumentou 2,25% (validações no sistema), através de uma maior procura de títulos ocasionais, o que gerou um acréscimo de receita superior a 4 milhões de euros (5,2%). Contudo, o aumento da receita tarifária não foi suficiente para compensar a redução dos subsídios à exploração, pelo que a receita do serviço público decresceu 1,6%.

Os outros réditos registaram uma redução de 49%, sendo de destacar:

- A evolução positiva das receitas não tarifárias, refletindo o empenho da Empresa no desenvolvimento de novos segmentos de negócio;
- A manutenção da tendência decrescente nos "Trabalhos para a própria empresa", em linha com a redução no investimento;
- O valor da carteira de derivados mantém a tendência crescente, mas com uma variação inferior a 2013, resultando numa redução de 41,3% da rubrica "Ajustamentos justo valor";
- A conta "Outros rendimentos" decresce cerca de 60%, devido ao já referido one-off income obtido com o cancelamento antecipado dos derivados em 2013.

O quadro seguinte compara a evolução dos gastos operacionais, que registaram um crescimento de 17%:

Quadro 25 – Gastos operacionais

Un: €uros

Gastos Operacionais	2014	2013	Variação	
			Absoluta	%
Gastos com o pessoal	67 754 065	86 397 818	(18 643 753)	-21,6%
Fornecimentos e serviços externos	31 322 364	31 879 718	(557 354)	-1,7%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 639 558	2 150 462	489 096	22,7%
Perdas imputadas subsidiárias	20 124 337	1 259 896	18 864 440	1497,3%
Outros gastos e perdas	3 569 549	11 410 347	(7 840 798)	-68,7%
Provisões	30 575 894	-	30 575 894	-
Amortizações	27 044 540	27 910 026	(865 486)	-3,1%
Imparidades de Ativos depreciáveis	4 683 754	-	4 683 754	-
Total	**187 714 061**	**161 008 267**	**26 705 793**	**16,6%**

A análise do quadro 25 permite distinguir duas linhas de evolução distintas, associadas a diferentes naturezas de custos:

i. Os gastos diretamente associados à produção do serviço de transporte (Pessoal, Fornecimentos e serviços e Custo dos materiais consumidos) que, no seu conjunto, decresceram 15,5%, em resultado das medidas de racionalização e contenção implementadas.

ii. Gastos associados ao reconhecimento de variações no património da Empresa (*non-cash costs*) que, em 2014, representam 44% dos gastos totais, com um acréscimo de 53 milhões de euros:

- Perdas derivadas da venda da participação do Metropolitano de Lisboa na G.I.L e alteração da participação no TREM, A.C.E.: 18,9 milhões de euros;
- Reforço de provisões: 30,5 milhões de euros;
- Registo das imparidades resultantes da reavaliação de imóveis: 4,6 milhões de euros.

Os Gastos com Pessoal reduziram cerca de 22% devido essencialmente à suspensão do pagamento dos complementos de pensões decorrente do art.º 75 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, conforme mostra o quadro 26. Por sua vez, a massa salarial decresce 1,9 milhões de euros, em resultado da redução de efetivos registada em 2014.

Quadro 26 – Gastos com pessoal

Un: €uros

Gastos com Pessoal	2014	2013	Variação	
			Absoluta	%
Remunerações	56 107 982	59 810 307	(3 702 325)	-6,2%
Complemento de Pensões	279 486	12 595 465	(12 315 979)	-97,8%
Responsabilidades c/ Pensões	9 977 961	12 155 529	(2 177 568)	-17,9%
Outros gastos	1 388 636	1 836 517	(447 881)	-24,4%
Total	67 754 065	86 397 818	(18 643 753)	-21,6%
Massa salarial	44 282 629	46 190 709	(1 908 079)	-4,1%

O aumento dos consumos de materiais está associado à realização de um plano de substituição de componentes no material circulante, que se prevê concluir em 2015.

Os gastos com "Fornecimentos e serviços externos" abrandaram o ritmo de decréscimo, com uma redução inferior a 2%. Este abrandamento decorre de se terem atingido os resultados das medidas de racionalização implementadas que, desde 2010, geraram uma poupança global superior a 7 milhões de euros (19%).

Os gastos com eletricidade, com um peso significativo na estrutura de custos operacionais, registaram uma redução significativa (7%), que traduz o decréscimo do preço contratado combinado com as medidas de poupança energética implementadas.

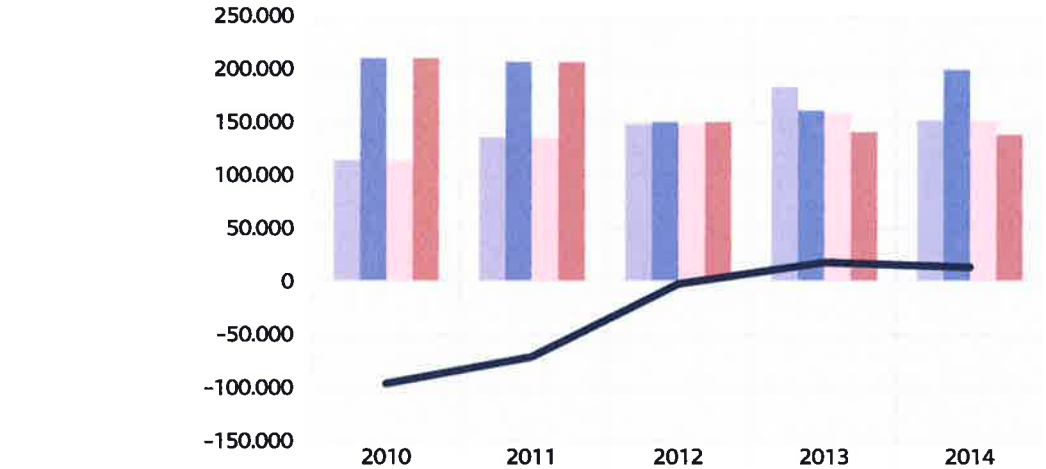
Quadro 27 – Fornecimentos e serviços externos

Un: €uros

Fornecimentos e serviços externos	2014	2013	Variação	
			Absoluta	%
Electricidade	7 593 732	8 148 655	(554 923)	-6,8%
Rendas e alugueres	7 948 916	7 918 025	30 891	0,4%
Conservação e reparação	3 909 942	4 018 437	(108 495)	-2,7%
Limpeza, higiene e conforto	2 555 034	2 665 399	(110 365)	-4,1%
Vigilância e segurança	5 208 525	5 186 241	22 285	0,4%
Trabalhos especializados	1 229 874	1 238 931	(9 058)	-0,7%
Outros	2 876 340	2 704 030	172 310	6,4%
Total	31 322 364	31 879 718	(557 354)	-1,7%

O gráfico seguinte mostra a evolução positiva dos rendimentos, gastos e resultados operacionais nos últimos 5 anos, corrigidos do impacto dos gastos e rendimentos não recorrentes (cancelamento de derivados, provisões para juros e reconhecimento de perdas de participadas).

Gráfico 8 – Evolução dos Rendimentos e Gastos operacionais



	2010	2011	2012	2013	2014
Rendimentos operacionais	114.645	136.069	148.298	183.657	152.086
Gastos operacionais	210.688	206.840	150.417	161.033	199.591
Rendimentos corrigidos	114.645	136.069	148.298	159.130	152.086
Gastos corrigidos	210.688	206.840	150.417	140.929	138.471
Resultados Operacionais	-96.043	-70.771	-2.118	18.201	13.615

Os resultados financeiros apresentam uma melhoria significativa, com uma redução superior a 22 milhões de euros. Esta variação resulta do provisionamento dos gastos relativos aos contratos de derivados em processo litigioso. Os ganhos financeiros incluem a reversão de uma verba de 6,2 milhões de euros, resultante do desconto financeiro reconhecido em exercícios anteriores.

Quadro 28 – Resultados financeiros

Un: €uros

Resultados financeiros	2014	2013	Variação	
			Absoluta	%
Aplicações financeiras	4 631	24 405	(19 774)	-81,0%
Outros ganhos financeiros	7 520 772	854 645	6 666 127	780,0%
Gastos financeiros de exploração	(22 040 031)	(34 503 909)	12 463 878	-36,1%
Gastos locação financeira	(626 543)	(4 219 365)	3 592 822	-85,2%
	(15 141 171)	(37 844 224)	22 703 053	-60,0%

2.2. Gestão financeira

2.2.1. Necessidades totais de financiamento

Em 2014, os cash-flows gerados pela atividade de prestação do serviço público de transporte mantiveram a trajetória positiva, fruto do crescimento sustentado da receita tarifária associado a um decréscimo significativo dos gastos operacionais (*cash-costs*).

A conjugação destes fatores permitiu que a caixa gerada pelas operações libertasse a tesouraria necessária para liquidar as despesas de investimento, tendo em conta a redução substancial verificada no recebimento de fundos comunitários.

No exercício de 2014, o Metropolitano amortizou dívida no montante de 141,7 milhões e pagou rendas e juros no valor de 103 milhões de euros, com um financiamento de 211 milhões de euros recebido do Tesouro. Deste modo, a função financeira gerou um *cash flow* negativo, suportado pelos fluxos libertados pela operação.

Quadro 29 – Variação de caixa e seus equivalentes

Un: milhares de euros

Demonstração Fluxos Caixa	2014	2013	Variação	
			Absoluta	%
Fluxo Atividades Operacionais	47 707	33 753	13 954	41,3%
Fluxo das Atividades Investimento	(8 211)	41 556	(49 767)	-119,8%
Fluxo das Atividades Financiamento	(33 876)	(81 543)	47 667	-58,5%
Variação de caixa e seus equivalentes	5 620	(6 234)	11 854	-190,2%
Caixa e seus equivalentes no inicio do período	18 186	24 420	6 234	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	23 806	18 186	5 620	30,9%

Em 2014, o Estado alterou a política de financiamento às Empresas Públicas Reclassificadas, substituindo a concessão de empréstimos por dotações de capital sempre que os fundos se destinam ao serviço da dívida ou investimento. De igual modo, o pagamento de juros e o reembolso de empréstimos do Tesouro foram convertidos em capital.

O quadro 30 detalha o financiamento do Metropolitano em 2014: O Estado aumentou o capital em 550 milhões de euros, concretizado através de entradas de capital, no valor de 211 milhões de euros, e da conversão dos créditos, no valor de 338 milhões de euros, correspondentes ao serviço da dívida dos empréstimos do Tesouro.

Quadro 30 – Atividade de financiamento

Un: milhares de euros

Atividades de financiamento	2014	2013	Variação	
			Absoluta	%
Aumentos de Capital	549 684	475 429	74 255	15,6%
Financiamento	211 327	475 429	(264 102)	-55,6%
Conversão de créditos	338 357	-	338 357	-
Empréstimos Bancários - IGCP/DGTF	-	412 860	(412 860)	-100,0%
Dação em Pagamento	16 152	-	16 152	-
Financiamento	565 836	888 289	(322 453)	-36,3%
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos Bancários	121 503	121 503	-	0,0%
Empréstimos Tesouro	315 628	153 483	162 145	105,6%
Operações de leasing	20 250	41 034	(20 784)	-50,7%
Empréstimos obrigacionistas	7 731	7 731	-	0,0%
Cancelamento antecipado derivados	-	475 429	(475 429)	-100,0%
Juros e gastos similares	95 460	109 625	(14 165)	-12,9%
Juros Empréstimos Tesouros	38 881	36 235	2 646	7,3%
Depósito a Prazo (caução)	259	19 701	(19 442)	-98,7%
Suprimentos Concedidos	-	5 093	(5 093)	-100,0%
Pagamentos	599 712	969 834	(370 122)	-38,2%
Fluxos de caixas das atividades de financiamento	(33 876)	(81 545)	47 669	-58,5%

2.2.2. Balanço do exercício

Em 2014, o ML manteve o critério, indicado pela Tutela, de apresentar no Balanço os valores da atividade de construção de infraestruturas de longa duração (ILD), evidenciando o impacto do investimento realizado em infraestruturas por conta do Estado e as responsabilidades correspondentes.

O valor do ativo totalizou 5.065 milhões de euros, com a seguinte distribuição:

Quadro 31 – Ativo total

Un: milhões de euros

Ativo	2014	2013	Variação	
			Absoluta	%
Não corrente	4 677	4 362	316	7,2%
Corrente	-	2	(2)	-100,0%
ILD	4 677	4 364	314	7,2%
Não corrente	287	336	(49)	-14,7%
Corrente	101	104	(3)	-3,1%
ML	388	440	(53)	-12,0%
Ativo total	5 065	4 804	261	5,4%

O acréscimo do Ativo em Infraestruturas de Longa Duração (Ativo – ILD) resulta maioritariamente dos gastos suportados pelo Metropolitano na atividade de Investimento em Infraestruturas, registados numa conta de valores a receber. O investimento em Infraestruturas de Longa Duração cresceu 8 milhões de euros, 50% do qual se refere a gastos em remodelação da rede.

O passivo total reduziu 4%, devido à amortização dos financiamentos, totalizando 5.056 milhões de euros.

Quadro 32 – Passivo total e capitais próprios

Un: milhões de euros

Passivo	2014	2013	Variação	
			Absoluta	%
Não corrente	3 485	3 601	(116)	-3,2%
Corrente	341	299	42	14,1%
ILD	3 826	3 900	(73)	-1,9%
Não corrente	1 022	1 132	(111)	-9,8%
Corrente	208	226	(19)	-8,2%
ML	1 229	1 359	(129)	-9,5%
Passivo total	5 056	5 258	(202)	-3,8%
Capitais próprios	9	(454)	464	-102,1%
Total do passivo e capitais próprios	5 065	4 804	261	5,4%

Em 2014, a política de financiamento seguida pelo acionista, conjugada com um a melhoria progressiva dos resultados, permitiu que o Metropolitano apresente capital próprio positivo, situação que não se verificava desde 2006.

2.2.3. Evolução do Passivo remunerado

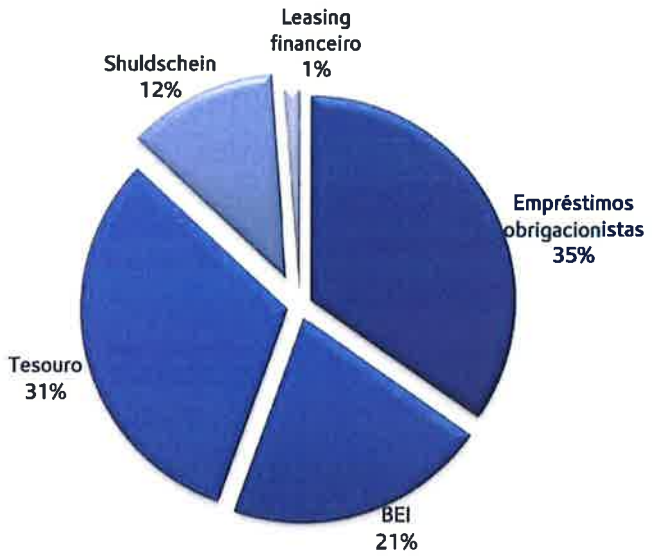
Em 2014, a Empresa amortizou dívida no valor de 457 milhões de euros, reduzindo em 11% o passivo remunerado.

Quadro 33 – Estrutura do passivo remunerado

Un: milhares de euros

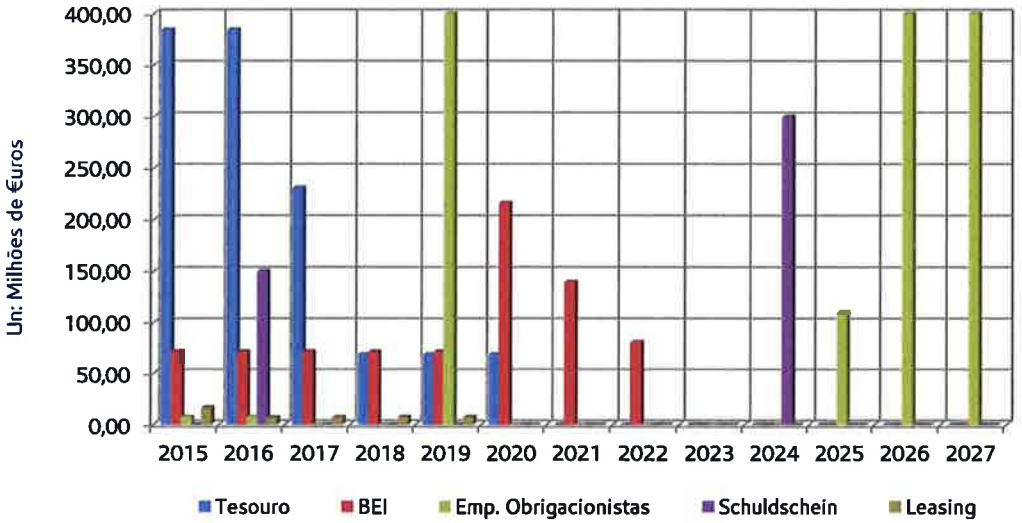
Passivo remunerado	2014	2013	Variação	
			Absoluta	%
Empréstimos obrigacionistas	1 325 463	1 333 194	(7 731)	-0,6%
BEI	794 854	866 357	(71 503)	-8,3%
Outros de longo prazo / Tesouro	1 206 262	1 521 891	(315 629)	-20,7%
Shuldschein	450 000	500 000	(50 000)	-10,0%
Leasing financeiro	46 860	59 382	(12 522)	-21,1%
Dívida de médio e longo prazo	3 823 439	4 280 823	(457 384)	-10,7%
Dívida de curto prazo	-	-	-	-
Total	3 823 439	4 280 823	(457 384)	-10,7%

Gráfico 9 – Distribuição do endividamento



Os empréstimos obrigacionistas têm um peso preponderante na estrutura do endividamento do Metro, apresentando igualmente as maturidades mais elevadas. A maturidade média reduziu para 6,2 anos (6,5 anos em 2013).

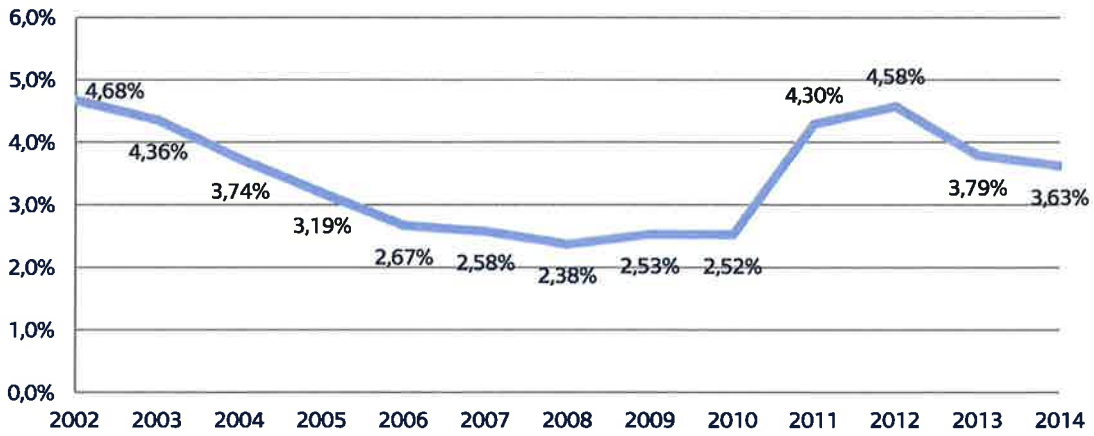
Gráfico 10 – Maturidade do financiamento



O gráfico seguinte mostra a evolução da taxa de juro implícita no endividamento desde 2002. Como se pode constatar, esta taxa de juro mantém uma trajetória favorável até 2010. A partir deste ano, com a descida das taxas de juro de referência, os cash-flows gerados pelos instrumentos de cobertura de risco iniciam uma trajetória acelerada de perdas, agravando significativamente a taxa de juro implícita.

A inversão desta tendência, a partir de 2012, é consequência do menor custo dos empréstimos contraídos junto do Tesouro, com uma taxa média de 2,4%, não sendo despiciente o impacto associado ao cancelamento dos derivados com maior risco de perdas.

Gráfico 11 – Taxa de juro implícita



2.2.4. Rating do Metropolitano de Lisboa

Quadro 34– Rating do ML

Rating Metro	Standard & Poor's	
	Rating	Outlook
17 de janeiro de 2014	B	Negativo
28 de fevereiro de 2014	BB	Negativo
9 de maio de 2014	BB	Estável
27 de fevereiro de 2015	BB	Estável
23 de março de 2015	BB	Positivo

Em maio de 2014, a Standard & Poor's reviu o *rating* do Metropolitano, alterando a perspetiva (Outlook) de negativa para estável. Na avaliação anual realizada em fevereiro de 2015, a S&P confirmou esta avaliação que, em março, foi alterada para Outlook positivo, em linha com a revisão do *rating* da República Portuguesa. O racional para esta avaliação foi o seguinte:

1. Continuação do apoio financeiro prestado pelo Estado, a que acresce o facto da maioria da dívida detida pelo ML ser garantida pela República Portuguesa.
2. O apoio e comprometimento, demonstrado pelo Estado, na satisfação dos compromissos de serviço da dívida, com verbas previstas para este efeito, no orçamento de 2015.

3. Governo Societário

Nos termos do novo regime jurídico do sector público empresarial, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas estão obrigadas a elaborar, anualmente, um "Relatório de boas práticas de Governo Societário", no qual deverá constar informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no Capítulo II – "Princípios de Governo Societário" do referido decreto-lei. Neste sentido, o Metropolitano de Lisboa dando cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 54º do referido diploma elabora um relatório autónomo de Governo Societário referente ao ano de 2014.

Desde 2011 que o Metropolitano de Lisboa passou a estar incluído no perímetro de consolidação das administrações públicas, no âmbito da notificação do procedimento dos défices excessivos (PDE). A lei do orçamento do Estado para 2014 (Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro), a Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro e a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, determinam a aplicação ao ML de medidas de caráter excecional, visando assegurar a estabilidade orçamental, designadamente em matéria de seletividade do investimento público, de racionalização dos recursos disponíveis e de contenção de custos de exploração e de pessoal. Foi igualmente limitada a assunção de compromissos que excedessem os fundos disponíveis.

Enquanto entidade pública reclassificada (EPR), o ML cumpriu todas as obrigações em vigor na lei, às quais acrescem as obrigações decorrentes da equiparação a serviços e fundos autónomos (SFA), por força da lei de enquadramento orçamental, do sistema de normalização contabilística (SNC) e dos deveres de informação dos SFA.

• Grelha das boas práticas de governação societária

Na sequência da elaboração do "Relatório do Governo Societário" e dando cumprimento a uma obrigação legal, a grelha que a seguir se apresenta, descreve todas as matérias que estão refletidas neste novo documento.

Quadro 35 – Grelha referente às boas práticas de governação societária

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		S	N	S	N		
I.	**Missão, objetivos e políticas**						
1.	Missão e a forma como é prosseguida. Visão e valores que orientam a Empresa	X		X		4-5	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		5-6	
	• Objetivos e do grau de cumprimento dos objetivos de gestão	X		X		6-7	
3.	Fatores chave de que dependem os resultados da Empresa	X		X		8	
4.	Cumprimento das orientações definidas pelos ministérios sectoriais	X		X		8	
II.	**Estrutura de capital**						
1.	Capital	X		X		9	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	X		X		9	Não aplicável
3.	Acordos parassociais	X		X		9	Não aplicável
III.	**Participações sociais e obrigações detidas**						
1.	Pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades	X		X		9	
2.	Aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	X		X		9	
3.	Número de ações ou obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	X		X		9	Não aplicável
4.	Relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade	X		X		9	Não aplicável
IV.	**Órgãos sociais e comissões**						
A.	**Mesa de Assembleia Geral**						
1.	Composição da mesa da assembleia geral, mandato e remuneração	X		X		10	Não aplicável
2.	Identificação das deliberações acionistas	X		X		10	Não aplicável

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		S	N	S	N		
B.	**Administração e supervisão**						
1.	Indicação do modelo de governo adotado	X		X		10	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros	X		X		10	
3.	Composição do Conselho de Administração	X		X		10-11	
4.	Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração	X		X		11	
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração	X		X		11-13	
6.	Participações patrimoniais dos membros do Conselho de Administração	X		X		14	
7.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas	X		X		14	Não aplicável
8.	Organograma relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X		X		14-16	
9.	Funcionamento do Conselho de Administração	X		X		16-17	
a.	Reuniões realizadas e grau de assiduidade	X		X		16	
b.	Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes	X		X		16-17	
c.	Órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos	X		X		17	
d.	Identificação das comissões existentes, composição e suas competências	X		X		17	Não aplicável
C.	**Fiscalização**						
1.	Composição do órgão de fiscalização	X		X		18	
2.	Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes	X		X		18	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal	X		X		18-21	
4.	Funcionamento do Conselho Fiscal	X		X		22	
a.	Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade por parte de cada membro	X		X		22	
b.	Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas e outras atividades relevantes	X		X		22	
c.	Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo	X		X		22	
d.	Outras funções dos órgãos de fiscalização	X		X		22	
D.	**Revisor Oficial de Contas (ROC)**						
1.	Identificação	X		X		23	
2.	Indicação das limitações legais e outras	X		X		23	
3.	Outros serviços prestados pelo ROC à sociedade	X		X		23	
E.	**Auditor externo**						
1.	Identificação	X		X		24	
2.	Política e periodicidade da rotação do auditor externo	X		X		24	
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo	X		X		24	
4.	Montante da remuneração anual paga	X		X		24	
V.	**Organização Interna**						
A.	**Estatutos e comunicações**						
1.	Alteração dos estatutos da sociedade – Regras aplicáveis	X		X		25	
2.	Comunicação de irregularidades	X		X		25	
3.	Políticas antifraude e ferramentas para a sua mitigação e prevenção	X		X		25	

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		S	N	S	N		
B.	**Controlo interno e gestão de riscos**						
1.	Existência de um sistema de controlo interno (SCI)	X		X		26	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco	X		X		26	
3.	Plano Estratégico e de Política de Risco da Sociedade	X		X		26	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional	X		X		26	
5.	Outras áreas funcionais com competência no controlo de riscos	X		X		26	
6.	Identificação e descrição dos principais tipos de riscos	X		X		27-28	
7.	Processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	X		X		28-30	
8.	Principais elementos do SCI e de gestão de risco	X		X		30-31	
C.	**Regulamentos e códigos**						
1.	Regulamentos internos e externos	X		X		32-35	
2.	Código de ética e de conduta	X		X		35	
3.	Planos de ação para a prevenção de fraudes e medidas tomadas para a sua mitigação	X		X		36	
D.	**Deveres especiais de informação**						
1.	Cumprimento dos deveres de informação a que a empresa está sujeita	X		X		36	
2.	Cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa está sujeita	X		X		36	
E.	**Site de Internet**						
1.	Divulgação da informação disponibilizada	X		X		37	
F.	**Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral**						
1.	Identificação do contrato de serviço público	X		X		37	
2.	Propostas de contratualização da prestação de serviço público	X		X		38	
VI.	**Remunerações**						
A.	**Competências para a determinação**						
1.	Competência para determinar as remunerações	X		X		38	
2.	Mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses	X		X		38	
3.	Declaração de independência	X		X		38	
B.	**Comissão de fixação de remunerações**						
1.	Composição da comissão	X		X		38	Não aplicável
C.	**Estrutura de remunerações**						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	X		X		39	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada	X		X		39-40	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição	X		X		40	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável	X		X		41	
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio de gestão	X		X		41	Não aplicável
6.	Regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada aos administradores	X		X		41	Não aplicável
D.	**Divulgação das remunerações**						
1.	Montante anual da remuneração auferida	X		X		40-41	
2.	Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo	X		X		41	
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios de gestão	X		X		41	
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos	X		X		41	
5.	Montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização	X		X		40	
6.	Remuneração anual da mesa da assembleia geral	X		X		41	Não aplicável

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação			Observações
		S	N	S	N		
VII.	Transações com partes relacionadas e outras						
1.	Transações relevantes com partes relacionadas	X		X		42-43	
2.	Informação sobre outras transações.	X		X		44-50	
VIII.	Análise de sustentabilidade da empresa						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	X		X		51	
2.	Políticas prosseguidas	X		X		51-52	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial	X		X		53-57	
IX.	Avaliação do Governo Societário						
1.	Cumprimento das Recomendações	X		X		58-60	
2.	Outras informações	X		X		61-64	

4. Cumprimento das orientações legais

À administração conjunta do Metropolitano de Lisboa e da CARRIS foi cometida, nos termos do estipulado no Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de maio, prioritariamente, a missão de concretização dos objetivos definidos no PET – Plano Estratégico de Transportes, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro, para o transporte urbano na Área Metropolitana de Lisboa. Em termos gerais, à que desenvolver e concretizar o processo de integração operacional do Metropolitano de Lisboa e da CARRIS, bem como estudar e preparar o modelo de abertura à exploração, por entidades privadas, dos serviços de transporte prestado por ambas as empresas.

Neste sentido, a nova administração conjunta tem vindo, desde o início das suas funções, a promover, numa lógica de gestão integrada Metro|CARRIS, a consolidação e o desenvolvimento da qualidade do serviço de transporte público que é prestado em Lisboa, nos seus diferentes modos (metropolitano, autocarro e elétrico), de modo a reforçar a complementaridade modal e a intermodalidade, tendo em vista a obtenção de importantes ganhos de eficiência e de produtividade.

O Decreto-Lei n.º 161/2014, de 29 de outubro que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de maio, veio estabelecer o regime de acumulação de funções dos membros executivos do conselho de administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A., definindo o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos conselhos de administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A., da TANSTEJO – Transportes do Tejo, S.A., e da SOFLUSA – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A..

O Conselho de Administração do METROPOLITANO DE LISBOA é composto por cinco administradores executivos (cf. artigo 2º do Decreto-Lei n.º 161/2014), cujo mandato cessará com a extinção do METROPOLITANO DE LISBOA, da CARRIS, da TRANSTEJO e da SOFLUSA, por fusão numa entidade a criar, ou no prazo de três anos, podendo haver lugar a nova designação, se aquela fusão se não tiver entretanto concluído (cf. artigo 4º do mesmo Decreto-Lei). À luz deste decreto-lei, os administradores são designados por Resolução do Conselho de Ministros, no caso do METROPOLITANO DE LISBOA, e por deliberação em reunião da assembleia geral, no caso da CARRIS, da TRANSTEJO e da SOFLUSA.

A este propósito, importa acrescentar que as leis do OE estabeleceram várias medidas para o setor empresarial do Estado, visando a redução de gastos e a aumento da respetiva eficiência económica, as quais têm vindo a ser naturalmente cumpridas pela Empresa.

Neste capítulo descrevem-se os objetivos de gestão, de forma quantificada, a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial do Metropolitano de Lisboa, definidos em cada ano e para o triénio 2012-2014, em especial os económicos e os financeiros, bem como as respetivas metas a atingir pela Empresa no referido período, nos termos previstos no artigo 38º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

- **Objetivos de gestão**

Os objetivos de gestão da Empresa encontram-se espelhados no "Contrato de Gestão" para o triénio 2012-2014.

Quadro 36 – Objetivos do contrato de gestão: 2012-2014

Indicadores	Un.	Peso (%)	Objetivos		
			2012	2013	2014
Volume de Negócios	m€	9,0	83.378	87.114	90.000
Margem do EBITDA	%	10,0	-39,46	-29,65	-25,06
Gastos Operacionais (sem indemnizações por rescisão)	m€	10,0	204.757	200.325	199.928
Gastos Operacionais por Passageiro	€	10,0	1,33	1,24	1,24
Taxa Cobertura dos Gastos Operacionais pelos Rendimentos	%	10,0	41	43	45
Peso dos títulos intermodais	%	12,0	54	68	70
Eficiência Energética	Pkm / kWh	12,0	7,764	7,643	7,557
Índice de Qualidade da Oferta		18,0	100	100	100
PMP	dias	3,0	180	150	120
Grau de cumprimento do Plano de Investimentos	%	3,0	80	82	85
Eficiência (Gastos operacionais/EBITDA)	%	3,0	-8,3	-7,8	-8,9
CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS		100			

Quadro 37 – Indicadores de qualidade da oferta: 2012-2014

Indicadores	Un.	Ponde-rador (%)	Objetivos		
			2012	2013	2014
Regularidade	%	10,0	80,0	80,0	82,0
Reclamações / 10^6 PT	n.º	15,0	38,83	52,59	43,26
Taxa de realização de carruagens x km	%	30,0	97,0	97,2	97,5
Número de ocorrências com perturbação na exploração (atraso ≥ 10 min.)	n.º	10,0	260	250	240
Tempo médio despendido por resolução de ocorrências c/ atraso ≥ 10 min.	min.	15,0	21,0	21,0	21,0
Idade média das carruagens	anos	10,0	13,3	14,3	15,3
Indice de Satisfação do Cliente	n.º índice	10,0	7,21	7,21	7,21
ÍNDICE DE QUALIDADE DA OFERTA (IQO)		100			

Glossário dos indicadores de gestão:

Volume de Negócios: Soma dos proveitos com "Serviço Público", alugueres e Outros Proveitos Operacionais – não levando em consideração as restantes rubricas de proveitos operacionais, nomeadamente Trabalhos para a própria entidade e subsídios à exploração / indemnizações compensatórias (IC);

Margem do EBITDA: EBITDA/Volume de Negócios, sendo o EBITDA = Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos antes de IC (+ ajustamentos caso existam);

Gastos Operacionais: Valor global dos Gastos Operacionais, com exclusão dos Custos com indemnizações por rescisão de contratos de trabalho e remissões de pensões;

Gastos Operacionais por passageiro: Divisão dos Gastos Operacionais totais, com exclusão dos custos com indemnizações por rescisão de contratos de trabalho e remissões de pensões, pelos passageiros transportados;

Taxa de cobertura dos Gastos Operacionais pelos Proveitos de Negócio: Divisão dos proveitos do negócio (tal como supra indicado incluem proveitos de Serviço Público, de Alugueres e Outros Proveitos Operacionais) pelos custos operacionais totais, com exclusão dos custos com indemnizações por rescisão de contratos de trabalho e remissões de pensões;

Peso dos títulos Intermodais: inclui títulos e passes combinados;

Eficiência Energética: Medida da eficiência ambiental da oferta através da divisão dos passageiros x km transportados pelos consumos energéticos;

Índice de Qualidade da Oferta (IQO): Tem em consideração fatores como:

- Número de reclamações por um milhão de passageiros (transportados): Divisão do número de reclamações de clientes por um milhão de passageiros transportados;
- Taxa de realização de carruagens x km: Divisão do número de carruagens x km realizadas pelo número de carruagens x km programadas x 100;
- Número de ocorrências com perturbação na exploração (atraso ≥10 min.): Número de ocorrências registadas que causam atrasos superiores a 10 minutos na exploração;
- Tempo médio de resolução nas ocorrências (atraso ≥ 10 min.): Divisão do tempo despendido na resolução das ocorrências de maior impacto na exploração com atraso superior a 10 min. pelo número de ocorrências registadas que causam atraso superior a 10 minutos na exploração;
- Idade média das carruagens: Média de idade das carruagens que compõem a frota;
- Índice de satisfação do cliente: Resultado do inquérito de satisfação realizado pelo Metro aos seus utentes;

PMP de acordo com a RCM n.º 34/2008, o Despacho n.º 9870/2009 e o DL n.º 65-A/2011 de 17 de Maio;

Grau de cumprimento do Plano de Investimentos: Valor do investimento realizado/valor do investimento orçamentado;

Eficiência: Gastos operacionais/EBITDA (os gastos operacionais não incluem os custos com indemnizações por rescisão de contratos de trabalho e remissões de pensões).

- **Grau de cumprimento dos objetivos de gestão**

Quadro 38 – Objetivos do Contrato de Gestão

Indicadores	Un.	Peso (%)	Ano 2013	Ano 2014				
			Realizado	Valor do Objetivo	Índice Objetivo	Valor Real	Índice Real	Desvio índices (%)
Volume de Negócios	m€	9,0	81.088	90.000	9,0	89.901	9,0	-0,11
Margem do EBITDA	%	10,0	-24,28	-25,06	10,0	-32,73	7,7	-23,46
Gastos Operacionais (sem indemnizações por rescisão)	m€	10,0	158.051	199.928	10,0	186.745	10,7	7,06
Gastos Operacionais por Passageiro	€	10,0	1,16	1,24	10,0	1,33	9,3	-7,31
Taxa Cobertura dos Gastos Operacionais pelos Rendimentos	%	10,0	51	45,0	10,0	48,1	10,7	6,94
Peso dos títulos intermodais	%	12,0	99	70	12,0	100	17,1	42,86
Eficiência Energética (Pkm / kWh)	Pkm / kWh	12,0	7,535	7,557	12,0	7,821	12,4	3,50
Índice de Qualidade da Oferta		18,0	114	100	18,0	111	20,1	11,48
PMP	dias	3,0	34	120	3,0	17	21,2	605,88
Grau de cumprimento do Plano de Investimentos	%	3,0	20	85	3,0	52	1,8	-39,20
Eficiência (Gastos operacionais/EBITDA)	%	3,0	-8,0	-8,9	3,0	-6,3	2,1	-28,43
GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS		**100**			**100**		**122**	

Quadro 39 – Indicadores de qualidade da oferta

Indicadores	Un.	Ponde-rador (%)	Ano 2013	Ano 2014				
			Realizado	Valor do Objetivo	Índice Objetivo	Valor Real	Índice Real	Desvio índices (%)
Regularidade	%	10,0	84,9	82,0	10,0	86,5	10,5	5,49
Reclamações / 10^6 PT	n.º	15,0	36,93	43,26	15,0	29,43	22,0	46,99
Taxa de realização de carruagens x km	%	30,0	96,9	97,5	30,0	100,6	31,0	3,22
Número de ocorrências com perturbação na exploração (atraso > 10 min.)	n.º	10,0	245	240	10,0	222	10,8	8,11
Tempo médio despendido por resolução de ocorrências c/ atraso > 10 min.	min.	15,0	21,5	21,0	15,0	18,2	17,3	15,45
Idade média das carruagens	anos	10,0	13,3	15,3	10,0	15,3	10,0	-0,07
Indice de Satisfação do Cliente	n.º índice	10,0	7,21	7,21	10,0	7,06	9,8	-2,08
ÍNDICE DE QUALIDADE DA OFERTA (IQO)		**100**			**100**		**111**	

Concluiu-se que o ML ultrapassou o objetivo global previsto no contrato de gestão em 22%.

- **Gestão do risco financeiro e limites de endividamento**

Os limites máximos de acréscimo de endividamento para 2014, definidos na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, foram cumpridos. O endividamento do ML cresceu 1,94%, ascendendo o passivo remunerado a 3.823 milhões de euros. Este acréscimo, que resultou integralmente dos empréstimos contraídos junto do Tesouro português, teve como finalidade o pagamento do serviço da dívida.

Quadro 40 – Financiamento

Financiamento	Un.	Anos				
		2010	2011	2012	2013	2014
Encargos financeiros	€	88.495	175.858	206.084	621.289	122.333
Taxa média de financiamento	%	2,52%	4,30%	4,58%	3,79%	3,63%

Quadro 41 – Passivo remunerado

Passivo Remunerado	Un.	2013	2014	Var.	
				Abs.	%
Financiamentos obtidos	10^3 €	888 289	565 836	(322 453)	-36,3%
... dos quais concedidos pela DGTF	10^3 €	412 860	0	(412 860)	-
Aumentos de capital por dotação	10^3 €	475 429	549 684	74 255	15,6%
Aumentos de capital por conversão créditos	10^3 €	0	0	0	-
Endividamento ajustado	10^3 €	4 656 497	4 756 252	99 755	2,1%

- **Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e atrasos nos pagamentos**

O Governo aprovou, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, o programa "Pagar a tempo e horas", com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril, com o objetivo de reduzir significativa e estruturalmente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.

Quadro 42 – Prazo médio de pagamentos a fornecedores

PMP	Un.	2013	2014	Var. 2014/13
Prazo	dias	34	17	-17

Em 31/12/2014, conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, encontravam-se em atraso os pagamentos abaixo descritos:

Quadro 43 – Pagamentos em atraso

Dívidas vencidas	Un.	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o art.º 1º DL 65-A/2011			
			90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisições de bens e seviços	€	89 717	0	3	301	5 469
Aquisições de capital	€	(134)	0	0	4 776	194 322
Total	€	89 583	0	3	5 077	199 791

Fonte: SIRIEF

- **Recomendações do acionista**

As contas de 2012 e 2013 do Metropolitano de Lisboa não se encontram aprovadas pela tutela.

Remunerações dos órgãos sociais:

- **Conselho de Administração**

Quadro 44 – Identificação dos órgãos sociais

Mandato (início - fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Doc	Data	Entidade	Pagadora
2012-2014	Vogal 1	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	R.C.M. n.º 36/2012	23-Ago-2012	n.a.	D
2012-2014	Vogal 2	Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	R.C.M. n.º 36/2012	23-Ago-2012	n.a.	D
2012-2014	Vogal 3	Drª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	R.C.M. n.º 36/2012	23-Ago-2012	n.a.	D

Legenda:

OPRLO - Opção pela remuneração do lugar de origem

O/D - Origem / Destino

Quadro 45 – Estatuto do Gestor Público

Membros do Conselho de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Valores mensais bruto	
			Remuneração base	Despesas de representação
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	S	B	2.289,10 €	915,64 €
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	S	B	2.289,10 €	915,64 €
Drª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	S	B	2.289,10 €	915,64 €

Quadro 46 – Remuneração anual dos membros do Conselho de Administração I

Nome	Remuneração Anual						
	Variável *	Fixa **	Outra	Redução (Lei n.º 12-A /2010)	Outras reduções remuneratórias	Redução anos anteriores	Bruta após reduções remuneratórias
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	1.804,91 €	43.035,10 €	- €	2.037,36 €	3.096,71 €	- €	39.705,94 €
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	1.225,59 €	43.035,10 €	- €	2.037,36 €	3.096,71 €	- €	39.126,62 €
Drª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	1.120,96 €	43.035,10 €	- €	2.037,36 €	3.096,71 €	- €	39.021,99 €

* Remuneração Variável (sem reduções) = Ajudas de custo + subsídio de refeição.

** Remuneração Fixa (sem reduções) = Rem. Base + despesas de representação.

Quadro 47 – Remuneração anual dos membros do Conselho de Administração II

Membros do Conselho de Administração	Remuneração Anual				
	Variável	Fixa	Bruto (1)	Reduções remuneratórias (2)	Bruta após reduções remuneratórias (3) = (1) - (2)
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	1.804,91 €	43.035,10 €	44.840,01 €	5.134,07 €	39.705,94 €
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	1.225,59 €	43.035,10 €	44.260,69 €	5.134,07 €	39.126,62 €
Drª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	1.120,96 €	43.035,10 €	44.156,06 €	5.134,07 €	39.021,99 €

Quadro 48 – Benefícios sociais

Nome	Subsídio de refeição		Benefícios Sociais						
			Regime de proteção social		Seguro de saúde (1)	Seguro de vida	Seguro de acidentes pessoais	Outro	
	Valor/dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor				Identificar	Valor
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas		1.054,19 €	TSU	9.045,55 €	484,32 €	- €	220,18 €	Assistência Médica	579,00 €
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso		1.106,65 €	CGA	6.472,37 €	484,32 €	- €	220,27 €	Assistência Médica	579,00 €
Drª Maria Manuela Bruno de Figueiredo		1.120,96 €	TSU	9.050,04 €	484,32 €	- €	220,30 €	Assistência Médica	579,00 €

(1) 50% destes valores foram faturados à CARRIS.

Quadro 49 – Gastos com comunicações móveis

Nome	Gastos com comunicações móveis	
	Plafond mensal definido	Valor anual
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	40,00 €	280,96 €
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	40,00 €	241,64 €
Drª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	40,00 €	248,10 €

Nota: As comunicações móveis dos membros do CA (referente ao ano de 2014) foram suportadas pela Carris.

Quadro 50 – Encargos com viaturas

Nome	Encargos com viaturas								
	Viatura atribuida	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano início	Ano termo	Valor da renda mensal	Gasto anual com rendas	Nº de prestações contratuais remanescentes
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	S	S	26.317,93 €	Locação financeira	2011	2014	325,16 €	* 1.625,80 €	Terminou em 2014
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	S	S	43.305,00 €	ALD	2010	2014	348,76 €	** 4.185,12 €	15
Drª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	S	S	42.822,00 €	ALD	2010	2014	414,98 €	4.979,76 €	0

* Valor do contrato imputado ao Metro.
** Contrato renovado até março de 2016.

Quadro 51 – Gastos anuais associados a viaturas

Nome	Plafond mensal definido para gasolina	Gastos anuais associados a viaturas				
		Combustível	Portagens	Outras reparações	Seguro	Observações
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	228,91 €	1.281,50 €	508,66 €	1.182,54 €	201,27 €	
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	228,91 €	1.870,47 €	199,63 €	1.520,33 €	832,13 €	
Drª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	228,91 €	1.404,97 €	718,40 €	7.600,27 €	611,32 €	

Quadro 52 – Despesas em serviço

Nome	Gastos anuais associados a deslocações em serviço					
	Deslocações em serviço	Custo com alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	4.302,92 €	1.706,00 €	750,72 €	-	- €	6.759,64 €
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	- €	- €	118,94 €	-	- €	118,94 €
Drª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	- €	- €	- €	-	- €	- €

No ano de 2014 e na sequência da Lei do Orçamento de Estado para 2014 (Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro) foi dado integral cumprimento em todas as suas vertentes (artigos 33º - Redução remuneratória e 41º - Prémios de gestão), não havendo lugar à atribuição de prémios de gestão, nos termos do artigo 41º da mesma lei.

Acrescenta-se que não houve utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objetivo a realização de despesas ao serviço da Empresa, nem qualquer reembolso de despesas no âmbito do conceito de representação pessoal.

- **Conselho Fiscal**

Quadro 53 – Identificação dos membros do Conselho Fiscal

Mandato (inicio - fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto remuneratório fixado (mensal) (1)
			Forma	Data	
2012-2014	Presidente	Dr. José Emílio Castel Branco	Despacho Conjunto SETF e SEOPTC	5-Out-2012	1.602,37 €
2012-2014	Vogal Efetivo	Dr. José Carlos Pereira Nunes	Despacho Conjunto SETF e SEOPTC	5-Out-2012	1.201,78 €
2012-2014	Vogal Efetivo	Drª Maria Onília Oliveira de Sousa	Despacho Conjunto SETF e SEOPTC	5-Out-2012	1.201,78 €
2012-2014	Vogal Suplente	Drª Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	Despacho Conjunto SETF e SEOPTC	5-Out-2012	- €

(1) De acordo com o Despacho Conjunto de 5 de outubro de 2012 da Senhora Secretaria de Estado do Tesouro e do Senhor Secretario de Estado das Obras Publicas, Transportes e Comunicações – 50% destes valores são suportados pela CARRIS.

Quadro 54 – Remuneração anual

Nome	Un.	Remuneração Anual 2014		
		Bruto	Reduções remuneratórias	Valor após reduções
		(1)	(2)	(3) = (1) - (2)
Dr. José Emílio Castel Branco	€	11.215,43 €	801,91 €	10.413,52 €
Dr. José Carlos Pereira Nunes	€	8.412,53 €	587,11 €	7.825,42 €
Drª Maria Onília Oliveira de Sousa	€	8.412,53 €	584,28 €	7.828,25 €
Drª Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	€	- €	- €	- €

- **Revisor Oficial de Contas (ROC)**

Quadro 55 – Identificação do SROC/ROC

Mandato (início - fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação			N.º de mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Forma	Data	Contratada	
2008-2014	Efetivo	Calano Pereira, António e José Reimão SROC representado por: Luis Pedro Pinto Calano Pereira ROC n.º 842	38	D 192/08-SETF	18-Mar-2008	- €	1

Nota: A SROC rescindiu em 31 de dezembro de 2014. As contas do ano 2014 vão ser certificadas por Alves da Cunha, A. Dias & Associados (SROC n.º 74), representada pelo Dr. José Luís Alves da Cunha, ROC nº 585, nomeado por Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Economia, de .18 de março de 2015.

Quadro 56 – Remuneração anual

Nome	Remuneração Anual 2014		
	Bruto	Reduções remuneratórias	Valor após reduções
	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)
Caiano Pereira, António e José Reimão	11.895,93 €	- €	11.895,93 €

- **Auditor externo**

Quadro 57 – Identificação e remuneração do auditor externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Data da contratação		Remuneração Anual		
Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º de Registo no CMVM	Data	Período	Valor da prestação de serviços contratada	Reduções remuneratórias	Valor após reduções
Deloitte & Associados, SROC, S.A	43	231	22-Out-2013		20.250,01 €	- €	20.250,01 €

- **Contratação pública**

Os procedimentos adotados pelo ML, no âmbito da contratação pública, cumpriram o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29, de janeiro, na sua atual redação e demais legislação aplicável às compras públicas.

Relativamente à contratação realizada no âmbito do setor especial dos transportes e de valor inferior aos limiares comunitários, embora não esteja sujeita às regras definidas na Parte II do CCP, foram observados os princípios fundamentais aplicáveis, nomeadamente, o princípio da transparência, da igualdade e da concorrência.

Nesta matéria foram cumpridas todas as obrigações legais de publicitação, nomeadamente no Portal base, bem como cumpridas as obrigações de reporte estatístico, junto da ESPAP[13] e do INE[14].

Os procedimentos internos, a adotar nos processos de aquisição de bens e serviços e na contratação de empreitadas de obra pública, constam do Manual de Compras, em vigor desde 17 de outubro de 2013, sem alterações. O Manual de Compras não prevê atualizações periódicas, sendo atualizado sempre que necessário.

Em 2014, o ML apenas celebrou um contrato de valor superior a cinco milhões de euros, relativo à aquisição de energia elétrica (Aquisição de Elétrica em AT, MT e BTE para as instalações da Carris e do Metropolitano de Lisboa – Proc. n.º 116/2014-CPC). Com efeito, celebrou com a EDP COMERCIAL, Comercialização de Energia, S.A., o contrato n.º 105/2014-ML no valor de 7.880.735,96 euros. Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 47º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas), o contrato em causa não está sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas.

[13] Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (eSPAp)
[14] Instituto Nacional de Estatística, I. P. (INE)

No ano de 2014 o ML não celebrou contratos ao abrigo de acordos quadros, no âmbito do SNCP. O ML aderiu, em 2011, ao Sistema Nacional de Compras Públicas, como entidade compradora voluntária, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 37/2007, de 19 de fevereiro.

- **Racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços**

Durante o ano de 2014, com a promoção da concorrência, foi obtida uma poupança de cerca de 1,6 milhões de euros, correspondendo a 20% da diferença entre o preço fixado no procedimento de aquisição (base ou estimado) e o preço contratual obtido.

Neste período, foi alargada a novos domínios a contratação de necessidades comuns ao ML e à CARRIS, mediante a realização de procedimentos de contratação conjuntos, com agregação das entidades adjudicantes. Foi o caso da aquisição conjunta de serviços de telecomunicações móveis, da locação de equipamentos de impressão e aquisição dos respetivos serviços de manutenção, e da aquisição de serviços de área de marketing, mantendo-se as aquisições conjuntas dos anos anteriores, nomeadamente de energia elétrica. A contratação conjunta de necessidades transversais às duas empresas contribuiu para a poupança alcançada no ano de 2014.

O ML mantém a sua integração no Sistema Nacional de Compras Públicas, ao qual aderiu já em 2010.

No que se refere ao parque de veículos do Estado, o ML cumpre o disposto na Lei n.º 66-A/2012, de 31 de dezembro, encontrando-se centralizada a gestão da frota e definidos os cargos com competências para a utilização de veículos: os membros do Conselho de Administração, os Assessores do Conselho de Administração e os diretores da Empresa.

O quadro que se segue resume o parque total de veículos do ML em 2014:

Quadro 58 – Parque de veículos do ML

	Parque de veículos do ML	Ano 2014	Ano 2013	Var. 2014/2013	
				V. Abs.	%
1.	N.º de veículos adquiridos	0	0	0	-
2.	N.º de veículos abatidos	0	2	-2	-100,0%
3.	N.º de veículos atribuídos	41	41	0	0,0%
	3.1 Conselho de Administração	1	1	0	0,0%
	3.2 Cargos de chefia	19	19	0	0,0%
	3.3 Outros (1)	21	21	0	0,0%

(1) Viaturas da pool e frota operacional, incluindo piquete, manutenção e obras.

Nota: Existem ainda outras duas viaturas presentemente avariadas, não incluídas no parque de veículos do ML.

- **Princípio da igualdade do género**

O ML encontra-se a implementar o seu "Plano de Ação para a Igualdade de Género" que abrange o triénio 2013/2015. Este plano tem por base as obrigações previstas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 8 de março, as medidas elencadas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2013, de 8 de março e o previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março.

Este Plano, encontra-se em implementação até ao final do ano de 2015, sendo complementado e reforçado, pela definição de compromissos de melhoria, ajustados à realidade desta Entidade Pública Empresarial e, assumidos mediante a assinatura do protocolo efetuado com a CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego), em março de 2014, na qualidade de parceiro, ao abrigo do Acordo de Adesão, ao" Fórum Empresas para a Igualdade de Género - O nosso Compromisso".

Este acordo emana da vontade do ML em assumir uma cultura de reconhecimento da igualdade de género, através da promoção e combate a todos os processos discriminatórios, como pilar do desenvolvimento e sustentabilidade no mundo empresarial.

- **Gastos operacionais – medidas de redução**

Quadro 59 – Plano de redução de custos

PRC	Un.	Meta	2014	2013	2012	2011	2010	Var. 2014/2013		Var. 2014/2010	
								V. Abs.	%	V. Abs.	%
EBITDA	m€	-	12,95	24,64	20,88	4,64	-31,83	-11,69	-47,44%	44,78	140,68%
(1) CMVMC	m€	-	2.640	2.150	2.205	2.167	2.607	490	22,79%	33	1,27%
(2) FSE	m€	-	31.322	31.880	35.346	38.214	38.674	-558	-1,75%	-7.352	-19,01%
Deslocações / Estadas	m€	em linha com 2013	22	28	26	45	97	-6	-21,43%	-75	-77,32%
Ajudas de custo [15]	m€		2	3	n.d.	n.d.	n.d.	-1	-33,33%	-	-
Comunicações	m€		81	106	116	154	160	-25	-23,58%	-79	-49,38%
(3) Gastos com o pessoal [16]	m€	-	57.776	74.242	75.298	78.837	87.657	-16.466	-22,18%	-29.881	-34,09%
(3.1) dos quais indemnizações	m€	n.a.	969	2.982	642	0	0	-2.013	-67,51%	-	-
Total (4)=(1)+(2)+(3)-(3.1)	m€		90.769	105.290	112.207	119.218	128.938	-14.521	-13,79%	-38.169	-29,60%
(5) Volume de negócios	m€		89.901	81.088	81.733	67.683	64.039	8.813	10,87%	25.862	40,38%
Peso dos Gastos/VN (4)/(5)	%		100,97%	129,85%	137,28%	176,14%	201,34%	-28,88%	-22,24%	-100,38%	-49,85%
Pessoal no ativo (1) + (2)	n.º	-3% face 2012	1426	1451	1525	1590	-	-25	-1,7%	-	-
Efetivos (sem O.S. e sem diretores)	n.º		1409	1434	1508	1572	n.a.	-25	-1,7%	n.a.	n.a.
Cargos de direção	n.º		17	17	17	18	n.a.	0	0,0%	n.a.	n.a.
Viaturas											
Viaturas	n.º	-	41	41	n.a.	n.a.	n.a.	0	0,0%	n.a.	n.a.
Gastos com as viaturas	m€	-	176	195	n.a.	n.a.	n.a.	0	-9,9%	n.a.	n.a.

O total da redução remuneratória em 2014 dos trabalhadores (excluindo os órgãos sociais) foi de 2.625.887,05 €, pelo que o ML cumpriu o estipulado na Lei n.º 83-C/2013.

Relativamente aos Cargos Dirigentes (número de chefias) registou-se uma redução de dois trabalhadores, face ao ano anterior.

- **Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado**

Desde 02 de janeiro de 2007 que o ML mantém uma conta aberta junto do IGCP, tendo aplicado junto desta entidade pública os seus excedentes de tesouraria pontuais, conforme previsto no art.º 124º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro. Contudo, em 2014, o ML pediu dispensa do princípio de unidade de tesouraria, invocando argumentos de ordem operacional, relacionados com a logística de venda de títulos, dispensa que foi autorizada tendo em conta as necessidades pontuais de linhas de crédito de apoio à tesouraria e o serviço de transportes valores da rede de vendas do Metro.

[15] As "ajudas de custo" até 2012 não se encontram identificadas por estarem numa conta contabilística agregada.
[16] Foram retirados aos "gastos com o pessoal" os efeitos dos custos associados ao "plano de pensões".

- **Recomendações do Tribunal de Contas**

Na sequência das "recomendações" constantes do relatório de auditoria do Tribunal de Contas, cumpre salientar que o cumprimento de algumas das recomendações se encontra fortemente condicionada pela situação económica e financeira que atravessamos, pelo quadro legal vigente.

Neste sentido, relativamente a cada uma das recomendações efetuadas, informamos as medidas tomadas e os resultados obtidos para cada uma, no quadro seguinte.

Quadro 60 – Cumprimento das recomendações do TC

Cumprimento das recomendações do TC	Cumprimento			Medidas tomadas	Resultados obtidos
	Sim	Não	Em parte		
Recomendação 1:					
Quantificação nas demonstrações financeiras da gratuitidade do transporte aos trabalhadores e familiares	X			O ML promoveu o integral cumprimento desta norma.	Concluído
Recomendação 2:					
Formalização e imputação do pagamento do serviço de transporte aos trabalhadores da Ferconsult	X			O ML promoveu o integral cumprimento desta norma.	Concluído
Recomendação 3:					
Eliminação da circulação ilegal de passageiros de outras transportadoras	X			O ML promoveu o integral cumprimento desta norma.	Concluído
Recomendação 4:					
Implementação da depreciação contabilística das ILD		X		Por decisão da tutela, em 2014, as ILD passaram a figurar no balanço, mas sem contabilização de amortizações.	Esta recomendação apenas poderá ser ultrapassada com a celebração do contrato de concessão com o Estado.
Recomendação 5:					
Revisão do Acordo de Empresa com vista à eliminação de subsídios, benefícios e prémios sem relação com o aumento de produtividade ou a qualidade de desempenho		X		-	Os Acordos de Empresa (AE I e AE II) têm um prazo de vigência que termina apenas em 31 de dezembro de 2015. Esta situação condiciona, ou impede, a revisão do seu normativo sem o acordo das associações sindicais que subscreveram os AE.
Recomendação 6:					
Revisão do Acordo de Empresa no sentido de fixar um limite para a atribuição do complemento de pensões	X			-	Os trabalhadores admitidos para a empresa após 31 de dezembro 2003 não se encontram abrangidos pelo pagamento de complemento de reforma e de sobrevivência.
Recomendação 7:					
Diminuição do absentismo dos trabalhadores com funções operacionais e de condução do material circulante	X			Em janeiro de 2013, foi feito o balanço do projeto "Menos Absentismo, Mais Produtividade" com a avaliação do impacto das medidas realizadas.	Concluiu-se que é importante retomar as medidas de intervenção que se mostraram mais eficazes, visando a continuação da tendência para a redução da taxa de absentismo.
Recomendação 8:					
Revisão e contabilização dos montantes atribuídos ao CCD	X			-	Já desde 2013 que o ML não atribui qualquer subsídio ao CCDTML
Recomendação 9:					
Melhoria das acessibilidades a pessoas com mobilidade reduzida			X	Instalação de meios mecânicos de acesso às estações	Foram concluídos os trabalhos nas estações Roma e Alvalade, estando em curso os trabalhos nas estações Areeiro, Colégio Militar e Baixa-Chiado. Devido aos atuais condicionalismos económicos não é possível, neste momento, à empresa financiar as obras nas restantes estações.

Cumprimento das recomendações do TC (cont.)	Cumprimento			Medidas tomadas	Resultados obtidos
	Sim	Não	Em parte		
Recomendação 10:					
Construção de parques de estacionamento		X		Construção de parques de estacionamento na Pontinha, Lumiar, Senhor Roubado e Odivelas, com recurso a meios de financiamento próprios.	O objeto do ML é a "exploração, em exclusividade e regime de serviço público do transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e dos concelhos limitrofes da Grande Lisboa", não lhe cabendo explorar e construir parques de estacionamento. Embora a Empresa o possa fazer de forma a complementar a sua atividade e em parceria com as restantes entidades interessadas, nomeadamente, câmaras municipais e outros operadores de transporte. Contudo, nenhum dos parceiros se mostrou disponível para o efeito, tentando sempre que o fosse o ML a suportar na integra quer o investimento, quer a exploração dos parques de estacionamento.
Recomendação 11:					
Criação de um sistema de Parque & Siga	X			Criação de um tarifário específico que permite o estacionamento da viatura em alguns parques da EMEL e da Emparque com o acesso à rede do metro.	Concluído
Recomendação 12:					
Potenciar painéis de informação e postos de atendimento relativos à operacionalidade do Metropolitano	X			Informação de tempo de espera para a passagem do comboio seguinte transmitida nos painéis interiores da generalidade das estações.	Concluído
			X	Colocação de painéis informativos na entrada das estações relativa à circulação na rede do ML	Foram aplicados em algumas estações da rede ML
	X			Criação do Gabinete do Cliente	Foram criadas quatro unidades do "Espaço Cliente CARRIS|Metro".
	X			Abertura do gabinete Carris / Metro	
Recomendação 13:					
Extensão das funções do Provedor Arbitral para Provedor do Cliente		X			A implementar em 2015
Recomendação 14:					
Centralização da relação com o cliente numa única entidade	X			"Relação com o cliente" num único órgão da empresa.	Em resultado da alteração na estrutura orgânica do ML foi criada a direção "Marketing e Comercial", passando a "relação com o cliente" a estar centralizada num único órgão. Neste momento, em consequência da integração CARRIS|Metro, a relação com o Cliente das duas empresas tem uma estratégia comum, centralizada num único "Centro de Atendimento", bem como nos quatro "Espaço Cliente" existentes.
Recomendação 15:					
Sistematização e compilação dos direitos e deveres do cliente equacionando a compensação pela ausência da prestação do serviço	X			Criação da Carta do Cliente	Concluído
	X			Disponibilizar informação relativa à compensação dos titulares do cartão "Viva viagem", em caso de interrupção do serviço de metro.	Esta informação está disponível no Site da Empresa (www.metropolitanodelisboa.pt)

- **Divulgação da informação ML**

Quadro 61 – Informação que consta do Site do SEE (portal da DGTF)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentário
	S/N/ N.A.	Data de atualização	
Estatutos	**N**	-	Aguarda-se a aprovação dos novos estatutos (DL)
Caraterização da Empresa	**S**	Set-2014	
Função de tutela e acionista	**S**	Out-2014	
Modelo Governo / Membros dos órgãos sociais:			
Identificação dos órgãos sociais	S	Jan-2015	
Estatuto remuneratório fixado	S	Jan-2015	
Divulgação das remunerações auferidas pelos órgãos sociais	S	Jan-2015	
Identificação das funções e responsabilidade dos membros do Conselho de Administração	S	Jan-2015	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos órgãos sociais	S	Jan-2015	
Esforço financeiro do Estado	**S**	Jun-2014	
Ficha síntese da Empresa	**S**	Jan-2015	
Historial, visão, missão e estratégia	**S**	Set-2014	
Informação financeira histórica e atual	**S**	Set-2014	
Princípios de bom governo:			
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	Out-2014	
Transações relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	S	Out-2014	
Outras transações	S	Out-2014	
Análise de sustentabilidade económica, social e ambiental	**S**	Out-2014	
Avaliação do cumprimento dos PBG	**S**	Out-2014	
Código de ética e de conduta	**S**	Out-2014	

Legenda:
S - Sim
N - Não
N.A. - Não Aplicável

- **Quadro resumo**

Quadro 62 – Cumprimentos das orientações legais

Cumprimento das orientações legais	Cumprimento S	N	N.A.	Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório e Contas
Objetivos de gestão / Planos de Atividade e Orçamento					
Grau de cumprimento dos objetivos do contrato de gestão ≥ 100%	X			125%	Ver o ponto "Grau de cumprimento dos objetivos de gestão"
Gestão do risco financeiro			X	3,63%	Ver o ponto "Gestão do risco financeiro e limites de endividamento"
Limites de crescimento do endividamento	X			-457.385 € -10,7%	Ver o capítulo 2.2.3 "Evolução do passivo remunerado"
Evolução do PMP a fornecedores	X			- 17 dias	Ver o ponto "Prazo médio de pagamentos e atrasos nos pagamentos"
Atrasos nos pagamentos (*arrears*)	X			204.871 €	Ver o ponto "Prazo médio de pagamentos e atrasos nos pagamentos"
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			X	-	Os Relatórios e Contas de 2012 e 2013 aguardam aprovação por parte da Tutela.
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41º da Lei n.º 83-C/2013	X			-	Ver o ponto "Remunerações dos órgãos sociais"
Órgãos sociais – redução remuneratória vigentes em 2014	X			17.376 €	Ver o ponto "Remunerações dos órgãos sociais"
Auditor externo – redução remuneratória nos termos do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013			X	-	Ver o ponto "Remunerações – Auditor externo"
Restantes trabalhadores – reduções remuneratórias vigentes em 2014	X			2.625.887 €	Ver o ponto "Plano de redução de custos"
Restantes trabalhadores – proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 39º da Lei n.º 83-C/2013	X				Ver o ponto "Custo do fator trabalho"
Artigo 32º do EGP:					
Utilização de cartões de crédito	X			-	Ver o ponto "Remunerações dos órgãos sociais"
Reembolso de despesas de representação pessoal	X			-	
Contratação pública:					
Aplicação das Normas de contratação pública pela Empresa	X			Aplicação do CCP, da Lei n.º 8/2012, do regime de parecer prévio pela AMA, cfr. DL n.º 107/2012.	Ver o ponto "Contratação pública"
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			X	-	As empresas participadas não se encontram abrangidas pelo Código da Contratação Publica.
Contratos submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas	X			-	A Empresa não celebrou contratos sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas
Auditorias do Tribunal de Contas (ocorridas em 2013)	X				Ver quadro "Cumprimento das recomendações do TC"
Parque automóvel:	X			0	Ver os pontos "Racionalização de políticas de aprovisionamento de bens e serviços" e "Plano de redução de custos"
N.º de viaturas	X			41	Desde dezembro de 2012, o ML reduziu significativamente a sua frota automóvel, abatendo ou alienando 14 veículos (25%), tendo reduzido os custos associados à manutenção.
Gastos com viaturas	X			175.949 €	
Gastos operacionais das Empresas Públicas (art.º 61º da Lei n.º 83-C/2013)	X				Com o objetivo de cumprir os objetivos definidos, o ML tem vindo a implementar uma política de redução de custos operacionais, sustentável no médio e longo prazos, tendo conduzido a que os gastos operacionais (CMVM + FSE + Gastos com pessoal s/indemnizações por despedimento) cumpram o estipulado nos princípios financeiros de referência para 2014, apresentando uma redução de 23,4%, face a 2010.
Redução de trabalhadores (art.º 60º da Lei n.º 83-C/2013):					
N.º de trabalhadores	X			-25 -1,7%	Ver o ponto "Plano de redução de custos"
N.º de cargos dirigentes	X			-2 -0,8%	
Princípio da unidade de tesouraria (art. 123º da Lei n.º 83-C/2013):					
Disponibilidades centralizadas no IGCP			X	71%	Ver o ponto "Princípio da unidade de tesouraria do Estado"
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	X			0	

Legenda:
S - Sim
N - Não
N.A. - Não Aplicável

5. Perspetivas para 2015

As atuais projeções macroeconómicas apontam para uma gradual recuperação da economia portuguesa nos próximos anos, ligeiramente acima do crescimento esperado para a área do euro.

Um consenso alargado em torno deste crescimento é fundamental para aumentar a credibilidade, a previsibilidade e a capacidade de implementação das políticas que o sustentam.

As condições anteriores são indispensáveis para promover uma melhor afetação dos recursos e o crescimento da produtividade, contribuindo assim para o desígnio de aumentar sustentadamente os níveis de bem-estar económico em Portugal.

Neste contexto em que se prevê a inversão do ciclo económico, com a retoma gradual do crescimento e do emprego, em 2015, o METROPOLITANO DE LISBOA prosseguirá a sua atividade, num novo enquadramento do grupo TRANSPORTES DE LISBOA, aprofundando e consolidando o respetivo processo de reestruturação e de integração operacional com a CARRIS e com o grupo TRANSTEJO, no quadro da administração e gestão comum, em que hoje funcionam estas empresas.

O METROPOLITANO DE LISBOA vai continuar a apostar na procura de novas formas de fidelização e de captação de novos clientes, bem como de reforço do combate à fraude na utilização do Transporte Público, de que se espera uma recuperação da procura.

Ao mesmo tempo, em 2015, vão prosseguir as ações de redução dos gastos e de aumento da produtividade, de modo a acomodar a decisão do governo de terminar com o apoio financeiro do Estado, pelo fim da atribuição das indemnizações compensatórias, sem prejuízo de dar continuação ao apoio às tarifas dos grupos sociais mais fragilizados (Social+), melhorando os resultados financeiros, condição indispensável para a sustentabilidade económica e financeira da Empresa.

Será, também, preocupação preservar e consolidar o equilíbrio do tecido social na Empresa, reforçando o clima de diálogo e de concertação indispensáveis ao seu normal funcionamento.

Ao mesmo tempo, o METROPOLITANO DE LISBOA, no âmbito dos trabalhos técnicos, financeiros e jurídicos desenvolvidos com a CARRIS, concretizará, com o acionista, o processo de concessão do respetivo serviço público a privados, conforme previsto no PET e refletido na Lei do Orçamento do Estado para 2014.

Em 2013 foi dado um passo importante com a publicação pelo governo de um novo diploma que veio clarificar, quer a subsidiação do Estado, quer a repartição de receitas, sendo, no entanto, necessário para a sua correta aplicação, repensar toda a organização atual do sistema de transportes da região de Lisboa.

Só assim, será possível romper com hábitos instalados, criar novas regras, novas exigências de serviço e, sobretudo, contratualizar todo o serviço público de transporte, envolvendo o Estado, as Autarquias e os Reguladores, dando ao processo uma absoluta transparência em prol das populações da região de Lisboa que passarão a beneficiar de um verdadeiro sistema integrado de transporte público, ao melhor preço possível.

Note-se que todo este ajustamento do sistema terá, de acordo com a legislação europeia sobre transportes, de ser concluído até 2019.

Com a nomeação de um novo Conselho de Administração comum ao METROPOLITANO DE LISBOA, à CARRIS e ao Grupo TRANSTEJO, nos termos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 161/2014, de 29 de outubro, serão concretizados novos projetos e adotadas medidas que aprofundarão a integração operacional do METROPOLITANO DE LISBOA com as empresas acima referidas, bem serão desenvolvidas as ações necessárias que permitam a abertura da gestão e das atuais concessões à iniciativa privada, o que levará à adoção de um conjunto diversificado de medidas, cujo resultado terá acrescida visibilidade no exercício de 2015.

O exercício de 2015, ano em que o METROPOLITANO DE LISBOA completará 56 anos de atividade, será, assim, simultaneamente, um período em que se encerrará um ciclo de reestruturação da Empresa, iniciando-se um novo ciclo que será marcado pela construção de um novo modelo de organização e de funcionamento, assente num diferente enquadramento e em novos paradigmas.

Este novo modelo de organização e de funcionamento permitirá ao METROPOLITANO DE LISBOA afirmar-se como uma empresa pública com um desempenho diferente, no novo ciclo que, em 2015, será iniciado, esperando-se que a empresa, num novo enquadramento do grupo TRANSPORTES DE LISBOA, seja mais flexível, com uma dinâmica renovada, com um acrescido enfoque no mercado, com condições que lhe garantam maior sustentabilidade, prosseguindo e acentuando, com inovação, a oferta de novas soluções de mobilidade urbana, capazes de reforçarem o seu importante contributo para a competitividade e para a qualidade de vida em Lisboa.

Assegurar a sustentabilidade do METROPOLITANO DE LISBOA, bem como a sua capacidade para continuar a atuar, de forma ativa, na mobilidade de Lisboa e da sua área metropolitana envolvente, são, afinal, os desafios principais que, em 2015, a Empresa terá que vencer e que enfrentar com confiança.

6. Proposta de aplicação de resultados

Para efeitos do cumprimento da alínea e) do n.º 2 do art.º 7º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., o Conselho de Administração propõe que o prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no valor de 50.837.743 euros seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

O Conselho de Administração

Eng.º Rui Lopes Loureiro

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Dr. José Rui Roque

7. Demonstrações financeiras

Quadro 63 – Balanços em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Un: €

ATIVO	Notas	2014	2013
Ativo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	4 677 424 000	4 361 698 549
Ativos fixos tangíveis	6	227 413 137	259 863 291
Propriedades de investimento	8	390 982	428 728
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	5 184 088	25 683 810
Outras contas a receber	13	-	10 502 602
Derivados	10	3 678 000	3 271 187
Outros ativos financeiros	11	50 089 996	36 449 583
Total do ativo não corrente		**4 964 180 203**	**4 697 897 750**
Ativo corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	-	2 041 708
Inventários	12	2 482 190	1 569 041
Clientes	13	3 166 534	4 342 615
Estado e outros entes públicos	21	2 648 299	4 394 694
Outras contas a receber	13	12 526 562	18 055 213
Diferimentos	14	56 349 086	57 691 347
Caixa e depósitos bancários	4	23 806 166	18 186 353
Total do ativo corrente		**100 978 837**	**106 280 971**
Total do ativo em investimentos de infraestruturas de longa duração		**4 677 424 000**	**4 363 740 257**
Total do ativo afeto à operação (ML)		**387 735 039**	**440 438 464**
Total do Ativo		**5 065 159 040**	**4 804 178 720**

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	2014	2013
Capital Próprio			
Capital realizado	15	1 628 862 756	1 079 179 039
Reserva legal		21 597	21 597
Outras reservas		1 501 878	1 501 878
Resultados transitados		(1 587 160 498)	(1 539 560 250)
Outras variações no capital próprio	16	17 012 122	19 918 353
		60 237 856	**(438 939 383)**
Resultado líquido do exercício		**(50 837 743)**	**(15 307 839)**
Total do capital próprio		**9 400 113**	**(454 247 222)**
Passivo			
Passivo não corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	3 485 256 785	3 600 774 086
Provisões	17	55 736 875	13 212 202
Financiamentos obtidos	18	520 076 153	691 360 435
Derivados	10	198 710 014	210 714 948
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	247 102 172	216 987 145
Total do passivo não corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração		**3 485 256 785**	**3 600 774 086**
Total do passivo não corrente afeto à operação (ML)		**1 021 625 214**	**1 132 274 729**
Total do passivo não corrente		**4 506 881 999**	**4 733 048 815**
Passivo corrente			
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5	341 066 173	298 900 953
Fornecedores	20	1 370 469	1 616 266
Adiantamento de clientes		269 798	-
Estado e outros entes públicos	21	2 520 432	2 597 692
Financiamentos obtidos	18	160 674 782	176 977 441
Outras contas a pagar	23	41 484 990	42 353 773
Diferimentos	24	1 490 284	2 931 002
Total do passivo corrente em investimentos de infraestruturas de longa duração		**341 066 173**	**298 900 953**
Total do passivo corrente afecto à operação (ML)		**207 810 755**	**226 476 174**
Total do passivo corrente		**548 876 928**	**525 377 127**
Total do passivo em investimentos de infraestruturas de longa duração		**3 826 322 957**	**3 899 675 039**
Total do passivo afeto à operação (ML)		**1 229 435 969**	**1 358 750 903**
Total do passivo		**5 055 758 927**	**5 258 425 942**
Total do capital próprio e do passivo		**5 065 159 040**	**4 804 178 720**

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2014

O Técnico Oficial de Contas

Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

O Conselho de Administração

Eng.º Rui Lopes Loureiro

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Dr. José Rui Roque

Quadro 64 – Demonstrações dos resultados por naturezas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Un: €

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2014	2013
Vendas e serviços prestados	25	89 900 742	81 088 387
Subsídios à exploração	26	34 878 374	45 363 649
Ganhos / perdas imputados às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	(20 124 337)	(1 259 896)
Trabalhos para a própria entidade		1 551 256	1 945 091
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(2 639 558)	(2 150 462)
Fornecimentos e serviços externos	27	(31 322 364)	(31 879 718)
Gastos com o pessoal	28	(67 754 065)	(86 397 818)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	12	105 064	(25 000)
Provisões (aumentos / reduções)	17 e 19	(30 575 894)	2 591 191
Aumentos / reduções de justo valor	10 e 11	13 618 875	23 199 397
Outros rendimentos e ganhos	29	12 031 380	29 336 492
Outros gastos e perdas	30	(3 569 549)	(11 410 347)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**(3 900 076)**	**50 400 965**
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 e 8	(27 044 540)	(27 910 026)
Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	6 e 8	(4 683 754)	132 970
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**(35 628 370)**	**22 623 909**
Juros e rendimentos similares obtidos	31	7 525 403	879 050
Juros e gastos similares suportados	31	(22 666 574)	(38 723 273)
Resultado antes de impostos		**(50 769 541)**	**(15 220 314)**
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	(68 202)	(87 525)
Resultado líquido do exercício		**(50 837 743)**	**(15 307 839)**

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

O Técnico Oficial de Contas

Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

O Conselho de Administração

Eng.º Rui Lopes Loureiro

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Dr. José Rui Roque

Quadro 65 – Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Un: €

	Notas	2014	2013
Atividades operacionais			
Vendas de bilhetes e passes		86 467 539	85 826 671
Subsídios à exploração	3.18	30 032 684	47 882 886
Recebimentos de clientes		14 323 316	9 049 365
Pagamentos a fornecedores		(37 563 309)	(30 910 102)
Pagamentos ao pessoal		(43 348 054)	(61 237 094)
Caixa gerada pelas operações		**49 912 176**	**50 611 726**
Pagamento e recebimento de impostos		(202 183)	(9 500 406)
Outros pagamentos / Recebimentos da atividade operacional		(2 002 829)	(7 358 310)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		**47 707 164**	**33 753 010**
Actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	1 534 630
Atividades de investimento em ILD - Subsídios de investimento		2 161 774	56 447 910
Juros, dividendos e outros rendimentos similares		19 395	223 302
Total dos recebimentos		**2 181 169**	**58 205 842**
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos Financeiros		(28 571)	-
Ativos fixos tangíveis		(10 363 975)	(16 649 361)
Total dos pagamentos		**(10 392 547)**	**(16 649 361)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		**(8 211 377)**	**41 556 481**
Atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Aumentos de Capital	15	211 326 846	475 429 039
Empréstimos bancários - IGCP/DGTF		-	129 885 756
Atividades de investimento em ILD - Empréstimos bancários - IGCP/DGTF		-	282 974 244
Cancelamento antecipado de contratos de swap - ML		-	15 422 250
Total dos empréstimos		**211 326 846**	**903 711 289**
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos bancários	18	(121 502 576)	(274 985 576)
Operações de leasing operacional		(7 725 180)	(10 610 120)
Operações de leasing financeiro		(12 525 199)	(30 423 708)
Empréstimos obrigacionistas		(7 731 367)	(7 731 367)
Ganhos e perdas de financiamento		(95 459 528)	(91 216 934)
Cancelamento antecipado de contratos de swap - ILD	5.5	-	(490 851 289)
Depósito a prazo (caução)		(258 969)	(19 700 540)
Suprimentos concedidos	9	-	(5 092 660)
Total dos pagamentos		**(245 202 819)**	**(930 612 194)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		**(33 875 973)**	**(26 900 905)**
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		**5 619 814**	**48 408 586**
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	**18 186 353**	**24 420 301**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	**23 806 166**	**18 186 353**
Numerário		**303 270**	**15 369**
Depósitos bancários		**23 502 896**	**18 170 984**
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**23 806 166**	**18 186 353**

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

O Técnico Oficial de Contas

Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

O Conselho de Administração

Eng.º Rui Lopes Loureiro

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Dr. José Rui Roque

Quadro 66 – Demonstrações das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Un: euros

	Notas	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total Capital próprio
Posição em 1 de janeiro de 2013		603 750 000	21 597	1 501 878	(1 466 173 836)	22 824 584	(77 332 060)	(915 407 837)
Alterações no período:								-
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2012	15	-	-	-	(77 332 060)	-	77 332 060	-
Reconhecimento de subsídios	16	-	-	-	-	(2 906 231)	-	(2 906 231)
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	19	-	-	-	44 344 250	-	-	44 344 250
Regularização do justo valor dos derivados e de juros de empréstimos		-	-	-	(40 398 604)	-	-	(40 398 604)
		603 750 000	**21 597**	**1 501 878**	**(1 539 560 250)**	**19 918 353**	**-**	**(914 368 422)**
Resultado líquido do exercício							(15 307 839)	(15 307 839)
Resultado integral							**(14 268 424)**	**(15 307 839)**
Aumento de capital		475 429 039	-	-	-	-	-	475 429 039
Posição em 31 de dezembro de 2013		**1 079 179 039**	**21 597**	**1 501 878**	**(1 539 560 250)**	**19 918 353**	**(15 307 839)**	**(454 247 222)**
Posição em 1 de janeiro de 2014		1 079 179 039	21 597	1 501 878	(1 539 560 250)	19 918 353	(15 307 839)	(454 247 221)
Alterações no exercício:								
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013	15	-	-	-	(15 307 839)	-	15 307 839	-
Reconhecimento de subsídios	16	-	-	-	-	(2 906 231)	-	(2 906 231)
Plano de benefícios definidos - ganhos e perdas atuariais	19	-	-	-	(20 416 552)	-	-	(20 416 552)
Reconhecimento de perdas acumuladas em subsidiárias	9 e 17	-	-	-	(11 875 855)	-	-	(11 875 855)
		1 079 179 039	**21 597**	**1 501 878**	**(1 587 160 496)**	**17 012 122**	**-**	**(489 445 859)**
Resultado líquido do exercício							(50 837 743)	(50 837 743)
Resultado integral							**(86 036 381)**	**(50 837 743)**
Aumento de capital	15	549 683 716	-	-	-	-	-	549 683 716
Posição em 31 de dezembro de 2014		**1 628 862 755**	**21 597**	**1 501 878**	**(1 587 160 496)**	**17 012 122**	**(50 837 743)**	**9 400 113**

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

O Técnico Oficial de Contas

Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

O Conselho de Administração

Eng.º Rui Lopes Loureiro

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Dr. José Rui Roque

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em euros)

1. Nota introdutória

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (Empresa Pública Empresarial), assumiu, no dia 26 de junho de 2009, com a entrada em vigor do respetivo Decreto-Lei, a sua nova denominação, adiante designada por "Empresa".

Esta alteração está de acordo com o Decreto-Lei n.º 148-A/2009, D.R. n.º 122, Suplemento, Série I, de 26 de junho de 2009, do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações que aprova o regime jurídico aplicável ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E., bem como os respetivos Estatutos, e revoga o Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de dezembro.

A anterior designação, Metropolitano de Lisboa, E.P., tinha resultado da nacionalização em 1975, através do Decreto-Lei n.º 280-A/75, de 5 de junho, da Sociedade Metropolitano de Lisboa, S.A.R.L.

A Empresa tem por objeto principal a exploração, em exclusividade e regime de serviço público, do transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e dos concelhos limítrofes da Grande Lisboa e na manutenção e desenvolvimento da rede de metro.

A Empresa opera dentro do enquadramento legal criado pelas leis gerais que regulam a existência e a atividade das entidades públicas empresariais, por leis específicas e por disposições governamentais relacionadas com o sector dos transportes e com a própria Empresa.

A prestação de serviços é realizada em conformidade com as políticas tarifárias definidas pela Tutela (Ministério das Finanças e Ministério da Economia), beneficiando a Empresa da atribuição de fundos oficiais, nomeadamente através de dotação para capital estatutário e para investimentos, indemnizações compensatórias e outros subsídios.

Estas demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais e foram preparadas nos termos legais para aprovação pelo Conselho de Administração, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 9. A Empresa irá preparar e apresentar em separado as demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão. Assim, nestas demonstrações financeiras individuais foram considerados no capital próprio em 31 de dezembro de 2014 e no resultado líquido findo nessa data, o efeito da consolidação dos capitais próprios e dos resultados das empresas participadas, com base nas respetivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral ao nível dos ativos, passivos, gastos e rendimentos.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 28 de maio de 2015. Contudo, as mesmas estão sujeitas a aprovação pelo Estado Português através dos Ministérios que tutelam a atividade da Empresa, detentor do capital estatutário, nos termos da legislação específica sobre entidades públicas empresariais em vigor em Portugal.

As demonstrações financeiras da Empresa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013, não foram ainda objeto de aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela. O Conselho de Administração da Empresa procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos seus Relatórios de Gestão sobre aqueles exercícios, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF") e normas interpretativas ("NI") aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF").

3.2. Atividades de investimento de infraestruturas de longa duração (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes. Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado.

A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu no seu balanço os ativos e passivos afetos aos ILD em consonância com a interpretação do Decreto-Lei nº 196/1980 de 20 de Junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica e financeiramente a Empresa, nomeadamente em suportar os encargos com os investimentos em ILD realizados até 31 de Dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que para os investimentos a realizar após 1 de Janeiro de 1979 o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010 e 2011 a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos aos ILD pelo que o total do balanço da Empresa, naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, ano em que ocorreu o despacho nº 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados aos ILD no balanço da Empresa.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são registados no balanço nas rubricas de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" e incluem os seguintes itens:

No ativo:

- As infraestruturas de longa duração ("ILD") do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de "Transporte de passageiros" e "Gestão de infraestruturas", as quais incluem as reavaliações livres efetuadas em anos anteriores;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo das ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é negativo.

De mencionar que os ativos fixos tangíveis e intangíveis deduzidos de subsídios e imparidades na rubrica ILD no ativo não se encontram a ser amortizados (Notas 3.3 e 3.4).

No passivo:

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos caso em que o seu justo valor é positivo.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração dos resultados como gastos do exercício no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O decreto-lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, tal não ocorreu. Assim, e a partir daquela data, os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Sector Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, consequentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o SNC, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou o mesmo à rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

3.3. Ativos fixos tangíveis

Afetos à gestão de infraestruturas (ativos não ILD):

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos, que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico:	
Material circulante de exploração	14 - 28
Material circulante de serviço	10 - 30
Sistema de controlo e telecomunicações	12 - 16
Equipamento de transporte	4 - 5
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	7 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 10

O Conselho de Administração entende que, em qualquer momento, o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua alienação quer através da sua utilização, no pressuposto da continuidade das operações.

A vida útil e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As grandes reparações são registadas na rubrica de "Ativos fixos tangíveis" respetiva e depreciados no mesmo período de anos do investimento a que respeitam.

As peças sobressalentes principais são reconhecidas como ativos fixos tangíveis quando é expectável que sejam utilizadas por mais do que um período.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber, e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Afetos às infraestruturas de longa duração ("ILD"):

Os ativos fixos tangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

O registo das amortizações relativas a estes ativos foi efetuado para os ativos fixos tangíveis afetos à gestão de infraestruturas, mas apenas até 31 de dezembro de 1997. Após 1 de janeiro de 1998, estes ativos não se encontram a ser amortizados.

Os subsídios obtidos para financiamento das atividades de ILD encontram-se a deduzir ao valor dos ativos fixos tangíveis afetos às infraestruturas de longa duração.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" e incluem essencialmente, estudos para o desenvolvimento da rede, sendo que não se encontram a ser amortizados.

3.5. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que a Empresa age como locadora:

As situações em que a Empresa age como locadora respeitam aos contratos com os arrendatários dos edifícios e andares detidos pela Empresa.

Estes contratos de arrendamento não têm termo de acordo com a Lei do Arrendamento, e foram celebrados em resultado do processo de realojamento efetuado pela Empresa em resultado das obras realizadas.

De acordo com as respetivas condições estes contratos são classificados como locações operacionais, sendo as remunerações devidas reconhecidas como rendimentos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma, a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade e a

amortização do ativo, sendo calculada conforme descrito na Nota 3.3 e reconhecida na demonstração dos resultados do exercício a que respeita.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.6. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

Sempre que, à data do balanço, a quantia recuperável da propriedade de investimento seja inferior à correspondente quantia escriturada, é reconhecida a correspondente perda por imparidade na demonstração dos resultados do período correspondente, na rubrica "Imparidade de ativos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)".

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade, é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)". A reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de algum componente da propriedade de investimento é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo registados pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.7. Imparidade de ativos fixos tangíveis (não ILD)

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.8. Participações financeiras em subsidiárias, associadas e participadas

As participações em subsidiárias, associadas e participadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades.

Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, associada ou participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada ou participada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada ou participada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

3.9. Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo das matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado. Os inventários da Empresa em 31 de dezembro de 2014 consistem, essencialmente, em títulos de transporte (bilhetes), material de manutenção e limpeza.

O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica da demonstração dos resultados "Imparidade de inventários (perdas/reversão)".

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

3.10. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros incluem depósitos bancários detidos para garantia de cumprimento de dois empréstimos. Estes ativos encontram-se registados ao justo valor.

d) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos". Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de "Outras contas a pagar".

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas "Aumentos/reduções de justo valor".

No caso concreto da Empresa nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros derivados os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros e os colaterais dados como garantia dos financiamentos.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade".

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

De acordo com o descrito os ativos e passivos financeiros, foram classificados como segue:

		2014		2013	
Ativos Financeiros	**Notas**	**Justo valor**	**Custo ou custo amortizado**	**Justo valor**	**Custo ou custo amortizado**
Não corrente:					
Outras contas a receber	13	-	-	-	10.502.602
Derivados	10	3.678.000	-	3.271.187	-
Outros ativos financeiros	11	50.089.996	-	-	36.449.583
		53.767.996	**-**	**3.271.187**	**46.952.185**
Corrente:					
Clientes	13	-	3.166.534	-	4.342.615
Outras contas a receber	13	-	12.526.562	-	18.055.213
Caixa e depósitos bancários	4	-	23.806.166	-	18.186.353
		-	**39.499.262**	**-**	**40.584.181**
		53.767.996	39.499.262	3.271.187	87.536.366

Passivos Financeiros	Notas	2014 Derivados (justo valor)	2014 Custo ou custo amortizado	2013 Derivados (justo valor)	2013 Custo ou custo amortizado
Não corrente:					
Financiamentos obtidos	18	-	520.076.153	-	691.360.435
Derivados	10	198.710.014	-	210.714.948	-
		198.710.014	**520.076.153**	**210.714.948**	**691.360.435**
Corrente:					
Fornecedores	20	-	1.370.469	-	1.616.266
Financiamentos obtidos	18	-	160.674.782	-	176.877.441
Outras contas a pagar	23	-	41.484.990	-	42.353.773
		-	**203.530.240**	-	**220.847.481**
		198.710.014	723.606.393	210.714.948	912.207.915

3.11. Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumia o princípio de que competia ao Estado Português financiar os ILD no Metro. Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português a Fundo Perdido para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Decorrente deste princípio, a Empresa regista os encargos financeiros relativos aos ILD na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

3.12. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita ao pagamento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 23%.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. No caso da Empresa e porque o seu resultado tributável será significativamente negativo, o imposto corrente calculado corresponde às tributações autónomas a pagar essencialmente originadas pelos gastos incorridos no exercício com viaturas ligeiras de passageiros e mistas e outros com deslocações, ou em despesas de representação ou de relações públicas.

A Empresa não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos corresponderiam a amortizações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e mais-valias fiscais com tributação diferida.

Nos exercícios findos compreendidos entre 31 de dezembro de 2009 a 2014, ocorreram situações que conduziriam ao registo de ativos por impostos diferidos, no montante total de, aproximadamente, 96.000.000 euros referentes a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente que não foram reconhecidos por não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos.

3.13. Subsídios do Governo (não ILD)

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica de "Outras variações no capital próprio", sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.14. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.15. Benefícios pós-emprego

Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuarias internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos diretamente no capital próprio no ano em que são determinados.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

a) Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;

b) Pré-reformas.

Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda determinadas responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas no balanço em 31 de dezembro de 2014. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos.

3.16. Instrumentos financeiros derivados

A Empresa contrata instrumentos financeiros derivados para os financiamentos contraídos para financiar as atividades relacionadas com a gestão de infraestruturas e os afetos aos ILD.

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados. Em cada data de relato são remensurados ao justo valor, sendo o correspondente ganho ou perda de remensuração registado de imediato em resultados, salvo se tais instrumentos forem designados como instrumentos de cobertura. Quando forem designados como instrumento de cobertura, o correspondente ganho ou perda de remensuração deve ser registado em resultados quando a posição coberta afetar resultados.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que não cumprem todos os requisitos da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros para que seja aplicada a contabilidade de cobertura, são considerados como de especulação. A valorização destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício efetuado de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados, com a exceção dos instrumentos financeiros derivados que se encontram em contencioso com o Banco Santander, sendo que estes encontram-se valorizados de acordo com a valorização determinada pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Divida Pública ("IGCP") que tem como incumbência gerir todas as operações sobre instrumentos derivados do ML.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Empresa não classifica nenhum dos instrumentos financeiros derivados como de cobertura, em resultado de não cumprir com os requisitos da NCRF 27.

No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa relativamente aos financiamentos associados à atividade de gestão de infraestruturas, caso o justo valor seja positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica de "Derivados", caso o justo valor seja negativo, é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica de "Derivados". As alterações de justo valor destes instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício a que dizem respeito na rubrica de "Aumentos/reduções do justo valor".

No caso dos instrumentos financeiros contratados pela Empresa, relativamente aos financiamentos contratados para financiar a atividade dos ILD, encontram-se reconhecidos na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" no ativo ou passivo consoante o justo valor à data de relato seja negativo ou positivo, respetivamente, sendo as alterações de justo valor reconhecidas nessas rubricas à data de cada balanço, pelo que o efeito das variações de justo valor no capital próprio da Empresa é, neste caso, nulo.

3.17. Classificação do balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.18. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.
O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços compreende as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais intermodais utilizáveis na rede própria e em outros transportes públicos urbanos e suburbanos explorados por outros operadores, sendo os preços de venda destes, fixados pelo Estado.

A Empresa reconhece as receitas relacionadas com a prestação de serviços da seguinte forma:

- Passes intermodais – As receitas originadas pelos passes intermodais vendidos pela Empresa e outros operadores de transportes, são afetas a cada um dos operadores com base numa distribuição mensal determinada pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes ("IMT, I.P.").

  Esta distribuição é calculada de acordo com índices estatísticos que tomam em linha de conta o nível de utilização dos serviços da Empresa e de cada um dos outros operadores.

- Bilhetes e bilhetes pré-comprados – A Empresa reconhece a receita no momento da venda dos bilhetes.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As indemnizações compensatórias, não reembolsáveis, são atribuídas pelo Estado à Empresa, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, as quais são registadas na rubrica de "Subsídios à exploração" no exercício em que são atribuídas.

3.19. Gastos departamentais incluídos nos ILD

Os gastos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento, são imputados na percentagem de 10% ao valor dos investimentos em curso.

Estes gastos são imputados aos investimentos de infraestruturas de longa duração – ILD, aos equipamentos e estudos para o material circulante de exploração e parques de material e oficinas (ativos financiados pela Empresa) (Nota 5 e 6), por serem estes os de execução mais prolongada, tecnicamente mais complexos e, consequentemente, carecem de uma gestão mais intensa em meios humanos.

3.20. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.21. Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.22. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;

b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;

c) Perda por imparidade de contas a receber – são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;

d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – o qual com referência a 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi determinado pela entidade com a qual os mesmos foram contratados, com a exceção dos instrumentos financeiros derivados que se encontram em contencioso com o Banco Santander, sendo que estes encontram-se valorizados de acordo com o valorização determinada pelo IGCP que tem como incumbência gerir todas as operações sobre instrumentos derivados do ML;

e) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de pensões e preparada pelo atuário.

3.23. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, detalha-se conforme se segue:

Fluxos de Caixa	2014	2013
Numerário	303.270	15.369
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	23.502.896	18.170.984
	23.806.166	**18.186.353**

5. Investimentos de infraestruturas de longa duração

O saldo apresentado na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração" decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, sendo a sua decomposição por rubricas de ativos e passivos como segue:

	Notas	2014	2013
Actividades de investimento de ILD:			
Ativo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	5.1	3.081.873.280	3.073.855.435
Activos intangíveis	5.2	6.934.526	6.919.091
Subsídios	5.3	(985.705.613)	(983.543.839)
Conta a receber - Estado	5.4	2.572.280.099	2.264.467.862
Outras contas a receber	5.5	2.041.708	
		4.677.424.000	**4.361.698.549**
Ativo corrente:			
Outras contas a receber	5.5	-	2.041.708
		-	**2.041.708**
Total do ativo		**4.677.424.000**	**4.363.740.257**
Passivo não corrente:			
Provisões	5.4.1	47.815.256	19.729.602
Financiamentos obtidos	5.6	2.822.757.942	3.135.580.620
Derivados	5.7	614.683.586	445.463.864
		3.485.256.785	**3.600.774.086**
Passivo corrente:			
Fornecedores	5.8	1.519.933	2.267.294
Financiamentos obtidos	5.6	312.822.678	265.660.304
Outras contas a pagar	5.9	26.723.562	30.973.355
		341.066.173	**298.900.953**
Total do passivo		**3.826.322.957**	**3.899.675.039**
Total ILD liquido		**851.101.043**	**464.065.217**

A variação do saldo líquido da rubrica de ILD face a 31 de dezembro de 2013 resulta, essencialmente, dosa seguintes factos:

- Conversão em capital de financiamentos obtidos do Estado no montante de 186.426.360 euros (Nota 15);
- Amortização de financiamentos obtidos de acordo com os planos de reembolso definidos no montante de 79.233.944 euros; e
- Juros incorridos no exercício de 2014 por conta dos financiamentos obtidos no montante de 113.769.965 euros (Nota 5.4.2).

5.1. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2014					
Activo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações	Saldo Inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos fixos tangíveis - ILD's	**3.171.864.274**	**(199.062.008)**	**2.972.802.266**	**3.932.541**	**21.530.090**	**2.998.264.897**
Terrenos e recursos naturais	16.314.977	(2.388.442)	13.926.535	24.908	(472.500)	13.478.943
Edifícios e outras construções	2.709.907.330	(176.310.029)	2.533.597.301	3.789.824	19.538.599	2.556.925.724
Equipamento básico	445.641.967	(20.363.537)	425.278.430	117.809	2.463.991	427.860.230
Activos fixos tangíveis em curso	**99.171.926**	**-**	**99.171.926**	**5.096.930**	**(22.083.131)**	**82.185.724**
Terrenos e recursos naturais	32.112	-	32.112	-	-	32.112
Edifícios e outras construções	88.149.665	-	88.149.665	3.622.748	(19.599.189)	72.173.224
Equipamento básico	10.990.149	-	10.990.149	1.474.182	(2.483.942)	9.980.389
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis	**3.295.531**	**-**	**1.881.243**	**-**	**(226.472)**	**1.654.771**
Perdas por Imparidade Edifícios e outras construções	**-**	**-**	**-**	**(232.112)**	**-**	**(232.112)**
Total do activo fixo tangível bruto - ILD's	3.274.331.731	(199.062.008)	3.073.855.435	8.797.359	(779.514)	3.081.873.280

As adições ocorridas no exercício findo a 31 de dezembro de 2014 na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso – Edifícios e outras construções", no montante de 3.789.824 euros referem-se, essencialmente, ao empreendimento Amadora Este/Reboleira, com 1.024.473 euros e à remodelação da rede 1.530.525 euros.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2014 para as rubricas de "Ativo fixo tangível – Edifícios e outras construções" e de "Ativo fixo tangível – Equipamento básico", nos montantes de 19.599.599 euros e 2.463.991 euros, respetivamente, referem-se essencialmente ao movimento de transferência de ativo fixo tangível em curso de investimentos relativos ao interface do Cais do Sodré.

	31 de Dezembro de 2013					
Activo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações	Saldo Inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos fixos tangíveis - ILD's	**3.140.144.000**	**(199.062.008)**	**2.941.081.992**	**5.559.606**	**26.160.668**	**2.972.802.266**
Terrenos e recursos naturais	16.098.382	(2.388.442)	13.709.940	216.595	-	13.926.535
Edifícios e outras construções	2.692.985.861	(176.310.029)	2.516.675.832	5.194.330	11.727.138	2.533.597.300
Equipamento básico	431.059.757	(20.363.537)	410.696.220	148.681	14.433.530	425.278.431
Activos fixos tangíveis em curso	**125.926.855**	**-**	**125.926.855**	**3.126.215**	**(29.881.145)**	**99.171.926**
Terrenos e recursos naturais	32.112	-	32.112	-	-	32.112
Edifícios e outras construções	102.362.526	-	102.362.526	1.217.841	(15.430.702)	88.149.665
Equipamento básico	23.532.217	-	23.532.217	1.908.375	(14.450.443)	10.990.149
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis	**3.295.531**	**-**	**2.710.811**	**-**	**(829.569)**	**1.881.243**
Total do activo fixo tangível bruto - ILD's	3.269.366.386	(199.062.008)	3.069.719.658	8.685.821	(4.550.046)	3.073.855.435

As adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso – equipamento básico", no montante de 1.908.375 euros referem-se, essencialmente, ao empreendimento Oriente/Aeroporto, com 768.079 euros e à remodelação da rede 855.342 euros.

Os abates ocorridos durante o exercício de 2013, referem-se, essencialmente à redução dos adiantamentos concedidos, relativamente ao empreendimento Oriente/Aeroporto, à Remodelação da Rede e da Estação Areeiro, nos montantes de 851.822 euros, 693.006 euros e 158.816 euros, respetivamente.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2013 para as rubricas de "Ativo fixo tangível – edifícios e outras construções" e de "Ativo fixo tangível – equipamento básico", nos montantes de 15.430.702 euros e 14.450.443 euros, respetivamente, referem-se essencialmente ao movimento de transferência de ativo fixo tangível em curso de despesas relativas ao empreendimento Oriente/Aeroporto, em resultado da abertura da estação no decurso do exercício de 2012.

Em 31 de dezembro de 2013, o montante de 99.171.926 euros registado na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso" inclui, essencialmente, 53.431.060 euros relativo ao projeto de expansão do empreendimento Amadora Este/Reboleira e 5.253.492 euros relativo ao empreendimento Oriente/Aeroporto.

Em 31 de dezembro de 2014 os ativos fixos tangíveis em curso das rubricas de "Terrenos e recursos naturais", "Edifícios e outras construções" e "Equipamento básico", nos montantes de 32.112 euros, 72.173.224 euros e 9.980.389 euros, respetivamente, compõem-se conforme segue:

2014	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico
Remodelação da rede	-	14.914.567	4.250.244
Extensão Rato/Estrela	-	1.456.432	-
Extensão Amadora Este/Reboleira	-	53.400.558	996.634
Extensão S. Sebastião/Campolide	-	3.061.938	718.339
Interface do Cais do Sodré	-	13.743.758	1.264.810
Extensão Oriente/Aeroporto	-	13.388.254	17.988.895
Promoção de acessibilidades	-	1.669.544	-
Outros	32.112	(29.461.827)	(15.238.533)
	32.112	72.173.224	9.980.389

Os montantes de (29.461.827 euros) e (15.238.533 euros) respeitam a transferências ocorridas até 31 de dezembro de 2014 para as rubricas do ativo fixo tangível correspondentes.

No valor de custo dos ativos fixos tangíveis (incluindo os que se encontram em curso), em 31 de dezembro de 2014 e 2013, encontram-se incluídos os seguintes gastos departamentais:

	2014			2013		
Gastos capitalizados	Tangível	Tangível em curso	Total	Tangível	Tangível em curso	Total
Gastos departamentais	68.926.989	6.229.944	75.156.933	67.585.309	6.086.648	73.671.957
	68.926.989	6.229.944	75.156.933	67.585.309	6.086.648	73.671.957

5.2. Ativo intangível

Durante os exercícios findos em 2014 e 2013 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2014			
Activo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos intangíveis - ILD's:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	3.152.663	2.439	752.745	3.907.846
Despesas de instalação	2.019.827	-	-	2.019.827
Activos intangíveis em curso	1.746.601	12.996	(752.745)	1.006.853
Total do activo intangível bruto - ILD's	6.919.091	15.435	-	6.934.526

O montante de 752.745 euros transferido para a rubrica de "Despesas de investigação e desenvolvimento", respeita ao estudo prévio de prolongamento na linha Vermelha.

	31 de Dezembro de 2013			
Activo Bruto	**Saldo Inicial**	**Aumentos**	**Transferências/ Abates**	**Saldo Final**
Activos intangíveis - ILD's:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	3.151.465	-	1.198	3.152.663
Despesas de instalação	2.019.827	-	-	2.019.827
Activos intangíveis em curso	1.736.932	10.867	(1.198)	1.746.601
Total do activo intangível bruto - ILD's	6.908.224	10.867	-	6.919.091

O montante de 1.198 euros transferido para a rubrica de "Despesas de investigação e desenvolvimento" respeita a serviços de análise de risco efetuados na linha vermelha.

5.3. Subsídios

O montante ocorrido na rubrica de subsídios no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi como se segue:

	31 de Dezembro de 2014			
Descrição	**Saldo Inicial**	**Aumentos**	**Reduções**	**Saldo Final**
Feder	229.464.397	-	-	229.464.397
Piddac	174.422.124	3.937.500	-	178.359.624
Fundo Coesão	375.139.922	5.625.648	(7.401.374)	373.364.196
Subsídios diversos	204.517.396	-	-	204.517.396
Total de subsídios	983.543.839	9.563.148	(7.401.374)	985.705.613

O aumento verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 no montante de 9.563.148 euros respeita, aos subsídios atribuídos no âmbito do: (i) Fundo de Coesão, relativamente à comparticipação nas despesas relativas à extensão Oriente/Aeroporto, no montante de 5.625.648 euros; e (ii) PIDDAC, no montante de 3.937.500 euros para a extensão Amadora Este/Reboleira.

A redução verificada no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 no montante de 7.401.374 euros respeita, essencialmente à devolução da comparticipação nas despesas relativas à extensão Amadora Este/Reboleira.

5.4. Conta a receber do Estado

Esta rubrica refere-se à conta a receber do Estado Português relativamente às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, sendo que a sua composição é como segue:

Descrição	**Notas**	**2014**	**2013**
Instrumentos Financeiros	5.7	614.683.586	445.463.864
Provisão para processos judiciais em curso	5.4.1	47.815.256	19.729.602
Juros, taxa de aval e imposto de selo	5.4.2	1.603.258.910	1.489.488.945
Gastos de emissão	5.4.2	20.230.150	20.230.150
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	5.4.2	289.555.301	289.555.301
Perdas por Imparidade em edifícios outras construções	5.4.3	232.111	-
Ganhos em activos fixos tangíveis	5.4.4	(3.495.216)	-
		2.572.280.099	2.264.467.862

5.4.1. Provisão para processos judiciais em curso

O montante de 47.815.256 euros em 31 de dezembro de 2014 (19.729.602 euros em 31 de dezembro de 2013) inclui: (i) o montante de 9.084.338 euros referente à provisão constituída para fazer face a processos intentados que se encontravam em fase de resolução em resultado dos investimentos efetuados; e (ii) o montante de 38.219.570 euros relativo aos juros vencidos e não pagos desde setembro de 2013 até dezembro de 2014 à instituição financeira com quem foram contratados os dois instrumentos financeiros derivados associados, em consequência da decisão tomada pela Tutela e pelo Estado Português em suspender os referidos pagamentos na sequência do processo que se encontra a decorrer num Tribunal de Londres, interposto pela instituição financeira contra o Estado Português.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2014 o passivo vencido encontra-se refletido nas demonstrações financeiras na rubrica afeta aos ILD, bem como, o montante das despesas que a Empresa irá incorrer com o processo caso o desfecho do mesmo lhe venha a ser favorável, cuja estimativa em 31 de dezembro de 2014 ascende a 511.348 euros e encontra-se refletida na rubrica de "Provisão para processos judiciais em curso".

5.4.2. Gastos com empréstimos

A rubrica de gastos de empréstimos refere-se aos encargos suportados com empréstimos contraídos pela Empresa para o financiamento da atividade de investimentos e infraestruturas de longa duração que não foram passíveis de capitalização nos ILD construídos.

Até 2009, os encargos financeiros suportados com as ILD que não foram possíveis de ser capitalizados nas mesmas encontravam-se a ser reconhecidos na demonstração dos resultados. Com efeitos no exercício de 2010 (reexpresso), no decurso da transição para as NCRF, a Empresa decidiu recapturar o valor desses encargos financeiros para os puder acrescer à rubrica de "Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração – Gastos de empréstimos", seguindo o princípio descrito na Nota 3.11 relativamente aos encargos financeiros no montante de, aproximadamente, 1.017.000.000 euros incorridos até 1995, a Empresa procedeu à sua quantificação com base nos registos contabilísticos disponíveis. Contudo, e no que respeita aos encargos financeiros incorridos, anteriores a essa data, e por manifesta dificuldade de se proceder à sua quantificação, o Conselho de Administração optou por registar o valor de 285.555.301 euros que permitiu saldar as rubricas ativas e passivas de ILD em 31 de dezembro de 2009, como sendo a estimativa possível, àquela data, dos juros e outros encargos incorridos e anteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados até 1995.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os gastos com empréstimos tinham a seguinte composição:

Descrição	2014	2013	Variação do ano
Juros, taxa de aval de imposto de selo	1.603.258.910	1.489.488.945	113.769.966
Gastos de emissão	20.230.150	20.230.150	-
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	289.555.301	289.555.301	-
Total de gastos de empréstimos	1.913.044.361	1.799.274.396	113.769.966

5.4.3. Perdas por imparidade em edifícios outras construções

No decurso do exercício de 2014 a Empresa obteve uma avaliação dos imóveis, a qual foi efetuada por uma entidade especializada e independente, da qual resultou uma imparidade no montante de 232.111 euros.

5.4.4. Ganhos em Imobilizado

No decurso do exercício de 2014 a Empresa transferiu para o património do Estado a parcela de terreno integrada no terminal do Cais do Sodré, da qual resultou um ganho no montante de 3.495.216 euros.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os encargos financeiros capitalizados nas rubricas de "Ativo intangível", "Ativo fixo tangível" e "Ativo tangível em curso" detalha-se como segue:

	31 de Dezembro de 2014				31 de Dezembro de 2013			
Descrição	Intangível	Tangível	Em curso	Total	Intangível	Tangível	Em curso	Total
Gastos com empréstimos	152.231	297.350.438	11.142.300	308.644.969	150.125	297.349.532	10.282.040	307.781.697
	152.231	297.350.438	11.142.300	308.644.969	150.125	297.349.532	10.282.040	307.781.697

5.5. Outras contas a receber

A rubrica de outras contas a receber respeita a uma multa contratual correspondente ao débito efetuado ao empreiteiro na sequência de atrasos na entrega da empreitada de ampliação e remodelação da estação Areeiro.

5.6. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos obtidos afetos à atividade dos ILD em 31 de dezembro de 2014 e 2013 detalha-se como segue:

		2014				2013			
	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigaccionistas:									
Emissão "Private placement"	Merrill Lynch	77.313.674	7.731.367	7.731.367	15.462.735	77.313.674	7.731.367	15.462.735	23.194.102
Emissão Metro 2019	JP Morgan	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2026	BNPP	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2027	Barclays	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110.000.000	-	110.000.000	110.000.000	110.000.000	-	110.000.000	110.000.000
			7.731.367	**1.317.731.367**	**1.325.462.735**		**7.731.367**	**1.325.462.735**	**1.333.194.102**
Empréstimos bancários:									
ML A	BEI	57.193.405	3.183.611	6.367.221	9.550.832	57.193.405	3.183.611	9.550.832	12.734.442
ML B	BEI				-		-	-	-
ML I/2	BEI	234.435.012	18.000.000	65.579.594	83.579.594	234.435.012	18.000.000	83.579.594	101.579.594
ML II	BEI	74.819.685	4.987.979	19.951.916	24.939.895	74.819.685	4.987.979	24.939.895	29.927.874
ML III	BEI	54.867.769	5.584.000	25.119.084	30.703.084	54.867.769	5.584.000	30.703.084	36.287.084
ML II/B	BEI	99.759.579	6.650.639	33.253.193	39.903.832	99.759.579	6.650.639	39.903.832	46.554.471
ML II/C	BEI	54.867.769	3.657.851	23.776.033	27.433.884	54.867.769	3.657.851	27.433.884	31.091.736
ML IV	BEI	169.591.285	22.400.000	62.704.090	85.104.090	169.591.285	22.400.000	85.104.090	107.504.090
ML I/3	BEI	124.699.474	7.038.497	101.780.559	108.819.056	124.699.474	7.038.497	108.819.056	115.857.552
ML I/3B	BEI	74.819.685	-	74.819.685	74.819.685	74.819.685	-	74.819.685	74.819.685
ML V/A	BEI	150.000.000	-	150.000.000	150.000.000	150.000.000	-	150.000.000	150.000.000
ML V/B	BEI	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000
ML V/C	BEI	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507.957.564	126.989.391	126.989.391	253.978.782	507.957.564	126.989.391	253.978.782	380.968.173
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237.747.877	59.436.969	118.873.939	178.310.908	237.747.877	59.436.969	178.310.908	237.747.877
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	282.974.244	47.162.374	235.811.870	282.974.244	282.974.244	-	282.974.244	282.974.244
			305.091.310	**1.205.026.575**	**1.510.117.885**		**257.928.936**	**1.510.117.885**	**1.768.046.821**
Outros empréstimos obtidos:									
Schuldschein	ABN AMRO	300.000.000	-	300.000.000	300.000.000	300.000.000	-	300.000.000	300.000.000
			-	**300.000.000**	**300.000.000**		-	**300.000.000**	**300.000.000**
Linhas de crédito:									
Total de empréstimos obtidos			312.822.678	2.822.757.942	3.135.580.620		265.660.304	3.135.580.620	3.401.240.924

O empréstimo por obrigações "Private Placement", foi contraído em 7 de outubro de 1996 por um período de vinte anos, com SWAP/PTE para o montante total final da emissão. O reembolso é feito em pagamentos iguais a partir do décimo ano de vida.

O empréstimo por obrigações "Metro 2019" foi contraído em 4 de fevereiro de 2009, por um período de dez anos, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2027", foi contraído em 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos "bullet", à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do "subscription agreement" que é regido pelo Lei Inglesa.

A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Empresa contraiu um empréstimo por obrigações no montante de 85.000.000 euros, por um período de 15 anos, com a garantia pessoal do Estado Português o qual, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 teve um reforço de 25.000.000 euros. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 6 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2015.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 em consequência do despacho emanado pelo Ministério das Finanças e Economia datado de 31 de dezembro de 2014, a Empresa procedeu à conversão em capital de parte da dívida contraída junto da DGTF em 2011 e 2012, no montante de 315.628.462 euros, do qual, o montante de 186.426.360 euros se encontrava classificado na rubrica de financiamentos dos ILD (Nota 15).

Em 31 de dezembro de 2014, estes empréstimos por obrigações classificados como não corrente, têm o seguinte plano de amortizações:

Anos	Montante
2016	7.731.367
2017	
2018	-
2019	400.000.000
2020 e seguintes	910.000.000
	1.317.731.367

A parcela dos empréstimos bancários e outros empréstimos obtidos classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2016	305.091.310
2017	178.101.919
2018	118.664.950
2019	118.664.950
2020 e seguintes	484.503.446
	1.205.026.575

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os financiamentos obtidos que têm associados covenants, nomeadamente, os que se encontram associados ao "rating" da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

CONTRATO	Montante em Dívida a 31-12-2014 (€)	PRAZO	NEGATIVE PLEDGE (SIM /NÃO)	PARI PASSU (SIM / NÃO)	OWNERSHIP CLAUSE (SIM / NÃO)	RATING DOWNGRADE	GROSS UP (SIM / NÃO)	CROSS DEFAULT	DESPESAS/IMPOST O DO SELO	OUTRAS CLAUSULAS
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 7 de Dezembro de 1992, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (**"ML A"**), alterado em 10 de Março de 2006	9.550.831,89	5 de Dezembro de 2017	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 28 de Outubro de 1994, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (**" ML I/2"**), alterado em 10 de Março de 2006	83.579.594,03	15 de Setembro de 2019	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 16 de Dezembro de 1994, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (**" ML II"**)	24.939.894,75	15 de Dezembro de 2019	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 7 de Setembro de 1995, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (**" ML III"**), alterado em 10 de Março de 2006	30.703.084,02	15 de Junho de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 18 de Dezembro de 1995, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (**" ML II/B"**)	39.903.832,00	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 28 de Outubro de 1996, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (**" ML I/3"**), alterado em 10 de Março de 2006	108.819.055,59	15 de Setembro de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa **(" ML I/3 B"),** alterado em 10 de Março de 2006	74.819.684,56	15 de Setembro de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 14 de Julho de 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (**" ML II/C"**)	27.433.884,37	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 26 de Novembro de 1998, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (**" ML IV"**), alterado em 10 de Março de 2006	85.104.089,68	15 de Setembro de 2018	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 23 de Fevereiro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (**" ML V/A"**), alterado em 10 de Março de 2006	150.000.000,00	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 19 de Dezembro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (**" ML V/B"**), alterado em 10 de Março de 2006	80.000.000,00	15 de Junho de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o **Banco Europeu de Investimento**, em 9 de Maio de 2003, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa (**" ML V/C"**), alterado em 10 de Março de 2006	80.000.000,00	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o **ABN Amro Bank, NV** em 20 de Julho de 2004, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	300.000.000,00	20 de Julho de 2024	SIM (cfr. Anexo D)	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
US $ 100,000,000.00 7,42% Notes due 2016 - Merrill Lynch - Private Placement	15.462.734,85	17 de Outubro 2016	SIM	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Não alteração da natureza ou do objecto social da empresa (operação do sistema Metro)
EUR 400.000.000,00 4,061% Guaranteed Notes due 2026 JP Morgan Securities Ltd / Dezembro 2006, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	2026	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,799% Guaranteed Notes due 2027 BNP Paribas / Dezembro 2007, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	2027	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 5,75% Guaranteed Notes due 2019 Barclays Capital, BNP Paribas, Caixa - Banco de Investimento, S.A, Santander Global Banking & Markets / Fevereiro 2009, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	2019	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa

5.7. Instrumentos financeiros derivados

A Empresa conforme referido na Nota 3.16, contratou swaps de taxa de juro com diversas entidades bancárias, relativamente aos empréstimos bancários afetos às ILD. De acordo com o entendimento do Conselho de Administração da Empresa, apesar de estes não terem sido avalizados pelo Estado Português, foram contratados no âmbito da gestão das infraestruturas de longa duração, pelo que os mesmos se encontram refletidos na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o justo valor dos contratos de swaps afetos às ILD foi determinado de acordo com o descrito na Nota 3.16 e detalham-se como se segue:

Financiamentos bancários derivados			Data			Capital coberto 31.12.2014			Justo valor		
									Justo valor ("JV") (contraparte)		Variação
Designação		Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	31.12.2014	31.12.2013	
B E I (ML A)		BBVA	02-02-2006	05-12-2005	15-12-2017				(349.496)	(463.502)	114.006
						9.030.538	520.294	9.550.832			
B E I (ML I/2)	2º, 3º E 6º DESEMBOLSOS	BST	30-03-2006	15-03-2006	15-09-2019			29.096.544	(20.280.511)	(14.880.443)	(5.400.068) (*)
						78.145.004	5.434.590	83.579.594			
B E I (ML II)	2º E 3º DESEMBOLSOS	RBS	16-01-2009	15-12-2008	15-12-2019			9.975.956	62.051	65.958	(3.907)
						24.939.895		24.939.895			
B E I (ML III)	1º E 4º DESEMBOLSOS	BBVA	02-02-2006	15-12-2005	15-06-2020			12.802.479	(801.531)	(673.433)	(128.098)
						20.118.182	10.584.902	30.703.084			
						37.409.842	37.409.842	74.819.685			
B E I (ML IV)	1º, 2º, 3º, 4º E 5º DESEMBOLSOS	BES INV	11-02-2010	15-12-2009	15-09-2018			67.836.514	(5.075.869)	(7.472.612)	2.396.743
						67.836.514	17.267.576	85.104.090			
B E I (ML V/C)	1º DESEMBOLSO	BST	26-05-2003	16-06-2003	15-06-2022			33.333.333	(6.912.860)	(5.609.517)	(1.303.343)
						66.666.667	13.333.333	80.000.000			
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	BST	31-05-2007	15-03-2007	15-06-2022				(444.695.246)	(362.740.428)	(81.954.818) (*)
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	CAIXA BI	16-07-2009	15-03-2010	15-06-2022				2.883.000	429.430	2.453.571
						193.843.172	(193.843.172)				
A B N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE C	BST	25-02-2005	22-07-2005	22-07-2024			100.000.000	(36.451.644)	(21.739.690)	(14.711.954)
						300.000.000		300.000.000			
MERRILL LYNCH		M LYNCH	16-07-2010	15-04-2010	15-10-2016			15.462.735	1.801.828	(81.791)	1.883.619
						15.462.735		15.462.735			
OBRIGAÇÕES 2026		BBVA	15-12-2006	04-12-2006	04-12-2026			70.000.000	(31.523.089)	(18.831.618)	(12.691.471)
OBRIGAÇÕES 2026		M LYNCH	16-07-2010	04-12-2009	04-12-2026			30.000.000	(34.996.719)	(5.754.850)	(29.241.869)
OBRIGAÇÕES 2026		CGD	16-07-2010	04-12-2009	04-12-2026			30.000.000	(34.941.808)	(5.754.850)	(29.186.958)
OBRIGAÇÕES 2026		CAIXA BI	28-04-2010	04-12-2009	04-12-2026			100.000.000	20.962.644	22.195.656	(1.233.012)
						400.000.000		400.000.000			
OBRIGAÇÕES 2019		CITIBANK	15-01-2010	04-02-2010	04-02-2019			100.000.000	(24.364.337)	(24.152.174)	(212.163)
						400.000.000		400.000.000			
						2.212.219.766		2.161.593.799	(614.683.586)	(445.463.864)	(169.219.722)

(*) Encontram-se valorizados de acordo com a Agência de Gestão da Tesouraria e da Divida Pública- IGCP conforme referido na Nota 3.16.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa passou a mensurar os instrumentos financeiros derivados de acordo com o "marked-to-market" determinado pela contraparte com os quais os mesmos foram contratados. A metodologia utilizada é das instituições bancárias contratantes, que consiste na projeção dos cash-flows atualizados para o momento presente, usando a curva de cupão zero atual de forma a projetar os Indexantes a pagar e a receber pela Empresa, conforme consta nos contratos efetuados com as diversas instituições bancárias.
O justo valor dos instrumentos financeiros derivados tem impacto nulo no capital próprio da Empresa, dado que o passivo tem como contrapartida uma conta a receber do Estado na rubrica de ILD.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa liquidou 34 contratos de swap tendo pago o montante de 490.851.289 euros cujo "marked-to-market" à data da liquidação, determinado pela contraparte com a qual os mesmos foram contratados ascendia a 671.686.152 euros.

O detalhe dos contratos de swap liquidados detalha-se como segue:

Financiamento base	Despacho	Entidade bancária	Tipo de instrumento	Maturidade	Notional (original)	Data cancelamento	Valor líquido pago	"Marked-to-market" (Contraparte)	Variação
BEI ML I/3	548/13-SET	Société Generale	Vanilla swap	15-Set-21	95,602,930	20-03-2013	(21,900,000)	(24,812,540)	(2,912,540)
BEI ML I/3	548/13-SET	Société Generale	Vanilla swap	22-Jul-24	100,000,000	20-03-2013	(38,960,000)	(50,401,491)	(11,441,491)
ABN1	549/13-SET	Morgan Stanley	CMS Steepener	22-Jul-24	100,000,000	21-03-2013	(23,000,000)	(30,751,213)	(7,751,213)
BEI REESTRUT - IC	660/13-SET	Crédit Suisse	Worst of 2 Spreads	15-Jun-22	17,364,188	08-04-2013	(21,400,000)	(40,883,076)	(19,483,076)
	660/13-SET	Crédit Suisse	Floors, Overlay	22-Jul-24	100,000,000	08-04-2013	(7,300,000)	10,897,948	18,197,948
	660/13-SET	Crédit Suisse	Spread Option, Overlay	22-Jul-24	100,000,000	08-04-2013	(9,800,000)	(12,318,660)	(2,518,660)
OBRIG 2026-5	660/13-SET	Crédit Suisse	Index linked + Inflation Floor + (EUR10Y- EUR2Y) Digital + (EUR 20Y ia - EUR 10Y ia) Leveraged Floor	04-Dez-26	70,000,000	08-04-2013	(7,900,000)	(6,982,720)	917,280
	879/13-SET	Barclays	Vanilla, Overlay	15-Jun-22	77,895,605	07-05-2013	(4,832,919)	(6,098,999)	(1,266,080)
BEI ML V/B	879/13-SET	Barclays	Index linked	15-Jun-21	80,000,000	07-05-2013	(16,188,865)	(19,318,887)	(3,130,022)
OBRIG 2026-1	879/13-SET	Barclays	Index linked	04-Dez-26	100,000,000	07-05-2013	(16,450,389)	(22,722,434)	(6,272,045)
OBRIG 2026-6	879/13-SET	Barclays	Cap Knock Out	04-Dez-26	200,000,000	07-05-2013	(1,334,193)	(1,742,306)	(408,113)
OBRIG 2026-7	879/13-SET	Barclays	Index linked	04-Dez-26	100,000,000	07-05-2013	(50,229,558)	(60,610,697)	(10,381,139)
OBRIG 2027-1	879/13-SET	Barclays	Index linked	07-Dez-22	200,000,000	07-05-2013	(36,398,650)	(48,840,456)	(12,441,806)
OBRIG 2019	879/13-SET	Barclays	Vanilla	04-Fev-19	400,000,000	07-05-2013	65,078,000	59,796,768	(5,281,232)
OBRIG 2030	879/13-SET	Barclays	Vanilla	30-Dez-30	300,000,000	07-05-2013	(84,149,925)	(94,973,821)	(10,823,896)
BEI ML II/C 1º e 2º	966/13-SET	BNP Paribas	Index linked	15-Jun-22	86790834	16-05-2013	(10,140,000)	(16,471,820)	(6,331,820)
	966/13-SET	BNP Paribas	Snowball, Overlay	15-Jun-22	40,000,000	16-05-2013	(780,000)	(1,103,064)	(323,064)
BEI ML II 1º	966/13-SET	BNP Paribas	Callable Swap	15-Dez-19	11,472,352	16-05-2013	(390,000)	(553,696)	(163,696)
BEI ML V/C 2º	966/13-SET	BNP Paribas	Callable Swap	15-Jun-22	40,000,000	16-05-2013	(3,055,000)	(4,558,493)	(1,503,493)
OBRIG 2027-3	966/13-SET	BNP Paribas	Vanilla	07-Dez-27	100,000,000	16-05-2013	585,000	1,108,690	523,690
	1007/13-SET	Goldman Sachs	Floor, Overlay	04-Fev-19	300,000,000	20-05-2013	(26,999,828)	(47,492,424)	(20,492,596)
BEI ML II 4º	1161/13-SET	JP Morgan	Vanilla Swap	15-Dez-19	21,947,108	13-06-2013	(435,007)	(630,458)	(195,451)
	1161/13-SET	JP Morgan	Vanilla	15-Jun-22	40,000,000	13-06-2013	850,721	1,222,515	371,794
	1161/13-SET	JP Morgan	Snowball, Overlay	15-Jun-22	12,545,916	13-06-2013	931,613	1,342,312	410,699
OBRIG 2026-2	1161/13-SET	JP Morgan	Vanilla + Short Cap	04-Dez-26	100,000,000	13-06-2013	(4,966,196)	(6,558,103)	(1,591,907)
OBRIG 2026-6A	1161/13-SET	JP Morgan	Range Accrual GBP10y- JPY6m	04-Dez-26	170,000,000	13-06-2013	(72,985,315)	(99,503,117)	(26,517,802)
OBRIG 2026-6B	1161/13-SET	JP Morgan	KO Swap, Overlay	04-Dez-26	30,000,000	13-06-2013	(1,180,408)	(1,639,317)	(458,909)
OBRIG 2027-2	1161/13-SET	JP Morgan	Index Linked	07-Dez-27	100,000,000	13-06-2013	(28,439,707)	(43,018,822)	(14,579,115)
BEI ML I/2 - 1º,4º,5º,7º e 8º	1234/13-SET	Deutsche	Index Linked	15-Set-19	93,192,074	28-06-2013	(10,621,473)	(16,793,772)	(6,172,299)
BEI ML II/B	1234/13-SET	Deutsche	Inverse Flooter Eur 10-2	15-Dez-20	86,458,302	28-06-2013	(3,093,298)	(4,994,948)	(1,901,650)
BEI ML V/A	1234/13-SET	Deutsche	Convertible Swap	15-Dez-20	150,000,000	28-06-2013	(19,719,623)	(30,436,427)	(10,716,804)
	1234/13-SET	Deutsche	Snowball	15-Jun-22	25,091,832	28-06-2013	(4,162,465)	(5,325,071)	(1,162,606)
	1234/13-SET	Deutsche	Inflation Linked, overlay	04-Dez-26	70,000,000	28-06-2013	(5,041,073)	(5,859,731)	(818,658)
OBRIG 2026-5A	1234/13-SET	Deutsche	Index Linked	04-Dez-26	70,000,000	28-06-2013	(26,442,728)	(40,657,824)	(14,215,096)
							(490,851,289)	(671,686,152)	(180,834,863)

5.8. Fornecedores

A rubrica de fornecedores, é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito de obras efetuadas com a continuação da política de expansão e modernização/remodelação da rede.

5.9. Outras contas a pagar

A rubrica de outras contas a pagar é composta, essencialmente, pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do exercício seguinte.

6. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis da Empresa, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2014	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo								
Saldo inicial	24.287.679	251.264.326	498.794.178	574.711	27.454.344	25.238.237	3.298.807	830.912.282
Aquisições	-	207.393	337.175	-	105.791	36.147	2.078.077	2.764.583
Transferências	-	-	22.134	-	-	(1.994)	(48.418)	(28.278)
Abates	-	-	(7.146.540)	(727)	(4.694.372)	(1.090.201)	-	(12.931.840)
	24.287.679	**251.471.719**	**492.006.947**	**573.984**	**22.865.763**	**24.182.189**	**5.328.466**	**820.716.747**
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	181.177.005	352.698.344	521.334	25.515.635	11.136.675	-	571.048.992
Amortizações do exercício	-	10.800.927	14.327.123	32.274	1.065.305	747.778	-	26.973.406
Imparidades	-	4.717.143	-	-	-	-	-	4.717.143
Abates	-	-	(4.749.734)	(727)	(4.683.477)	(1.994)	-	(9.435.931)
	-	**196.695.075**	**362.275.733**	**552.881**	**21.897.463**	**11.882.459**	**-**	**593.303.610**
	24.287.679	54.776.644	129.731.214	21.103	968.300	12.299.729	5.328.466	227.413.137

2013	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo								
Saldo inicial	24.287.679	251.253.540	498.781.147	612.354	28.258.400	25.321.737	2.976.076	831.490.932
Aquisições	-	10.786	30.633	17.280	131.653	(75.790)	322.731	437.293
Alienações	-	-	(11.164)	(54.923)	-	-	-	(66.086)
Abates	-	-	(6.439)	-	(935.708)	(7.711)	-	(949.858)
	24.287.679	**251.264.326**	**498.794.178**	**574.711**	**27.454.344**	**25.238.237**	**3.298.807**	**830.912.282**
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	170.366.788	337.927.426	527.632	25.146.462	10.249.830	-	544.218.137
Amortizações do exercício	-	10.810.217	14.785.270	44.388	1.304.720	894.297	-	27.838.892
Alienações	-	-	(8.449)	(50.686)	-	-	-	(59.135)
Abates	-	-	(5.903)	-	(935.546)	(7.453)	-	(948.902)
	-	**181.177.005**	**352.698.344**	**521.334**	**25.515.635**	**11.136.675**	**-**	**571.048.991**
	24.287.679	70.087.321	146.095.834	53.377	1.938.709	14.101.562	3.298.807	259.863.291

Os abates registados na rubrica de "Equipamento Básico" e "Equipamento Administrativo" no montante de 8.274.031 euros são referentes ao abate de 1 unidade tripla, em consequência de um acidente no dia 29 julho, estando à data o processo em fase de inquérito.

Os aumentos na rubrica de ativos fixos tangíveis em curso, referem-se, essencialmente, à aquisição à Ferconsult, S.A. do piso 0 da Avenida Barbosa du Bocage, no montante de 1.995.000 euros, a qual teve por base uma avaliação efetuada por uma entidade especializada e independente com referência a 31 de dezembro de 2014.

No decurso do exercício de 2014 a empresa mandou avaliar diversos imóveis, resultando uma imparidade dos mesmos no montante de 4.717.143 euros, a qual foi registada na demonstração de resultados na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa capitalizou encargos financeiros, relacionados com empréstimos contraídos para financiar ativos em fase de construção e gastos departamentais, conforme segue:

Gastos capitalizados	2014	2013
Gastos de empréstimos	-	404
	-	404

As amortizações do exercício, no montante de 26.973.406 euros (27.838.892 euros em 2013), foram registadas na rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" na demonstração de resultados.

7. Locações

Locações financeiras

Conforme referido na Nota 3.5. a Empresa regista no seu ativo fixo tangível (Nota 6) os ativos adquiridos em regime de locação financeira. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa é locatária em contratos de locação financeira relacionados, essencialmente, com a aquisição de 55 unidades triplas de tração e uma viatura ligeira registados na rubrica de "Ativos fixos tangíveis – equipamento básico" e "Ativos fixos tangíveis – equipamento transporte", respetivamente.

Os bens detidos em regime de locação financeira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são detalhados conforme se segue:

	2014			2013
Locações Financeiras - Bens	Montante bruto	Amortização acumulada	Montante líquido	Montante líquido
Equipamento básico	299.632.078	185.314.074	114.318.004	127.332.698
Equipamento de transporte	77.399	77.399	-	4.458
	299.709.477	185.391.473	114.318.004	127.337.156

As rendas de locação financeira, das unidades triplas de tração, venceram juros anuais que se situam entre -3,6796% e 3,0861%.

O capital em dívida das locações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhado conforme se segue:

	Capital em dívida (Nota 18)	
Locações Financeiras	2014	2013
Até 1 ano	16.932.255	9.024.101
Entre 1 ano e 5 anos	29.927.430	42.731.314
A mais de 5 anos	-	7.630.671
	46.859.685	59.386.086

Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2014 a Empresa tem responsabilidades com dez contratos de locação operacional celebrados com o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. (Nota 9) não reconhecidas no balanço (Nota 3.5) no montante de 219.035.255 euros (Nota 17).

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2014 e 2013 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos	
Locações Operacionais	2014	2013
Até 1 ano	7.125.473	7.179.113
Entre 1 ano e 5 anos	31.665.755	31.654.789
A mais de 5 anos	180.244.028	188.507.045
	219.035.255	227.340.947

8. Propriedades de Investimento

O movimento ocorrido na rubrica de "Propriedades de investimento" em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foi como segue:

	31 de dezembro de 2014				
	Montante bruto	Amortizações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	3.555.595	1.425.003	1.739.610	390.982	390.982
	3.555.595	1.425.003	1.739.610	390.982	390.982

	31 de dezembro de 2013				
	Montante bruto	Amortizações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	3.555.595	1.353.869	1.772.999	428.728	428.728
	3.555.595	1.353.869	1.772.999	428.728	428.728

As propriedades de investimento detidas pela Empresa referem-se a 35 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede, os quais se encontram a ser amortizados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento foi determinado pelo diferencial entre os cash-flows previstos das rendas dos contratos de locação celebrados, conforme referido na Nota 3.6, e os custos estimados (nomeadamente, o Imposto Municipal sobre Imóveis e gastos com condomínio e manutenção) até ao final dos referidos contratos. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	31 de dezembro de 2014			
	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos directos	Amortizações do exercício	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	24.753	16.372	71.134	(62.753)
	24.753	16.372	71.134	(62.753)

	31 de dezembro de 2013			
	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos directos	Amortizações do exercício	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	22.925	14.426	71.134	(62.635)
	22.925	14.426	71.134	(62.635)

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Empresa procedeu ao desreconhecimento de perdas por imparidade anteriormente reconhecidas no montante de 33.389 euros, a qual foi registada na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)" na demonstração dos resultados.

As amortizações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, no montante de 71.134 euros, foram registadas na rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização".

9. Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e em outras empresas:

	2014										
	Sede	% detida	Activo		Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	Proporção no resultado	Montante registado	Participação detida
Subsidiárias:											
Ferconsult, S.A.	Lisboa	100,00%	8.455.942		5.519.055	2.936.887	8.028.033	(1.554.212)	(1.554.212)	(1.554.212)	2.936.887 a)
Metrocom, S.A.	Lisboa	100,00%	2.967.511		877.969	2.089.542	2.504.515	220.205	220.205	220.205	2.089.542 a)
Empresas associadas:											
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	2.051.094		2.052.693	(1.598)	1.896.754	1.166	466	466	-
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	5,00%	3.937.017		3.858.242	78.775	5.497.223	78.775	3.939	3.939	3.939
Total de investimento em subsidiárias e associadas											**5.030.368**
Investimento noutras empresas:											
Otlis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	2.575.215		1.499.315	1.075.900	3.984.319	296.068	42.293	42.293	153.720
TREM, A.C.E.	Lisboa	90,00%	3.763.935	b)	67.162.956	(13.399.021)	b) 2.589.484	(1.097.755)	b) (987.980)	(987.980)	- a)
TREM II, A.C.E.	Lisboa	0,01%	13.376.786	b)	152.061.519	(26.170.944)	b) 5.091.897	(2.672.524)	b) (241)	(241)	- a)
Total de investimento noutras empresas											**153.720**
Total											**5.184.088**

a) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

b) Montantes corrigidos com os ajustamentos a considerar na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

c) A Empresa controla directa e indirectamente, 100% do capital desta empresa.

	2013									
	Sede	% detida	Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	Proporção no resultado	Montante registado	Participação detida
Subsidiárias:										
Ferconsult, S.A.	Lisboa	100,00%	10.698.003	6.206.904	4.491.099	6.687.002	121.488	121.488	121.488	4.491.099 b)
Metrocom, S.A.	Lisboa	100,00%	2.830.322	960.986	1.869.337	2.570.108	337.702	337.702	337.702	1.869.337 b)
Empresas associadas:										
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	2.884.907	2.887.671	(2.764)	1.842.904	103	41	41	
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	5,00%	5.159.755	5.150.377	9.378	7.278.533	9.378	469	469	469
Total de investimento em subsidiárias e associadas										**6.360.905**
Investimento noutras empresas:										
Edel - Empresa Editorial, Lda	Lisboa	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)	c)	20 a)
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A.	Lisboa	16,00%	75.805.477	87.156.402	(11.350.891)	4.865.888	60.265	9.642	9.642	
GIL - Gare Intermodal de Lisboa, S.A. - suprimentos (Nota 32)	Lisboa	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	19.143.134
Otlis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	2.683.601	1.425.289	1.258.312	4.541.006	678.480	96.921	96.921	179.750
TREM, A.C.E.	Lisboa	0,01%	4.782.878	d) 69.992.068	(11.875.856)	d) 2.547.293	(1.173.613)	d) (106)	(106)	b)
TREM II, A.C.E.	Lisboa	0,01%	22.209.014	d) 157.642.186	(23.076.987)	d) 5.024.680	(2.812.678)	d) (253)	(253)	b)
Total de investimento noutras empresas										**19.322.904**
Total										**25.683.810**

a) Informação financeira não auditada em 31 de Dezembro de 2013.

b) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

c) Informação não disponível.

d) Montantes corrigidos com os ajustamentos a considerar na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

A participação financeira detida pela Empresa na subsidiária Ferconsult, S.A. encontra-se em 31 de dezembro de 2014 registada pelo método de equivalência patrimonial, tendo esta, registado uma perda no decurso do exercício de 2014 no montante de 1.554.212 euros que foi reconhecido na demonstração dos resultados na rubrica "Ganhos/perdas imputados às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos".

No decurso do exercício de 2014 Empresa alienou a sua participação na GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., conforme despacho da Direção Geral de Tesouro e Finanças, pelo valor de 1 euro (Nota 29). A participação que a Empresa detinha na GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A. encontrava-se registada por valor nulo, sendo que no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Empresa reconheceu na demonstração dos resultados uma provisão no montante de 1.816.143 euros correspondente à sua parte nas perdas acumuladas apuradas por esta participada no exercício e em exercícios anteriores, sendo que, adicionalmente, a Empresa tinha concedido suprimentos no montante de 19.143.134 euros, para os quais a Empresa não registou qualquer imparidade. Em resultado da alienação, a Empresa reconheceu uma perda liquida, em 2014, na rubrica de "Ganhos/perdas imputados às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos" pelo montante de 17.326.990 euros.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e decorrente da decisão tomada em Assembleia Geral do TREM, S.A. ("TREM") em 23 de dezembro de 2014, foi aceite a exoneração do Banco Santander e da Caixa Geral de Depósitos como agrupados do TREM, no qual detinham cada um, uma participação de 49,9950%. Em resultado desta decisão, e tal como previsto nos estatutos do TREM, a Empresa que detinha anteriormente, 0,0090% passou a deter 90% do capital, e a Ferconsult (empresa detida a 100% pela Empresa) que detinha anteriormente 0,0010% passou a deter 10% do capital, sendo que da saída dos anteriores agrupados não resultou o pagamento ou recebimento de qualquer montante, quer pela Empresa quer pela Ferconsult.

Consequentemente, por ser entendimento do Conselho de Administração da Empresa que as perdas apuradas pelo TREM em 31 de dezembro de 2014 não se reverterão no futuro e que é responsabilidade da Empresa satisfazer os compromissos assumidos pelo TREM, foi reconhecida com referência àquela data uma provisão pelo montante de 13.399.021 euros (Nota 17), que corresponde a 100% do capital próprio negativo apresentado pelo TREM em 31 de dezembro de 2014 (ajustado pelos ajustamentos de consolidação), dos quais 13.394.217 euros foram reconhecidos no decurso do exercício de 2014 da seguinte forma: (i) o montante de 11.875.855 euros foi reconhecido por contrapartida da rubrica de "Resultados transitados" pelo facto do Conselho de Administração da Empresa ter concluído, pelos factos ocorridos em 2014, que a exoneração daqueles agrupados e os efeitos daí decorrentes já deveriam ter sido reconhecidos em exercícios anteriores; e (ii) o montante de 1.518.362 euros, correspondente ao resultado líquido apurado em 2014 pela subsidiária (ajustado pelos ajustamentos de consolidação) foi reconhecido por contrapartida da rubrica de "Ganhos/perdas imputados às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos" na demonstração dos resultados, por sua vez, o montante de 4.804 euros havia sido reconhecido em exercícios anteriores.

Adicionalmente, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa concedeu suprimentos à GIL – Gare Intermodal de Lisboa, S.A., no montante de 5.092.660 euros, sendo que em 31 de dezembro de 2013, o montante total concedido a título de suprimentos ascende a 19.143.134 euros. A Empresa não reconheceu qualquer perda por imparidade relativa a este montante, por ser entendimento do Conselho de Administração que os mesmos serão realizáveis no futuro.

O movimento ocorrido nas participações financeiras detidas pela Empresa no decurso do exercício de 2014 e 2013 foi como segue:

	2014		
	Método da equivalência patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	6.540.676	19.143.134	25.683.810
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(1.287.765)	-	(1.287.765)
Dividendos	(68.823)	-	(68.823)
Reduções de suprimentos - GIL	-	(19.143.134)	(19.143.134)
Saldo final	5.184.088	-	5.184.088
Perdas por imparidade			
Saldo inicial	-	-	-
Saldo final	-	-	-
Ativo liquido	5.184.088	-	5.184.088

	2013		
	Método da equivalência patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	6.094.435	14.050.474	20.144.909
Aplicação do método da equivalência patrimonial	556.580	-	556.580
Dividendos	(39.655)	-	(39.655)
Aumentos de suprimentos - GIL	-	5.092.660	5.092.660
Outras variações	(70.684)	-	(70.684)
Saldo final	6.540.676	19.143.134	25.683.810
Perdas por imparidade			-
Saldo inicial	(313.493)	-	(313.493)
Reclassificação para a rubrica de "Provisões"	313.493	-	313.493
Ativo liquido	6.540.676	19.143.134	25.683.810

10. Derivados

O saldo das rubricas de "Derivados" em 31 de dezembro de 2014 e 2013 corresponde ao justo valor dos contratos de SWAP, determinado pelos bancos contratados, e detalham-se como segue:

						Justo valor ("JV") (contraparte) 31.12.2014		Variação	Justo valor ("JV") (contraparte) 31.12.2013	
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Activo	Passivo		Activo	Passivo
DB EXPORT/97	BST	26-02-2003	15-06-2003	30-12-2015	18.946.700	-	(443.914)	533.566	-	(977.480)
BSN-CGD (US LEASE)	BST	22-09-2005	01-07-2005	01-01-2019	43.846.560	-	(32.359.608)	10.871.515 (*)	-	(43.231.123)
BSN-CGD (US LEASE)	CAIXA BI	16-07-2009	01-07-2009	01-01-2019	21.923.280	3.678.000	-	406.813	3.271.187	-
TREM II (2ª TRANCHE)	BST	06-06-2005	23-09-2005	23-09-2022	79.850.569	-	(165.906.491)	599.854 (*)	-	(166.506.345)
					164.567.109	3.678.000	(198.710.014)	12.411.747	3.271.187	(210.714.948)

(*) Encontram-se valorizados de acordo com a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública- IGCP.

De acordo com análise de sensibilidade reportada a 31 de dezembro de 2014, efetuada pelo IGCP e considerando determinadas assunções e pressupostos, o impacto da variação de 1% na taxa de juro no justo valor da carteira de investimentos financeiros detidos pela Empresa, conforme detalhe acima e nos afetos aos ILD (Nota 5.7), seria como segue:

2014	+1%	-1%
Justo Valor	21.466.653	(62.675.519)
	21.466.653	(62.675.519)

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa liquidou 9 contratos de swap tendo pago o montante de 15.422.250 euros. O ganho resultante da liquidação destes contratos, cujo montante ascendeu a 24.527.071 euros, que corresponde à diferença entre o valor pago e o "marked-to-market" determinado pela contraparte com quem os mesmos foram contratados com referência a 31 de dezembro de 2012, foi registado na rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" (Nota 29) e a perda no montante de 9.104.821 euros foi registada na rubrica de "Outros gastos e perdas" (Nota 30).

O detalhe dos contratos de swap liquidados detalha-se como segue:

Financiamento base	Tipologia	Despacho	Entidade bancária	Tipo de Instrumento	Maturidade	Notional (original)	Data cancelamento	Valor líquido pago	"Marked-to-market" (Contraparte)	Variação
TREM I	ML	660/13-SET	Crédit Suisse	Index linked + Inflation Floor + (EUR10Y- EUR2Y) Digital + (EUR 20Y ia - EUR 10Y ia) Leveraged Floor	20-Mar-20	80.222.338	08-04-2013	(1.300.000)	(877.164)	422.836
	ML	660/13-SET	Crédit Suisse	Index linked + Inflation Floor + (EUR10Y- EUR2Y) Digital + (EUR 20Y ia - EUR 10Y ia) Leveraged Floor	21-Set-24	88.007.484	08-04-2013	(3.000.000)	(1.674.198)	1.325.802
GOLDMAN SCHUKDESCHEIN	ML	1007/13-SET	Goldman Sachs	Bullet Swap	21-Jul-16	71.042.080	20-05-2013	8.112.044	14.430.951	6.318.907
	ML	1007/13-SET	Goldman Sachs	Bullet Swap	24-Jul-16	50.000.000	20-05-2013	5.792.784	10.278.688	4.485.904
	ML	1161/13-SET	JP Morgan	Snawball, Overlay	01-Jan-19	34.769.094	13-06-2013	3.066.515	4.685.342	1.618.827
	ML	1161/13-SET	JP Morgan	Vanilla (Restructured)	23-Set-22	90.036.707	13-06-2013	7.361.246	10.590.719	3.229.473
DEUTSCHE SCHUKDESCHEIN	ML	1234/13-SET	Deutsche	Range	18-Ago-16	25.500.000	28-06-2013	(1.243.210)	(5.117.906)	(3.874.696)
	ML	1234/13-SET	Deutsche	Swap & Short cap	18-Ago-14	150.000.000	28-06-2013	(3.561.611)	(1.943.975)	1.617.636
	ML	1234/13-SET	Deutsche	Swap & Short cap	18-Ago-16	2.450.000	28-06-2013	194.482	886.918	692.436
								15.422.250	31.259.376	15.837.126

11. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 na rubrica "Outros ativos financeiros - não corrente" inclui: (i) o montante de 27.530.523 euros relativo a um colateral que a Empresa teve de conceder em abril de 2009, a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC, no âmbito do contrato de locação operacional celebrado para a aquisição das 24 UT, o qual foi avalizado pelo Estado Português, em resultado da descida do "rating" atribuído à Empresa, sendo que o efeito resultante da variação do justo valor no montante de 9.636 euros, encontra-se registado na rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor"; e (ii) o montante de 22.559.473 euros relativo a um colateral que a Empresa constituiu em 2013, em obrigações americanas com a Wilmington Trust em consequência do "downgrade" do *rating* da Empresa, sendo que o efeito resultante da variação do justo valor no montante de 1.197.492 euros, encontra-se registado na rubrica de "Aumentos/reduções de justo valor".

12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2014			2013		
Inventários	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consu						
Materiais	2.409.930	(299.936)	2.109.994	1.144.973	(405.000)	739.973
Ferramentas	17.588	-	17.588	18.732	-	18.732
Produtos de limpeza	39.015	-	39.015	41.216	-	41.216
Combustíveis	38.553	-	38.553	37.025	-	37.025
Títulos de transporte	-	-	-	433.525	-	433.525
Outros materiais	255.836	-	255.836	298.571	-	298.571
Artigos promocionais/publicações	21.203	-	21.203	-	-	-
	2.782.126	(299.936)	2.482.190	1.974.041	(405.000)	1.569.041

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa não tinha inventários à guarda de terceiros, nem existiam naquelas datas, inventários em trânsito e à consignação.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhado conforme se segue:

	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	
Custo das mercadorias vendidas	2014	2013
Saldo inicial	1.974.041	1.602.617
Compras	2.584.879	2.208.435
Regularizações	862.764	313.452
Saldo final	2.782.126	1.974.041
	2.639.558	2.150.462

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

	2014			
Perdas por Imparidade - Inventários	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Mercadorias	405.000	-	105.064	299.936
	405.000	-	105.064	299.936

	2013			
Perdas por Imparidade - Inventários	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Mercadorias	380.000	25.000		405.000
	380.000	25.000	-	405.000

Os aumentos/reversões das perdas por imparidade de inventários dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram registados na rubrica de "Imparidade de inventários – (perdas/reversões)" na demonstração dos resultados.

13. Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2014			2013		
Clientes e Outras contas a receber	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Não correntes:						
Outras contas a receber	-	-	-	10.502.602	-	10.502.602
	-	**-**	**-**	**10.502.602**	**-**	**10.502.602**
Correntes:						
Clientes	3.166.955	(421)	3.166.534	4.343.036	(421)	4.342.615
Outras contas a receber	16.909.360	(4.382.808)	12.526.552	22.438.021	(4.382.808)	18.055.213
	20.076.315	**(4.383.229)**	**15.693.086**	**26.781.057**	**(4.383.229)**	**22.397.828**
	20.076.315	(4.383.229)	15.693.086	37.283.659	(4.383.229)	32.900.430

O detalhe das contas a receber e a repartição entre corrente e não corrente é como segue:

	2014		2013	
Clientes	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Simtejo	59.624	-	59.624	-
Ar Telecom	463.383	-	463.383	-
Associação Turismo de Lisboa	41.221	-	84.596	-
Direcção Geral de Transportes Terrestres	23.644	-	23.644	-
Tmn - Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	-	-	262.958	-
Refer	1.045	-	1.045	-
Soflusa - Soc. Fluvial Transportes	36.697	-	2.023	-
Empresas do grupo, associadas e participadas (Nota 32)	1.437.506	-	2.666.854	-
Meo - Serv. Comun. Multimédia, SA	140.425	-	-	-
Outros	963.411	-	863.505	-
	3.166.955		4.343.036	-
Imparidade de contas a receber	(421)	-	(421)	-
	3.166.534	-	4.342.615	-

	2014		2013	
Outros devedores	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Parque Expo' 98	7.980.766	-	7.980.766	-
Transtejo	98.420	-	3.157.679	10.502.602
C.P. - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	731.832	-	747.716	-
Câmara Municipal do Barreiro	3.082.811	-	3.101.278	-
Câmara Municipal de Lisboa	430.387	-	437.240	-
Rodoviária de Lisboa	34.222	-	76.782	-
Refer	24.139	-	114.414	-
Receitas de tráfego	1.965.733	-	2.317.465	-
Pessoal	359.488	-	584.270	-
Empresas do grupo, associadas e participadas (Nota 32)	478.149	-	312.721	-
Outros	1.723.424	-	3.607.690	-
	16.909.370	**-**	**22.438.021**	**10.502.602**
Imparidade de outras contas a receber	(4.382.808)	-	(4.382.808)	-
	12.526.562	**-**	**18.055.213**	**10.502.602**
	15.693.096	-	22.397.827	10.502.602

Em 17 de agosto de 1994, a Empresa celebrou um protocolo de acordo com a Parque Expo'98, S.A. ("Parque Expo'98") no qual ficou determinada uma compensação a receber pela Empresa pela antecipação da construção e exploração da linha Vermelha e respetivas estacões Alameda – Expo. A compensação no montante total de 9.975.957 euros seria paga pela Parque Expo'98 durante os anos de 1995 a 1998 nos montantes de 1.995.191 euros, 2.493.990 euros, 2.493.990 euros, e 2.992.787 euros, respetivamente. Em resultado deste protocolo de acordo, a Empresa registou uma conta a receber e um rendimento a reconhecer no montante de 9.975.957 euros. Até 31 de dezembro de 2014, da compensação total a Empresa recebeu o valor de 1.995.191 euros relativo a parcela de 1995, tendo registado naquela data na rubrica de "Outros contas a receber" o montante de 7.980.766 euros.

Em 1998, com a conclusão das obras de construção e início de exploração da linha Vermelha e respetivas estacões, a Empresa decidiu dar início ao reconhecimento do rendimento a reconhecer relacionado com a compensação atribuída, durante o período compreendido entre maio de 1998 (data em que a linha passou a funcionar) e 2003 (data em que a Empresa concluiria a construção e daria inicio a exploração desta linha).

Em 29 de setembro de 1995 foi celebrado um Protocolo de Acordo entre a Empresa, a Parque Expo'98 e a Câmara Municipal de Lisboa, no qual ficou definido que a Empresa pagaria a Parque Expo'98 a importância de 7.082.930 euros a título de expropriação da área indispensável a implementação e construção da estacão de metro Oriente, não tendo sido definido um prazo ou plano para o seu pagamento. Em resultado deste protocolo a Empresa capitalizou nos encargos com a construção da linha Vermelha Alameda/Oriente e respetivas estações o montante de 7.082.930 euros e registou uma conta a pagar na rubrica de "Outras contas a pagar", pelo mesmo montante (Nota 23).

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 a Empresa celebrou um protocolo com a Transtejo, tendo em vista a transferência para aquela entidade, do montante de 14.502.602 euros relativo a obras efetuadas por conta daquela entidade no terminal fluvial do Cais do Sodré.

No decurso do exercício findo a 31 de dezembro de 2014, a Empresa celebrou um acordo de Dação em Cumprimento com o Estado Português e a Transtejo, do qual resultou a liquidação da totalidade da dívida pela Transtejo referente ao terminal fluvial do Cais dos Sodré, a qual em 31 de dezembro de 2013 ascendia a 10.502.002 euros.

O movimento das perdas de imparidade no decurso dos exercícios de 2014 e 2013 foi como segue:

	2014				2013			
Imparidades	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
De dívidas a receber de clientes	421			421	421			421
De outras contas a receber	4.382.808			4.382.808	4.382.808			4.382.808
	4.383.229	-	-	4.383.229	4.383.229	-	-	4.383.229

14. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica do ativo corrente "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

Diferimentos activos	2014	2013
Seguros	-	8.115
Encargos com contratos de leasing	1.445.487	1.730.816
Trabalhos por conta de terceiros	54.651.573	55.707.366
Outros	252.027	245.050
	56.349.086	57.691.346

A rubrica "Diferimentos ativos – encargos com contratos de leasing", no montante de 1.445.487 euros, diz respeito a encargos incorridos na realização de contratos de locação operacional celebrados em 1995, 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002, os quais são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período dos respetivos contratos.

A rubrica "Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros" inclui, os montantes relativos às obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do sector empresarial do Estado relativamente às quais o Conselho de Administração entende que terá de ser alvo de um de protocolo para regularização da situação.

15. Instrumentos de capital próprio

Em 31 de dezembro de 2014 o capital da Empresa, subscrito e realizado cujo valor não se encontra fixado, mas que naquela data ascendia a 1.628.862.756 euros, é detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi efetuado um aumento de capital no montante de 549.683.716 euros, do qual: (i) 211.326.846 euros foram subscritos e realizados em dinheiro; (ii) 315.628.462 euros por conversão de dívida em capital (inclui o montante de 186.462.360 euros de financiamentos efetuados ao ILD (Nota 5.6) e o montante de 129.202.102 euros de financiamentos concedidos à Empresa (Nota 18); (iii) 13.537.361 euros por conversão de juros a liquidar relativos aos empréstimos referidos acima; e (iv) 16.152.430 euros decorrente do Acordo de Dação em Cumprimento celebrado entre o Estado Português, a Transtejo e a Empresa.

O resultado líquido negativo dos exercícios findos entre 31 de dezembro de 2012 e 2013, foram transferidos para a rubrica de "Resultados transitados" nos exercícios subsequentes, apesar das demonstrações financeiras dos exercícios findos naquelas datas não terem ainda sido objeto de aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

16. Subsídios do Governo

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios não afetos aos ILD:

	2014				
Subsídios	Montante total	Montante recebido	Rédito do período	Rédito acumulado	Outras variações no capital próprio
Subsídios relacionados com activos:					
FEDER-PRODAC	10.942.880	10.942.880	494.838	8.263.221	2.679.659
FEDER-QCA	54.528.374	54.528.374	2.411.393	40.195.911	14.332.463
	65.471.254	65.471.254	2.906.231	48.459.132	17.012.122

	2013				
Subsídios	Montante total	Montante recebido	Rédito do período	Rédito acumulado	Outras variações no capital próprio
Subsídios relacionados com activos:					
FEDER-PRODAC	10.942.880	10.942.880	494.838	7.768.383	3.174.497
FEDER-QCA	54.528.374	54.528.374	2.411.393	37.784.518	16.743.856
	65.471.254	65.471.254	2.906.232	45.552.901	19.918.353

Os subsídios recebidos pela Empresa no âmbito do FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1994, visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa relativamente aos protótipos PMO II, PMO III e com a série intercalar de 17 UT, série complementar de 10 UT e PMO III.

17. Provisões e passivos contingentes

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

	2014			
Provisões e Passivos contingentes	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Provisões para riscos e encargos:				
Processos judiciais em curso	334.194	461.034	-	795.227
Juros a liquidar	10.999.739	30.394.346	-	41.394.085
Despesas com pessoal	142.971	-	-	142.971
	11.476.904	**30.855.380**	**-**	**42.332.284**
Outras provisões:				
Investimentos financeiros	1.819.593	-	1.816.143	3.450
Outras	15.705	13.394.217	8.788	13.401.133
	1.835.298	**13.394.217**	**1.824.931**	**13.404.584**
	13.312.202	44.249.596	1.824.931	55.736.867

	2013			
Provisões e Passivos contingentes	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Provisões para riscos e encargos:				
Processos judiciais em curso	100.007	334.192	100.005	334.194
Juros a liquidar	261.881	10.737.858	-	10.999.739
Despesas com pessoal	142.971	-	-	142.971
	504.859	**11.072.050**	**100.005**	**11.476.904**
Outras provisões:				
Investimentos financeiros	1.973	1.817.620	-	1.819.593
Outras	15.705	-	-	15.705
	17.678	**1.817.620**	**-**	**1.835.298**
	522.537	12.889.670	100.005	13.312.202

Em 31 de dezembro de 2014 a Empresa reconheceu na rubrica de "Provisões para riscos e encargos" o montante de 30.394.346 euros relativos aos juros vencidos e não pagos durante o ano de 2014 (10.737.858 euros em 31 de dezembro de 2013) à instituição financeira com quem foram contratados os dois instrumentos financeiros derivados associados, em consequência da decisão tomada pela Tutela e pelo Estado Português em suspender os referidos pagamentos na sequência do processo que se encontra a decorrer num Tribunal de Londres, interposto pela instituição financeira contra o Estado Português.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2014 o passivo vencido encontra-se refletido nas demonstrações financeiras, bem como, o montante das despesas que a Empresa irá incorrer com o processo caso o desfecho do mesmo lhe venha a ser favorável, cuja estimativa em 31 de dezembro de 2014 ascende a 545.226 euros e encontra-se refletida na rubrica de "Processos judiciais em curso".

O aumento registado na rubrica de "Outras provisões – outros" corresponde ao passivo reconhecido pela Empresa para fazer face às perdas acumuladas do TREM, o qual conforme referido na Nota 9, foi reconhecido no exercício de 2014 por contrapartida da rubrica de "Resultados transitados" na parte correspondente às perdas acumuladas pelo TREM com referência a 31 de dezembro de 2013 pelo montante de 11.875.855 euros e por contrapartida da rubrica de "Ganhos/perdas imputadas às subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos" no montante de 1.518.362 euros (Nota 9).

A reversão verificada na rubrica de "Outras provisões – investimentos financeiros", no montante de 1.816.143 euros é relativa à provisão constituída pela Empresa em 31 de dezembro de 2013 para fazer face às perdas acumuladas naquele exercício e em exercícios anteriores, relativamente à participada GIL, conforme referido na Nota 9.

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2014, existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de 3.372.993 euros (2.078.851 euros em 31 de dezembro de 2013), os quais referem-se essencialmente, processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede. Em 31 de dezembro de 2014, a Empresa encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, tendo sido registada uma provisão para os processos cujo desfecho é desconhecido até à data de aprovação das demonstrações financeiras. Relativamente aos restantes processos não foi registada em 31 de dezembro de 2014 qualquer provisão, uma vez que, caso aquelas indemnizações sejam pagas, as mesmas virão a ser registadas como encargos com expropriações na rubrica de "Investimentos de infraestruturas de longa duração".

Compromissos financeiros assumidos e não incluídos no balanço

a) Responsabilidades com saúde

A Empresa tem vindo a efetuar o pagamento de benefícios aos seus empregados ativos, relacionados com serviços de saúde e que lhes dá acesso a serviços médicos comparticipados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram registados encargos de saúde no montante de 701.257 euros (Notas 3.15 e 28), correspondentes aos prémios do seguro de saúde pagos naquele exercício com ativos.

b) Compromissos com fornecedores de imobilizado

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa tinha assumido compromissos com fornecedores de imobilizado nos montantes de 46.859.685 e 59.386.085 euros (Nota 7 e 18), respetivamente. Estes compromissos relacionam-se basicamente com a expansão da rede. Adicionalmente, a Empresa assumiu também compromissos relacionados com dez contratos de locação operacional no montante de 219.035.255 euros (Nota 7).

18. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos afetos à atividade de exploração em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 detalha-se como segue:

		2014			2013		
			Montante utilizado			Montante utilizado	
Financiamentos	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente
Instituições financeiras:							
Empréstimos bancários:							
Emp. LP 100 M EUR	Goldman Sachs Bank	100.000.000	-	100.000.000	100.000.000	-	100.000.000
Emp. LP 50 M EUR	Goldman Sachs Bank	50.000.000	-	50.000.000	50.000.000	-	50.000.000
Emp. CP/LP 50 M EUR	Deutsche Bank	50.000.000	-	-	50.000.000	50.000.000	-
Emp. LP 613,9 M EUR	D G T F 2011 (parte)	105.974.436	26.493.609	26.493.609	105.974.436	26.493.609	52.987.218
Emp. LP 648,6 M EUR	D G T F 2012 (parte)	410.833.969	102.708.492	205.416.984	410.833.969	102.708.492	308.125.476
Emp. LP 412,9 M EUR	D G T F 2013 (parte)	129.885.756	21.647.626	108.238.130	129.885.756	-	129.885.756
Total Empréstimos bancários			150.849.727	490.148.723		179.202.101	640.998.450
Locações financeiras:							
Emp. CP/LP M EUR	D.B.Export - Leasing						
Emp. CP/LP M EUR	D.B.Export - Leasing	13.383.727	13.383.727	-	18.946.700	5.562.973	13.383.727
Emp. CP/LP M EUR	Santander Totta	33.475.958	3.548.528	29.927.430	40.434.927	3.456.669	36.978.258
Emp. CP/LP M EUR	BMW Bank GmbH - Sucursal Portugal			-		4.458	-
Total de Locações financeiras			16.932.255	29.927.430		9.024.101	50.361.984
Encargos financeiros			(7.107.200)	-		(11.348.761)	-
Total instituições financeiras			160.674.782	520.076.153		176.877.441	691.360.435

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme referido na Nota 15, em consequência do despacho do Ministro das Finanças e Economia foi convertido em capital o montante de 129.202.102 euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças ("DGTF") um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 129.885.756 euros, estão associados a responsabilidades com a produção do transporte e cujo reembolso

será efetuado em 6 anos, amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2015.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a DGTF um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 410.833.969 euros, estão associados à gestão da Infraestrutura e cujo reembolso será efetuado em 5 anos, sendo amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a DGTF um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 105.974.438 euros, estão associados à gestão da Infraestrutura e cujo reembolso será efetuado em 5 anos, sendo amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2013.

A parcela dos empréstimos bancários classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Ano	Montante
2016	300.849.727
2017	124.356.118
2018	21.647.626
2019 e seguintes	43.295.252
	490.148.723

Em 29 de dezembro de 1995 e em 30 de dezembro de 1997, a Empresa celebrou com a DB EXPORT Leasing Gmbh, dois contratos de *leasing*, relacionados com 17 e 14 unidades triplas de tração (UT), respetivamente. Em 31 de dezembro de 2014, as contas a pagar àquela entidade ascendiam a 13.383.727 euros.

Em 31 de dezembro de 1998, a Empresa celebrou um contrato de locação financeira, relacionado com 24 UT de material circulante da série ML 95, pelo montante de 124.699.474 euros e com o valor residual de 3% do valor do equipamento, destinado ao financiamento parcial do Plano de Expansão e Modernização da Rede do Metro, o qual tem um prazo de 20 anos e vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses menos 0,71%, tendo o Estado Português, na sua qualidade de detentor da totalidade do capital, prestado um aval. A realização do contrato de financiamento ocorreu em 6 de janeiro de 1999. Em 31 de dezembro de 2014, o montante a pagar deste contrato de locação financeira ascende a 33.475.958 euros.

Em 31 de dezembro de 2014 a Empresa utiliza em regime de locação financeira 55 unidades triplas de tração, sendo que os compromissos assumidos com o pagamento de rendas de contratos de locação financeira é como segue:

2014	Corrente	Não corrente	Total
55 Unidades de tracção (Nota 17)	16.932.255	29.927.430	46.859.685
	16.932.255	29.927.430	46.859.685

A parcela que classificada como não corrente tem o seguinte plano de reembolso:

Anos	Montante
2015	7.238.201
2016	7.430.547
2017	7.628.011
2018	7.630.670
	29.927.430

As rendas de locação financeira, vencem juros a taxas anuais que se situam entre -3,6796% e 3,0861%.

As rendas de locação financeira, das unidades triplas de tração, venceram juros anuais que se situam entre -3,6796% e 3,0861%.

A Empresa tem vindo a obter, nos últimos meses, em permanente comunicação e coordenação com o seu acionista, linhas adicionais de financiamento para fazer face às responsabilidades de curto prazo, não tendo existido até à data, situações de dívidas bancárias vencidas e não pagas.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

De acordo com o orçamento da Empresa para 2015 aprovado pela Assembleia da República Portuguesa e considerado no orçamento de Estado para 2015, encontra-se previsto: (i) o recebimento de um empréstimo da DGTF no montante de 189.272.225 euros, com o propósito de proceder à liquidação dos juros que se irão vencer no decurso do exercício de 2015 e efetuar o reembolso de empréstimos contratados junto de entidades bancárias, estando previsto que este montante seja convertido num aumento de capital o qual à data de aprovação destas demonstrações financeiras já se encontra parcialmente concretizado, através do aumento de capital no montante de 29.000.000 euros (Nota 35); e (ii) a conversão de financiamentos concedidos pela DGTF em aumentos de capital no montante de 410.758.820 euros (Nota 35).

Em 31 de dezembro de 2014 os financiamentos obtidos que têm associados *covenants*, nomeadamente, os que se encontram associados ao "rating" da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

CONTRATO	Montante em Dívida a 31.12.2014 (€)	PRAZO	NEGATIVE PLEDGE (SIM/NÃO)	PARI PASSU (SIM / NÃO)	OWNERSHIP CLAUSE (SIM / NÃO)	RATING DOWNGRADE (SIM / NÃO)	GROSS UP (SIM/NÃO)	CROSS DEFAULT	DESPESAS/IMPOSTO DO SELO (SIM/NÃO)	OUTRAS CLÁUSULAS RELEVANTES / COMENTÁRIOS
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o **Goldman Sachs Bank (Europe) Plc** em 10 de Julho de 2009, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	100.000.000	10 de Julho 2016	SIM	SIM	Sim- Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Negative Pledge em termos semelhantes aos constantes do Anexo C infra / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o **Goldman Sachs Bank (Europe) Plc** em 22 de Julho de 2009, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	50.000.000	24 de Julho de 2016	SIM	SIM	Sim- Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Negative Pledge em termos semelhantes aos constantes do Anexo C infra / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa

Anexo A - Cláusula 11.7. Enquanto as obrigações para si decorrentes do presente Contrato não se encontrarem integralmente satisfeitas, não dar em garantia ou por outra forma onerar quaisquer bens, com excepção das infra estruturas de longa duração (ILD's), que constam ou venham a constar do seu activo, desde que tal afecte significativamente o património da Mutuária ou a sua capacidade em cumprir com as obrigações decorrentes deste Contrato, excepto:
a) Garantias constituídas com o acordo prévio, dado por escrito, do Banco, o qual deverá ser prestado no prazo de 5 dias úteis a contar da data da respectiva comunicação;
b) Garantias prestadas no âmbito de operações de locação sobre material circulante, desde que essas garantias sejam constituídas a favor das entidades financiadoras dessas operações e garantam apenas o montante disponibilizado por essas entidades com vista ao financiamento das referidas operações;
c) Garantias constituídas por exigência legal ou estatutária ou em virtude de regulamento ou licença relacionados com a actividade da Mutuária;
d) Cessões de créditos de auxílios comunitários relacionados com projectos de investimento desenvolvidos pela Mutuária, desde que a referida cessão seja realizada a favor das entidades financiadoras desses projectos antes da concessão dos referidos auxílios e garanta apenas os montantes disponibilizados pelas referidas entidades financiadoras;
e) Garantias constituídas sobre títulos de propriedade, apólices de seguro ou contratos de compra e venda relativos a bens relacionados com o serviço de transporte metropolitano de passageiros constituídas no exercício da actividade comercial da Mutuária para garantir o preço de compra dos referidos bens;
f) Qualquer garantia que seja constituída para substituir uma garantia existente previamente à data da celebração do presente Contrato ou para substituir qualquer uma das garantias permitidas nos termos do presente cláusula;
g) Qualquer garantia que resulte de um direito de retenção relativo a qualquer bem ou activo adquirido pela ou fornecido à Mutuária no âmbito da sua actividade comercial regular;
h) Garantias constituídas no âmbito de ou que resultem das operações referidas na alínea b).

Cláusula 11.8. Não vender, ceder ou por qualquer outro meio transmitir qualquer dos seus Activos, com excepção das infra-estruturas de longa duração (ILD's), sem o consentimento prévio do Banco.
Esta proibição não se aplica a qualquer venda, cessão, transmissão ou qualquer outra forma de disposição, se:
a) Relativa a bens relacionados com o serviço de transporte metropolitano de passageiros e efectuada no exercício de actividade comercial da Mutuária ou por exigência legal ou estatutária ou em virtude de regulamento ou licença relacionados com a referida actividade;
b) Consistir numa troca por outros Activos comparáveis ou superiores em tipo, valor e qualidade ou se a contrapartida auferida corresponder ao respectivo valor de mercado;
c) For efectuada no âmbito de operações de locação estruturada e/ou de sale e leaseback, a favor das entidades financiadoras dessas operações com vista ao financiamento dos Activos em curso;
d) O somatório do correspondente valor de mercado ou da contrapartida recebida, consoante o que for mais alto, e do valor de mercado ou da contrapartida recebida, consoante o mais alto, de qualquer outra venda, aluguer, transmissão ou outra forma de disposição (sem contar com as operações permitidas nas alíneas anteriores) não exceder em qualquer exercício o montante de 15.000.000 EUR (quinze milhões de euros).

Anexo B - A sociedade poderá, no entanto, sobre os bens móveis ou imóveis que constituem ou venham a constituir o seu activo, e sem prejuízo das obrigações identificadas no número um da presente cláusula, prestar:
(i) Garantias com o acordo prévio, dado por escrito, do Banco, o qual deverá ser prestado no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da respectiva comunicação;
(ii) garantias no âmbito de operações de locação sobre material circulante, desde que essas garantias sejam constituídas a favor de entidades financiadoras dessas operações e garantam apenas o montante disponibilizado por essas entidades com vista ao financiamento das referidas operações bem como garantias conexas com aquelas obrigações que sejam exigidas como obrigações da Sociedades pelas entidades financiadoras daquelas operações;
(iii) Garantias por exigência legal ou estatutária ou em virtude de instruções imperativas do Governo/Tutela no âmbito da actividade exercida pela Sociedade;
(iv) Cessões de créditos de auxílios comunitários relacionados com projectos de investimento desenvolvidos pela Sociedade, desde que a referida cessão seja realizada a favor das entidades financiadoras desses projectos antes da concessão dos referidos auxílios e garanta apenas os montantes disponibilizados pelas referidas entidades financiadoras;
(v) Garantias sobre títulos de propriedade, apólices de seguro ou contratos de compra e venda relativos a bens relacionados com o serviço de transporte metropolitano de passageiros constituídas no exercício da actividade comercial da Sociedade para garantir o preço de compra dos referidos bens;
(vi) Qualquer garantia que seja constituída para substituir uma garantia existente previamente à data da celebração do presente Contrato ou para substituir qualquer uma das garantias permitidas nos termos da presente cláusula;
(vii) Qualquer garantia que vise obstar ao exercício de um direito de retenção relativo a qualquer bem ou activo adquirido pela ou fornecido à Sociedade no âmbito da sua actividade comercial regular.

O "downgrade" do rating da Empresa bem como de um banco internacional emissor de uma carta de crédito, colocaram o Metropolitano numa situação de incumprimento das cláusulas contratuais relativas às garantias das operações de "US Cross Border Lease", respeitantes ao financiamento do material circulante. Decorrente desta situação a Empresa no decurso no exercício de 2014 tinha concedido um colateral no montante de 22.559.473 euros (Nota 11).

19. Benefícios pós-emprego – planos de benefícios definidos

Conforme mencionado na nota 3.15, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2014, o número de empregados ativos e reformados /pensionistas ascendia a 1.050 e 1.412, respetivamente (1.068 e 1.425 em 31 de dezembro de 2013).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos de pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salario auferido a data da reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não são abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2014 e 2013, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	2014	2013
Trabalhadores activos	61.053.296	50.459.418
Reformados	186.048.877	166.527.727
	247.102.172	216.987.145

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2014 foi efetuado utilizando o método denominado por "Projected Unit Credit" e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

Projected Unit Credit	2014	2013
Tábuas de mortalidade		
Tábua de Mortalidade Masculina	TV73/77-1	TV73/77-1
Tábua de Mortalidade Feminina	TV88/90	TV88/90
Tábuas de invalidez	EKV80	EKV80
Taxas		
Taxa Técnica das Pensões	2,00%	3,50%
Taxa de Crescimento Salarial 2015 e 2016	0,00%	
Taxa de Atualização Prestação PRT 2015 e 2016	0,00%	
Taxa de Atualização Prestação PRT após 2016	1,50%	
Taxa de Crescimento Salarial após os 55 anos		1,50%
Taxa de desconto	2,00%	3,50%
Taxa média anual de crescimento de pensões	0,00%	0,00%
Taxa média anual de actualização até à idade normal de reforma das prestações de pré-reforma	1,50%	1,50%

Com referência a 31 de dezembro de 2014, na quantificação das responsabilidades com benefícios pós-emprego foi tida em consideração: (i) a alteração introduzida pelo Orçamento de Estado de 2014, no que se refere à suspensão de pagamentos de complementos de reformas para as empresas públicas que apresentem prejuízos; e (ii) a alteração da idade de reforma de 65 para os 66 anos (em 2014 e 2015), sendo que após 2015 a idade normal de reforma varia em função da esperança média de vida aos 65 anos de idade conforme art.° 20° do Decreto-Lei n.° 167-E/2013.

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões no exercício de 2014 e 2013 foi como se segue:

	2014	2013
Responsabilidades totais no início do período	216.987.145	262.739.100
Custos dos serviços correntes	2.383.411	2.302.813
Custo dos juros	7.594.550	9.852.716
Benefícios pagos no exercício	(279.486)	(13.563.235)
Ganhos / perdas atuariais do exercício	20.416.552	(44.344.250)
Reponsabilidades totais no fim do período	247.102.172	216.987.145

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2014, nos montantes de 2.383.411 euros e 7.594.550 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos com o pessoal".

A redução verificada no exercício findo a 31 de dezembro de 2014, na rubrica de "Benefícios pagos no exercício" resultou da suspensão de complementos às pensões impostas pela Lei n.º 83-C/2013 do Orçamento de Estado 2014. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras o montante de 20.416.552 euros e (44.344.250) euros, respetivamente, relativo a ganhos/perdas atuariais apuradas no exercício, por contrapartida da rubrica de "Resultados transitados", conforme descrito na sua política contabilística (Nota 3.15).

Em 31 de dezembro de 2014, as perdas atuariais resultam, essencialmente, da alteração da taxa de desconto de 3,5% para 2%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as responsabilidades relativas ao pagamento de complementos de pensões no montante de 247.102.172 euros, encontram-se registadas no passivo na rubrica "Responsabilidades por benefícios pós emprego".

Em 31 de dezembro de 2014 a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

20. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" em 31 de dezembro de 2014 e 2013 detalha-se como segue:

Fornecedores	2014	2013
Companhia Carris de Ferro	11.262	64.378
Edp Comercial	761.779	840.714
Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	24.600	29.021
Emel	-	1.170
Empresas do Grupo (Nota 32)	52.468	461.039
Eurest, S.A.	378	1.916
EPAL-Emp Portuguesa Aguas Livres,SA	18.841	6.613
Iberlin, S.A.	12.161	10.891
Optimus Comunicações, S.A.	-	1.720
Thyssenkrupp Elevadores, S.A.	-	42.818
Outros	488.980	155.986

21. Estado e outros entes públicos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Nos termos do artigo 88º do código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos as taxas previstas no artigo mencionado.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2014		2013	
Estado e outros entes públicos	**Activo**	**Passivo**	**Activo**	**Passivo**
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas:				
Pagamentos por conta	280.000	-	280.000	-
Estimativa de imposto	-	68.202	-	87.525
Retenções na fonte	1.626.411	-	2.103.321	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	821.597	-	1.082.278
Imposto sobre o valor acrescentado	4.025	97.663	1.255.287	-
Contribuições para a Segurança Social	-	1.117.498	-	1.131.299
Outros Impostos	737.863	415.473	756.087	296.590
	2.648.299	2.520.432	4.394.694	2.597.692

Em 31 de dezembro de 2014, os montantes referentes ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e às contribuições para a Segurança Social, correspondem à retenção efetuada nos processamentos salariais de dezembro de 2014, os quais serão liquidados em janeiro de 2015.

22. Imposto sobre o rendimento

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2014 e em 2013 e detalhado conforme se segue:

Imposto sobre o rendimento	**2014**	**2013**
Imposto corrente	68.202	87.525
	68.202	87.525

Em consequência da alteração do Código do Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas, com efeitos a partir do exercício de 2012, a dedução de prejuízos fiscais a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 75% e 70% do respetivo lucro tributável, em 2013 e 2014, respetivamente. Decorrente desta situação as autoridades tributárias poderão entender que os ajustamentos de transição para o SNC (reportados a 01 de Janeiro de 2010) no montante de, aproximadamente, 1.017.000.000 euros, poderiam ser relevantes para efeitos de cálculo do imposto sobre o rendimento do exercício.

É entendimento da Empresa que face à natureza dos ajustamentos de transição efetuados, os mesmos não deveriam concorrer para o apuramento do resultado tributável dos exercícios de 2013 e 2014, sendo assim intenção da Empresa solicitar às autoridades tributárias um pedido de informação vinculativa relativamente a este tema.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 613.179.594 euros e 706.933.656 euros, respetivamente. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes naquelas datas e conforme se segue:

	2014		2013	
Prejuízos fiscais	Montante	Data limite de utilização	Montante	Data limite de utilização
Gerados em 2006				
Gerados em 2007				
Gerados em 2008			120.689.141	2014
Gerados em 2009	147.456.480	2015	147.456.480	2015
Gerados em 2010	155.633.266	2016	155.633.266	2016
Gerados em 2011	159.811.290	2017	159.811.290	2017
Gerados em 2012	90.695.009	2018	90.695.009	2018
Gerados em 2013	33.889.684	2019	32.648.471	2019
Gerados em 2014	25.693.866	2020		
	613.179.594		706.933.656	

23. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica de "Outras contas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

Outras contas a pagar	2014	2013
Outros credores		
Parque Expo' 98 (Nota 13)	7.082.930	7.082.930
Pessoal	585.663	492.748
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais	6.404.787	7.198.543
Juros vincendos e não pagos	18.937.640	18.546.087
Credores por acréscimos de gastos	208.824	277.341
Fornecedores de investimentos	6.423.495	6.044.202
Outros	1.841.651	2.711.923
	41.484.990	42.353.773

O saldo da rubrica de "Credores por acréscimos de gastos" em 31 de dezembro de 2014 e 2013 respeita, essencialmente, a gastos incorridos pela Empresa com investimentos realizados, relativamente aos quais à data do balanço ainda não havia sido rececionada a respetiva fatura.

O montante de 6.423.495 euros (6.044.200 euros 31 de dezembro 2013) relativo à rubrica de "Fornecedores de investimentos" respeita ao saldo a pagar a fornecedores, relativamente à aquisição de ativos fixos tangíveis, dos quais se destacam: (i) 1.300.017 euros a pagar à Câmara Municipal de Lisboa; (ii) 1.315.421 euros a pagar à CJC – Engenharia e Projetos; e (iii) 541.461 euros a pagar à Siemens.

24. Diferimentos passivos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as rubricas do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

Diferimentos passivos	2014	2013
Leasings financeiros - mais valias diferidas	1.131.603	1.578.232
Receitas de tráfego	-	1.350.735
Rendimento de imóveis	358.681	2.035
	1.490.284	2.931.002

As mais-valias decorrentes dos contratos de *leasing* financeiro referentes às 14 UT e 24 UT encontram-se a ser diferidas pelos períodos de vigência dos mesmos (Nota 29).

25. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhado conforme se segue:

Rédito	2014	2013
Vendas:		
Sucatas	24.488	90.937
Prestação de serviços:		
Receitas de tráfego	86.021.693	77.487.718
Serviços secundários	3.854.558	3.509.726
Outros	2	6
	89.900.742	81.088.387

O aumento verificado nas receitas em 2014 resulta, essencialmente, da atualização da chave de repartição entre operadores de transportes.

26. Subsídios à exploração

O detalhe dos subsídios à exploração recebidos pela Empresa em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

Subsídios à exploração	2014	2013
Indemnização compensatória	27.950.104	44.000.000
Passe 4_18	589.088	312.602
Passe Sub23	597.266	296.105
Pali-Programa Apoio Integrado a Idosos	20.690	305.482
Passe Social +	896.226	449.460
Outros recebimentos	4.825.000	
	34.878.374	45.363.649

Em 31 de dezembro de 2014 as compensações financeiras atribuídas pelo Estado, a título de indemnização compensatória não reembolsável, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, ascenderam a 29.627.110 euros (27.950.104 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA) nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2014 de 21 de agosto.

Em 31 de dezembro de 2013 as compensações financeiras atribuídas pelo Estado, a título de indemnização compensatória não reembolsável, para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público, ascenderam a 46.640.000 euros (44.000.000 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA) nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 23/2013, de 4 de abril.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 foi ainda atribuída pelo Estado, uma compensação financeira, para o passe 4_18@escola.tp, e para o passe sub23@superior.tp no montante de 624.433 euros (589.088 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA) e de 639.102 euros (597.266 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA), respetivamente.

No exercício findo a 31 de dezembro de 2014 foi atribuído pelo Estado uma compensação financeira no montante de 4.825.000 euros, para compensar a alteração à política remuneratória resultante da decisão do Tribunal Constitucional.

27. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e serviços externos	2014	2013
Electricidade	7.593.732	8.148.655
Rendas e alugueres	7.948.785	7.918.023
Conservação e reparação	3.909.942	4.018.437
Limpeza, higiene e conforto	2.555.034	2.665.399
Vigilância e segurança	5.208.525	5.186.241
Trabalhos especializados	1.229.874	1.238.931
Outros	2.876.471	2.704.030
	31.322.364	31.879.716

A rubrica de "Rendas e alugueres" inclui, essencialmente, o montante de 7.904.947 euros relativo às rendas dos *leasings* operacionais (7.764.008 euros em 31 de dezembro de 2013). O aumento verificado face ao exercício de 2013 resulta do facto da componente variável que compõe a renda ter sofrido um acréscimo face ao exercício de 2013 em resultado do aumento da taxa de juro a que se encontra indexada esta renda.

28. Gastos com pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é detalhada conforme se segue:

Gastos com pessoal	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	149.968	187.688
Remunerações ao pessoal	44.533.047	46.425.805
Benefícios pós-emprego	279.486	12.595.465
Responsabilidades da empresa com pensões	9.977.961	12.155.529
Encargos sobre remunerações	10.196.978	10.007.051
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	622.095	575.435
Seguro de saude (Nota 17)	701.257	730.688
Gastos de acção social	232.995	660.936
Outros	1.060.278	3.059.221
	67.754.065	86.397.818

A redução verificada no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, na rubrica de "Remunerações ao pessoal" resultou, essencialmente, das medidas de contenção salarial impostas pela Lei n.º 83-C/2013 do Orçamento de Estado 2014.

A Empresa reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 as responsabilidades com pensões nesta rubrica, sendo a responsabilidade com os serviços correntes, no montante de 2.383.411 euros e o custo dos juros, no montante de 7.594.550 euros.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número médio de trabalhadores foi de 1.439 e 1.490 pessoas, respetivamente, sendo o número de efetivos no final do exercício de 1.426 e 1.451 pessoas, respetivamente.

29. Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é conforme se segue:

Outros rendimentos e ganhos	2014	2013
Subsídio para investimentos (Nota 16)	2.906.231	2.906.231
Reconhecimento de mais-valias	446.629	446.629
Serviços sociais	1.289	150.738
Ganhos em inventários - sobras	4.341	181.581
Ganhos em SWAP (Nota 10)	-	24.527.071
Venda de energia	239.600	488.224
Juros de mora	1.496.073	-
Diferenças de câmbio	6.019.407	4.135
Rendas de imóveis (Nota 8)	24.753	22.925
Alienação - Investimento noutras empresas (Nota 9)	1	-
Outros	893.057	608.957
	12.031.380	29.336.492

O saldo da rubrica de "Reconhecimento de mais-valias" é relativo à amortização das mais-valias das 14 UT e 24 UT, cujo montante a 31 de dezembro de 2014 ascendeu 250.922 euros e 195.707 euros, respetivamente (Nota 24).

O saldo da rubrica de "Ganhos em Swap" reflete o diferencial entre o "marked-to-market" reportado a 31 de dezembro de 2012 e o montante pelo qual foi efetuado o cancelamento dos contratos de swap no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Nota 10). As perdas apuradas com o cancelamento dos contratos de swap foram reconhecidas na rubrica de "Outros gastos e perdas" (Nota 30).

O saldo da rubrica de "juros de mora" é relativo ao atraso de pagamento por parte da Transtejo, pela construção do Terminal Fluvial do Cais do Sodré.

O saldo da rubrica "Diferenças de câmbio" é relativo à atualização de dois colaterais que a Empresa constitui em obrigações americanas (Nota 11).

30. Outros gastos e perdas

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é conforme se segue:

Outros gastos e perdas	2014	2013
Imposto municipal sobre imóveis	212.878	100.150
Quotizações	88.742	91.844
Perdas em inventários	206.095	55.912
Perdas em investimentos não financeiros	2.396.253	-
Perdas em SWAP (Nota 10)	-	9.104.821
Juros de mora	53.495	421.610
Outros	612.087	1.636.009
	3.569.549	11.410.347

O montante de 2.396.253 euros registado na rubrica de "Perdas em investimentos não financeiros" resulta dos abates de ativos fixos tangíveis efetuados no decurso do exercício (Nota 6).

O saldo da rubrica de "Perdas em Swap" reflete o diferencial entre o "marked-to-market" reportado a 31 de dezembro de 2012 e o montante pelo qual foi efetuado o cancelamento dos contratos de swap no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Nota 10). Os ganhos apurados com o cancelamento dos contratos de swap foram reconhecidos na rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" (Nota 29).

A rubrica de "Juros de mora" em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respeita, essencialmente, a juros debitados pelos empreiteiros por atrasos no pagamento das faturas de investimento face ao que se encontrava contratualizado.

31. Resultados financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica tem a seguinte decomposição:

Resultados financeiros	2014	2013
Gastos e perdas:		
Juros suportados com financiamentos bancários	22.040.031	34.503.909
Locações financeiras	626.543	4.219.365
	22.666.574	**38.723.274**
Rendimentos de juros:		
Juros obtidos em aplicações financeiras	4.631	24.405
Outros	7.520.772	854.645
	7.525.403	**879.050**
Resultados financeiros	(15.141.171)	(37.844.224)

O montante de 626.543 euros, registado na rubrica de "Locações financeiras" respeita aos encargos financeiros suportados com os contratos de locação financeira celebrados pela Empresa (Nota 18).

32. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2014						
	Contas a receber				Contas a pagar		
Partes relacionadas	Clientes (Nota 13)	Suprimentos (Nota 9)	IRC - Retenções na fonte	Outras contas a receber (Nota 13)	Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar	Efeito liquido
Subsidiárias:							
Ferconsult, S.A.	-	-	79.675	388.968	-	538.037	(69.394)
Metrocom, S.A.	6.763	-	415.964	3.731	4.113	-	422.346
Associadas:							
Publimetro	1.389.299	-	-	-	-	-	1.389.299
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	85.450	-	96.915	(11.465)
Empreendimentos conjuntos:							
Otlis, A.C.E.	41.444	-	1.097	-	48.355	48.356	(54.170)
Empresas relacionadas:							
GIL, S.A.	-	-	-	-	-	-	-
	1.437.507	-	496.736	478.149	52.468	683.308	1.676.617

	2013						
	Contas a receber				Contas a pagar		
Partes relacionadas	Clientes (Nota 13)	Suprimentos (Nota 9)	IRC - Retenções na fonte	Outras contas a receber (Nota 13)	Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar	Efeito liquido
Subsidiárias:							
Ferconsult, S.A.	-	-	79.675	223.540	-	194.379	108.836
Metrocom, S.A.	61.248	-	379.542	3.731	4.373	-	440.148
Associadas:							
Publimetro	2.281.624	-	-	-	-	-	2.281.624
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	85.450	-	97.384	(11.934)
Empreendimentos conjuntos:							
Otlis, A.C.E.	323.982	-	1.097	-	456.666	-	(131.587)
Empresas relacionadas:							
GIL, S.A.	-	19.143.134	-	-	-	-	19.143.134
	2.666.854	19.143.134	460.314	312.721	461.039	291.763	21.830.221

O saldo da rubrica "Outras contas a pagar", respeita aos saldos a pagar à Ferconsult em 31 de dezembro de 2014 e 2013, inclui o montante 43.037 euros e 194.379 euros, respetivamente, os quais encontram-se registadas na rubrica de "Atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração" (Nota 5.9).

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2014			
Partes relacionadas	Compra de inventários	Compra activos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias:				
Ferconsult, S.A.	-	1.792.836	11.199	83.626
Metrocom, S.A.	-	-	6.498	1.740.144
Associadas:				
Publimetro	-	-	-	1.266.837
Ensitrans A.E.I.E.				
Empreendimentos conjuntos:				
Otlis, A.C.E.	971.779	-	79.518	4.304.016
Empresas relacionadas:				
GIL, S.A.	-	-	303.981	-
	971.779	1.792.836	401.197	7.394.623

	2013			
Partes relacionadas	Compra de inventários	Compra activos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias:				
Ferconsult, S.A.	-	2.748.038	79.944	323.397
Metrocom, S.A.	-	-	8.411	1.189.829
Associadas:				
Publimetro	-	-	-	1.141
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	-
Empreendimentos conjuntos:				
Otlis, A.C.E.	120.011	8.040	1.271.139	2.881.903
Empresas relacionadas:				
GIL, S.A.			304.234	-
	120.011	2.756.079	1.663.727	4.396.270

33. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as garantias prestadas pela Empresa ascendiam a 60.139.747 euros e 61.157.244 euros, respetivamente, e estão essencialmente relacionadas com os contratos de financiamento e processos judiciais em curso.

O detalhe das responsabilidades assumidas pela Empresa relacionadas com garantias prestadas relativamente a processos judiciais em curso em 31 de dezembro de 2014, é como segue:

	2014		
Entidade	**Montante**	**Data Início**	**Beneficiário**
Banco BPI	7.661	17-08-2011	Cm Lisboa
Banco BPI	13.087	30-03-2010	Edp - Serv.Universal, S.A.
Banco BPI	1.583	30-06-2010	Trib.Tribut.2ª.Inst.Lis
Banco BPI	95.482	11-05-2006	Finanças 4ºbairro Fiscal
Banco BPI	7.494	10-03-2006	Trib.Adm.F.Lx-2ºjuízo
Banco BPI	6.940	03-07-2006	Trib.Adm.F.Lx-2ºjuízo
Banco BPI	7.500	25-05-1994	Petrogal
	139.747		

34. Divulgações exigidas por diplomas legais

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 11.306 euros.

35. Acontecimentos após a data do balanço

Na sequência do despacho datado de 17 de fevereiro de 2015 e tendo por base os termos do n.º 2, do artigo 59º, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 4º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, foi determinado aumentar o capital social da Empresa em 29.000.000 euros, a subscrever pelo Estado em numerário, até 20 de fevereiro de 2015 e a conversão de financiamentos concedidos pela DGTF em aumentos de capital no montante de 410.758.820 euros (Nota 35). À data da aprovação destas demonstrações financeiras o aumento de capital atrás referido encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo que foram alterados os estatutos em conformidade, passando o capital social da Empresa para 1.657.862.755,86 euros.

O Estado Português através da Resolução do Conselho de Ministros do dia 26 de fevereiro de 2015 lançou o concurso público internacional para a subconcessão dos serviços prestados pelo Metropolitano de Lisboa, no dia 23 de março de 2015.

O Técnico Oficial de Contas

Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

O Conselho de Administração

Eng.º Rui Lopes Loureiro

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Dr. José Rui Roque

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E. (ML)

EXERCÍCIO DE 2014
Contas individuais

1.Introdução

Cumprindo as funções que lhes estão consignadas na Lei e nos Estatutos da empresa, compete ao Conselho Fiscal (CF) da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., apreciar e emitir Parecer sobre o Relatório e Contas da responsabilidade do Conselho de Administração relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o qual nos foi remetido por mail de 29 de abril de 2015.

Sendo a Metropolitano de Lisboa (ML) uma empresa pública, na qual estão envolvidos consideráveis recursos, importa reiterar que a sua gestão, sem perder de vista o serviço público de excelência que deve prestar, deve ser pautada por inequívocos critérios de rigor e transparência. Aliás, tal exigência decorre das disposições legais a que estão sujeitas estas empresas, devendo fundamentalmente a sua gestão ser enquadrada nas boas práticas de governo societário, consagrado no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Importa ainda referir, que no decurso do exercício agora em apreciação, a empresa observou também as orientações estatuídas, nomeadamente, as seguintes:

- Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março – Estatuto do Gestor Público;
- RCM n.º 45/2011, de 13 de outubro, que definiu o plano estratégico para os transportes na qual foram definidos, para o sector, os princípios orientadores para o horizonte 2011-2015.

Saliente-se que a empresa é considerada, nos termos da Lei de Execução Orçamental, como "entidade pública reclassificada" integrando, assim, o perímetro da consolidação da Administração Pública, cujas normas de procedimento administrativo tem de observar em cumprimento da Circular n.º 1.376 da Direção-Geral do Orçamento, de 18 de julho de 2014, bem como da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro).

O presente relatório e parecer referem-se às demonstrações financeiras da ML em termos individuais, nomeadamente o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio e o anexo às demonstrações financeiras. A Empresa irá apresentar, em separado, as demonstrações financeiras consolidadas nas quais serão consideradas as demonstrações das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão.

II. Atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal

No cumprimento das atribuições no acompanhamento da gestão e da atividade da empresa, o órgão fiscalizador reuniu regularmente, tendo-se inteirado sistematicamente do conteúdo dos diversos documentos de trabalho emanados dos serviços operacionais, bem como, analisado regularmente as contas e a situação financeira e patrimonial da empresa e os respetivos instrumentos previsionais de gestão.

Nesta conformidade, o Conselho Fiscal, tomou conhecimento, de forma pormenorizada e sistemática, do conteúdo dos relatórios, atas e outros documentos de trabalho que o Conselho de Administração e as diversas áreas operativas lhe fizeram chegar. Ainda, sempre que julgou oportuno, alertou, formal ou informalmente, o Conselho de Administração para factos e situações julgadas pertinentes e a exigirem uma atenção especial por parte do órgão executivo.

No desenvolvimento da atividade deste órgão, foram estabelecidos contatos com o Revisor Oficial de Contas (ROC) e com os auditores externos da empresa, de cujo relatório anual nos foi dado conhecimento.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do nível de cumprimento das orientações legais por parte da sociedade, bem como do referido a este respeito pelo Conselho de Administração no Relatório Gestão, designadamente no que se refere aos objetivos de gestão, à gestão do risco financeiro e limites de endividamento, às recomendações do Estado, à contratação de pública, à racionalização da política de aprovisionamento de bens e serviços, ao princípio da igualdade de género, ao controlo de custos, ao princípio da unidade de tesouraria do Estado e à divulgação de informação.

Registando o cumprimento dos deveres anteriormente mencionados, o Conselho Fiscal reforça a necessidade de dar cumprimento integral ao disposto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro), no que respeita nomeadamente às obrigações de reporte e de cálculo dos fundos disponíveis e dos compromissos futuros.

III. Apreciação do relatório de gestão

O Relatório de Gestão da responsabilidade do Conselho de Administração, refere com a necessária clareza a forma como decorreu a atividade da Metropolitano de Lisboa, durante o exercício de 2014. Do conteúdo desse documento, o qual foi elaborado em conformidade com o disposto no ofício circular n.º 1212, de 27 de fevereiro de 2015, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), considera o Conselho Fiscal que, pela sua importância no desempenho global da empresa, devem ser realçados, se bem que em síntese, os seguintes aspetos:

- Até final de 2014, o Conselho de Administração foi composto apenas por 3 vogais, com competências distribuídas por pelouros, tendo o seu presidente cessado funções em 7 de junho de 2013, conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2013;

- Continuação do processo de integração operacional da ML com a CARRIS – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., iniciado em 2012, bem como desenvolvimento de um conjunto de ações necessárias à abertura da gestão e das atuais concessões à iniciativa privada;
- Inversão da tendência da diminuição da procura, com maior evidência nos indicadores Passageiros com título pago calculados a partir das vendas e Passageiros apurados pelas validações do sistema de bilhética, com crescimentos de, respetivamente, 0,15% e 2,25%. No indicador Passageiro x km transportados, registou-se uma redução de apenas 0,49%, face à diminuição em 2013 de 9,0%;
- Acréscimo das receitas tarifárias em 9,4% face ao ano anterior, excluindo as comparticipações do Estado referentes aos títulos "4-18/Sub23" e "Social +", sendo de realçar as variações positivas de 6,5% e 12,2%, respetivamente, nos títulos ocasionais e nos passes;
- Ligeiro crescimento dos níveis de oferta (+1,8%), apesar da redução do efetivo de maquinistas em 11 elementos, desempenho alcançado através da reorganização de horários de trabalho e de expedição de comboios, permitindo uma otimização dos tempos de condução;
- Manutenção da redução do efetivo através de uma política de otimização dos recursos, sendo que no período de 2011/2014, face a 2010, a diminuição referida ascendeu a 246 colaboradores (-14,7%);
- Execução de inúmeros projetos internos, ao nível da gestão das infraestruturas existentes, bem como o lançamento de concursos públicos visando a introdução de melhorias nos equipamentos existentes;
- Início da campanha de reabilitação das galerias da rede, com conclusão das reparações da linha Azul;
- Forte crescimento das despesas de investimento (incluindo os encargos financeiros) que se situaram em 11,1 milhões de euros (+138% que em 2013);
- Aumento generalizado dos incidentes registados na rede da ML, tendo atingido a média final de 6,93 incidentes por milhão de passageiros transportados (+56% que no ano anterior);
- Repartição das receitas de passes intermodais, por determinação da tutela, passou a efetuar-se com base nos resultados do Inquérito à Mobilidade de 2007, contribuindo para um aumento das receitas;
- Redução dos gastos com Fornecimentos e serviços externos foi menor que a registada em anos anteriores, sendo inferior a 2%, situação decorrente de se terem atingido os resultados das medidas de racionalização implementadas que, desde 2010, geraram uma poupança global superior a 7 milhões de euros;
- Diminuição dos Gastos com o pessoal em 21,6%, devido essencialmente à suspensão do pagamento dos complementos de pensões decorrente do artigo 75º da Lei n.º 83-C/2013, de 31

de dezembro, sendo que a massa salarial decresceu 1,9 milhões de euros, em resultado da redução de efetivos;

- Redução do EBITDA diminuiu 11,7 milhões de euros (situando-se em 13,0 milhões de euros), decréscimo similar à que se verificou na indemnização compensatória do Estado (-11,2 milhões de euros);
- Resultados operacionais negativos em 35,6 milhões de euros, representando um agravamento de 58,3 milhões de euros face a 2013, em resultado do aumento dos gastos operacionais e da diminuição dos rendimentos operacionais. Esta evolução desfavorável justifica-se, em grande parte, por fatores não recorrentes relacionados participações sociais e contratos de derivados;
- Manutenção da política do acionista em apoiar financeiramente a empresa, através de aumentos de capital, por conversão de créditos e entradas de capital, que permitiram os fundos necessários para fazer face ao serviço da dívida.

IV. Avaliação do desempenho dos administradores

Nos termos do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, deve o Conselho Fiscal aferir sobre o cumprimento das boas práticas do governo societário.

Na avaliação dos membros do Conselho de Administração da ML, o Conselho Fiscal teve em conta que a gestão da empresa esteve até final do ano de 2014 atribuída a um Conselho de Administração sem presidente, composto apenas por três vogais.

Tendo em conta o modelo organizacional da ML, designadamente a presença do Conselho de Administração, como órgão colegial, na orientação estratégica e operacional da Empresa e na decisão e monitorização dos impactos das decisões, não é possível a avaliação individual do desempenho.

Importa salientar que os membros do Conselho de Administração não auferiram no exercício prémios de gestão, adotando procedimentos e ações suscetíveis de não criar eventuais conflitos de interesses no desempenho das suas atribuições.

Do relatório de boas práticas de governo societário, ainda a apresentar pela ML, deve constar informação, atual e completa, sobre todas as matérias referentes aos princípios do governo societário, conforme exigido pelo artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e de acordo com o modelo constante do anexo II, do mencionado ofício circular n.º 1212 da DGTF.

V. Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras de 2014 (em termos individuais), foram objeto de Relatório de Auditoria dos Auditores Externos, assim como da revisão da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), a qual de acordo com as normas legais emitiu a competente Certificação Legal das Contas (CLC). Nestes documentos foram expressas as reservas e ênfases julgadas adequadas, documentos que merecem, na sua totalidade, a concordância do Conselho Fiscal.

Na CLC, o ROC é de opinião que, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nas seguintes alíneas a), b) e c) e exceto quanto aos efeitos da situação descrita na seguinte alínea d), as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal:

a) "Conforme divulgado nas Notas 3.2 e 5 do Anexo, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de Junho, foi assumido o princípio de que competia ao Estado financiar as infraestruturas de longa duração ("ILD") do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Dado que, até à presente data, não foi ainda celebrado com o Estado um contrato definidor dos termos e condições que regem este relacionamento, o ML tem vindo a registar todos os fluxos associados a estes investimentos em contas de balanço denominadas "Investimentos de infraestruturas de longa duração", apresentadas no ativo e no passivo. Assim, em 31 de Dezembro de 2014, o ativo não corrente compreende o montante de 4.677.424.000 euros referente aos gastos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (deduzidos dos subsídios entretanto recebidos), sendo que parte desses gastos não está considerada como ativos fixos tangíveis ou intangíveis, mas como créditos a receber sobre o Estado; o passivo inclui o montante de 3.826.322.957 euros (do qual 3.485.256.785 euros classificado como não corrente), relacionado com os financiamentos e outras contas a pagar associados aos ILD. De salientar que em consequência da referida indefinição contratual, os ativos fixos tangíveis e intangíveis que integram a conta ILD não se encontram a ser depreciados nem amortizados. Desta forma, face à referida falta de contratualização com o Estado, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada pelo ML relativamente à administração das atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras em apreço";
b) "Conforme divulgado na Nota 14 do Anexo, o balanço inclui em 31 de Dezembro de 2014, na rubrica "Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros", o montante de 54.651.573 euros relativo a obras efetuadas pelo ML por conta de entidades do sector empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto à mensuração e ao momento de realização daqueles ativos";
c) "Em 31 de Dezembro de 2014 o balanço inclui uma participação financeira de 100% no capital da Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A., mensurada pelo método de equivalência patrimonial, pelo montante de 2.936.887 euros. A Certificação Legal das Contas desta participada inclui uma ênfase relacionada com a continuidade das operações e quatro reservas por limitação de âmbito, cujo efeito global não foi possível quantificar. Desta forma, não

nos é possível concluir quanto aos eventuais efeitos destas situações nas demonstrações financeiras do ML em 31 de Dezembro de 2014";

d) "Em 31 de Dezembro de 2014 o balanço inclui duas participações financeiras nos ACE "TREM" e "TREM II", mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, por montante nulo, os quais foram constituídos 2000 e 2001, respetivamente, em parceria com entidades bancárias para a aquisição e locação de equipamento ferroviário. Tal como referido na Nota 9, no exercício em apreço foi aceite a exoneração das duas entidades bancárias agrupadas no "TREM", conforme previsto estatutariamente, tendo o ML, em consequência, passado a deter 100% deste ACE, 90% dos quais de forma direta. Não sendo de esperar uma reversão das perdas do referido ACE, foi decidido pelo ML reforçar em 13.393.153 euros (dos quais 11.875.856 euros por contrapartida de resultados transitados) a provisão de 5.869 euros transitada de 2013 para fazer face às responsabilidades assumidas pelo "TREM". No que se refere ao "TREM II", cujas demonstrações financeiras não auditadas evidenciam em 31 de Dezembro de 2014 a existência de capitais próprios negativos de 138.684.734 euros, possibilitando os seus estatutos, a exemplo do sucedido com o "TREM", a exoneração dos seus membros com a consequente assunção de responsabilidades por parte do ML, não são conhecidas até à data deste relatório as intenções dos respetivos membros relativamente a esta matéria. Neste contexto, em nosso entender, o ML deveria ter reforçado, já no exercício em apreço, em aproximadamente 26.166.000 euros (dos quais 23.077.000 euros por contrapartida de resultados transitados) a provisão de 4.931 euros existente para fazer face às responsabilidades assumidas pelo "TREM II", o que não sucedeu.

   Adicionalmente, em nossa opinião, nos termos da NCRF 4, o ML deveria ter procedido à reexpressão das demonstrações financeiras do exercício de 2013, em consequência das situações acima referenciadas relativas aos ACE's "TREM" e "TREM II".

Embora sem afetar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras, a SROC, na CLC, chama ainda a atenção para as seguintes situações:

- As demonstrações financeiras, "foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, embora, em 31 de Dezembro de 2014, os capitais próprios da Empresa se apresentem inferiores a metade do capital social (não considerando os eventuais efeitos referidos nos parágrafos 7 a 9 e os efeitos referidos no parágrafo 10), situação que determina a aplicação das disposições previstas no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Acresce que as operações da Empresa têm vindo a gerar prejuízos consecutivos, sendo o seu financiamento assegurado pelo Estado Português através de indemnizações compensatórias e de dotações de capital, para além de que o ativo corrente é substancialmente inferior ao passivo corrente. Consequentemente, a continuidade das operações da Empresa, a realização dos seus ativos e a liquidação dos seus passivos está dependente da manutenção do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia a adotar para o sector dos transportes e do êxito a obter pelo ML nas operações a realizar no futuro";

- "As rubricas do passivo não corrente 'Investimentos de infraestruturas de longa duração' e 'Provisões' em 31 de Dezembro de 2014 incluem os montantes de 38.219.570 euros e 41.132.204 euros, respetivamente, relativos aos juros vencidos e não pagos desde Setembro de 2013 de quatro "swaps" contratados com uma instituição financeira. Esta situação decorre de orientações dadas pela tutela e pelo Estado Português para suspensão dos referidos pagamentos, na sequência do processo que se encontra em curso em tribunal internacional (Londres) entre o Estado Português e o Banco contraparte (vide Notas 5.4.1 e 17 do Anexo)";
- "Conforme divulgado na Nota 1 do Anexo, as demonstrações financeiras do ML relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2013, não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas Tutelas financeira e sectorial. O Conselho de Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respetivos Relatórios de Gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas";
- "O nosso exame não abrangeu as demonstrações financeiras do ML em 31 de Dezembro de 2013, apresentadas para efeitos comparativos. Estas demonstrações financeiras foram examinadas por outra sociedade de revisores oficiais de contas, cuja certificação legal das contas, datada de 24 de Julho de 2014, incluía cinco reservas por limitação de âmbito, das quais três relacionadas com os assuntos descritos nos parágrafos 7 a 9 e duas que deixaram de ser aplicáveis às demonstrações financeiras do ML em 31 de Dezembro de 2014".

VI. Situação económica e financeira

De acordo com a demonstração de resultados a empresa apresentou em 2014 um resultado líquido negativo de 50,8 milhões de euros, representando um agravamento de 35,5 milhões de euros face ao prejuízo de 15,3 milhões de euros registado em 2013, resultando da conjugação da evolução desfavorável dos resultados operacionais em 58,3 milhões de euros (passando de 22,6 milhões de euros positivos para 35,6 milhões de euros negativos), com a melhoria dos resultados financeiros em 22,7 milhões de euros (embora continuando negativos, passaram de 37,8 milhões de euros para 15,1 milhões de euros).

O agravamento dos resultados operacionais decorreu essencialmente da conjugação dos seguintes fatores:

- Diminuição das receitas de serviço público em cerca de 2,0 milhões de euros, pelo efeito conjugado do aumento dos proveitos referentes a passes e bilhetes (+9,5 milhões de euros) e da diminuição da indemnização compensatória e reforço orçamental (-11,2 milhões de euros);
- Redução dos rendimentos associados aos contratos de derivados em cerca de 25,0 milhões de euros, resultando de dois fatores: (i) o valor da carteira de derivados, embora mantendo a tendência de crescimento, teve uma variação inferior a 2013 de 41,3% (-9,6 milhões de euros);

e (ii) os ganhos de 15,4 milhões de euros registados em 2013 com o cancelamento antecipado dos contratos de derivados;

- Decréscimo dos gastos diretamente associados à produção do serviço de transporte (Pessoal e Fornecimentos e serviços externos) em cerca de 19,2 milhões de euros, em resultado das medidas de racionalização e contenção implementadas;
- Reconhecimento em 2014 de perdas no valor de 18,9 milhões de euros, resultantes da alteração da participação social da ML nas participadas GIL – Gare Intermodal de Lisboa, SA e TREM, ACE;
- Reforço de provisões associadas ao reconhecimento de variações no património da ML, em 30,5 milhões de euros;
- Registo de imparidades resultantes da reavaliação e imóveis, em 4,6 milhões de euros.

Neste contexto, o EBITDA evoluiu negativamente, passando de 24,6 milhões de euros em 2013 para 13,0 milhões de euros em 2014. Contudo, expurgando o efeito de fatores não recorrentes, nomeadamente os ganhos de 15,4 milhões de euros registados em 2013 com o cancelamento antecipado dos contratos de derivados e o reconhecimento em 2014 de perdas no valor de 18,9 milhões de euros resultantes da alteração da participação social da ML nas participadas GIL, SA e TREM, ACE, o EBITDA corrigido apresenta um crescimento de 215,8%, traduzindo uma melhoria do desempenho operacional.

Relativamente aos resultados financeiros a evolução favorável decorreu, quer do aumento dos rendimentos financeiros em 6,6 milhões de euros, quer da redução dos encargos financeiros em 16,1 milhões de euros (-41,5%), em consequência da ML estar a ser financiada pelo Estado Português.

Apesar do agravamento dos resultados, a situação financeira da ML melhorou, passando os capitais próprios negativos de 454,2 milhões de euros, em 31/12/2013, para capitais próprios positivos de 9,4 milhões de euros, sobretudo por via dos aumentos de capital ocorridos no exercício.

Apesar daquela evolução positiva, os capitais próprios da ML continuam manifestamente inferiores ao capital social, o que poderá colocar em causa a sustentabilidade da empresa no longo prazo, tornando premente a manutenção das medidas de racionalização económica e financeira tomadas nos últimos anos, com vista ao aumento das receitas e à redução dos gastos operacionais.

Em 2014, o Estado Português alterou a política de financiamento às empresas públicas reclassificadas, substituindo a concessão de empréstimos por dotações de capital sempre que os fundos se destinam ao serviço da dívida ou investimento. De igual modo, o pagamento de juros e o reembolso de empréstimos do Tesouro foram convertidos em capital.

VII. Parecer

Atento ao exposto nos pontos anteriores, e às considerações enunciadas nos documentos citados, relativas à atividade da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., durante o exercício de 2014, o Conselho Fiscal é de Parecer que:

1. O Relatório do Conselho de Administração encontra-se corretamente elaborado, respeitando as orientações legais e estatutárias, evidenciando com clareza e rigor os aspetos mais relevantes ocorridos na gestão da empresa durante o exercício;
2. Durante o exercício, a empresa desenvolveu as ações necessárias para o cumprimento das boas práticas do governo societário nos termos do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. Deste modo, no âmbito do modelo de governo do setor empresarial do Estado, durante a gestão de 2014 a ML, atuou num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos níveis de eficiência, qualidade de serviço prestado e sustentabilidade económica, financeira e ambiental, com observância das regras de ética e das boas práticas;
3. O Relatório menciona o regime jurídico aplicado em matéria de aquisição de bens e serviços;
4. Sujeito ao efeito das Reservas expressas na Certificação Legal das Contas, o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações no capital próprio e o anexo às demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., em 31 de dezembro de 2014.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal da Metropolitano de Lisboa, E.P.E., emite formalmente PARECER FAVORÁVEL à aprovação do Relatório do Conselho de Administração, e das demonstrações financeiras e respetivo anexo respeitantes ao exercício de 2014, concordando, também, com a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal, regista ainda com muito apreço a colaboração e a atenção dispensada pelo Conselho de Administração, bem como a disponibilidade sempre demonstrada, não só pelos responsáveis pelas Direções e Serviços, como pela generalidade dos colaboradores da ML, que teve necessidade de contatar, no desempenho das suas atribuições.

Lisboa, 26 de junho de 2015,

O Conselho Fiscal

Presidente	Vogal efetivo	Vogal efetiva
(José Emílio Castel-Branco)	(José Carlos Pereira Nunes)	(Maria Onilda Sousa)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do ***Metropolitano de Lisboa, E.P.E.***, (ML) as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 5.065.159.040 euros e um total de capital próprio de 9.400.113 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 50.837.743 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como o Anexo às demonstrações financeiras.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do ML, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto às limitações mencionadas nos parágrafos 7 a 9, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Conforme divulgado nas Notas 3.2 e 5 do Anexo, o Governo assumiu, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de Junho, o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração ("ILD") do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afectos às suas actividades. Dado que até à presente data não foi ainda celebrado com o Estado Português um contrato definidor dos termos e condições que regem este relacionamento, o ML tem vindo a registar todos os fluxos resultantes desta actividade em rubricas de balanço denominadas "Investimentos de infraestruturas de longa duração", apresentadas no activo e no passivo. Assim, em 31 de Dezembro de 2014, o activo não corrente compreende o montante de 4.677.424.000 euros referente aos gastos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (deduzidos dos subsídios entretanto recebidos),

AC

sendo que parte desses gastos não se classifica como activos fixos tangíveis ou intangíveis mas como créditos a receber sobre o Estado; o passivo inclui o montante de 3.826.322.957 euros (do qual 3.485.256.785 euros classificado como não corrente), relacionado com os respectivos financiamentos e outras contas a pagar. De salientar que em consequência da referida indefinição contratual, os activos fixos tangíveis e intangíveis não se encontram a ser depreciados e amortizados. Desta forma, face à referida inexistência de contratualização com o Estado Português, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adoptada pelo ML relativa à administração das actividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras em apreço.

8. Conforme divulgado na Nota 14 do Anexo, o balanço inclui em 31 de Dezembro de 2014, na rubrica "Diferimentos activos – trabalhos por conta de terceiros", o montante de 54.651.573 euros relativo a obras efectuadas pelo ML por conta de entidades do sector empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a facturar e as respectivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à mensuração daqueles activos.

9. Em 31 de Dezembro de 2014 o balanço inclui uma participação financeira de 100% no capital da Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A., mensurada pelo método de equivalência patrimonial, pelo montante de 2.936.887 euros. A Certificação Legal das Contas desta participada inclui uma ênfase relacionada com a continuidade das operações e quatro reservas por limitação de âmbito, cujo efeito global não foi possível quantificar. Desta forma, não nos é possível concluir quanto aos eventuais efeitos destas situações nas demonstrações financeiras do ML em 31 de Dezembro de 2014.

10. Em 31 de Dezembro de 2014 o balanço inclui duas participações financeiras nos ACE's "TREM" e "TREM II", mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, por montante nulo, os quais foram constituídos em parceria com entidades bancárias para a aquisição e

locação de equipamento ferroviário. Tal como referido na Nota 9, no exercício em apreço foi aceite a exoneração das duas entidades bancárias agrupadas no "TREM", conforme previsto estatutariamente, tendo o ML, em consequência, passado a deter 100% deste ACE, 90% dos quais de forma directa. Não sendo de esperar uma reversão das perdas, foi decidido reforçar em 13.393.153 euros (dos quais 11.875.856 euros por contrapartida de resultados transitados) a provisão constituída para fazer face às responsabilidades assumidas pelo "TREM". No que se refere ao "TREM II", cujas demonstrações financeiras não auditadas evidenciam em 31 de Dezembro de 2014 capitais próprios negativos de 138.684.734 euros, possibilitando os seus estatutos, a exemplo do sucedido com o "TREM", a exoneração dos seus membros com a consequente assunção de responsabilidades por parte do ML, não são conhecidas até à data deste relatório as intenções dos respectivos membros relativamente a esta matéria. Neste contexto, em nosso entender, o ML deveria ter reforçado no exercício em apreço em aproximadamente 26.166.000 euros (dos quais 23.077.000 euros por contrapartida de resultados transitados) a provisão constituída para fazer face às responsabilidades assumidas pelo "TREM II".

Adicionalmente, em nossa opinião, nos termos da NCRF 4, o ML deveria ter procedido à reexpressão das demonstrações financeiras do exercício de 2013, em consequência das situações acima referenciadas relativas aos ACE's "TREM" e "TREM II".

Opinião

11. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 a 9 e excepto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo 10, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

12. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

13. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos 11 e 12, chamamos a atenção para as seguintes situações:

13.1. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, embora, em 31 de Dezembro de 2014, os capitais próprios da Empresa se apresentem inferiores a metade do capital social (não considerando os eventuais efeitos referidos nos parágrafos 7 a 9 e os efeitos referidos no parágrafo 10), situação que determina a aplicação das disposições previstas no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Acresce que as operações da Empresa têm vindo a gerar prejuízos consecutivos, sendo o seu financiamento assegurado pelo Estado Português através de indemnizações compensatórias e de dotações de capital, para além de que o activo corrente é substancialmente inferior ao passivo corrente. Consequentemente, a continuidade das operações da Empresa, a realização dos seus activos e a liquidação dos seus passivos está dependente da manutenção do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia para o sector dos transportes e do êxito a obter pelo ML nas operações a realizar no futuro.

13.2. As rubricas do passivo não corrente 'Investimentos de infraestruturas de longa duração' e 'Provisões' em 31 de Dezembro de 2014 incluem os montantes de 38.219.570 euros e 41.132.204 euros, respectivamente, relativos aos juros vencidos e não pagos desde Setembro de 2013 de quatro "*swaps*" contratados com uma instituição financeira. Esta situação decorre de orientações dadas pela tutela e pelo Estado Português para suspensão dos referidos pagamentos, na sequência do processo que se encontra em curso em tribunal internacional (Londres) entre o Estado Português e o Banco contraparte (vide Notas 5.4.1 e 17 do Anexo).

13.3. Conforme divulgado na Nota 1 do Anexo, as demonstrações financeiras do ML relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2013, não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas Tutelas financeira e sectorial. O Conselho de

Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respectivos Relatórios de Gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

13.4. O nosso exame não abrangeu as demonstrações financeiras do ML em 31 de Dezembro de 2013, apresentadas para efeitos comparativos. Estas demonstrações financeiras foram examinadas por outra sociedade de revisores oficiais de contas, cuja certificação legal das contas, datada de 24 de Julho de 2014, incluía cinco reservas por limitação de âmbito, das quais três relacionadas com os assuntos descritos nos parágrafos 7 a 9 e duas que deixaram de ser aplicáveis às demonstrações financeiras do ML em 31 de Dezembro de 2014.

Lisboa, 29 de Maio de 2015

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha

Certificação legal de contas

Siglas e Acrónimos

Sigla / Acrónimo	Significado
AE	Acordo de empresa
AML	Área Metropolitana de Lisboa
AMT	Associação Mobilidade e Transportes
ANA	ANA Aeroportos de Portugal
APEL	Associação Portuguesa de Editores e Livreiros
AVAC	Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado
CA	Conselho de Adminstração
CASA	Centro de Apoio ao Sem-Abrigo
CCDTML	Centro cultural e desportivo dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa
CCP	Código dos contratos públicos
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CMVMC	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
CO_2	Dióxido de carbono
CP	Comboios de Portugal
CPC	Conselho de prevenção de corrupção
DC	Despacho conjunto
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGTF	Direcção-Geral do Tesouro e Finanças
EBITDA	Resultado operacional sem amortizações e provisões (e ajustamentos, caso existam)
ECSI	European Customer Satisfation Index
EDP	Eletricidade de Portugal
EGP	Estatuto de Gestor Público
EMEF	Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário
EMEL	Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, e.m. s.a.
EPAL	Empresa Pública de Águas de Lisboa
EPE	Entidade pública empresarial
EPR	Entidade pública reclassificada
FSE	Fornecimentos e serviços externos
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
IGRF	Instrumentos de gestão de risco financeiro
ILD	Infraestrutura de longa duração
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPSS	Instituições particulares de solidariedade social
ISC	Índice de satisfação do cliente
ISCTE	Instituto universitário de Lisboa
IUTP	União Internacional dos Transportes Públicos
KPI	Indicador chave de desempenho
kWh	Quilowatt-hora
LCPA	Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso
MAVT	Máquinas de Venda Automática
MK	Missão Kanimambo
MKBF	Quilometragem média entre falhas (*Mean kilometre between failures*)
ML	Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
ML 90/95/97/99	Material circulante das séries de 1979, 1990, 1995 e 1999, respetivamente
MTBF	Tempo médio entre falhas (*Mean time between failures*)
NP / NP EN	Normas portuguesas
O.G.E.	Orçamento Geral do Estado
O/D	Origem / Destino
OCS's	Orgãos de Comunicação Social
ODS	Substâncias que empobrecem a camada de ozono (*Ozone Depleting Substances*)
OPRLO	Opção pela Remuneração do Lugar de Origem
OS	Órgãos sociais
OSIRIS	Projeto europeu para a melhoria da gestão de crises ambientais
PBG	Princípios de Bom Governo
PDE	Procedimento dos défices excessivos
PDF	Portable Document Format

Sigla / Acrónimo	Significado
PIB	Produto interno bruto
PLAGO	Sistema de planeamento e gestão de pessoal, de horários e de material circulante
PMO	Parque de material e oficinas
PMP	Prazo médio de pagamentos
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
POC	Plano oficial de contabilidade
POCP	Plano oficial de contabilidade pública
POGSE	Plano de organização e gestão da segurança da empresa
PPRCIC	Plano Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
PSG	Programa de Gestão do Sistema
RCC	Regulamento de circulação de comboios
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REN	Rede Elétrica Nacional
ROC	Revisor Oficial de Contas
RS	Regulamento de sinalização
RSPVE	Regulamento de segurança de pessoal nas vias eletrificadas
RURT	Regulamento de utilização das redes de telecomunicações
SADI	Sistema Automático de Deteção de Incêndios
SAP BW	Módulo do sistema SAP - Bussiness Warehouse
SAP PM	Módulo do sistema SAP - Programa da manutenção
SAP R/3	Sistema que oferece um conjunto de módulos com diversas aplicações de negócio
SEE	Setor empresarial do Estado
SEOPTC	Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações
SETF	Secretário de Estado do Tesouro e Finanças
SFA	Serviços e fundos autónomos
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SGQA	Sistema de Gestão da Qualidade e do Ambiente
SIMAS	Serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos Municipios de Oeiras e Amadora
SIRIEF	Recolha de Informação Económica e Financeira
SNC	Sistema de normalização contabilística
SROC	Sociedade de Revisores Oficial de Contas
SSIT	Sistema de Supervisão de Instalações Técnicas
SWOT	Forças (*Strenghts*) / Fraquezas (*Weaknesses*) / Oportunidades (*Opportunities*) / Ameaças (*Threats*)
TC	Tribunal de Contas
ton.	tonelada
TSU	Taxa Social Única
UT	Unidades triplas
V.A.R.S.P.	Valor atual das responsabilidades com serviços passados
VA	Vista Alegre Atlantis

Relatório de Governo Societário 2014

Relatório de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2014

METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.

Transportes de Lisboa

Índice

Introdução 3
I. Missão, objetivos e políticas 4
II. Estrutura de capital 9
III. Participações sociais e obrigações detidas 9
IV. Órgãos sociais e comissões 10
A. Mesa de Assembleia Geral 10
B. Administração e supervisão 10
C. Fiscalização 18
D. Revisor Oficial de Contas (ROC) 23
E. Auditor externo 24
V. Organização interna 25
A. Estatutos e comunicações 25
B. Controlo interno e gestão de riscos 26
C. Regulamentos e códigos 32
D. Deveres especiais de informação 36
E. Site de internet 37
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral 37
VI. Remunerações 38
A. Competência para a determinação 38
B. Comissão de fixação de remunerações 38
C. Estrutura e divulgação das remunerações 39
VII. Transações com partes relacionadas e outras 43
VIII. Análise de Sustentabilidade da Empresa nos domínios económico, social e ambiental 52
IX. Avaliação do Governo Societário 59
Anexo I – Sociedades Participadas 67
Anexo II – Entidades às quais o ML se encontra associado 68
Anexo III – Prevenção de conflitos de interesse – Declarações 69
Anexo IV – Reportes efetuados pelo METROPOLITANO DE LISBOA 72
Anexo V – Deliberações aprovadas pelo Conselho de Administração 75

Introdução

A aplicação do regime estabelecido no decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, pretendeu implementar uma abordagem ampla, coerente e integrada, que enquadra, sob um mesmo regime, os aspetos relevantes da atividade empresarial prosseguida por entes públicos, estabelecendo-se, deste modo, um regime jurídico mais exigente, mas, também, mais claro, transparente e eficaz, no que respeita ao controlo da legalidade e da boa gestão pública na alocação de recursos públicos para a prossecução de atividades em modo empresarial.

Os organismos legalmente competentes, no âmbito do diploma acima identificado, onde o METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E. (ML) se inclui, devem elaborar, entre outros, os planos de atividades das empresas, os respetivos orçamentos, anuais e plurianuais, os planos de investimento e fontes de financiamento, bem como os documentos de prestação anual de contas e os relatórios de execução orçamental.

Esta metodologia e procedimentos pretendem implementar um sistema que contribui ativamente para a contenção de despesa e para o equilíbrio das contas públicas, sendo aqui fundamental o papel desempenhado pela Unidade Técnica, a qual procede à análise dos planos apresentados e aprecia a sua conformidade e a sua compatibilidade, face ao equilíbrio das contas públicas e da execução orçamental, habilitando, desta forma, o Governo a decidir, de modo informado, sobre as matérias relevantes.

De acordo com a aplicação dos princípios de bom governo e no âmbito da aplicação do decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, em vigor desde dezembro de 2013, as empresas públicas estão obrigadas a apresentar, anualmente, um relatório autónomo de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo Capítulo II do referido decreto-lei, sob epígrafe "Princípios de Governo Societário".

Anualmente, o METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E. (ML) deverá informar o seu acionista e o público em geral do modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo, através da publicação de um relatório de boas práticas do governo societário.

Em cumprimento do disposto no artigo 54º do referido diploma, o METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E. (ML) elaborou o presente relatório, referente ao ano 2014, o qual informa o acionista, o público em geral e os restantes "stakeholders", do modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, do desenvolvimento sustentável e os termos da prestação do serviço publico e, ainda, de forma como foi salvaguardada a competitividade, o desenvolvimento da inovação e a integração das novas tecnologias no processo produtivo das Empresas.

Para além da informação sobre o governo da sociedade, que consta do documento acima mencionado, o METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E. (ML) disponibiliza esta informação no sítio eletrónico da empresa e na intranet, bem como no sítio eletrónico do setor empresarial do estado - www.dgtf.pt -, mantendo-a, periodicamente, atualizada.

O Conselho de Administração,

PCA

TB

TF

JRR

I. Missão, objetivos e políticas

1. Missão e a forma como é prosseguida. Visão e valores que orientam a Empresa.

O METROPOLITANO DE LISBOA, em 2014, continuou a assumir, de forma consistente, a sua responsabilidade como agente económico e social que atua no domínio da mobilidade urbana, contribuindo para o desenvolvimento e a sustentabilidade de Lisboa e da sua área metropolitana, ajustando a sua atividade às necessidades do mercado, otimizando a utilização dos recursos, com vista ao aumento da sua eficiência empresarial e à permanente melhoria da qualidade do serviço que presta.

A missão do METROPOLITANO DE LISBOA é prestar um serviço de transporte público de passageiros, em modo metro, orientado para o cliente, promovendo a mobilidade sustentável.

Para atingir a sua missão, o METROPOLITANO DE LISBOA, em 2014, continuou a dar resposta às necessidades diárias de mobilidade de cerca de 440 mil passageiros por dia útil, que utilizam os seus serviços. Para tal disponibilizou uma rede de metro com 55 estações distribuídas ao longo de quatro linhas distintas (Azul, Amarela, Verde e Vermelha) e numa extensão de 43,2 km, utilizando uma frota de 335 (trezentos e trinta e cinco) carruagens.

A visão estratégica preconizada pelo METROPOLITANO DE LISBOA, tendo em conta o contexto passado/presente e os novos desafios que se colocam, conduz à definição de objetivos macro que asseguram a sustentabilidade da Empresa nas seguintes vertentes:

- Serviço para o cliente;
- Resultados;
- Tarifário;
- Colaboradores;
- Mobilidade na cidade.

O METROPOLITANO DE LISBOA assume a sua missão de forma clara, integrando na sua cultura os seguintes valores e compromissos expressos na "Carta do Cliente":

- **Inovação e Desenvolvimento**
  - Procurar continuamente novos serviços e produtos, assentes na evolução tecnológica ao serviço do cliente.

- **Responsabilidade**
  - Ambiental: assegurar a melhoria contínua do desempenho ambiental;
  - Social: promover a mobilidade daqueles que se deslocam na Área Metropolitana de Lisboa;
  - Económica: garantir a sustentabilidade, numa perspetiva empresarial e laboral.

- **Qualidade**
  - Criar valor e utilidade do serviço ao cliente.

- **Rigor e Integridade**
  - Promover práticas exigentes do ponto de vista da ética e dos comportamentos, quer em termos empresariais, quer em termos individuais, enquanto organização que se rege por princípios de honestidade, transparência, iniciativa social e responsabilidade ambiental;
  - Garantir o cumprimento de processos rigorosos como suporte do serviço prestado, garantindo a sua fiabilidade e confiança.

- **Competência e Segurança**
  - Manter e reforçar a imagem e credibilidade da Empresa como fator de afirmação externa e interna;
  - Garantir a segurança integrada de pessoas e bens.

2. Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida.

As atuais projeções confirmam as perspetivas de uma recuperação gradual da economia portuguesa.

No final de 2014, a economia registou taxas de variação homólogas do PIB positivas. Em 2015, o crescimento da economia portuguesa deverá aproximar-se dos valores atualmente projetados para o conjunto da área do euro.

Não obstante, alguns constrangimentos estruturais ao crescimento económico continuarão a condicionar o potencial de crescimento da economia portuguesa no futuro próximo.

Em particular, destacam-se o elevado endividamento dos vários setores institucionais, o nível ainda relativamente baixo das qualificações da população ativa e a forte segmentação do mercado de trabalho, que promove uma longa duração do desemprego e uma elevada rotação de alguns grupos de trabalhadores.

A correção dos desequilíbrios acumulados nas últimas décadas deverá, assim, persistir ao longo de 2015 e nos anos seguintes, ainda que de forma mais moderada.

Após um significativo ajustamento dos custos salariais, observado no setor privado nos últimos anos, perspetiva-se uma evolução salarial consistente com o crescimento projetado para a produtividade.

Por outro lado, o processo de consolidação orçamental deverá continuar ao longo do ano de 2015, no quadro dos compromissos assumidos ao nível europeu.

O processo de ajustamento deverá assumir uma natureza permanente, não só no que se refere à trajetória de consolidação orçamental de médio prazo, mas, também, ao conjunto de reformas estruturais em curso.

Neste âmbito, importa sublinhar a importância do compromisso assumido pelas autoridades, no quadro do Pacto de Estabilidade e Crescimento, de alcançar um saldo orçamental estrutural de -0.5 por cento do PIB no médio prazo. O cumprimento deste objetivo é essencial para garantir uma trajetória sustentadamente descendente da dívida pública portuguesa.

O regresso de Portugal a um financiamento estável de mercado, ocorrido em maio de 2014, foi e será um processo exigente e requer a prossecução estrita dos compromissos assumidos pelo país. Esta é uma condição indispensável para a firme credibilização do ajustamento económico no médio e longo prazo. Este ajustamento surge reforçado no atual quadro de aprofundamento da integração europeia, com destaque para o processo de criação de uma verdadeira união bancária e para a aplicação das novas regras orçamentais na União Europeia. A

nível interno, é fundamental que se estabeleçam compromissos credíveis de horizonte alargado, de modo a aprofundar a coesão social e o consenso institucional em torno destes objetivos nacionais.

Neste sentido, a nova administração conjunta tem vindo, desde o início das suas funções, a promover, numa lógica de gestão integrada CARRIS|METROPOLITANO DE LISBOA, a consolidação e o desenvolvimento da qualidade do serviço de transporte público que é prestado em Lisboa, nos seus diferentes modos (elétrico, autocarro e metropolitano), de modo a reforçar a complementaridade modal e a intermodalidade, tendo em vista a obtenção de importantes ganhos de eficiência e de produtividade, permitindo, no futuro, a concessão a privados do serviço prestado pela Empresa, conforme definido pelo Governo.

A este propósito, importa acrescentar que as Leis do Orçamento do Estado no período 2012-2014 determinaram para o Setor Empresarial do Estado várias medidas, visando a redução de custos e o aumento da respetiva eficiência económica, as quais têm vindo a ser naturalmente cumpridas pelo METROPOLITANO DE LISBOA.

• Objetivos e grau de cumprimento dos objetivos de gestão.

O METROPOLITANO DE LISBOA assumiu um conjunto de objetivos, os quais foram ultrapassados (22%), conforme resulta dos quadros a seguir apresentados:

Indicadores	Un.	Peso (%)	Ano 2013	Ano 2014				
			Realizado	Valor do Objetivo	Índice Objetivo	Valor Real	Índice Real	Desvio índices (%)
Volume de Negócios	m€	9,0	81.088	90.000	9,0	89.901	9,0	-0,11
Margem do EBITDA	%	10,0	-24,28	-25,06	10,0	-32,73	7,7	-23,46
Gastos Operacionais (sem indemnizações por rescisão)	m€	10,0	158.051	199.928	10,0	186.745	10,7	7,06
Gastos Operacionais por Passageiro	€	10,0	1,16	1,24	10,0	1,33	9,3	-7,31
Taxa Cobertura dos Gastos Operacionais pelos Rendimentos	%	10,0	51	45,0	10,0	48,1	10,7	6,94
Peso dos títulos intermodais	%	12,0	99	70	12,0	100	17,1	42,86
Eficiência Energética (Pkm / kWh)	Pkm / kWh	12,0	7,535	7,557	12,0	7,821	12,4	3,50
Índice de Qualidade da Oferta		18,0	114	100	18,0	111	20,1	11,48
PMP	dias	3,0	34	120	3,0	17	21,2	605,88
Grau de cumprimento do Plano de Investimentos	%	3,0	20	85	3,0	52	1,8	-39,20
Eficiência (Gastos operacionais/EBITDA)	%	3,0	-8,0	-8,9	3,0	-6,3	2,1	-28,43
GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS		**100**			**100**		**122**	

Indicadores de qualidade da oferta

Indicadores	Un.	Ponde-rador (%)	Ano 2013	Ano 2014				
			Realizado	Valor do Objetivo	Índice Objetivo	Valor Real	Índice Real	Desvio índices (%)
Regularidade	%	10,0	84,9	82,0	10,0	86,5	10,5	5,49
Reclamações / 10^6 PT	n.º	15,0	36,93	43,26	15,0	29,43	22,0	46,99
Taxa de realização de carruagens x km	%	30,0	96,9	97,5	30,0	100,6	31,0	3,22
Número de ocorrências com perturbação na exploração (atraso > 10 min.)	n.º	10,0	245	240	10,0	222	10,8	8,11
Tempo médio despendido por resolução de ocorrências c/ atraso > 10 min.	min.	15,0	21,5	21,0	15,0	18,2	17,3	15,45
Idade média das carruagens	anos	10,0	13,3	15,3	10,0	15,3	10,0	-0,07
Indice de Satisfação do Cliente	n.º índice	10,0	7,21	7,21	10,0	7,06	9,8	-2,08
ÍNDICE DE QUALIDADE DA OFERTA (IQO)		**100**			**100**		**111**	

Relativamente às orientações e objetivos estratégicos, definidos para o ano de 2014, verificou-se, nomeadamente, o seguinte:

- O volume de negócios face ao objetivo teve um desvio negativo de 0,11. No entanto, e para os próximos anos, a estratégia será um acentuar de políticas comerciais que visem por um lado a fidelização dos atuais clientes e por outro, a captação de novos;
- Redução do resultado operacional, que atingiu, em 2014 um valor negativo de 35,6 milhões euros;
- Os gastos operacionais diminuíram face ao objetivo. O METROPOLITANO DE LISBOA tem vindo a implementar uma política de redução dos seus gastos operacionais, tendo registado uma redução de 23,5% face a 2010. Para esta redução contribuíram as seguintes medidas: reformulação do processo de aquisições, adoção de procedimentos concorrenciais, renegociação de alguns contratos, melhor planeamento ao nível dos stocks e ainda implementação de medidas de eficiência energética e consequente redução do valor do contrato de energia;
- O grau de cumprimento do plano de investimentos apresentou um desvio negativo de 39,2%. Este desvio é explicitado pelo seguinte: o projeto da remodelação da rede das estações da linha Verde ficou muito aquém do valor orçamentado, por outro lado, o empreendimento Amadora Este / Reboleira teve um valor de realização de 448.616 euros, quando a previsão de orçamento era de 1.053.315 euros;
- Contribuição positiva para a melhoria das condições necessárias para a prática da intermodalidade;
- Introdução de ajustamentos na oferta, reforçando a articulação com a CARRIS e eliminando redundâncias;
- Introdução de ações de inovação que contribuíram para uma melhor sustentabilidade ambiental, designadamente reduzindo o consumo específico de energia;
- Consolidação da componente social do transporte público.

3. Fatores chave de que dependem os resultados da Empresa

Os fatores que contribuíram para os resultados do METROPOLITANO DE LISBOA foram os seguintes:

- Racionalização da Oferta do METROPOLITANO DE LISBOA;
- Complementaridade entre a Oferta das redes do METROPOLITANO DE LISBOA e da CARRIS;
- Otimização do processo produtivo;
- Políticas definidas pelo Governo relativamente ao plano tarifário;
- Desenvolvimento da integração operacional da CARRIS e do METROPOLITANO DE LISBOA;
- Sinergias de prestação de serviços interempresas;
- Contratação partilhada do fornecimento de bens e serviços, maximizando o efeito de escala das duas empresas: METROPOLITANO DE LISBOA e CARRIS;
- O efeito conjugado de medidas de contenção de gastos e de políticas públicas decorrentes da Lei do Orçamento de Estado (LOE) de 2012, 2013 e 2014, resultando numa redução significativa dos gastos operacionais e num aumento dos proveitos.

O METROPOLITANO DE LISBOA, enquanto um dos operadores estruturantes da mobilidade na cidade de Lisboa e sua área metropolitana tem tido como objetivo a adequação do seu negócio às necessidades do mercado, ajustando a sua gestão e otimizando os seus processos internos.

4. Cumprimento das orientações definidas pelos ministérios sectoriais

Os orçamentos de exploração e de investimento da Empresa tiveram em consideração as medidas de contenção impostas pelo Orçamento de Estado e o Ofício circular n.º 7035, de 21 novembro de 2013, relativo às instruções para elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão de 2014.

Os orçamentos foram elaborados a preços correntes, utilizando as taxas de inflação previstas de 0,5% em 2013 e 1% em 2014. Relativamente às previsões de receitas tarifárias foi considerado o cenário macroeconómico previsto para Portugal em 2014.

As evidências do cumprimento das orientações das tutelas setoriais constam dos Instrumentos de Gestão da Empresa, nomeadamente o Plano de Atividades e Orçamento de 2015, bem como a sua monitorização permanente a que a Empresa está obrigada e que consta do capítulo "Deveres de informação", deste relatório.

II. Estrutura de capital

1. Capital

O capital estatutário do METROPOLITANO DE LISBOA, de acordo com o n.º 2 do artigo 21º dos seus Estatutos, "é aumentado ou reduzido, mediante despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes".

Em 2014 ocorreu um aumento de capital no valor de 550 milhões de euros, passando o capital estatutário do METROPOLITANO DE LISBOA de 1.079.179.039 euros para 1.628.862.756 euros.

2. Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.

Não aplicável. Sendo o METROPOLITANO DE LISBOA uma entidade pública empresarial, o seu capital é estatutário, não existindo ações.

3. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a eventuais restrições

Não aplicável. Sendo o METROPOLITANO DE LISBOA uma entidade pública empresarial não tem acordos parassociais.

III. Participações sociais e obrigações detidas

1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos

Vide Anexo I

2. A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional

Vide Anexo II

3. Número de ações ou obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Não aplicável, conforme n.º 2 do capítulo II. – Estrutura de capital.

4. Relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade

Não aplicável, conforme n.º 2 do capítulo II. – Estrutura de capital.

IV. Órgãos sociais e comissões

A. Mesa de Assembleia Geral

1. Composição

Não aplicável. De acordo com os Estatutos da Empresa, a Mesa da Assembleia Geral não faz parte dos órgãos sociais.

2. Identificação das deliberações acionista que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com a maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias

Não aplicável, conforme n.º 2 do capítulo II. – Estrutura de capital.

B. Administração e supervisão

1. Indicação do modelo de governo adotado

São órgãos sociais do METROPOLITANO DE LISBOA, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas.

2. Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração do METROPOLITANO DE LISBOA são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes (cf. n.º 1 do artigo 4º dos seus Estatutos).

3. Composição do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração do METROPOLITANO DE LISBOA foi nomeado pela Resolução do Conselho de Ministros nº. 36/2012, publicada em 5 de setembro, a qual reportou efeitos à data da sua aprovação, em 23 de agosto de 2012.

No ano de 2014 o Conselho de Administração teve na sua composição os seguintes elementos:

Composição do Conselho de Administração

Mandato (início - fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Doc	Data	Entidade	Pagadora
2012-2014	Vogal 1	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	R.C.M. n.º 36/2012	23-Ago-2012	n.a.	D
2012-2014	Vogal 2	Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	R.C.M. n.º 36/2012	23-Ago-2012	n.a.	D
2012-2014	Vogal 3	Drª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	R.C.M. n.º 36/2012	23-Ago-2012	n.a.	D

Legenda:
OPRLO - Opção pela remuneração do lugar de origem
O/D - Origem / Destino

Nos termos do art.º 4.º dos estatutos do Metropolitano de Lisboa, o Conselho de Administração é composto por um presidente e quatro vogais, nomeados por resolução do conselho de Ministros sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes. Porém, com a entrada em vigor do decreto-lei n.º 98/2012, de 3 de maio, que estabeleceu o regime de acumulação de funções dos membros executivos do ML e da Carris, veio determinar de forma imperativa, que os Conselhos das duas empresas passassem a ser integrados por quatro administradores executivos. Posteriormente, com as alterações introduzidas ao referido diploma pelo Decreto-Lei n.º 161/2014, de 29 de outubro, o qual veio definir o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos conselhos de administração do ML, da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A., da TANSTEJO – Transportes do Tejo, S.A., e da SOFLUSA – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., o Conselho de Administração do ML passa a ser composto por cinco administradores executivos, cujo mandato cessará com a extinção do METROPOLITANO DE LISBOA, da CARRIS, da TRANSTEJO e da SOFLUSA, por fusão numa entidade a criar, ou no prazo de três anos, podendo haver lugar a nova designação, se aquela fusão se não tiver entretanto concluído (cf. artigo 4º do mesmo Decreto-Lei).

4. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração

Todos os membros que compõem o Conselho de Administração são membros executivos.

5. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração

Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Vogal do CA

Formação Académica:

2001 / 2002 – Pós-Graduação em Direito do Consumo, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (II curso de pós-graduação);

1991 / 1996 – Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa).

Atividade Profissional atual:

Desde agosto.2012 – Vogal do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e da Companhia CARRIS de Ferro de Lisboa, S.A., em acumulação de funções, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de maio.

Acumulou, ainda, as funções de Presidente do Conselho de Administração da Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.; Presidente do Conselho de Administração da CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.; e Vogal do Conselho de Administração da Metrocom – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.;

Funções anteriores:

agosto.2011 / agosto.2012 – Adjunto do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações do XIX Governo Constitucional;

setembro.2009 / julho.2011 – Diretor-Geral de Organização e Desenvolvimento na REFER, E.P.E.. A Direção-Geral em causa englobava as direções de: Recursos Humanos; Assuntos Jurídicos; Contratualização, Procurement e Logística; Auditoria; Apoio e Controlo de Gestão; Desenvolvimento Organizacional; Segurança; Sistemas de Informação; Recursos e Desenvolvimento Profissional (Formação Ferroviária);

janeiro.2011 / julho.2011 – Acumulou o cargo de Vogal não executivo do Conselho de Administração da REFERTELECOM, Serviços de Telecomunicações, S.A.;

junho.2010 / julho.2011 – Acumulou também o cargo de Diretor-Geral com o de Diretor dos Recursos Humanos, na REFER, E.P.E.;

novembro.2006 / agosto.2009 – Vogal do Conselho de Gerência/Administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. tendo durante o exercício deste mandato exercido os cargos de Vogal do Conselho de Administração da Publimetro – Publicidade em Meios de Transportes e Outros S.A. (novembro.2006 / junho.2008); Vogal do Conselho de Administração da Metrocom – Exploração de Espaços Comerciais, S.A. (junho.2008 / agosto.2009); e de Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Ferconsult – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. (novembro.2006 / agosto.2009);

setembro.1996 / outubro.2006 – Advogado associado e, depois, sócio da Sociedade de Advogados "Ferreira Pinto & Associados" (atualmente, após processo de fusão, "Sérvulo & Associados").

Outra informação relevante:

Foi ainda membro da Comissão de Recursos Humanos da UITP – União Internacional dos Transportes Públicos (outubro.2007 / agosto.2009), e delegado às reuniões do "Policy Board" (órgão diretivo) da UITP realizadas, respetivamente, em novembro de 2007, no Dubai (EAU) e abril de 2009, em Tóquio (Japão).

Luís Carlos Antunes Barroso

Vogal do CA

Formação Académica:

1999 – Mestrado em Gestão, pela Universidade Lusíada;

1987 / 1992 – Licenciatura em Gestão, pela Universidade Lusíada.

Atividade Profissional atual:

Desde 27 de março de 2013 – Gerente da CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.;

Desde 14 de setembro de 2012 – Vogal do Conselho de Administração da Metrocom – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.;

Desde 28 de setembro de 2012 – Vogal do Conselho de Administração da Ferconsult – Consultadoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.;

Desde 23 de agosto de 2012 – Vogal do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e da Companhia CARRIS de Ferro de Lisboa, S.A.

Funções anteriores:

2009 / 2010 – Vogal do Conselho de Administração, da Administração do Porto de Lisboa, S.A., tendo ainda acumulado funções de Presidente da RETE – Associação Internacional para as Relações Porto-Cidade;

2009 – Presidente do Júri do Concurso Limitado por Prévia Qualificação para Subconcessão da Operação e Manutenção do Sistema de Metro Ligeiro na Área Metropolitana do Porto;

2007 / 2009 – Adjunto no Gabinete da Secretária de Estado dos Transportes, do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações;

2000 / 2007 – Diretor Adjunto na Direção *Corporate Finance* Dívida e Subdiretor da Direção Serviços Financeiros e de Pequenas e Médias Empresas, da Caixa – Banco de Investimentos, S.A.;

1992 / 2000 – Técnico, do Banco Nacional Ultramarino, S.A.;

1992 / 2001 – Assistente, com regência, responsável pela disciplina de Cálculo Financeiro, junto da Universidade Lusíada.

Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Vogal do CA

Habilitações Académicas:

1991 / 1992 – Pós-Graduação em Gestão de Recursos Humanos Instituto Superior de Gestão;

1979 / 1984 – Licenciatura em Economia pela Universidade Católica Portuguesa.

Atividade Profissional atual:

Desde agosto.2012 – Vogal do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e da Companhia CARRIS de Ferro de Lisboa, S.A., em acumulação de funções, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de maio.

Acumulou, ainda, as funções de Vogal do Conselho de Administração da CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.; de Membro do Conselho de Gerência da CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.; e de Presidente do Conselho de Administração da Metrocom – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.;

Funções anteriores

março.2012 / agosto.2012 – Responsável pelo Apoio de Gestão da Direção-Geral de Desenvolvimento da Rede, da REFER – Rede Ferroviária Nacional, E.P.E. (REFER, E.P.E);

fevereiro.2011 / fevereiro.2012 – Responsável pela Gestão de Contratos de Concessão do património imobiliário, da REFER, E.P.E.;

novembro.2009 / janeiro.2011 – Diretora do Departamento de Gestão e Valorização da Direção do Património, da REFER, E.P.E.;

setembro.2004 / novembro.2009 – Diretora-Adjunta de Recursos Humanos, na REFER, E.P.E.;

novembro.2000 / setembro.2004 – Responsável pela área administrativa e financeira do Projeto Travessia Norte-Sul, na REFER, E.P.E.;

dezembro.1997 / outubro.2000 – Responsável pela área de planeamento e controlo de custos de Recursos Humanos, na REFER, E.P.E..

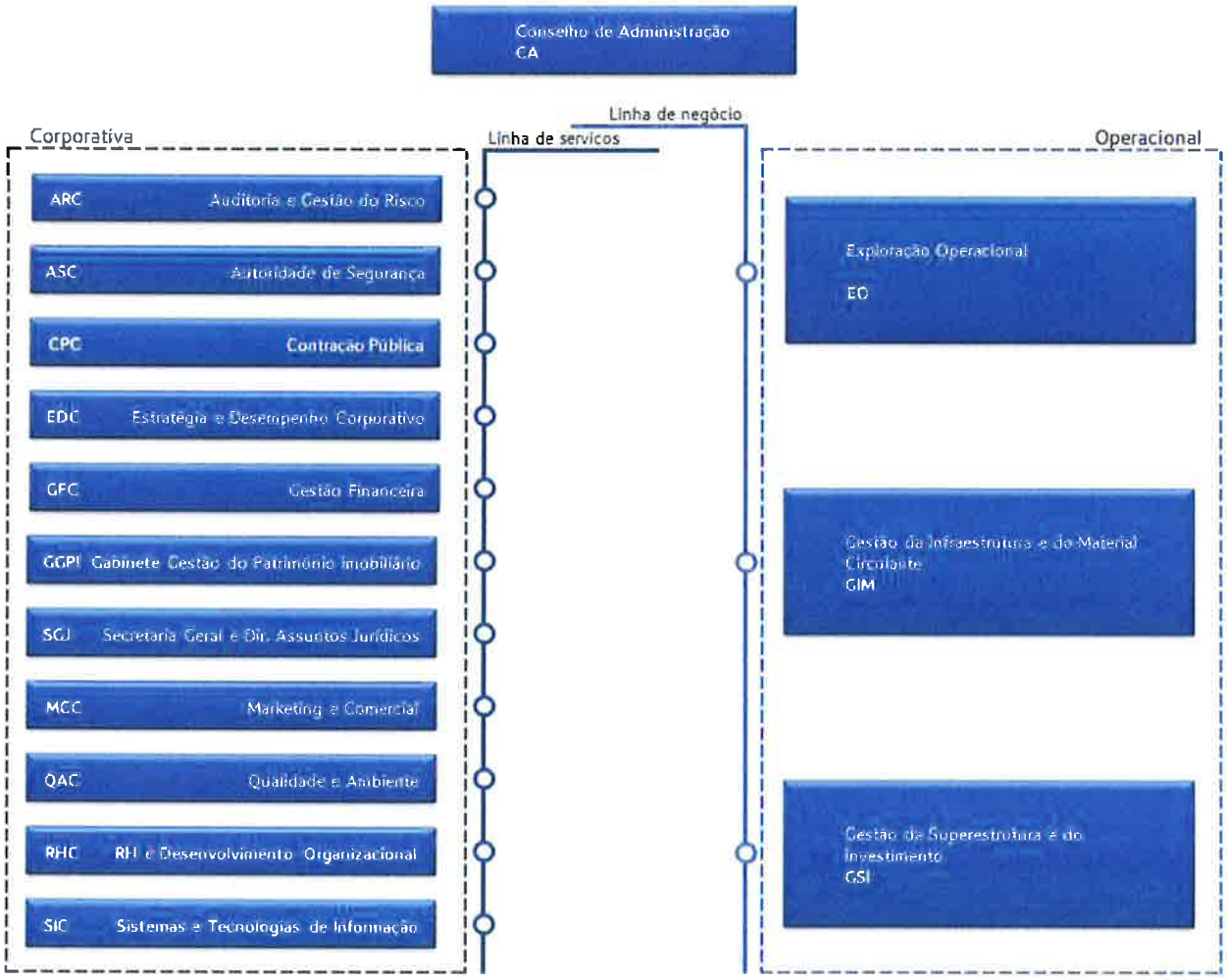
6. Participações patrimoniais dos membros do Conselho de Administração na Empresa

Os membros do Conselho de Administração declaram que não detêm qualquer participação patrimonial na Empresa, nem mantêm quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, conforme Anexo III.

7. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas dos membros do Conselho de Administração com acionistas

Não aplicável. Sendo o METROPOLITANO DE LISBOA uma entidade pública empresarial, o seu capital é estatutário, não existindo acionistas.

8. Organograma do METROPOLITANO DE LISBOA



Pelouros dos membros do Conselho de Administração
Após 07 de junho de 2013

Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas
Vogal do CA

Administrador residente no Metropolitano de Lisboa

Autoridade de Segurança

Contratação Pública

Secretaria-Geral e Direção de Assuntos Jurídicos

Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional

Exploração Operacional

Gestão da Infraestrutura e do Material Circulante

Participadas:

Presidente do CA da Ferconsult, S.A.

Vogal do CA da Metrocom, S.A.

Luís Carlos Antunes Barroso
Vogal do CA

Administrador residente na CARRIS

Gestão Financeira

Marketing e Comercial

Participadas:

Vogal do CA da Ferconsult, S.A.

Vogal do CA da Metrocom, S.A.

Maria Manuela Bruno de Figueiredo
Vogal do CA

Provedor Arbitral

Auditoria e Gestão do Risco

Estratégia e Desempenho Corporativo

Qualidade e Ambiente

Sistemas e Tecnologias de Informação

Gestão da Superestrutura e do Investimento

Gabinete de Gestão do Património Imobiliário

Participadas:

Presidente do CA da Metrocom, S.A.

Nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 4º dos Estatutos do METROPOLITANO DE LISBOA, o presidente do Conselho de Administração é substituído pelo membro executivo por si indicado, nas suas ausências e impedimentos. De acordo com a deliberação n.º 4 do Conselho de Administração, de 23 de agosto de 2012, foi designado, para o efeito, o vogal do CA, Senhor Dr. Pedro de Brito Bogas.

As delegações de competências nos responsáveis dos órgãos diretamente dependentes do conselho de administração são determinadas por deliberação do CA, incluindo a faculdade de subdelegação.

O Conselho de Administração entendeu delegar ou manter em vigor delegações de competências que constam do Anexo V ao presente Relatório de Governo Societário e que resumidamente se referenciam:

No tocante à delegação de competências e ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, o Conselho de Administração delegou nos Diretores dos órgãos dele diretamente dependentes que integram a estrutura orgânica da Empresa nos termos do disposto no art.º 109º do Código dos Contratos Públicos, os poderes para autorizar a despesa, formação, celebração e execução dos contratos públicos, e assinar notas de encomenda conforme consta na Deliberação n.º 16 - RCA n.º 42/2012, de 10 de outubro.

Encontra-se ainda delegada na diretora dos assuntos jurídicos a competência necessárias para aprovação de quaisquer despesas decorrentes da aplicação de regime legal referente a custas processuais conforme Deliberação n.º 12 - RCA n.º 42/2012, de 10 de outubro.

Também a competência para autorizar situações de trabalho suplementar e de trabalho noturno dos trabalhadores se encontram delegadas nos diretores de Exploração Operacional e da Gestão de Manutenção, nos termos previstos na Deliberação n.º 4 – RCA n.º 47/2012, de 23 de novembro.

Encontram-se igualmente, delegados poderes em matéria disciplinar conforme Deliberação n.º 4 – RCA n.º 48/2012, de 28 de novembro e Deliberação RCA n.º 5/2014, de 20 de fevereiro.

9. Funcionamento do Conselho de Administração:

a. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas.

Durante o exercício de 2014, o Conselho de Administração realizou 38 reuniões, nas seguintes datas:

Data da reunião	N.º Ata	Data da reunião	N.º Ata	Data da reunião	N.º Ata
17.01.2014	1682	22.05.2014	1695	09.10.2014	1708
24.01.2014	1683	23.05.2014	1696	16.10.2014	1709
06.02.2014	1684	29.05.2014	1697	23.10.2014	1710
11.02.2014	1685	05.06.2014	1698	30.10.2014	1711
20.02.2014	1686	19.06.2014	1699	06.11.2014	1712
28.02.2014	1687	26.06.2014	1700	14.11.2014	1713
13.03.2014	1688	27.06.2014	1701	20.11.2014	1714
21.03.2015	1689	11.07.2014	1702	27.11.2014	1715
03.04.2014	1690	30.07.2014	1703	04.12.2014	1716
10.04.2014	1691	01.09.2014	1704	09.12.2012	1717
24.04.2014	1692	18.09.2014	1705	11.12.2014	1718
24.04.2014	1693	22.09.2014	1706	19.12.2014	1719
08.05.2014	1694	02.10.2014	1707		

Grau de assiduidade dos membros do Conselho de Administração às reuniões realizadas ao longo do ano de 2014:

- O Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas, Vogal do CA, esteve presente em todas as reuniões;
- O Dr. Luís Carlos Antunes Barroso, Vogal do CA, esteve presente em todas as reuniões;
- A Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo, Vogal do CA, esteve presente em todas as reuniões.

b. Cargos exercidos, em simultâneo, em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício

Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas
Vogal do CA

Desde 14 de setembro de 2012, Presidente do Conselho de Administração da Ferconsult – Consultadoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.;

Desde 14 de setembro de 2012, Vogal do Conselho de Administração da Metrocom – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.;

Desde 26 de setembro de 2012, Presidente do Conselho de Administração da CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A..

Luís Carlos Antunes Barroso
Vogal do CA

Desde 28 de setembro de 2012, Vogal do Conselho de Administração da Ferconsult – Consultadoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.;

Desde 14 de setembro de 2012, Vogal do Conselho de Administração da Metrocom – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.;

Desde 27 de março de 2013, Gerente da CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda..

Maria Manuela Bruno de Figueiredo
Vogal do CA

Desde 14 de setembro de 2012, Presidente do Conselho de Administração da Metrocom – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.;

Desde 26 de setembro de 2012, Vogal do Conselho de Administração da CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.;

Desde 27 de março de 2013, Gerente da CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda..

c. Órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos

Tratando-se de uma entidade pública empresarial aplica-se o regime estabelecido no estatuto do gestor público. Os administradores são avaliados pelo Acionista do cumprimento ou não dos objetivos estabelecidos no Contrato de Gestão, de acordo com os critérios que ai constarem.

d. Identificação das comissões existentes, composição e suas competências e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências, se aplicável

Não aplicável. Nos termos do art.° 3° dos Estatutos do ML a Administração do Metropolitano de Lisboa encontra-se apenas confiada ao Conselho de Administração.

C. Fiscalização

1. Identificação e composição do órgão de fiscalização

Nos termos dos estatutos do METROPOLITANO DE LISBOA, o Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos e um suplente, sendo um deles o Presidente (cf. n.º 2 do artigo 13º).

Os membros do Conselho Fiscal são nomeados por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes, por um período de três anos, renovável até ao máximo de três vezes (cf. n.º 3 do art.º 13).

Mandato (início-fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Doc	Data
2012-2014	Presidente	Dr. José Emílio Castel Branco	Despacho Conjunto SETF e SEOPTC	5-Out-2012
2012-2014	Vogal Efetivo	Dr. José Carlos Pereira Nunes	Despacho Conjunto SETF e SEOPTC	5-Out-2012
2012-2014	Vogal Efetivo	Drª Maria Onília Oliveira de Sousa	Despacho Conjunto SETF e SEOPTC	5-Out-2012
2012-2014	Vogal Suplente	Drª Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	Despacho Conjunto SETF e SEOPTC	5-Out-2012

Mandato (início-fim)	Cargo	Nome	Remuneração anual	
			Fixada (Valor anual bruto)	Bruta (Valor antes de reduções)
2012-2014	Presidente	Dr. José Emílio Castel Branco	11.215,43 €	11.215,43 €
2012-2014	Vogal Efetivo	Dr. José Carlos Pereira Nunes	8.412,53 €	8.412,53 €
2012-2014	Vogal Efetivo	Drª Maria Onília Oliveira de Sousa	8.412,53 €	8.412,53 €
2012-2014	Vogal Suplente	Drª Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	- €	- €

2. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes

Todos os membros do Conselho Fiscal são independentes nos termos do art.º 414, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais.

3. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal

José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco
Efetivo (Presidente)

Habilitações Académicas:

1979 / 1984 – Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, na área de Técnicas Quantitativas e Métodos de Planeamento, com média final de Bom;

Curso de alta direção em Administração Pública, INA 2006;

Curso Golden Master - ISEG 2011.

Atividade Profissional:

Desde outubro de 2012 – Presidente do Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.;

Desde 23 de agosto de 2012 – Presidente do Conselho Fiscal da Companhia CARRIS de Ferro de Lisboa, S.A.

Desde agosto de 2012 – Presidente do Conselho Fiscal da REFER, S.A.;

Desde agosto de 2012 – Coordenador do Gabinete de Apoio ao Setor Empresarial e às Parcerias e Concessões (GASEPC) da Direção Geral do Tesouro e Finanças;

2010 / 2012 – Administrador da EP – Estradas de Portugal, S.A.;

2008 / 2010 – Administrador não executivo do Conselho de Administração da Capitalpor (SGSP), S.A., empresa do Grupo Parpública;

2007 / 2010 – Vogal do Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos; Administrador da Parpública – Participações do Estado (SGPS), S.A.;

2007 / 2008 – Administrador não executivo do Conselho de Administração da Sagesecur, S.A., empresa do Grupo Parpública;

2007 – Administrador da Sagestamo;

2005 / 2007 – Diretor-Geral do Tesouro e Finanças;

2002 / 2005 – Subdiretor-Geral do Tesouro;

2001 / 2002 – Chefe do Gabinete do Ministro das Finanças do XIV Governo Constitucional;

1991 / 2001 – Diretor da Tesouraria Central do Estado e Subdiretor-Geral do Tesouro.

Desde 1985 – Atividade desenvolvida na Direção Geral do Tesouro detendo a categoria de assessor principal do Tesouro;

Outros cargos exercidos:

Presidente da mesa da Assembleia Geral da Parpública – Participações do Estado (SGPS), S.A.;

Presidente da mesa da Assembleia Geral da Parvalorem, da Parups e da Parparticipadas, S.A.;

Presidente da Comissão de Vencimentos da REN, S.A.;

Membro da Comissão de Vencimentos da EDP, S.A.;

Presidente da Comissão de Vencimentos do Fundo Margueira.

José Carlos Pereira Nunes
Efetivo (Vogal)

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), concluída em setembro de 1991;

Certificado de aptidão profissional como formador, passado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (no âmbito do Sistema Nacional de Certificação Profissional).

Atividade Profissional atual:

Inspetor do quadro da Inspeção-Geral de Finanças, desde 1992, exercendo as funções de Chefe de Equipa desde janeiro de 2013;

Desde outubro de 2012 – Vogal do Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.;

Desde 23 de agosto de 2012 – Vogal do Conselho Fiscal da Companhia CARRIS de Ferro de Lisboa, S.A.

Atividade Profissional anterior:

2008 / 2015 – Membro do júris de diversos concursos públicos de privatização ou concessão de serviços públicos;

2001 / 2007 Diretor de serviços do Gabinete de Organização, Planeamento e Auditoria dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça;

2001 / 2007 – Membro diversos júris de concursos públicos de admissão de pessoal para o quadro dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça;

2000 / 2002 – Docente de matérias financeiras e contabilísticas, em regime de acumulação em horário não laboral, do curso superior de Contabilidade, do Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade;

1996 / 2000 – Docente de matérias contabilísticas e fiscais, em regime de acumulação em horário não laboral, do curso de habilitação ao exame para técnicos de contas, do Centro de Estudos de Contabilidade;

1992 / 2001 – Inspetor do quadro da Inspeção-Geral de Finanças.

Maria Onilda Maia Condeças Oliveira Sousa
Efetivo (Vogal)

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Direito (Ciências Jurídicas) pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa.

Atividade Profissional:

Técnica superior a exercer funções na Divisão de Assuntos Jurídicos e Coordenação; Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação, da Direção Geral do Tesouro e Finança;

Desde outubro de 2012 – Vogal do Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.;

Desde 23 de agosto de 2012 – Vogal do Conselho Fiscal da Companhia CARRIS de Ferro de Lisboa, S.A.

2012 / 2014 – Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CTT Correios de Portugal, S.A.;

2012 / 2014; 2008 / 2010 – Vogal da Comissão de Fixação de Vencimentos da EDIA – Empresa Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S.A.;

2010 / 2012; 2007 / 2009 – Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da ENATUR – Empresa Nacional de Turismo, S.A.;

Julho.2009 / julho.2013 – Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Financeiros (em substituição);

2007 / 2009 - Vogal da Comissão de Fixação de Vencimentos da NAER – Novo Aeroporto, S.A.;

2005 / 2009 - Técnica superior a exercer funções no Gabinete de Apoio e Coordenação, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças;

2000 / 2005 - Técnica superior a exercer funções jurídicas no Núcleo de Recuperação de Créditos da Direção-Geral do Tesouro;

Advogada (inscrição suspensa).

Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais
Suplente (Vogal)

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas, pela Universidade Católica Portuguesa.

Atividade Profissional:

Desde outubro.2012 – Diretora de Serviços de Gestão Financeira e Orçamental da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), em regime de substituição

Abril.2008 / setembro.2012 - Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Orçamental da DGTF, em regime de substituição

Junho.2007 / abril.2008 – Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Financeiros da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

Abril.2000 / junho.2007 - Diretora do Gabinete de Prossecutiva e Coordenação da Direcção-Geral do Tesouro (DGT).

Abril.1993 / abril.2000 – Chefe de Divisão da área de Coordenação Orçamental e Bonificações (DGT).

1987 / 1993 – Técnica Superior do Tesouro tendo exercido funções nas seguintes Direções da DGT: Operações Cambiais; Planeamento, Organização e Coordenação; e Gabinete de Estudos.

Outras funções e atividades profissionais:

Desde outubro.2012 - Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Metropolitano de Lisboa, S.A.

Desde agosto.2012 - Vogal Suplente do Conselho Fiscal da Carris, S.A.

Desde agosto.2012 – Representante da DGTF na Comissão Executiva da Estrutura de Gestão do PNAEE

Desde março.2009 – Representante da DGTF na Comissão de Gestão Técnica do Fundo para a Promoção dos Direitos dos Consumidores

Desde abril de 2008 – Vogal do Conselho Fiscal da APS – Administração do Porto de Sines, S.A.

Desde abril.2008 – Membro do Grupo para o Acompanhamento Permanente da Moeda Metálica

2007 a novembro.2013 – Vogal do Conselho Fiscal da SOFID – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Desde 2007 - Presidente da Mesa da Assembleia Geral da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA.

2004 / fevereiro.2008 - Presidente da Comissão de Fiscalização do Instituto de Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário.

Desde 2004 – Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA.

2002 / 2005 - Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Hospital de São Bernardo, SA.

2002 / 2004 - Representante da Direção-Geral do Tesouro no grupo de trabalho que apresentou um projecto de diploma sobre crédito bonificado para Pessoas com Deficiência

1999 / 2004 - Vogal do Conselho Fiscal da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, SA.

1998 / 2000 - Representante da Direcção-Geral do Tesouro no grupo de trabalho que elaborou os projetos de diplomas que regulam o regime da concessão de crédito à aquisição, construção e realização de obras em habitação – Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de novembro, e posteriores alterações.

1998 – Representante da Direcção-Geral do Tesouro na Comissão de Estudo do Regime Jurídico Relativo aos Auxílios Públicos.

4. Funcionamento do Conselho Fiscal:

a. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade por parte de cada membro

Durante o exercício de 2014, o Conselho Fiscal realizou 12 (doze) reuniões.

N.º de reuniões	Local de realização	Intervenientes na reunião	Ausências dos membros do Conselho Fiscal
7	DGTF	Presidente do CF e Vogais	Não existiram
1	Sede Metro	Presidente e Vogais do CF e ROC	Não existiram
1	Sede Metro	Presidente do CF e Vogais	Não existiram
1	Sede Metro	Presidente do CF, 1º Vogal e Auditor Externo	Vogal do CF Maria Onilda Sousa
2	Sede CARRIS	Presidente do CF e Vogais	Não existiram

b. Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas e outras atividades relevantes

O Conselho Fiscal do METROPOLITANO DE LISBOA e da CARRIS é comum às duas empresas.

O presidente do Conselho Fiscal desempenha, ainda, funções como presidente da mesa das PAR (Parvalorem, Parparticipadas e Parups) e presidente do Conselho Fiscal da REFER.

c. Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo

No ano 2014 não foram contratados serviços adicionais ao auditor externo.

d. Outras funções dos órgãos de fiscalização

De acordo com os Estatutos da Empresa, as funções do Conselho Fiscal são as seguintes:

- Fiscalizar a gestão e o cumprimento das normas reguladoras da atividade do ML, tendo em vista, nomeadamente, a realização dos objetivos fixados nos orçamentos anuais;
- Emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do ML, designadamente de resultados, da conta de exploração e dos restantes elementos a apresentar anualmente pelo conselho de administração, bem como sobre os planos anual e plurianual de atividades, na perspetiva da sua cobertura orçamental;
- Manter o Conselho de Administração informado sobre os resultados das verificações e dos exames a que proceda;
- Dar parecer sobre a subscrição de participações sociais em sociedades ou sobre as alterações de capital nas sociedades participadas do ML;
- Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para o ML, que seja submetido à sua apreciação pelo Conselho de Administração;
- Propor aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes a nomeação do ROC.

D. Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. Identificação

A sociedade que exerce funções de ROC externo ao Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa, foi designada em 18 de março de 2008, por Despacho n.º 192/2008 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças.

Mandato (Início - fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		N.º de mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Forma	Data	
2008-2014	Efetivo	Caiano Pereira, António e José Reimão SROC representado por: Luis Pedro Pinto Caiano Pereira ROC n.º 842	38	D 192/08-SETF	18-Mar-2008	2

Nota: A SROC rescindiu em 31 de dezembro de 2014. As contas do ano 2014 vão ser certificadas por Alves da Cunha, A. Dias & Associados (SROC n.º 74), representada pelo Dr. José Luís Alves da Cunha, ROC nº 585, nomeado por Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Economia, de .18 de março de 2015.

Entre junho de 2010 e dezembro de 2014 esta função foi assegurada pela SROC Caiano Pereira - António e José Reimão, representada por Luís Pedro Pinto Caiano Pereira, ROC nº 842.

O ROC externo exerce funções consecutivamente desde 18 de março de 2008, com base no aludido Despacho n.º 192/08 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, renovou o seu mandato uma vez, e apresentou renúncia às funções de ROC do METROPOLITANO DE LISBOA através de ofício dirigido ao Presidente do Conselho Fiscal, datado de 22 de Janeiro de 2015.

No decorrer de 2014, o ROC externo prestou serviços de revisão de contas ao METROPOLITANO DE LISBOA no valor de 9.671,79 euros (valor s/ IVA).

Ao abrigo do disposto do nº 4 do artigo 13º dos Estatutos do ML, EPE, foi nomeado por Despacho Conjunto da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e do Senhor Secretario de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações datado de 18 de março de 2015, data em que entrou em vigor, para o cargo de ROC, sob proposta do Conselho Fiscal, para o triénio 2015-2017, a Sociedade Alves da Cunha, A Dias & Associados, SROC nº 74 e inscrita no Registo de Auditores da CMVM com o n. 2699. A sociedade é representada por José Luis Areal Alves da Cunha, ROC n. 585. Foi ainda, nomeado para o cargo de ROC Suplente, para o mesmo mandato, Abílio Ançã Henriques, ROC n.º 413.

O encerramento das contas de 2014 já será efetuado pela SROC Alves da Cunha, A Dias & Associados.

2. Indicação das limitações legais e outras

De acordo com o n.º 4 do art.º 13º dos Estatutos da Empresa, o ROC tem um mandato com a duração de três anos, renovável por uma única vez.

3. Número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da empresa

O ROC exerceu funções consecutivamente desde 18 de março de 2008 (conforme D.1).

4. Outros serviços prestados pelo ROC à empresa

Não existem.

E. Auditor externo

1. Identificação

O METROPOLITANO DE LISBOA é auditado pela Deloitte & Associados, SROC, S.A. inscrita na OROC com o número 43 e registada na CMVM com o número 231.

A Deloitte foi constituída em 2002, sendo desde essa altura o auditor externo da Empresa.

A sociedade é representada, pelo segundo ano, por Pedro Miguel Gonçalves Carreira Mendes, inscrito na OROC com o nº 1207.

2. Política e periodicidade da rotação do auditor externo

O METROPOLITANO DE LISBOA lança anualmente um concurso para contratação de auditor externo ao abrigo do Código da Contratação Pública.

3. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo

O Auditor externo realizou para o METROPOLITANO DE LISBOA serviços de consultoria fiscal, no decorrer de 2014, no valor de 47.157 euros.

4. Montante da remuneração anual paga

O METROPOLITANO DE LISBOA, em 2014, pagou ao auditor externo honorários no montante de 82.642,01 euros.

Remuneração paga		Valor (c/ IVA)	Valor (s/ IVA)	%
Assessoria Fiscal		58.003,11 €	47.157,00 €	57%
Revisão de Contas ML	OROC n.º 43	38.726,56 €	31.485,01 €	38%
Revisão de Contas Consolidado	CMVM n.º 231	4.920,00 €	4.000,00 €	5%
Total		**101.649,67 €**	**82.642,01 €**	100%

V. Organização interna

A. Estatutos e comunicações

1. Alteração dos estatutos da sociedade – Regras aplicáveis

As alterações aos estatutos do METROPOLITANO DE LISBOA são aprovadas por decreto-lei, tendo os atuais estatutos sido aprovados pelo decreto-lei n.º 148-A/2009, de 26 de Junho.

2. Comunicação de irregularidades

O METROPOLITANO DE LISBOA tem implementado e certificado um sistema de gestão integrado, de qualidade e de ambiente, que integra um conjunto de procedimentos com vista a detetar e comunicar não conformidades, ou seja, desvios aos requisitos aplicáveis, sejam estes provenientes de legislação, de regulamentos adotados ou de procedimentos definidos internamente. Quando é detetada uma não conformidade ou irregularidade em determinado processo da Empresa, a mesma é formalizada de acordo com o procedimento interno para tal e, juntamente com o gestor do processo em causa, são definidas ações de melhoria (correções e/ou ações corretivas) de forma a resolver o problema identificado. A gestão de topo é informada periodicamente sobre as não conformidades detetadas, bem como dos planos de ação com vista à sua correção.

3. Políticas antifraude e ferramentas existentes para a sua mitigação e prevenção

O METROPOLITANO DE LISBOA elabora, anualmente, um *"Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC)"*, que inclui uma matriz de risco de fraude, na qual são identificados riscos de acordo com uma tipificação pré-definida.

É ainda indicado, para cada risco identificado, se já existe medida de mitigação implementada ou se ainda é necessário pô-la em prática.

O PPRCIC inclui, também, um plano de ação, onde se indicam as medidas de prevenção dos riscos identificados, bem como o responsável pela sua implementação. O mesmo encontra-se disponível no site do METROPOLITANO DE LISBOA (http://metro.transporteslisboa.pt/).

Anualmente é elaborado um relatório de execução do PPRCIC, onde é indicado o grau de implementação das medidas elencadas no mesmo plano.

O METROPOLITANO DE LISBOA dispõe, também, de um Código de Ética e de Conduta que também se encontra disponível no site da Empresa.

B. Controlo interno e gestão de riscos

1. Existência de um sistema de controlo interno (SCI)

A gestão de risco é assegurada, no METROPOLITANO DE LISBOA, pela direção de Auditoria e Gestão de Risco (ARC), a qual elabora, anualmente, um Plano de Auditoria, que tem em conta os riscos da Empresa, as solicitações do Conselho de Administração (CA) e das unidades orgânicas, bem como de conclusões/recomendações de anteriores auditorias realizadas.

Incumbe, ainda, à ARC analisar a eficácia dos sistemas de controlo interno, formulando propostas que visem a sua melhoria.

2. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco

A ARC integra 6 (seis) colaboradores com formação superior nas áreas de economia, gestão e finanças.

3. Plano Estratégico e de Política de Risco

Vide respostas aos pontos 5., 6. e 7. do presente capítulo.

4. Relação de dependência hierárquica e/ou funcional

A ARC responde diretamente perante o vogal do Conselho de Administração com o seu pelouro, sendo independente dos outros órgãos da Empresa.

5. Outras áreas funcionais com competência no controlo de riscos

A ARC coordena, em articulação com os responsáveis de cada unidade orgânica, o sistema de gestão de risco (SGR). Contudo, cada órgão da Empresa é responsável pela gestão dos seus riscos e sua mitigação até ao nível por si considerado tolerável.

6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos

Os principais riscos identificados em 2014 com maior probabilidade de ocorrência e impacto, por processo, foram os seguintes:

#	Processo	Descrição do Risco	Nível de Risco
1	Auditoria	Deficiente funcionamento do Sistema de Gestão do Risco	D4
2	Auditoria	Deficiente implementação das recomendações de auditoria	D4
3	Compras	Inexistência de condições económicas e financeiras para a aquisição	D4
4	Compras	Necessidades não previstas e aleatórias, em particular de materiais de *stock*	D4
5	Compras	Falta ou inadequada calendarização para a preparação e tramitação do processo de contratação	D4
6	Gestão da Infraestrutura	Trabalhos inacabados, atrasos na correção das inconformidades detetadas, etc., na entrada em exploração da infraestrutura reabilitada, remodelada ou nova	D4
7	Gestão da Infraestrutura	Não obtenção atempada da documentação necessária aos processos de licenciamentos e autorização para entrada em serviço na infraestrutura reabilitada, remodelada ou nova	D4
8	Gestão da Infraestrutura	Insuficiente monitorização do estado dos ativos - Superestrutura (túneis, soluções construtivas especiais em estações, etc.)	D4
9	Gestão da Infraestrutura	Insuficiente controlo anti-intrusão na Infraestrutura em serviço	D4
10	Gestão da Rede	Elevado absentismo de colaboradores da gestão de estações e da venda e fiscalização	D5
11	Gestão da Rede	Aumento da fraude	D4
12	Gestão de Empreendimentos	Alteração ao programa preliminar previamente aprovado	D4
13	Gestão de Empreendimentos	Omissões do plano de expropriações e de licenciamentos no projeto técnico	D4
14	Gestão do Cliente	Elevado absentismo	D5
15	Gestão do SGQA	Incumprimento da legislação aplicável à empresa, ao serviço e ao SGQA (incluindo o SGE - Sistema de Gestão de Energia) com implicação de perda de certificação ou de aplicação de multas (estimativa máxima de 11M euros)	D4
16	Manutenção	Rutura de *stock* de materiais críticos	D3
17	Manutenção	Impossibilidade ou atraso na aquisição de bens ou serviços	D3
18	Manutenção	Indisponibilidade financeira para aquisição de bens ou serviços	D3
19	Marketing e Comunicação	Utilização indevida da marca e imagem institucional	B5
20	Operação	Greves ou plenários	E3
21	Operação	Problemas na infraestrutura que impeçam a circulação de comboios, nomeadamente a **Galeria e instalações técnicas:**	D3
		- Intrusão para Vandalismo;	
		- Intrusão para furto de cabos e equipamentos.	
22	Operação	Problemas na infraestrutura que impeçam a circulação de comboios, nomeadamente a **Sinalização:**	D3
		- Condições de instalação física dos servidores de CTC (e Regulação automática);	
		- Falhas de alimentação elétrica (UPS);	
		- Obsolescência dos equipamentos de comunicação entre servidores de CTC e Encravamentos de Sinalização.	
23	Operação	Problemas na infraestrutura que impeçam a circulação de comboios, nomeadamente a **supervisão e comando da rede elétrica:**	D3
		- Condições de instalação física dos servidores de SCATEX;	
		- Falhas de alimentação elétrica (UPS).	
24	Operação	Problemas na infraestrutura que impeçam a circulação de comboios, nomeadamente a **supervisão e comando de instalações técnicas:**	D3
		- Condições de instalação física dos servidores de SSIT;	
		- Ausência de redundância física de servidores;	
		- Falhas de alimentação elétrica (UPS).	
25	Operação	Problemas na infraestrutura que impeçam a circulação de comboios, nomeadamente em **Sistemas de Telecomunicações (Central telefónica e SIRESP):**	D3
		- Condições de instalação física da central telefónica na SEP;	
		- Condições de instalação física dos equipamentos SIRESP, sejam eles do ML ou da SIRESP SA;	
		- Falhas de alimentação elétrica (UPS) aos equipamentos SIRESP do ML;	
		- Falhas dos equipamentos SIRESP do ML;	
		- Falha da ligação (link da PT) dos equipamentos SIRESP do ML ao MSO.	
26	Planeamento Estratégico e Operacional	Monitorização do Contrato de Gestão - Origem interna	D3

#	Processo	Descrição do Risco	Nível de Risco
27	Planeamento Estratégico e Operacional	*Reporting* Entidades Externas - Origem interna	D3
28	Planeamento Estratégico e Operacional	*Reporting* Interno - Origem interna	D3
29	Recursos Financeiros	Orçamento desadequado (suborçamentação)	D4
30	Recursos Financeiros	Atrasos, falta ou erros de contabilização de faturas	D4
31	Recursos Financeiros	Atrasos nas receções de materiais ou serviço faturados pelas diversas áreas da empresa	D4
32	Recursos Financeiros	Dificuldade de crédito / Escassez de financiamento	E3
33	Recursos Humanos	Inadequação do perfil de competências do candidato selecionado	E3
34	Segurança	Inexistência de medidas de autoproteção	D3
35	Segurança	Deficiente controlo de acessos a instalações	D3
36	Sistemas de Informação	Deficiente avaliação da relação custo/benefício do novo projeto	D3
37	Sistemas de Informação	Deficiente elaboração das especificações técnicas do novo projeto	D3
38	Sistemas de Informação	Vulnerabilidade de bases de dados que contenham informação referente a clientes e fornecedores (codificação de dados ineficiente, armazenamento de dados desnecessários)	D3
39	Sistemas de Informação	Disponibilidade de pessoal qualificado e treinado para atuação imediata na recuperação tecnológica	D3

Legenda: Nível de risco de acordo com a Tabela 3 – Matriz de Riscos.

7. Processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos

A atividade anual do Sistema de Gestão de Riscos desenvolve-se ao longo das 5 (cinco) etapas a seguir elencadas:

1 – Definição dos objetivos estratégicos;

2 – Identificação de potenciais eventos/riscos;

Os Grupos de Trabalho procedem à identificação de potenciais eventos (ou atualização da sua identificação) com origem interna e externa.

A cada processo do SGQA (Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente) corresponde um Grupo de Trabalho. O Gestor de Processo é o líder do Grupo de Trabalho constituído pelos colaboradores designados pelos diretores dos ODDCA (órgãos diretamente dependentes do CA) envolvidos no processo, podendo estes mesmos também integrar a equipa.

3 – Avaliação de riscos e definição de limites de tolerância;

Os Grupos de Trabalho analisam o impacto (quantitativo e qualitativo) e a probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos identificados.

O impacto é classificado em 5 categorias, avaliando o impacto quantitativo e/ou qualitativo no caso do risco se concretizar.

Tabela 1 – Classificação dos impactos

Impacto	Classificação
Negligenciável	A
Baixo	B
Médio	C
Alto	D
Catastrófico	E

A probabilidade é classificada em 5 categorias, consoante a possibilidade de ocorrência do risco.

Tabela 2 – Classificação das probabilidades

Probabilidade	Classificação
Muito baixa	1
Baixa	2
Média	3
Alta	4
Muito alta	5

Após a avaliação da probabilidade e impacto é possível hierarquizar os riscos através da elaboração de uma Matriz de Riscos. Para esse efeito, os riscos são mapeados na Matriz de acordo com a sua classificação de probabilidade e impacto.

Tabela 3 – Matriz de Riscos

Impacto	1 - Muito Baixa	2 - Baixa	3 - Média	4 - Alta	5 - Muito Alta
E - Catastrófico	E1	E2	E3	E4	E5
D - Alto	D1	D2	D3	D4	D5
C - Médio	C1	C2	C3	C4	C5
B - Baixo	B1	B2	B3	B4	B5
A - Negligenciável	A1	A2	A3	A4	A5

Probabilidade

Legenda: Críticos; Altos; Moderados; Baixos

4 – Medidas de mitigação e sua priorização;

Os Grupos de Trabalho definem (ou atualizam) as respostas aos riscos identificados, de acordo com o nível de exposição/tolerância ao risco da Empresa e, paralelamente, as respetivas medidas de mitigação.

Nas decisões a tomar devem ser considerados os efeitos na probabilidade e impacto do risco, e os limites de risco determinados pela Gestão como aceitáveis.

Como orientação genérica, a resposta ao risco será determinada pelo mapeamento deste na Matriz impacto vs. probabilidade:

Tabela 4 – Matriz impacto vs. probabilidade

Impacto		
	Partilhar	**Evitar e Reduzir**
	Aceitar	**Reduzir**

Probabilidade

Consoante o risco, as opções de resposta são, pois:

- Evitar – Abandono de atividades que dão origem ao risco;
- Aceitar – Não são tomadas mais medidas ou ações que afetem a probabilidade e/ou impacto do risco;
- Reduzir – Implementação de medidas ou ações que reduzam a probabilidade e/ou impacto do risco;
- Partilhar – Redução da probabilidade e/ou impacto do risco através da transferência ou partilha de parte do risco.

5 – *Execução das medidas de mitigação de riscos e sua monitorização.*

Os Gestores de Processos e diretores de órgãos diretamente dependentes do Conselho de Administração põem em prática, segundo os calendários estabelecidos, as medidas definidas de mitigação dos riscos nos processos ou nas áreas da Empresa em que estejam envolvidos.

Semestralmente é realizado um controlo da execução das medidas de mitigação dos riscos.

8. Principais elementos do SCI e de gestão de risco

A divulgação de informação financeira é feita periodicamente, nomeadamente através de:

1) **DGO (Direção Geral do Orçamento):**
   a) Serviços Online da DGO:
      i) TSICE - Transferências, Subsídios e Indemnizações/Créditos Extintos;
      ii) Fundos Disponíveis;
      iii) Previsão Mensal de Execução;
      iv) Unidade de Tesouraria;
      v) Demonstrações Financeiras.

   b) Sistema de Informação de Gestão Orçamental (SIGO):
      i) Execução Orçamental; Pagamentos em Atraso;
      ii) Encargos com Pessoal;
      iii) Dívida e ativos em títulos de dívida emitidos pelas Administrações Públicas.

2) **Ministério da Economia:** Execução Orçamental, Indicadores de Desempenho.

3) **Ministério das Finanças / Direcção-Geral do Tesouro e Finanças:**

   a) Demonstração de Fluxos de Caixa;

   b) Prazo Médio de Pagamentos;

   c) Responsabilidades Contingentes do SEE – Informação Financeira: Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração de Fluxos de Caixa, Saldos em dívida, Prazo Médio de Pagamento, Plano de Atividades e Orçamento Anual, Relatório trimestral de execução orçamental e Relatório trimestral do Conselho Fiscal.

4) **Tribunal de Contas:**

   d) Identificação dos órgãos sociais;

   a) Participadas e Associadas da Empresa;

   b) Atas de aprovação das contas individual e do grupo; Relatório e Contas (individual e do grupo);

5) **Metropolitano de Lisboa:**

   a) Relatório de Desempenho (documento interno, divulgado mensalmente);

   b) Relatório do Desempenho da Atividade do METROPOLITANO DE LISBOA;

   c) Relatório de execução do Plano e Relatório de Investimento (documentos com carater trimestral divulgados internamente e enviados ao Ministério da Economia, à Inspeção-Geral de Finanças e à Direção-Geral do Tesouro e Finanças);

   d) Plano de Atividade e Orçamento / Relatório e Contas / Relatório Governo Societário (anualmente);

   e) Relatórios de Auditoria Financeira e Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;

   f) Intranet / Internet, site da Empresa.

C. Regulamentos e códigos

1. Regulamentos internos e externos

A Empresa encontra-se sujeita aos seguintes regulamentos externos:

O METROPOLITANO DE LISBOA rege-se pelos seus Estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, pelo disposto no Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro e pelo Estatuto do Gestor Publico regulado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 7 de maio, com as alterações introduzidas pela lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro e declaração de retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro.

É ainda de destacar a Resolução de Conselho de Ministros n.º 45/2011, 10 de novembro que aprovou o plano estratégico dos transportes e o Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, que aprovou o novo regime da concessão de transporte por metropolitano.

Seguidamente apresenta-se indicação dos diplomas publicados em 2014, que regulamentam a atividade da Empresa:

Enquadramento geral da atividade:

- Decreto-Lei n.º 167-B/2013, de 31 de dezembro – Aprova o enquadramento nacional dos sistemas de incentivos ao investimento das empresas, que define as condições e as regras a observar pelos sistemas de incentivos ao investimento nas empresas aplicáveis no território do continente para o período 2014-2020.
- Despacho n.º 305/2014-PCM/MF1, de 27 de dezembro de 2013 (Diário da República, 2.ª série – n.º 5, de 8 de janeiro de 2014) – É delegada nos órgãos de direção dos institutos públicos de regime especial, das entidades públicas empresariais e das sociedades anónimas de capitais públicos tutelados pelo membro do Governo responsável pela área do desenvolvimento regional, que não possuam pagamentos em atraso, a competência prevista no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.
- Decreto-Lei n.º 151/2014, de 13 de outubro – Altera os Decretos-Leis n.º 270/2003, de 28 de outubro, n.º 394/2007, de 31 de dezembro, e n.º 70/2012, de 21 de março, relativos ao transporte ferroviário, que operaram a transposição da Diretiva n.º 2004/49/CE.
- Despacho n.º 1390-A/2014, de 27 de janeiro – Fixa os prazos para consulta dos programas operacionais de aplicação dos Fundos Europeus e de Investimento relativos ao período de programação 2014-2020.
- Despacho nº 172/2014-SET, de 31 de janeiro – Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE) – Apresentação e aprovação dos planos de atividade e orçamento das empresas públicas do setor empresarial do Estado, para o exercício de 2014.
- Decreto Regulamentar n.º 1/2014, de 10 de fevereiro – Estabelece a missão, as atribuições, a organização e o funcionamento da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, criada pelo n.º 4.º do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o novo regime jurídico do setor público empresarial (RJSPE).
- Despacho n.º 4663-A/2014 - D.R. n.º 63, de 31 de março – Estabelece regras para assegurar a articulação entre a Direção-Geral do Tesouro e Finanças e a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., no exercício das competências que lhes estão cometidas pelo artigo 29º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial e procedimentos para as empresas abrangidas por esse artigo.
- Decreto-Lei n.º 73/2014. D.R. n.º 91, Série I de 13 de maio – Aprova um conjunto de medidas de simplificação e modernização administrativa, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 4/97, de 9 de janeiro e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril;
- (Os serviços e organismos da Administração Pública, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 24/96, de 31 de julho, devem adotar as medidas adequadas a dar cumprimento ao disposto neste diploma, em especial no que respeita à qualidade dos bens e serviços, à proteção da saúde, da segurança física e dos interesses económicos dos cidadãos e à informação).
- Decreto-Lei n.º 77/2014. D.R. n.º 92, Série I de 14 de maio – Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, que aprova a orgânica do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P., procedendo à reestruturação prevista nos artigos 3.º e 4.º da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que

aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo;

- Decreto-Lei n.º 78/2014. D.R. n.º 92, Série I de 14 de maio – Aprova os estatutos da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, na sequência da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprova a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 11/2014, de 22 de janeiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Economia.
- Decreto-Lei n.º 161/2014, de 29 de outubro – Estabelece o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos conselhos de administração do Metropolitano de Lisboa, E. P. E., da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S. A., da Transtejo - Transportes do Tejo, S. A., e da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S. A., procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de maio.
- Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro – Estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, abrangidos pela respetiva área correspondente ao nível III da Nomenclatura para Fins Territoriais e Estatísticos (NUTS), sem prejuízo da manutenção da concessão atribuída ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML, E.P.E.).
- Portaria n.º 278/2014. D.R. n.º 250/2014, Série I de 29 de dezembro – Aplica o regime transitório da Portaria n.º 426-A/2012, de 28 de dezembro, durante o ano de 2015.
- Portaria n.º 278-A/2014. D.R. n.º 250/2014, 1º Suplemento, Série I de 29 de dezembro – Estabelece os fatores de correção extraordinária das rendas para o ano de 2015.

Controlo financeiro:

- Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro - Aprova o Orçamento do Estado para 2014;
- Portaria n.º 47/2014, de 25 de fevereiro – A presente portaria procede nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 64 -C/2011, de 30 de dezembro, à revisão do calendário de implementação da estratégia e dos procedimentos a implementar até 2015, no âmbito da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho, (LEO).
- Decreto-Lei n.º 52/2014, de 7 de abril – Decreto de execução orçamental do Orçamento de Estado para o ano de 2014.
- Portaria n.º 273-A/2014, de 17 de abril – Autoriza o ML a proceder à repartição dos encargos relativos ao contrato de execução da Empreitada de Sinalização Ferroviária do prolongamento à Reboleira (linha Azul)
- Lei n.º 41/2014 de 10 de julho – Procede à oitava alteração à Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto (lei de enquadramento orçamental).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2014, de 21 de agosto – Estabelece a forma de distribuição das dotações para indemnizações compensatórias, atribuídas às empresas que prestam serviço público, aprovadas no Orçamento do Estado para 2014 (Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro).
- Portaria n.º 273/2014. D.R. n.º 248/2014, Série I de 24 de dezembro – Define os elementos que devem instruir o pedido de autorização previsto no n.º 12 do artigo 52.º do Código do IRC.
- Portaria n.º 275/2014. D.R. n.º 249/2014, Série I de 26 de dezembro – Estabelece os critérios e procedimentos de controlo a adotar na transmissão de benefícios fiscais e do direito à dedução dos gastos de financiamento líquidos, no âmbito de operações de cisão ou de entrada de ativos e estabelece os elementos que devem constar do requerimento, a apresentar.

Recursos humanos:

- Lei n.º 55/2014, de 25 de agosto – Procede à sétima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.
- Lei n.º 27/2014. D.R. n.º 88, Série I de 08 de maio – Procede à sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro;
- Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro – Estabelece os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão.

Contratação pública:

- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo.
- Diretiva n.º 2014/23/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, publicada no JOUE- L n.º 94, de 28 de março de 2014 - Relativa à adjudicação de contratos de concessão;
- Diretiva n.º 2014/24/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, publicada no JOUE- L n.º 94, de 28 de março de 2014 - Relativa aos contratos públicos e que revoga a Diretiva 2004/18/CE;
- Diretiva n.º 2014/25/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, publicada no JOUE - L n.º 94, de 28 de março de 2014 - Relativa aos contratos públicos celebrados pelas entidades que operam nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais e que revoga a Diretiva 2004/17/CE;
- Despacho normativo n.º 9/2014, de 21 de julho – Aplicação dos conceitos aos diferentes tipos de obras na sequência do disposto no n.º 2 do artigo 397º do Código dos Contratos Públicos (CCP);
- Despacho n.º 10563/2014, de 14 de agosto, publicado na II Série (Parte C) do Diário da República - Determina que as plataformas eletrónicas a operarem no mercado nacional de contratação pública e certificadas para o acesso e exercício da atividade sejam obrigadas a aceitar os certificados de validação cronológica que sejam emitidos por qualquer entidade de certificação eletrónica.

Regime tarifário:

- Despacho normativo n.º 10-A/2013, de 20 de dezembro - Atualização Tarifária a partir de 1 de janeiro para os títulos relativos aos transportes coletivos rodoviários interurbanos de passageiros até 50 km, para os títulos de transporte nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, para os títulos relativos aos transportes ferroviários urbanos e suburbanos em percursos inferiores a 50 km e para os títulos relativos aos transportes fluviais.

Ambiente:

- Decreto-Lei n.º 19-A/2014 de 7 de fevereiro - Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, relativo ao transporte terrestre de mercadorias perigosas, transpondo a Diretiva n.º 2012/45/UE, da Comissão, de 3 de dezembro;
- Portaria n.º 40/2014 de 17 de fevereiro - Estabelece as normas para a correta remoção dos materiais contendo amianto e para o acondicionamento, transporte e gestão dos respetivos resíduos de construção e demolição gerados, tendo em vista a proteção do ambiente e da saúde humana;
- Diretiva 2014/38/UE de 10 de março de 2014 - que altera o anexo III da Diretiva 2008/57/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita à poluição sonora;
- Decreto-Lei n.º 47/2014 de 24 de março - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, que estabelece o regime jurídico de avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente;
- Lei n.º 19/2014 de 14 de abril - Define as bases da política de ambiente;
- Diretiva 2014/52/UE de 16 de abril de 2014 - que altera a Diretiva 2011/92/UE relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente;
- Decreto-Lei n.º 67/2014 de 7 de maio - Aprova o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, transpondo a Diretiva n.º 2012/19/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012;
- Regulamento (UE) n.º 517/2014 de 16 de abril de 2014 - relativo aos gases fluorados com efeito de estufa e que revoga o Regulamento (CE) n.º 842/2006;
- Decreto-Lei n.º 85/2014 de 27 de maio - Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1005/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono;
- Lei n.º 31/2014 de 30 de maio - Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo;

- Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro - Aprova o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos;
- Regulamento n.º 561/2014 de 22 de dezembro - Aprovação do Regulamento de Relações Comerciais do Setor Elétrico.

O METROPOLITANO DE LISBOA encontra-se ainda sujeito aos seguintes regulamentos internos:

- Acordos coletivos de Empresa – AE I[1] e AE II[2]: são instrumentos que regulam as relações de trabalho – direitos e deveres – entre a entidade empregadora e os seus colaboradores. Estes acordos são celebrados livremente pelas partes – sindicatos e gestão da Empresa – e assentam no princípio de, com regras bem definidas, ser possível o desenvolvimento harmonioso da Empresa e o cumprimento dos objetivos definidos;
- Código de ética e de conduta: documento aplicável a todos os colaboradores do METROPOLITANO DE LISBOA que, no âmbito das suas funções e competências, deverão seguir os princípios, regras de conduta e valores nele referido;
- Manuais da organização; da qualidade e ambiente; de vendas e fiscalização; de gestão das estações; de procedimentos gerais do sistema de gestão documental;
- Regulamentos de prevenção e controlo de álcool; de vestuário de trabalho; de estágios;
- Normativos de estabelecimento de zonas de trabalho sem tensão; sobre a atribuição do cartão lisboa viva; sobre deslocações em território nacional e ao estrangeiro ao serviço da Empresa; sobre circulações de serviço para os trabalhos noturnos; sobre visitas domiciliárias efetuadas pela Empresa;
- Documentos do sistema de gestão da qualidade e ambiente incluindo manual de qualidade e ambiente, manuais dos processos, procedimentos e instruções de trabalho;
- Plano de organização e gestão da segurança da Empresa (POGSE) que integra os seguintes regulamentos: de segurança de pessoal nas vias eletrificadas (RSPVE); de circulação de comboios (RCC); de sinalização (RS); de utilização das redes de telecomunicações (RURT);
- Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas;
- Informação respeitante à contratação do METROPOLITANO DE LISBOA nos termos do código dos contratos públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e respetivo aditamento com a alteração dos limiares comunitários;
- Procedimentos de registo de despesa na ótica do CCP, incluindo as despesas com fundo de maneio.

Os referidos regulamentos externos e internos encontram-se disponíveis no site da Empresa.

2. Código de ética e de conduta

O ML dispõe de um "Código de Ética e de Conduta do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.", que constitui um instrumento importante para promover a partilha da missão, da visão, dos valores e do compromisso da Empresa para com os seus *stakeholders* e enquadra os princípios estruturantes e valores centrais da Empresa num conjunto de regras éticas e deontológicas que se impõem à consciência coletiva como modelo comportamental que deve ser observado no quotidiano.

O código de ética e de conduta contempla exigentes comportamentos éticos e deontológicos a adotar, nomeadamente para garantir equidade no relacionamento com Instituições e Organismos, com os clientes e entre colaboradores da Empresa, assim como princípios de conduta exigidos aos colaboradores.

O referido Código de Ética foi atualizado em junho de 2009 na sequência da classificação da Empresa para Entidade Pública Empresarial.

Este código foi distribuído a todos os colaboradores da Empresa e encontra-se disponível na página da Intranet, no Site do METROPOLITANO DE LISBOA, assim como na página da internet do setor empresarial do Estado – www.dgtf.pt.

[1] Aplicável à generalidade dos colaboradores.
[2] Aplicável aos colaboradores licenciados e bacharéis.

3. Planos de ação para a prevenção de fraudes e medidas tomadas para a sua mitigação.

Vide respostas no ponto 3. "Prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas" (A. Estatutos e Comunicações) e nos pontos 6. "Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade" e 7. "Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos" (B. Controlo interno e gestão de riscos) deste Relatório.

O ML cumpre o disposto no artigo 46º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro relativo à prevenção da corrupção, disponível no site da Empresa.

D. Deveres especiais de informação

1. Cumprimento dos deveres de informação a que a Empresa está sujeita

Dando cumprimento ao disposto nas alíneas d) a i) do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro relativo ao dever de divulgação de informação, o METROPOLITANO DE LISBOA utiliza as seguintes plataformas:

DGO	http://online.dgo.pt/ServicosOnline;
SIGO	https://sigo.min-financas.pt/sigoRoot/sigo/default.jsp;
SEE	http://www.dgtf.pt/sector-empresarial-do-estado-see/informacao-sobre-as-empresas
SIRIEF	http://sirief.dgtf.pt/
SOR	http://www.sor.min-economia.pt/
TRIBUNAL DE CONTAS	https://econtas.tcontas.pt/

A informação que é reportada a cada entidade, a legislação aplicável e a periodicidade com que é efetuada encontra-se descrita no Anexo IV e contempla:

- A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas;
- Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar;
- Planos de atividade e orçamento anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;
- Orçamento anual;
- Documentos anuais de prestação de contas;
- Relatórios trimestrais de execução orçamental;
- Relatórios do órgão de fiscalização.

2. Cumprimento dos deveres de transparência a que a Empresa está sujeita

A informação anual da Empresa consta do Anexo IV e é disponibilizada nas plataformas acimas referidas, no ponto D.1. - Cumprimento dos deveres de informação a que a Empresa está sujeita.

E. Site de internet

1. Identificação da informação disponibilizada

O METROPOLITANO DE LISBOA dispõe de uma página na internet com o endereço http://metro.transporteslisboa.pt/.

Tanto nesta página como na página da internet do setor empresarial do Estado[3] é disponibilizada a seguinte informação atualizada:

- Caraterização da Empresa (sede e demais elementos mencionados no artigo 171° do CSC);
- Estatutos e regulamentos de funcionamento – Regulamentos internos;
- Identificação dos titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários;
- Documentos de prestação de contas anuais;
- Obrigações de serviço público a que a Empresa está sujeita - Regulamentos externos;
- Modelo de financiamento subjacente e apoios recebidos do Estado nos últimos dois exercícios - Função da tutela e acionista; Esforço financeiro do Estado.

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

1. Identificação do contrato de prestação de serviço público

O serviço público de transporte por metropolitano de passageiros é atualmente prestado tendo por base o disposto no Decreto-lei n. 175/2014, de 5 de setembro, que procedeu à atualização e unificação de um quadro legal díspar, composto quer por disposições normativas de índole concessória constantes do Decreto-lei n.° 36 620, de 24 de novembro de 1947 quer pelas disposições contidas no regime jurídico aplicável ao ML, E.P.E., aprovado pelo Decreto-lei n.° 148-A/2009, de 26 de Junho.

O contexto da prestação de serviço deste transporte público sofreu, ao longo do tempo, diversas alterações entre as quais se destacam a nacionalização e a sua transformação em empresa pública, operadas, respetivamente, através do Decreto-Lei n.° 280-A/75, de 5 de junho, e do Decreto-lei n.° 439/78, de 30 de dezembro, a aprovação da Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestre (Lei n.° 10/90, de 17 de março) e mais recentemente, a evolução legislativa a nível europeu no sector dos transportes.

Neste particular, o Regulamento (CE) n.° 1370/2007, do PE e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, relativo aos serviços públicos de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros, veio estabelecer um novo enquadramento para a prestação dos serviços públicos deste sector, apontando para um regime de concorrência regulada ao impor a abertura progressiva dos mercados do transporte público de passageiros a nível europeu no respeito pelo principio da reciprocidade e considerando todos os mercados nacionais de cada Estado Membro.

Neste contexto e de acordo com as linhas prioritárias traçadas no Plano Estratégico dos Transportes aprovado pela RCM n.° 45/2011, de 10 novembro, foi publicada a 6 de março a Resolução de Conselho de Ministros n.° 10/2015, que determinou dar início ao processo de abertura ao mercado da exploração dos serviços públicos de transporte de passageiros prestados pela Carris e pelo ML através da subconcessão destes serviços, o qual se encontra em curso.

O Concessionário está assim, obrigado a cumprir todo o quadro legal aplicável, prestar os serviços concessionados garantindo a sua adequada operabilidade, continuidade, disponibilidade, permanência, segurança e qualidade. Deve ainda, permitir a fiscalização da concessão, nomeadamente, facultando o acesso à respetiva documentação e instalações por parte do concedente, e cumprir escrupulosamente as obrigações de serviço público a que se encontra obrigado.

[3] Parte da informação publicada no Site do SEE encontra-se desatualizada dado que as contas do ML dos anos 2012 e 2013 não foram aprovadas pela Tutela.

2. Propostas de contratualização da prestação de serviço público

Sendo o METROPOLITANO DE LISBOA uma entidade pública empresarial cuja relação jurídica se encontra titulada por um contrato de concessão e pelo regime jurídico aplicável ao Metropolitano de Lisboa constante do Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, nos quais se encontram reguladas as matérias atinentes à prestação de serviço público, encontra-se por este facto esta Empresa excecionada da previsão do n.º 1 do art.º 48º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, não lhe sendo como tal aplicável o disposto neste ponto.

VI. Remunerações

A. Competência para a determinação

1. Competência para determinar as remunerações

A remuneração dos administradores do METROPOLITANO DE LISBOA resulta da classificação prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro.

Competência para a determinação das remunerações

Remuneração dos membros dos órgãos sociais	Despacho conjunto
Remuneração dos membros da Comissão Executiva	Não aplicável
Remuneração dos dirigentes	Conselho de Administração

2. Mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses

No início do mandato e em cumprimentos do disposto no artigo 52.º do referido decreto-lei, os membros da administração declaram ao órgão da administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção Geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Acresce, ainda que os membros do Conselho de Administração no início do mandato cumpriram as suas obrigações de comunicação perante o Tribunal Constitucional e a Procuradoria-Geral da República, em conformidade, respetivamente, com o disposto na Lei n.º 4/83, de 2 de abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 28/83, de 25 de outubro, Lei n.º 25/95, de 18 de agosto e na Lei n.º 19/2008, de 21 de abril, que aprovou o controlo público de riqueza dos titulares de cargos políticos e na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos.

3. Declaração de independência

As Declarações dos Membros do Conselho de Administração estão em anexo ao presente relatório (vide Anexo III).

B. Comissão de fixação de remunerações

1. Composição da comissão

Não aplicável. Não existe comissão de fixação de remunerações.

C. Estrutura e divulgação das remunerações

1. Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização

Através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 36/2012, datada de 23 de agosto de 2012, o acionista Estado procedeu à nomeação do Conselho de Administração do METROPOLITANO DE LISBOA.

O n.º 2 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de maio, estabeleceu que a remuneração dos administradores é determinada pela classificação decorrente da aplicação dos critérios previstos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro, ao resultado da agregação dos indicadores respeitantes ao METROPOLITANO DE LISBOA e à CARRIS, pelo que, de acordo com a mencionada disposição legal, foi apurada a classificação A, o que conduziu à necessidade de alterar o regime remuneratório a aplicar aos órgãos sociais do ML.

O artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 8/2012 de 18 de janeiro determina no seu ponto 1. que "A remuneração dos gestores públicos integra um vencimento mensal que não pode ultrapassar o vencimento mensal do primeiro-ministro", acrescida de um abono mensal para despesas de representação no valor de 40% do vencimento, pago 12 vezes ao ano.

Os administradores auferem apenas uma remuneração e não beneficiam de qualquer abono adicional em virtude da acumulação de funções.

A remuneração dos administradores, bem como todos os encargos referentes aos mesmos, são suportados, em partes iguais, pelo METROPOLITANO DE LISBOA e pela CARRIS.

O Conselho Fiscal do METROPOLITANO DE LISBOA foi nomeado por Despacho Conjunto da Secretária de Estado do Tesouro e Finanças e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de 5 de outubro de 2012.

De acordo com o mesmo despacho, as remunerações para os membros do conselho fiscal são fixadas na Deliberação Social Unânime por Escrito, de 23 de agosto de 2012.

Os membros do Conselho Fiscal auferem apenas aquela remuneração e não beneficiam de qualquer abono adicional em virtude de acumulação das mesmas funções na CARRIS.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é suportada, em partes iguais, pelo METROPOLITANO DE LISBOA e pela CARRIS.

2. Remuneração dos órgãos sociais

Estatuto remuneratório fixado ao Conselho de Administração

	Conselho de Administração
Presidente	Valor mensal ilíquido de 5.722,75 euros (14 vezes por ano), acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 2.289,10 euros (12 vezes por ano).
Vogais	Valor mensal ilíquido de 4.578,20 euros (14 vezes por ano), acrescido de 40% a título de despesas de representação, no montante de 1.831,28 euros (12 vezes por ano).

A estes valores ilíquidos foram aplicadas as reduções previstas na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Acórdão n.º 413/2014 e Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro.

Estatuto remuneratório fixado do Conselho Fiscal

Conselho Fiscal	
Presidente	Valor mensal ilíquido de 1.602,20€ (14 vezes por ano)
Vogais	Valor mensal ilíquido de 1.201,78€ (14 vezes por ano)
ROC	Valor mensal de 1.074,61€ (sem IVA)

A estes valores ilíquidos foram aplicadas as reduções previstas no artigo 33° da Lei n.° 83-C/2013, de 31 de dezembro, Acórdão n.° 413/2014 e da Lei n.° 75/2014, de 12 de setembro de 2014.

No ano de 2014 foi dado integral cumprimento à Lei do Orçamento de Estado para 2014, em todas as suas vertentes (art.° 33° e 41° da Lei n.° 83-C/2013, de 31 de dezembro).

As remunerações atribuídas aos órgãos sociais em 2014 encontram-se no ponto "Remuneração dos órgãos sociais" (capítulo 4 – Cumprimento das obrigações legais) do Relatório e Contas de 2014.

Remuneração anual dos membros do Conselho de Administração

Nome	Remuneração Anual						
	Variável	Fixa *	Outra	Redução (Lei n.° 12-A /2010)	Outras reduções remuneratórias	Redução anos anteriores	Bruta após reduções remuneratórias
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas		43.035,10 €	- €	2.151,70 €	3.096,65 €	- €	37.786,75 €
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso		43.035,10 €	- €	2.151,70 €	3.096,65 €	- €	37.786,75 €
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo		43.035,10 €	- €	2.151,69 €	3.096,65 €	- €	37.786,76 €

* Remuneração Fixa (sem reduções) = Rem. Base + despesas de representação.

Remuneração anual do Conselho Fiscal

Nome	Un.	Remuneração Anual 2014		
		Bruto	Reduções remuneratórias	Valor após reduções
		(1)	(2)	(3) = (1) - (2)
Dr. José Emílio Castel Branco	€	11.215,43 €	801,91 €	10.413,52 €
Dr. José Carlos Pereira Nunes	€	8.412,53 €	587,11 €	7.825,42 €
Drª Maria Onília Oliveira de Sousa	€	8.412,53 €	584,28 €	7.828,25 €
Drª Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	€	- €	- €	- €

Remuneração anual do ROC

Nome	Remuneração Anual 2014		
	Bruto	Reduções remuneratórias	Valor após reduções
	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)
Caiano Pereira, António e José Reimão	11.895,93 €	- €	11.895,93 €

Os membros do Conselho de Administração auferem ainda do seguinte:

- Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da Empresa;

- O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33º do Estatuto do Gestor Público;
- Abono para despesas de comunicações (telefone móvel, domiciliário e internet) cujo valor máximo global não pode exceder os 80 euros mensais.

Desde 23 de agosto de 2012 que 50% destes valores são suportados pela CARRIS.

Estatuto do Gestor Público

Membros do Conselho de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação (1)	Valores mensais bruto	
			Remuneração base	Despesas de representação
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	S	A	2.289,10 €	915,64 €
Dr. Luis Carlos Antunes Barroso	S	A	2.289,10 €	915,64 €
Drª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	S	A	2.289,10 €	915,64 €

(1) Classificação atribuída de acordo com o n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de maio (agregação dos indicadores do ML e da CARRIS)

Não é permitido:

- A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa;
- O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal.

3. Parâmetros e fundamentos para a atribuição de prémios de gestão

Não aplicável. De acordo com o disposto no artigo 41º do Decreto-Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, não está prevista a atribuição de prémios de gestão.

4. Regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores

Não aplicável. Os administradores não são trabalhadores da Empresa.

5. Outras remunerações

Não é aplicável o diferimento do pagamento de componentes variáveis.
Não foram pagos montantes por outras sociedades do grupo.
Não foram pagas remunerações sob a forma de participação nos lucros nem pagamento de prémios.
Não foram pagas indemnizações a ex-administradores relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

6. Remuneração dos membros da mesa da assembleia geral

Não aplicável. O METROPOLITANO DE LISBOA não dispõe de assembleia geral.

VII. Transações com partes relacionadas e outras

1. Transações relevantes com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2014						
	Contas a receber				Contas a pagar		
Partes relacionadas	Clientes (Nota 13)	Suprimentos (Nota 9)	IRC - Retenções na fonte	Outras contas a receber (Nota 13)	Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar	Efeito liquido
Subsidiárias:							
Ferconsult, S.A.	-	-	79.675	388.968	-	538.037	(69.394)
Metrocom, S.A.	6.763	-	415.964	3.731	4.113	-	422.346
Associadas:							
Publimetro	1.389.299	-	-	-	-	-	1.389.299
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	85.450	-	96.915	(11.465)
Empreendimentos conjuntos:							
Otlis, A.C.E.	41.444	-	1.097	-	48.355	48.356	(54.170)
Empresas relacionadas:							
GIL, S.A.	-	-	-	-	-	-	-
	1.437.507	**-**	**496.736**	**478.149**	**52.468**	**683.308**	**1.676.617**

	2013						
	Contas a receber				Contas a pagar		
Partes relacionadas	Clientes (Nota 13)	Suprimentos (Nota 9)	IRC - Retenções na fonte	Outras contas a receber (Nota 13)	Fornecedores (Nota 20)	Outras contas a pagar	Efeito liquido
Subsidiárias:							
Ferconsult, S.A.	-	-	79.675	223.540	-	194.379	108.836
Metrocom, S.A.	61.248	-	379.542	3.731	4.373	-	440.148
Associadas:							
Publimetro	2.281.624	-	-	-	-	-	2.281.624
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	85.450	-	97.384	(11.934)
Empreendimentos conjuntos:							
Otlis, A.C.E.	323.982	-	1.097	-	456.666	-	(131.587)
Empresas relacionadas:							
GIL, S.A.	-	19.143.134	-	-	-	-	19.143.134
	2.666.854	**19.143.134**	**460.314**	**312.721**	**461.039**	**291.763**	**21.830.221**

O saldo da rubrica "Outras contas a pagar", respeita aos saldos a pagar à Ferconsult em 31 de dezembro de 2014 e 2013, inclui o montante 43.037 euros e 194.379 euros, respetivamente, os quais encontram-se registadas na rubrica de "Atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração".

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2014			
Partes relacionadas	Compra de inventários	Compra activos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias:				
Ferconsult, S.A.	-	1.792.836	11.199	83.626
Metrocom, S.A.	-	-	6.498	1.740.144
Associadas:				
Publimetro	-	-	-	1.266.837
Ensitrans A.E.I.E.				
Empreendimentos conjuntos:				
Otlis, A.C.E.	971.779	-	79.518	4.304.016
Empresas relacionadas:				
GIL, S.A.	-	-	303.981	-
	971.779	**1.792.836**	**401.197**	**7.394.623**

	2013			
Partes relacionadas	Compra de inventários	Compra activos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias:				
Ferconsult, S.A.	-	2.748.038	79.944	323.397
Metrocom, S.A.	-	-	8.411	1.189.829
Associadas:				
Publimetro	-	-	-	1.141
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	-
Empreendimentos conjuntos:				
Otlis, A.C.E.	120.011	8.040	1.271.139	2.881.903
Empresas relacionadas:				
GIL, S.A.			304.234	-
	120.011	**2.756.079**	**1.663.727**	**4.396.270**

Para efeitos de controlo, todas as transações com as partes relacionadas são realizadas ao abrigo de um contrato ou de uma nota de encomenda, sendo dada autorização de pagamento sempre que o normativo da empresa o exija.

2. Informação sobre outras transações

a. Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

Em 2014, o METROPOLITANO DE LISBOA aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico, tanto na fase de formação, como na fase de execução dos contratos.

O METROPOLITANO DE LISBOA respeitou igualmente as orientações constantes do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitida através do ofício circular n.º 6132 de 06 de agosto de 2010, mediante a justificação fundamentada da necessidade de contratar na ausência de recursos internos, bem como as normas aplicáveis, quando da contratação resulta a assunção de compromissos plurianuais (Lei n.º 8/2012 e Decreto-Lei n.º 127/2012). O METROPOLITANO DE LISBOA cumpre, também, o disposto no DL n.º 107/2012, submetendo a parecer prévio da AMA, as aquisições de bens e serviços abrangidas pelo referido diploma.

Internamente, o METROPOLITANO DE LISBOA manteve as orientações constantes do Manual do Processo de Compras, aprovado pelo Conselho de Administração, e desenvolveu uma aplicação web para a tramitação das pequenas aquisições que assegura a confidencialidade das propostas até ao termo do prazo para a sua apresentação.

Para além do cumprimento das regras de contratação, procedeu-se ainda à elaboração e envio de relatórios estatísticos sobre esta matéria para as entidades competentes e outros relatórios de contratação no âmbito de auditorias.

b. Transações que não tenham ocorrido em condições de mercado -não exigida a consulta a mais do que uma entidade, nos termos legais- (ajustes diretos com consulta a apenas uma entidade)

N.º Contrato	Objeto Contratual (Designação)	Tipo Procedimento	CCP	Valor Base / Estimado (s/ IVA)	Preço Contratual	Adjudicatário
006/2014-ML	Aquisição de serviços de manutenção de hardware para unidades de marcação de ponto/tarefa em utilização no Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 111/2013-CPC	Ajuste Direto Regime Especial BS (abaixo dos limiares comunitários)	Alínea c), n.º 1 do art. 9º, art. 11º *a contrario* e art. 12º do CCP	12.700,00 €	12.638,44 €	MILENIO 3 - SIST. ELECTRONICOS. S.A.
005/2014-ML	Aquisição de serviços de manutenção de hardware do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 157/2013-CPC	Ajuste Direto Regime Geral BS - critério material	Alínea e) do n.º 1 do artigo 24º do CCP	53.500,00 €	53.462,57 €	Hewlett-Packard Portugal, Lda.
4600000202	Aquisição de uma plataforma MRH 1.0 (Monitorização Remota de Hardware) - Proc. 121/2013-CPC	Ajuste Direto Regime Especial BS (abaixo dos limiares comunitários)	Alínea c), n.º 1 do art. 9º, art. 11º *a contrario* e art. 12º do CCP	23.570,00 €	23.560,86 €	DIMETRONIC, S.A.
036/2014-ML	Aquisição de *shunt's* de 3º carril para a rede do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 173/2013-CPC	Ajuste Direto Regime Especial BS (abaixo dos limiares comunitários)	Alínea c), n.º 1 do art. 9º, art. 11.º *a contrario* e art. 12º do CCP	17.000,00 €	16.752,00 €	Tensão - Comercio e Industria de Material Elétrico e Mecânico, Lda.
4600000201	Aquisição de serviços de inspeção e teste às pontes rolantes do Metropolitano de Lisboa, EPE – Proc. 29/2014-CPC	Ajuste Direto Regime Especial BS (abaixo dos limiares comunitários)	Alínea c), n.º 1 do art. 9º, art. 11º *a contrario* e art. 12º do CCP	9.576,00 €	9.576,00 €	TEGOPI - Industria Metalomecânica, S.A.
020/2014-ML	Aquisição de rolos de bilhetes Viva Viagem sem Contacto CTS 512 – Proc. 31/2014-CPC	Ajuste Direto, critério material Regime Especial BS	Alínea e) do n.º 1 do artigo 24º do CPC	238.649,50 €	238.649,50 €	OTLIS - OPERADORES DE TRANSPORTES DA REGIÃO DE LISBOA, A.C.E.
031/2014-ML Lote 1 032/2014-ML Lote 3	Aquisição de serviços de Serviços de Vigilância, Guardaria e Portaria para as instalações do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. abrangidas pelos lotes 1 e 3 do Proc. 412/10-GJC – Proc. 34/2014-CPC	Ajuste Direto Regime Especial BS - critério material	Alínea a) do n.º 1 do artigo 27º do CCP	Lote 1- 1.204.000,00 € Lote 3- 781.000,00 €	Lote 1- 1.202.404,47 € Lote 3- 779.950,58 €	2045 EMPRESA DE SEGURANÇA, S.A.
033/2014-ML	Aquisição de serviços de Serviços de Vigilância, Guardaria e Portaria para as instalações do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. abrangidas pelo lote 2 do Proc. 412/10-GJC – Proc. 35/2014-CPC	Ajuste Direto Regime Especial - critério material)	Alínea a) do n.º 1 do artigo 27º do CCP	1.005.000,00 €	1.004.946,38 €	GRUPO 8- Vigilância e Prevenção

N.º Contrato	Objeto Contratual (Designação)	Tipo Procedimento	CCP	Valor Base / Estimado (s/ IVA)	Preço Contratual	Adjudicatário
41/2014-ML	Aquisição de serviços de Fiscalização dos trabalhos do Proc. 164/2013–CPC – Empreitada de reparação e restauro de patologias dos túneis e poços de bombagem da linha azul do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 62/2014–CPC	Ajuste Direto Regime Especial BS (abaixo dos limiares comunitários)	Alínea c), n.º 1 do art. 9.º, art. 11º *a contrario*	140.000,00 €	140.000,00 €	Ferconsult, S.A.
4600000209	Aquisição de serviços de disponibilização e gestão de base de dados de legislação em matéria de Ambiente, Qualidade E Segurança e Saúde no Trabalho para o Metropolitano de Lisboa E.P.E." – Proc. 81/2014–CPC	Ajuste Direto Regime Geral BS (abaixo do limiar comunitário)	Alínea a) do n.º 1 do art.º 20º do CCP	7.500,00 €	7.500,00 €	SIA – Sociedade de Inovação Ambiental, Lda
4600000219	Empreitada para reparação de vidros no elevador de superfície na estação Aeroporto do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 17/2014 – CPC	Ajuste Direto Regime Especial EOP (abaixo dos limiares comunitários)	Alínea c), n.º 1 do art. 9º, art. 11º *a contrario* e art. 12º do CCP	6.234,00 €	6.234,00 €	THYSSENKRUPP ELEVADORES, SA
51/2014-ML	Aquisição de serviços de manutenção de licenciamento de *software* Microsoft (License Agreement) e de suporte (Premier Support) – Proc. 22/2014–CPC	Ajuste Direto Regime Geral BS (abaixo do limiar comunitário – critério material)	Alínea e) do n.º 1do artigo 24º do CCP	125.000,00 €	110.817,36 €	Microsoft Ireland Operations Limited
4600000223	Reparações nos SADI de Amadora Este, Alfornelos, Terreiro do Paço, St Apolónia, Ameixoeira, Alvalade, Roma e Barbosa do Bocage – Proc. 44/2014–CPC	Ajuste Direto Regime Especial BS (abaixo dos limiares comunitários)	Alínea c), n.º 1 do art. 9º, art. 11º *a contrario* e art. 12º do CCP	8.234,54 €	8.234,54 €	SIEMENS, S.A.
57/2014-ML	Aquisição de Catalisadores para Máquina de Atacar Balastro – UNIMA 3, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 65/2014–CPC	Ajuste Direto Regime Especial BS (abaixo dos limiares comunitários)	Alínea c), n.º 1 do art. 9º, art. 11º *a contrario* e art. 12º do CCP	28.200,00 €	28.156,00 €	KURT HOMMÉ & CA, Lda.
46/2014-ML	Aquisição de bolsa de horas para serviços de suporte e evolução do Sistema de Bilhética em utilização pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 69/2014–CPC	Ajuste Direto Regime Especial BS (abaixo dos limiares comunitários)	Alínea c), n.º 1 do art. 9º, art. 11º *a contrario* e art. 12º do CCP	56.000,00 €	56.000,00 €	Indra Sistemas de Portugal, S.A.
52/2014-ML	Aquisição de serviços de comunicações móveis para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 74/2014–CPC	Ajuste Direto Regime Geral BS (abaixo do limiar comunitário)	Alínea a) do n.º 1 do art.º 20º do CCP	30.000,00 €	22.160,21 €	MEO-SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES MULTIMÉDIA, S.A

N.º Contrato	Objeto Contratual (Designação)	Tipo Procedimento	CCP	Valor Base / Estimado (s/ IVA)	Preço Contratual	Adjudicatário
49/2014-ML	Aquisição de rolos de bilhetes viva viagem sem contacto cts 512 – Proc. 82/2014-CPC	Ajuste Direto, critério material (Regime Especial BS)	Alínea e) do n.º 1 do artigo 24º do CPC	238.649,50 €	238.649,50 €	OTLIS - OPERADORES DE TRANSPORTES DA REGIÃO DE LISBOA, A.C.E.
4600000220	Aquisição de serviços de reparação do equipamento de lavagem de composições smith bros. & webb ltd. (britannia), modelo train wash (1997) do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Ajuste Direto Regime Especial BS (abaixo dos limiares comunitários)	Alínea c), n.º 1 do art. 9º, art. 11º *a contrario* e art. 12º do CCP	12.100,00 €	12.074,28 €	EQUIWASH – Com. Assist. Equip. Prod. Auto, Lda.
62/2014-ML	Aquisição de Serviços de Renovação de Suporte de Software de ANTIVÍRUS MCAFEE"	Ajuste Direto Regime Geral BS (abaixo do limiar comunitário)	Alínea a) do n.º 1 do art. 20º do CCP	6.300,00 €	6.276,27 €	MAX ONE, Material de Escritório Lda.
4600000217	Aquisição de dispensador eletrónico de senhas para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E – Proc. 93/2014-CPC	Ajuste Direto Regime Especial BS (abaixo dos limiares comunitários)	Alínea c), n.º 1 do art. 9.º, art. 11º *a contrario* e art. 12º do CCP	6.000,00 €	5.810,00 €	TENSATOR S.A.
4600000216	Aquisição de serviços de reparação da escada n.º 4 da estação Metro Saldanha II do Metropolitano de Lisboa, EPE, E.P.E. – Proc. 94/2014-CPC	Ajuste Direto Regime Especial BS (abaixo dos limiares comunitários)	Alínea c), n.º 1 do art. 9º, art. 11º *a contrario* e art. 12º do CCP	6.050,00 €	6.050,00 €	THYSSENKRUPP ELEVADORES, S.A.,
4600000215	Aquisição de Serviços para realização de Auditoria para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 101/2014-CPC	Ajuste Direto Regime Especial BS (abaixo dos limiares comunitários)	Alínea c), n.º 1 do art. 9º, art. 11º *a contrario* e art. 12º do CCP	10.000,00 €	10.000,00 €	BUREAU VERITAS RINAVE - Sociedade Unipessoal, Lda.
4600000221	Empreitada para refrescamento do Refeitório do Parque de Oficinas e Materiais III (PMOIII) do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	Ajuste Direto Regime Geral EOP (abaixo do limiar comunitário)	Alínea a) do artigo 19º do CCP	6.200,00 €	6.179,00 €	FORMATFILE Unipessoal, Lda.
76/2014-ML	Aquisição de serviços de disponibilização de Plataforma Eletrónica de Contratação" – Proc. 12/2014-CPC	Ajuste Direto Regime Geral BS (abaixo do limiar comunitário)	Alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do CCP	30.000,00 €	30.000,00 €	Saphety Level - Trusted Services, S.A.
4600000226	Aquisição de bobina 2.0 mH / 90A para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 63/2014-CPC	Ajuste Direto Regime Especial BS (abaixo dos limiares comunitários)	Alínea c), n.º 1 do art. 9º, art. 11º *a contrario* e art. 12º do CCP	5.500,00 €	5.498,05 €	BOMBARDIER TRANSPORTATION PORTUGAL S.A.,
72/2014-ML	Aquisição de serviços de radiografia para 2200 braços de apoio do freio eletromagnético – Proc. 96/2014-CPC	Ajuste Direto Regime Especial BS (abaixo dos limiares comunitários)	Alínea c), n.º 1 do art. 9º, art. 11º *a contrario* e art. 12º do CCP	42.000,00 €	41.800,00 €	Bureau Veritas Rinave, A.C.E.

N.º Contrato	Objeto Contratual (Designação)	Tipo Procedimento	CCP	Valor Base / Estimado (s/ IVA)	Preço Contratual	Adjudicatário
73/2014-ML	Aquisição de Due Diligence do EBITDA estrutural das empresas Companhia Carris De Ferro de Lisboa, S.A. e do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e análise/certificação de cenários futuros - Proc. n.º 112/2014 –CPC	Ajuste Direto Regime Especial BS (abaixo dos limiares comunitários)	Alínea c), n.º 1 do art. 9º, art. 11º *a contrario* e art. 12º do CCP	100.000,00 €	100.000,00 € (Despesa do ML – 50.000,00 €)	ROLAND BERGER - STRATEGY CONSULTANTS
79/2014-ML	Aquisição de rolos de bilhetes viva viagem sem contacto cts 512 - Proc. 113/2014-CPC	Ajuste Direto, critério material (Regime Especial BS)	Alínea e) do n.º 1 do artigo 24º do CCP	238.649,50 €	227.287,50 €	OTLIS - OPERADORES DE TRANSPORTES DA REGIÃO DE LISBOA, A.C.E.
93/2014-ML	Implementação do módulo de vendas de títulos nas Máquinas Automáticas de Vendas de Títulos (MAVT) no sistema de bilhética em utilização pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E. - Proc. 133/2014-CPC	Ajuste Direto Regime Especial BS (abaixo dos limiares comunitários)	Alínea c), n.º 1 do art. 9º, art. 11º *a contrario* e art. 12º do CCP	99.486,00 €	98.000,00 €	Indra Sistemas Portugal, S.A.
92/2014-ML	Empreitada de remodelação de Espaço Adjacente à Oficina de Revisão do PMO III, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. n.º 143A/2014-CPC	Ajuste Direto Regime Geral EOP (abaixo do limiar comunitário)	Alínea a) do artigo 19º do CCP	80.000,00 €	79.482,84 €	VNZ – Construção S.A.
85/2014-ML	Aquisição de serviços jurídicos para elaboração das minutas dos contratos de concessão para a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. e para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. - Proc. n.º 150/2014-CPC	Ajuste Direto Regime Especial BS (abaixo dos limiares comunitários)	Alínea c), n.º 1 do art. 9º, art. 11º *a contrario* e art. 12º do CCP	15.000,00 €	15.000,00 €	A.M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins Júdice & Associados, Sociedade de Advogados, R. L. (PLMJ)
87/2014-ML	Aquisição de conjuntos de parafuso e porca de fixação da biela união elástica MI 90/95/97/99, para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 155/2014-CPC	Ajuste Direto Regime Especial BS (abaixo dos limiares comunitários)	Alínea c), n.º 1 do art. 9º, art. 11º *a contrario* e art. 12º do CCP	24.300,00 €	24.300,00 €	ZF SERVICES PORTUGAL, Unipessoal, Lda.
88/2014-ML	Aquisição de casquilhos vulcanizados para biela da união elástica ML 90/95/97/99 para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 156/2014-CPC	Ajuste Direto Regime Especial BS (abaixo dos limiares comunitários)	Alínea c), n.º 1 do art. 9º, art. 11º *a contrario* e art. 12º do CCP	87.000,00 €	87.000,00 €	ZF SERVICES PORTUGAL, Unipessoal, Lda.
117/2014-ML	Aquisição de Seguros de Diversos Ramos para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. - Proc. 177/2014-CPC	Contratos excluídos. Aplicação da tramitação prevista nos artigos 113º e seguintes do CCP	n.º 2 do art. 6º do CCP	1.310.000,00 €	1.309.958,16 €	VILLAS-BOAS ACP - CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS, S.A.

Concursos públicos internacionais

Em 2014, foram celebrados doze contratos, na sequência de concurso público com publicidade internacional, com as seguintes entidades:

N.º Contrato	Objeto Contratual (Designação)	Tipo Procedimento	CCP	Valor Base / Estimado (s/ IVA)	Preço Contratual	Adjudicatário
13/2014-ML	Aquisição, instalação e colocação em serviço de Transformadores de Tração para as Subestações Marquês do Metropolitano de Lisboa, E.P.E .- Proc. 71/2013-CPC	Concurso público com publicidade no JOUE Regime Especial Bens/Serviços (abaixo dos limiares comunitários)	al. b), n.º 1 do art. 20º CCP	180.000,00 €	148.871,43 €	EFACEC Engenharia e Sistemas S.A.
11/2014-ML	Aquisição de serviços de manutenção dos sistemas de AVAC das estações edifícios e parques de materiais e oficinas do Metropolitano de Lisboa, E.P.E	Concurso público com publicidade no JOUE Regime Especial Bens/Serviços (abaixo dos limiares comunitários)	al. b), n.º 1 do art. 20º CCP	120.000,00 €	60.000,01 €	LABOTEC - ESTUDOS E OBRAS DE ENGENHARIA E ARQUITECTURA, LDA,
9/2014-ML	Aquisição de serviços de gestão e operação da frota de transporte, de piquete e de apoio à manutenção, para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. - Proc. 92/2013-CPC	Concurso público com publicidade no JOUE Regime Especial Bens/Serviços (acima dos limiares comunitários)	al. b), n.º 1 do art. 20º CCP	972.000,00 €	972.000,00 €	Transportes Rodrigues e Lourenço, Lda.
12/2014-ML	Aquisição de rodas para o material circulante do Metropolitano de Lisboa, E.P.E - Proc. 95/2013-CPC	Concurso público com publicidade no JOUE Regime Especial Bens/Serviços (abaixo dos limiares comunitários)	al. b), n.º 1 do art. 20º CCP	120.000,00 €	99.000,00 €	BONATRANS GROUP A.S.
56/2013-ML - Lote 1 57/2013-ML - Lote 2	Aquisição de Serviços de Seguros de Ramos Diversos para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. - Proc. 113/2013-CPC.	Concurso público com publicidade no JOUE Regime Especial Bens/Serviços (acima dos limiares comunitários)	al. b), n.º 1 do art. 20º CCP	Lote 1: 1.373.350,00 € Lote 2: 1.317.856,00 €	Lote 1: 1.271.644,50 € Lote 2: 1.316.484,90 €	VILLAS-BOAS ACP - CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS S.A.
39/2014-ML	Aquisição de Carril - Proc. 109/2013-CPC	Concurso público com publicidade no JOUE Regime Especial Bens/Serviços (acima dos limiares comunitários)	al. b), n.º 1 do art. 20º CCP	470.000,00 €	412.750,00 €	ARCELORMITTAL ESPAÑA, S.A.
82/2014-ML	Aquisição de serviços de soldadura aluminotérmica de carril na via-férrea do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. - Proc. 118/2013-CPC	Concurso público com publicidade no JOUE Regime Especial Bens/Serviços (abaixo dos limiares comunitários)	al. b), n.º 1 do art. 20º CCP	360.000,00 €	343.476,00 €	Railtech Porsol - Produtos e serviços ferroviários, Lda.

N.º Contrato	Objeto Contratual (Designação)	Tipo Procedimento	CCP	Valor Base / Estimado (s/ IVA)	Preço Contratual	Adjudicatário
90/2014-ML	Empreitada de Reparação e Restauro das Patologias dos Túneis e Poços de Bombagem da Linha Amarela do Metropolitano de Lisboa, E.P.E – Proc. 15/2014-CPC	Concurso público com publicidade no JOUE Regime Especial EOP (abaixo dos limiares comunitários)	al. b) do art. 19º CCP	2.800.000,00 €	2.240.000,01 €	H.TECNIC CONSTRUÇÕES, LDA.
91/2014-ML	Empreitada de Reparação e Restauro das Patologias dos Túneis e Poços de Bombagem da Linha Verde do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 16/2014-CPC	Concurso público com publicidade no JOUE Regime Especial EOP (abaixo dos limiares comunitários)	al. b) do art. 19º CCP	3.450.000,00 €	2.760.000,01 €	H.TECNIC CONSTRUÇÕES, LDA.
111/2014-ML	Aquisição de Serviços para o Fornecimento Contínuo de Gás Natural aos Parques de Material e Oficinas II e III do Metropolitano de Lisboa, E.P.E – Proc. 98/2014-CPC	Concurso público com publicidade no JOUE Regime Geral Bens/serviços (acima dos limiares comunitários)	al. b), n.º 1 do art. 20º CCP	250.000,00 €	175.955,24 €	EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.
105/2014-ML	Aquisição de Serviços de Fornecimento de Energia Elétrica em AT, MT e BTE para as instalações da Carris e do Metropolitano de Lisboa – Proc. 116/2014-CPC	Concurso público com publicidade no JOUE Regime Especial Bens/Serviços (acima dos limiares comunitários)	al. b), n.º 1 do art. 20º CCP	8.910.400,00 €	7.880.735,96 €	EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.
112/2014-ML	Aquisição de serviços de seguros de ramos diversos para o Metropolitano de Lisboa, E.P.E. – Proc. 109/2014-CPC	Concurso público com publicidade no JOUE Regime Especial Bens/Serviços (acima dos limiares comunitários)	al. b), n.º 1 do art. 20º CCP	1.373.494,80 €	1.283.137,62 €	VILLAS-BOAS ACP - CORRETORES ASSOCIADOS DE SEGUROS S.A.

c. Lista de fornecedores que represente em mais de 5% do total dos fornecimentos externos

	Un: € (IVA não incluído)
EDP COMERCIAL - COMERCIALIZAÇÃO	7 599 815
2045 EMPRESA DE SEGURANÇA, SA	2 932 708
GRUPO 8- Vigilância e Prevenção	2 162 479
VILLAS-BOAS ACP - CORRETORES	2 070 841
TICKET RESTAURANT PORTUGAL, S.A.	1 457 246

VIII. Análise de Sustentabilidade da Empresa nos domínios económico, social e ambiental

A sustentabilidade é um compromisso assumido pelo Metro, quer no que respeita à sustentabilidade da própria Empresa, quer relativamente à sustentabilidade da envolvente onde a mesma atua.

Em 2014, e fruto da crise económica, foi dada prioridade à garantia da sustentabilidade financeira da empresa, tendo-se implementado um conjunto de medidas significativas em termos de rigor orçamental, redução de consumos e otimização de recursos. Esta estratégia veio a dar frutos, tendo a empresa melhorado significativamente o seu desempenho económico.

Em termos ambientais o ano de 2014 foi um ano de consolidação e aprofundamento do sistema de gestão ambiental, certificado pela norma NP EN ISO 14001 em 2013, tendo-se implementado um conjunto de medidas que se traduziram numa melhoria significativa do desempenho ambiental.

1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas

Este ponto encontra-se desenvolvido no ponto 2 do capítulo I – Missão, objetivos e políticas

2. Politicas prosseguidas

Foram estabelecidas políticas de forma a assegurar a sustentabilidade da Empresa, com especial enfoque na sua sustentabilidade económica. Implementou-se, assim, um conjunto de medidas significativas em termos de rigor orçamental, redução de consumos e otimização de recursos com o desenvolvimento desta estratégia, tendo a Empresa melhorando o seu desempenho económico e financeiro.

Neste âmbito, as principais metas fixadas para 2014, e os respetivos graus de cumprimento, foram:

Indicador	Meta 2014	Valor 2014
Margem do EBITDA	-25,06%	-32,73%
Taxa de cobertura dos gastos operacionais pelos rendimentos operacionais	45%	48%
Volume de negócios	90.000 m€	89.901 m€
Prazo Médio de Pagamento	≤ 30 dias	17 dias
Eficiência (gastos operacionais/EBITDA)	-8,9%	-6,3%

Em 2014 diminuíram-se os gastos operacionais do METROPOLITANO DE LISBOA com o contributo das seguintes medidas: reformulação do processo de aquisições, adoção de procedimentos concorrenciais, renegociação de alguns contratos, melhor planeamento ao nível dos stocks e ainda implementação de medidas de eficiência energética e consequente redução do valor do contrato de energia.

No domínio ambiental, foi definido um programa de gestão, no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental do Metropolitano que se encontra certificado segundo a norma NP EN ISO 14001, com diversas medidas com vista a minimizar os impactos negativos decorrentes da atividade.

Das ações empreendidas são de salientar algumas das medidas definidas no Programa de Gestão do Sistema (PGS) e de controlo operacional que tiveram impacto em 2014, a saber:

- Brigada do Ambiente – Criada com a missão de verificar a correta gestão dos resíduos em 2013, em 2014 foi alargado o seu âmbito de atuação passando a incluir a verificação da correta gestão de produtos químicos em toda a Empresa. A Brigada do Ambiente realizou ações de verificação mensais, alertando para as falhas encontradas, sugerindo medidas corretivas e verificando a implementação das mesmas.

- Redução da carga poluente de efluentes líquidos – Foi concluído o processo de licenciamento de descarga de águas residuais industriais na Câmara Municipal de Lisboa após receção de autorização respeitante a seis locais da rede do METROPOLITANO DE LISBOA que careciam de licenciamento e de acompanhamento periódico das condições de descarga das águas residuais.

- Redução do consumo de água – Foi instalado o sistema de telemetria nos locais da Empresa abastecidos pela EPAL[4] e pelos SIMAS[5], criando-se assim melhores condições para deteção atempada de potenciais fugas de água. Simultaneamente foram implementadas medidas de otimização do consumo nas atividades em que se observou um uso excessivo de água e foi lançada uma campanha de sensibilização. Como resultado registou-se uma redução do consumo de água na Empresa de 18,1% em 2014.

- Redução do ruído ambiente – Foram realizadas monitorizações de ruído para aferição da eficácia das medidas adotadas em cinco ventiladores que, em monitorizações anteriores, tinham ultrapassado os valores limite estabelecidos. De igual forma procedeu-se à monitorização dos casos identificados como críticos no que respeita ao ruído ambiente gerado na superfície da rede, resultando na identificação de 4 pontos de amostragem, correspondentes a três zonas, que irão ser sujeitos a medidas de mitigação em 2015.

- Plano de gestão de produtos químicos – Foi aprovado, e divulgado, o procedimento interno relativo à aquisição, manuseamento e armazenamento de produtos químicos. Após o que foi realizado o levantamento dos 405 produtos químicos existentes na Empresa e das respetivas fichas de dados de segurança (FDS). Foi criada uma base de dados, consultável por todos os trabalhadores, com as FDS existentes na Empresa.

Em termos de responsabilidade social está implementado um conjunto de práticas, que envolvem vários *stakeholders*. Destacam-se as medidas que visam um maior compromisso com os colaboradores, com os fornecedores e com a comunidade envolvente, nomeadamente: oferta aos colaboradores de um conjunto de benefícios a nível pessoal e familiar, como por exemplo, seguro de saúde, adiantamento do pagamento de baixas médicas, pagamento de medicamentos mediante apresentação de receita médica e flexibilidade de horários de forma a permitir uma maior conciliação com a vida familiar; redução do prazo médio de pagamento aos fornecedores. Relativamente à comunidade envolvente, realça-se a prática continuada de ações de apoio social junto de várias instituições, escolas e organizações não-governamentais.

É ainda de referir que o METROPOLITANO DE LISBOA implementou um Sistema de Gestão da Qualidade abrangendo todas as atividades da empresa, estando o mesmo certificado segundo a Norma NP EN ISO 9001, desde 2011. Desde então que o ML tem consolidado este sistema e o mesmo foi integrado em 2013 com o sistema de gestão ambiental também implementado e certificado. A implementação e certificação destes sistemas de gestão pressupõem a melhoria contínua dos processos da empresa e do desempenho ambiental alcançado pela mesma. Os resultados das auditorias realizadas neste âmbito, demonstram a melhoria concretizada nos últimos anos. Destaca-se o resultado da auditoria externa ao sistema de gestão do ML, realizada em 2014, na qual não se verificaram "não conformidades".

[4] Empresa Pública de Águas de Lisboa.
[5] Serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos Municípios de Oeiras e Amadora.

3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

Este ponto encontra-se desenvolvido no ponto 1 do capítulo IX. – Avaliação do Governo Societário.

a) Política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável

O Metropolitano de Lisboa centra a sua responsabilidade social na promoção da mobilidade dos cidadãos da área metropolitana de Lisboa. Neste sentido, tem vindo a promover a integração sucessiva com os restantes operadores de transporte, com vista a contribuir para a intermodalidade e complementaridade da rede de transportes.

O compromisso público com os clientes, quer no que respeita aos deveres do Metro, quer às obrigações destes para com o Metro, encontra-se formalizado na Carta do Cliente afixada na totalidade das estações e carruagens do METROPOLITANO DE LISBOA.

No que se refere aos Recursos Humanos da Empresa, no ano de 2014 foi necessário dar cumprimento às medidas previstas na Lei do Orçamento de Estado e efetuar todas as alterações necessárias de forma a garantir o seu cumprimento rigoroso, quer ao nível do processamento das remunerações dos trabalhadores do METROPOLITANO DE LISBOA, quer ao nível da gestão de carreiras nas várias componentes. No decorrer deste ano, existiu também uma articulação estreita com a CARRIS, com a inerente otimização de procedimentos no âmbito dos Recursos Humanos.

Na sequência da aprovação em 2013 do "Plano de Ação para a Igualdade de Género para o período 2013/2015", foi assinado um protocolo com o CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego) para adesão ao Fórum de Igualdade de Género.

Por outro lado, o ML renovou o protocolo de colaboração com a Associação "O Companheiro", numa parceria proposta pela Direção de Gestão da Infraestrutura e do Material Circulante. O referido protocolo permitiu a implementação de um programa de reinserção social através da realização de atividades de caráter oficinal, designadamente na reparação dos componentes dos bancos do material circulante da Empresa, de enorme sucesso para todos os intervenientes.

Ainda no âmbito da responsabilidade social, o METROPOLITANO DE LISBOA realizou um programa de rastreios, designadamente, das doenças oncológicas com maior prevalência na população portuguesa e de osteoporose. Ao potenciar um diagnóstico precoce da doença ainda em fase subclínica e reduzir a mortalidade e morbilidade, com a realização do programa de rastreios a Empresa combateu também, indiretamente, as incapacidades temporárias e definitivas para o trabalho.

No seguimento destas medidas, procedeu-se à avaliação de riscos profissionais (incluindo os riscos psicossociais) nas categoriais profissionais mais expostas, nomeadamente a três categorias profissionais da Exploração Operacional (Maquinista, Operador Comercial e Fiscal).

Com base no previsto no "Regulamento de Prevenção e Controlo de Álcool" realizaram-se periodicamente procedimentos de controlo do consumo de álcool, com o objetivo prioritário de prevenir os acidentes associados ao consumo excessivo do álcool e preservar a saúde dos trabalhadores.

Em 2014 teve início a disponibilização nas estações de DAE (Desfibrilhação Automática Externa) em locais de acesso público, com a realização da necessária formação aos colaboradores e prestadores de serviços para a sua utilização, prevendo-se estender este programa a outras estações da rede do METROPOLITANO DE LISBOA no futuro.

b) Políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial

Conforme referido no ponto 3 do presente capítulo foi adotado um conjunto de medidas para minimização dos impactes ambientais negativos decorrentes das atividades do METROPOLITANO DE LISBOA, consubstanciadas num programa, para a melhoria do desempenho ambiental do Metro. Estas medidas incidem nos principais aspetos ambientais associados às atividades do METROPOLITANO DE LISBOA como: consumos de energia, consumos de água, produção de resíduos, ruído, gestão de produtos químicos e produção de águas residuais.

No que respeita aos princípios de legalidade e ética empresarial refere-se que o METROPOLITANO DE LISBOA rege-se por um código de ética e conduta, assumindo como princípios estruturantes da sua atividade os seguintes compromissos:

- Respeito e proteção do direitos humanos;
- Respeito pelos direitos dos trabalhadores;
- Erradicação de todas as formas de exploração (trabalho forçado e trabalho infantil);
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- Luta contra todas as formas de corrupção;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. O conceito assenta em três pilares básicos: desenvolvimento económico, proteção ambiental e bem-estar da sociedade. Desta forma, pode-se dizer que todas as políticas referidas no presente capítulo, nomeadamente nos pontos 3, 5, 6, 9 e 10, referentes a estes três eixos integram medidas significativas tendentes à prossecução do objetivo de desenvolvimento sustentável.

c) Planos de igualdade de tratamento e de oportunidades

A Empresa rege-se por um conjunto de princípios éticos, que se traduzem no seu código da ética, bem como na garantia da não discriminação e no plano para a igualdade de género.

Relativamente à Igualdade de Género, em 2013, o METROPOLITANO DE LISBOA aprovou o "Plano de Ação para a Igualdade de Género" para o triénio 2013/2015, tendo por base as obrigações previstas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 8 de março e as medidas elencadas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2013, de 8 de março. O Plano para a Igualdade de Género, composto por um diagnóstico interno da Empresa e integrando a perspetiva de género, encontra-se em implementação até ao final do ano de 2015. O mesmo tem sido complementado e reforçado, através da definição de compromissos de melhoria, ajustados à realidade desta Entidade Pública Empresarial e que se consubstanciam em medidas ou/e em práticas em matéria de Igualdade de Género, assumidos mediante a assinatura do protocolo efetuado com a CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego), em março de 2014, na qualidade de parceiro, ao abrigo do Acordo de Adesão, ao" Fórum Empresas para a Igualdade de Género - O nosso Compromisso". Este acordo emana da vontade do ML em assumir uma cultura de reconhecimento da igualdade de género, através da promoção e combate a todos os processos discriminatórios, como pilar do desenvolvimento e sustentabilidade no mundo empresarial.

d) Princípio da Igualdade do Género – medidas adotadas

Foram definidas medidas concretas no âmbito do princípio de igualdade de género, encontrando-se as mesmas referidas no anexo ao protocolo assinado com a CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego). Referem-se as seguintes:

- Ação de sensibilização para a igualdade de Género às chefias de 1.º e 2.º nível – com o objetivo de contribuir para uma cultura organizacional integradora dos princípios da igualdade de género;
- Ação de sensibilização para a Igualdade de Género à totalidade dos efetivos – com o objetivo de divulgar e informar, de forma a despertar o interesse e a curiosidade, sobre o tema da igualdade de género, no seio da comunidade organizacional;
- Integrar o princípio da Igualdade de Género na documentação e nos canais de comunicação da empresa – com o objetivo de formalizar a incorporação ativa dos princípios da igualdade de género nos documentos estratégicos e nos canais de comunicação interna e externa da Empresa;
- Divulgação de informação/campanhas sobre temas de Igualdade de Género – com o objetivo de difundir informação e/ou campanhas internas ou nacionais sobre temas de igualdade de género;
- Ação de sensibilização sobre os temas "Assédio no local de trabalho" e "Igualdade de Género" para colaboradores da área de recursos humanos e desenvolvimento organizacional – com o objetivo de informação sobre a temática inserida no âmbito da dimensão de Igualdade de Género: "dever de respeito pela dignidade de mulheres e de homens no local de trabalho";
- Ação de sensibilização sobre os temas "Assédio no local de trabalho" e "Igualdade de Género" para profissionais do departamento de Segurança e Saúde no trabalho – com o objetivo de preparar profissionais do departamento com essas competências sobre os temas referidos;
- Incorporação no estudo de clima organizacional de indicadores/princípios de igualdade de género – com o objetivo de verificar o índice de satisfação dos colaboradores da empresa no âmbito da igualdade de género e da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.

e) Políticas de recursos humanos

No ano de 2014 foi dado cumprimento às medidas previstas na Lei do Orçamento de Estado e efetuadas as alterações necessárias de forma a garantir o seu cumprimento rigoroso, quer ao nível do processamento das remunerações dos trabalhadores do METROPOLITANO DE LISBOA, quer ao nível da gestão de carreiras nas várias componentes.

Com vista à valorização dos recursos humanos prosseguiu-se a elaboração do modelo de Gestão de Competências, que permite a integração da avaliação, das necessidades de formação e do potencial de desenvolvimento de carreira.

Em 2014 deu-se início ao projeto de implementação de um sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, de acordo com a Norma OHSAS 18001:2007.

f) Política de responsabilidade económica. Plano de ação para o futuro. Criação de valor

O Metropolitano de Lisboa presta um serviço público de transporte que, em termos económicos, por si só tem sido deficitário, dependendo de apoio financeiro do governo, nomeadamente através de indemnizações compensatórias, para equilibrar as suas contas.

Por outro lado, tem-se verificado uma quebra na procura, com impacto na sustentabilidade da Empresa. A estratégia da empresa, de forma a fazer face a esta situação, consiste em acentuar as políticas comerciais que visem a fidelização dos atuais clientes e a captação de novos.

Em 2014, a nível de estudos de mercado, foi realizado o ISC (Índice de Satisfação do Cliente). Este estudo é realizado anualmente através de entrevistas diretas e pessoais aos clientes, com o objetivo de monitorizar a satisfação do cliente, foi este ano revisto e reformulado, no sentido de incluir informação mais abrangente, nomeadamente analisando os novos atributos Atendimento Telefónico, Expectativas e Lealdade, introduzindo ainda uma métrica adicional, a Net Promoter Score (NPS), que avalia o nível de satisfação relativamente ao potencial de recomendação do serviço. Em 2014 o ISC fixou-se em 7,06 (numa escala da 0 a 10), apresentando uma variação positiva de 0,43%, face a 7,03 alcançado no ano anterior.

Para a realização de um estudo promovido pela Deco, entre maio e junho de 2014, sobre Transportes Públicos, foram inquiridos quase 2700 consumidores de várias cidades portuguesas, tendo-se concluído que, tanto em Lisboa como no Porto, o Metro é o modo de transporte público que mais agrada os clientes.

Face à atual conjuntura económica, a nova administração conjunta tem vindo, desde o início das suas funções, a promover, numa lógica de gestão integrada CARRIS|METROPOLITANO DE LISBOA, a consolidação e o desenvolvimento da qualidade do serviço de transporte público que é prestado em Lisboa, nos seus diferentes modos (elétrico, autocarro e metropolitano), de modo a reforçar a complementaridade modal e a intermodalidade, tendo em vista a obtenção de importantes ganhos de eficiência e de produtividade, permitindo, no futuro, a concessão a privados do serviço prestado pela Empresa, conforme definido pelo Governo.

Por forma a salvaguardar a competitividade da empresa no domínio do desenvolvimento e da investigação, ao longo de 2014 foram desenvolvidas melhorias e/ou benefícios nas seguintes vertentes:

Ao nível da implementação de melhorias funcionais e destacam-se as seguintes ações:

- No Portal - registo de litros e quilómetros, requisição de viaturas, gestão de ideias e a disponibilização eletrónica das declarações de rendimento e dos recibos de vencimento.
- Site ML - criação de banners, passatempos e mini-sites; desenvolvimento de uma bolsa de fornecedores para a nova versão do Site ML.
- Implementação de melhorias a funcionalidades no sistema SAP R/3:
  - No módulo de Manutenção;
  - Na Gestão de Equipamentos;
  - Na gestão de competências;
  - Nos KPI[6] Sinalização e Energia;
  - Na Gestão documental;
  - Em mapas fiscais e em de controlo da despesa e da receita;
  - Atualização do módulo de recursos humanos, em conformidade com as alterações decorrentes da aplicação ao ML da Lei do Orçamento de Estado.

[6] Key Performance Indicators

Foram também implementados os seguintes projetos:

- Matriz Origem-Destino conjunta Carris-Metro;
- Avaliação de fornecedores;
- Controlo de disponibilidades;

Ainda no que respeita a projetos de Investigação e desenvolvimento, o ML participou no Projeto Europeu OSIRIS que tem por objetivo a redução em 10% do consumo energético, até 2020.

Como soluções concretas para este objetivo destacam-se:

1. Novo conversor auxiliar de tração desenvolvido pela ALSTOM em cooperação com o Metro de Milão (ATM).
2. Novo sistema de armazenamento de energia a bordo, baseado em baterias de iões de Lítio, desenvolvido pela CAF para o Metro de Vitoria-Gasteiz.
3. Sistema de arrefecimento "free-coolling", para as salas técnicas do Metro de Roma, com recurso a água existente no subsolo, desenvolvido pela ANSALDO.

Trata-se de um projeto que envolve investigadores, indústria e operadores de transporte ferroviário em meio urbano. A sua concretização vai depender obviamente de todas as partes envolvidas quer do lado dos fabricantes, quer do lado dos operadores.

IX. Avaliação do Governo Societário

1. Cumprimento das recomendações

O METROPOLITANO DE LISBOA e as empresas suas participadas têm continuado a dar cumprimento à missão e aos objetivos que lhes estão determinados, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficientes, conforme evidenciam os relatórios de gestão e de sustentabilidade referentes a 2014.

A Empresa dá integral cumprimento aos normativos que asseguram boas práticas no domínio do bom governo societário, nomeadamente no estipulado no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, tendo definido e concretizado as ações necessárias ao seu adequado cumprimento.

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		S	N	S	N		
I.	**Missão, objetivos e políticas**						
1.	Missão e a forma como é prosseguida. Visão e valores que orientam a Empresa	X		X		4-5	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		5-6	
	• Objetivos e do grau de cumprimento dos objetivos de gestão	X		X		6-7	
3.	Fatores chave de que dependem os resultados da Empresa	X		X		8	
4.	Cumprimento das orientações definidas pelos ministérios sectoriais	X		X		8	
II.	**Estrutura de capital**						
1.	Capital	X		X		9	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	X		X		9	Não aplicável
3.	Acordos parassociais	X		X		9	Não aplicável
III.	**Participações sociais e obrigações detidas**						
1.	Pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades	X		X		9	
2.	Aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	X		X		9	
3.	Número de ações ou obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	X		X		9	Não aplicável
4.	Relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade	X		X		9	Não aplicável
IV.	**Órgãos sociais e comissões**						
A.	**Mesa de Assembleia Geral**						
1.	Composição da mesa da assembleia geral, mandato e remuneração	X		X		10	Não aplicável
2.	Identificação das deliberações acionistas	X		X		10	Não aplicável
B.	**Administração e supervisão**						
1.	Indicação do modelo de governo adotado	X		X		10	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros	X		X		10	
3.	Composição do Conselho de Administração	X		X		10-11	
4.	Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração	X		X		11	
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros	X		X		11-13	
6.	Participações patrimoniais dos membros do Conselho de Administração	X		X		14	
7.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas	X		X		14	Não aplicável
8.	Organograma relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X		X		14-16	

Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
	S	N	S	N		
B. Administração e supervisão						
9. Funcionamento do Conselho de Administração	X		X		16-17	
a. Reuniões realizadas e grau de assiduidade	X		X		16	
b. Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes	X		X		16-17	
c. Órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos	X		X		17	
d. Identificação das comissões existentes, composição e suas competências	X		X		17	Não aplicável
C. Fiscalização						
1. Composição do órgão de fiscalização	X		X		18	
2. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes	X		X		18	
3. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal	X		X		18-21	
4. Funcionamento do Conselho Fiscal	X		X		22	
a. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade por parte de cada membro	X		X		22	
b. Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas e outras atividades relevantes	X		X		22	
c. Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo	X		X		22	
d. Outras funções dos órgãos de fiscalização	X		X		22	
D. Revisor Oficial de Contas (ROC)						
1. Identificação	X		X		23	
2. Indicação das limitações legais e outras	X		X		23	
3. Outros serviços prestados pelo ROC à sociedade	X		X		23	
E. Auditor externo						
1. Identificação	X		X		24	
2. Política e periodicidade da rotação do auditor externo	X		X		24	
3. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo	X		X		24	
4. Montante da remuneração anual paga	X		X		24	
V. Organização interna						
A. Estatutos e comunicações						
1. Alteração dos estatutos da sociedade – Regras aplicáveis	X		X		25	
2. Comunicação de irregularidades	X		X		25	
3. Políticas antifraude e ferramentas para a sua mitigação e prevenção	X		X		25	
B. Controlo interno e gestão de riscos						
1. Existência de um sistema de controlo interno (SCI)	X		X		26	
2. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco	X		X		26	
3. Plano Estratégico e de Política de Risco da Sociedade	X		X		26	
4. Relações de dependência hierárquica e/ou funcional	X		X		26	
5. Outras áreas funcionais com competência no controlo de riscos	X		X		26	
6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos	X		X		27-28	
7. Processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	X		X		28-30	
8. Principais elementos do SCI e de gestão de risco	X		X		30-31	

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		S	N	S	N		
C.	**Regulamentos e códigos**						
1.	Regulamentos internos e externos	X		X		32-35	
2.	Código de ética e de conduta	X		X		35	
3.	Planos de ação para a prevenção de fraudes e medidas tomadas para a sua mitigação	X		X		36	
D.	**Deveres especiais de informação**						
1.	Cumprimento dos deveres de informação a que a empresa está sujeita	X		X		36	
2.	Cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa está sujeita	X		X		36	
E.	**Site de Internet**						
1.	Divulgação da informação disponibilizada	X		X		37	
F.	**Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral**						
1.	Identificação do contrato de serviço público	X		X		37	
2.	Propostas de contratualização da prestação de serviço público	X		X		38	
VI.	**Remunerações**						
A.	**Competências para a determinação**						
1.	Competência para determinar as remunerações	X		X		38	
2.	Mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses	X		X		38	
3.	Declaração de independência	X		X		38	
B.	**Comissão de fixação de remunerações**						
1.	Composição da comissão	X		X		38	Não aplicável
C.	**Estrutura de remunerações**						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	X		X		39	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada	X		X		39-40	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição	X		X		40	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável	X		X		41	
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio de gestão	X		X		41	Não aplicável
6.	Regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada aos administradores	X		X		41	Não aplicável
D.	**Divulgação das remunerações**						
1.	Montante anual da remuneração auferida	X		X		40-41	
2.	Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo	X		X		41	
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios de gestão	X		X		41	
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos	X		X		41	
5.	Montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização	X		X		40	
6.	Remuneração anual da mesa da assembleia geral	X		X		41	Não aplicável
VII.	**Transações com partes relacionadas e outras**						
1.	Transações relevantes com partes relacionadas	X		X		42-43	
2.	Informação sobre outras transações.	X		X		44-50	
VIII.	**Análise de sustentabilidade da empresa**						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	X		X		51	
2.	Políticas prosseguidas	X		X		51-52	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial	X		X		53-57	
IX.	**Avaliação do Governo Societário**						
1.	Cumprimento das Recomendações	X		X		58-60	
2.	Outras informações	X		X		61-64	

2. Outras informações

Cumprimentos das orientações legais

Cumprimento das orientações legais	Cumprimento S	N	N.A.	Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório e Contas
Objetivos de gestão / Planos de Atividade e Orçamento					
Grau de cumprimento dos objetivos do contrato de gestão ≥ 100%	X			122%	Ver o ponto "Grau de cumprimento dos objetivos de gestão"
Gestão do risco financeiro			X	3,63%	Ver o ponto "Gestão do risco financeiro e limites de endividamento"
Limites de crescimento do endividamento	X			-457.385 € -10,7%	Ver o capitulo 2.2.3 "Evolução do passivo remunerado"
Evolução do PMP a fornecedores	X			- 17 dias	Ver o ponto "Prazo médio de pagamentos e atrasos nos pagamentos"
Atrasos nos pagamentos (*arrears*)	X			204.871 €	Ver o ponto "Prazo médio de pagamentos e atrasos nos pagamentos"
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			X	-	Os Relatórios e Contas de 2010, 2011, 2012 e 2013 aguardam aprovação por parte da Tutela.
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41º da Lei n.º 83-C/2013	X			-	Ver o ponto "Remunerações dos órgãos sociais"
Órgãos sociais - redução remuneratória vigentes em 2014	X			17.376 €	Ver o ponto "Remunerações dos órgãos sociais"
Auditor externo - redução remuneratória nos termos do art.º 73º da Lei n.º 83-C/2013			X	-	Ver o ponto "Remunerações - Auditor externo"
Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2014	X			2.625.887 €	Ver o ponto "Plano de redução de custos"
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 39º da Lei n.º 83-C/2013	X				Ver o ponto "Custo do fator trabalho"
Artigo 32º do EGP:					
Utilização de cartões de crédito	X			-	Ver o ponto "Remunerações dos órgãos sociais"
Reembolso de despesas de representação pessoal	X			-	
Contratação pública:					
Aplicação das Normas de contratação pública pela Empresa	X			Aplicação do CCP, da Lei n.º 8/2012, do regime de parecer prévio pela AMA, cfr. DL n.º 107/2012.	Ver o ponto "Contratação pública"
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			X	-	As empresas participadas não se encontram abrangidas pelo Código da Contratação Publica.
Contratos submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas	X			-	A Empresa não celebrou contratos sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas
Auditorias do Tribunal de Contas (ocorridas em 2013)	X				Ver quadro "Cumprimento das recomendações do TC"
Parque automóvel:	X			0	Ver os pontos "Racionalização de políticas de aprovisionamento de bens e serviços" e "Plano de redução de
N.º de viaturas	X			41	Desde dezembro de 2012, o ML reduziu significativamente a sua frota automóvel, abatendo ou alienando 14 veículos (25%), tendo reduzido os custos associados à manutenção.
Gastos com viaturas	X			175.949 €	
Gastos operacionais das Empresas Públicas (art.º 61º da Lei n.º 83-C/2013)	X				Com o objetivo de cumprir os objetivos definidos, o ML tem vindo a implementar uma política de redução de custos operacionais, sustentável no médio e longo prazos, tendo conduzido a que os gastos operacionais (CMVM + FSE + Gastos com pessoal s/indemnizações por despedimento) cumpram o estipulado nos princípios financeiros de referência para 2014, apresentando uma redução de 23,4%, face a 2010.
Redução de trabalhadores (art.º 60º da Lei n.º 83-C/2013):					
N.º de trabalhadores	X			-25 -1,7%	Ver o ponto "Plano de redução de custos"
N.º de cargos dirigentes	X			-2 -0,8%	
Princípio da unidade de tesouraria (art. 123º da Lei n.º 83-C/2013):					
Disponibilidades centralizadas no IGCP			X	71%	Ver o ponto "Princípio da unidade de tesouraria do Estado"
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	X			0	

Legenda:
S - Sim
N - Não
N.A. - Não Aplicável

Sublinha-se, ainda, que o Tribunal de Contas realizou uma auditoria ao Metropolitano de Lisboa, tendo elaborado o Relatório de Auditoria n.º 07/2010-2.ª Seção.

Neste relatório o Tribunal de Contas formulou as seguintes recomendações ao Conselho de Administração do METROPOLITANO DE LISBOA:

- Quantificação nas demonstrações financeiras da gratuitidade do transporte aos trabalhadores e familiares;
- Formalização e imputação do pagamento do serviço de transporte aos trabalhadores da Ferconsult;
- Eliminação da circulação ilegal de passageiros de outras transportadoras;
- Implementação da depreciação contabilística das infraestruturas de longa duração;
- Revisão do Acordo de Empresa com vista à eliminação de subsídios, benefícios e prémios sem relação com o aumento de produtividade ou a qualidade de desempenho;
- Revisão do Acordo de Empresa no sentido de fixar um limite para a atribuição do complemento de pensões;
- Diminuição do absentismo dos trabalhadores com funções operacionais e de condução do material circulante;
- Revisão e contabilização dos montantes atribuídos ao CCDTML – Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores do Metropolitano de Lisboa;
- Melhoria das acessibilidades a pessoas com mobilidade reduzida;
- Construção de parques de estacionamento;
- Criação de um sistema de Parque & Siga;
- Potenciar painéis de informação e postos de atendimento relativos à operacionalidade do Metropolitano;
- Extensão das funções do Provedor Arbitral para Provedor do Cliente;
- Centralização da relação com o cliente numa única entidade;
- Sistematização e compilação dos direitos e deveres do cliente equacionando a compensação pela ausência da prestação do serviço;
- Atuação sobre aspetos do relatório considerados "a melhorar".

Na sequência das "recomendações" constantes do relatório de auditoria do Tribunal de Contas, cumpre salientar que o cumprimento de algumas das recomendações se encontra fortemente condicionado pela situação económica e financeira que atravessamos, pelo quadro legal vigente ou ultrapassam mesmo o nível de atribuições do Metropolitano de Lisboa. A descrição do cumprimento das referidas recomendações encontra-se referida no capítulo 4 – "Cumprimento das orientações legais" do Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2014.

Neste sentido, relativamente a cada uma das recomendações efetuadas, informamos as medidas tomadas e os resultados obtidos para cada uma, no quadro seguinte:

Cumprimento das recomendações do TC

Cumprimento das recomendações do TC	Cumprimento			Medidas tomadas	Resultados obtidos
	Sim	Não	Em parte		
Recomendação 1:					
Quantificação nas demonstrações financeiras da gratuitidade do transporte aos trabalhadores e familiares	X			O ML promoveu o integral cumprimento desta norma.	Concluído
Recomendação 2:					
Formalização e imputação do pagamento do serviço de transporte aos trabalhadores da Ferconsult	X			O ML promoveu o integral cumprimento desta norma.	Concluído
Recomendação 3:					
Eliminação da circulação ilegal de passageiros de outras transportadoras	X			O ML promoveu o integral cumprimento desta norma.	Concluído
Recomendação 4:					
Implementação da depreciação contabilistica das ILD		X		Por decisão da tutela, em 2014, as ILD passaram a figurar no balanço, mas sem contabilização de amortizações.	Esta recomendação apenas poderá ser ultrapassada com a celebração do contrato de concessão com o Estado.
Recomendação 5:					
Revisão do Acordo de Empresa com vista à eliminação de subsídios, benefícios e prémios sem relação com o aumento de produtividade ou a qualidade de desempenho		X		-	Os Acordos de Empresa (AE I e AE II) têm um prazo de vigência que termina apenas em 31 de dezembro de 2015. Esta situação condiciona, ou impede, a revisão do seu normativo sem o acordo das associações sindicais que subscreveram os AE.
Recomendação 6:					
Revisão do Acordo de Empresa no sentido de fixar um limite para a atribuição do complemento de pensões	X			-	Os trabalhadores admitidos para a empresa após 31 de dezembro 2003 não se encontram abrangidos pelo pagamento de complemento de reforma e de sobrevivência.
Recomendação 7:					
Diminuição do absentismo dos trabalhadores com funções operacionais e de condução do material circulante	X			Em janeiro de 2013, foi feito o balanço do projeto "Menos Absentismo, Mais Produtividade" com a avaliação do impacto das medidas realizadas.	Concluiu-se que é importante retomar as medidas de intervenção que se mostraram mais eficazes, visando a continuação da tendência para a redução da taxa de absentismo.
Recomendação 8:					
Revisão e contabilização dos montantes atribuidos ao CCD	X			-	Já desde 2013 que o ML não atribui qualquer subsídio ao CCDTML.
Recomendação 9:					
Melhoria das acessibilidades a pessoas com mobilidade reduzida			X	Instalação de meios mecânicos de acesso às estações	Foram concluídos os trabalhos nas estações Roma e Alvalade, estando em curso os trabalhos nas estações Areeiro, Colégio Militar e Baixa-Chiado. Devido aos atuais condicionalismos económicos não é possível, neste momento, à empresa financiar as obras nas restantes estações.

Cumprimento das recomendações do TC (cont.)	Cumprimento			Medidas tomadas	Resultados obtidos
	Sim	Não	Em parte		
Recomendação 10:					
Construção de parques de estacionamento		X		Construção de parques de estacionamento na Pontinha, Lumiar, Senhor Roubado e Odivelas, com recurso a meios de financiamento próprios.	O objeto do ML é a "exploração, em exclusividade e regime de serviço público do transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e dos concelhos limitrofes da Grande Lisboa", não lhe cabendo explorar e construir parques de estacionamento. Embora a Empresa o possa fazer de forma a complementar a sua atividade e em parceria com as restantes entidades interessadas, nomeadamente, câmaras municipais e outros operadores de transporte. Contudo, nenhum dos parceiros se mostrou disponível para o efeito, tentando sempre que o fosse o ML a suportar na integra quer o investimento, quer a exploração dos parques de estacionamento.
Recomendação 11:					
Criação de um sistema de Parque & Siga	X			Criação de um tarifário específico que permite o estacionamento da viatura em alguns parques da EMEL e da Emparque com o acesso à rede do metro.	Concluído
Recomendação 12:					
Potenciar painéis de informação e postos de atendimento relativos à operacionalidade do Metropolitano	X			Informação de tempo de espera para a passagem do comboio seguinte transmitida nos painéis interiores da generalidade das estações.	Concluído
			X	Colocação de painéis informativos na entrada das estações relativa à circulação na rede do ML	Foram aplicados em algumas estações da rede ML
	X			Criação do Gabinete do Cliente	Foram criadas quatro unidades do "Espaço Cliente CARRIS|Metro".
	X			Abertura do gabinete Carris / Metro	
Recomendação 13:					
Extensão das funções do Provedor Arbitral para Provedor do Cliente		X			A implementar em 2015
Recomendação 14:					
Centralização da relação com o cliente numa única entidade	X			"Relação com o cliente" num único órgão da empresa.	Em resultado da alteração na estrutura orgânica do ML foi criada a direção "Marketing e Comercial", passando a "relação com o cliente" a estar centralizada num único órgão. Neste momento, em consequência da integração CARRIS|Metro, a relação com o Cliente das duas empresas tem uma estratégia comum, centralizada num único "Centro de Atendimento", bem como nos quatro "Espaço Cliente" existentes.
Recomendação 15:					
Sistematização e compilação dos direitos e deveres do cliente equacionando a compensação pela ausência da prestação do serviço	X			Criação da Carta do Cliente	Concluído
	X			Disponibilizar informação relativa à compensação dos titulares do cartão "Viva viagem", em caso de interrupção do serviço de metro.	Esta informação está disponível no Site da Empresa (www.metropolitanodelisboa.pt)

Transportes de Lisboa

Aprovação pelo Conselho de Administração

Lisboa, 30 de abril de 2015

O Conselho de Administração

Eng.º Rui Lopes Loureiro

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas

Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo

Dr. José Rui Roque

Anexo I – Sociedades Participadas

Partes Relacionadas	Sede	Capital Social (€uros)	Participações (%)
Subsidiárias			
Ferconsult, S.A.	Lisboa	1 000 000	100,00%
Metrocom, S.A.	Lisboa	750 000	100,00%
Empresas Associadas			
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	150 000	40,00%
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	n.d.	5,00%
Outras Empresas			
Edel - Empresa Editorial, Lda.	Lisboa	n.d.	n.d.
Otlis, A.C.E.	Lisboa	329 832	14,30%
TREM, A.C.E.	Lisboa	11 823 188	90,00%*
TREM II, A.C.E.	Lisboa	28 621 342	0,009%

* Além da participação direta de 90%, o ML detém ainda 10% através da participada Ferconsult.

Anexo II – Entidades às quais o ML se encontra associado

DENOMINAÇÃO		OBJETO SOCIAL
ABRAÇO	Associação de Apoio a Pessoas com HIV/SIDA (*)	Prestar apoio a pessoas afetadas pelo vírus do HIV/SIDA bem como aos seus familiares, nomeadamente através do auxílio médico, psicológico, sociológico, jurídico, espiritual e da promoção de iniciativas de apoio no trabalho ou em situações sociais precárias.
ADFERSIT	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento do Transporte Ferroviário (*)	Promover e contribuir para a divulgação das realidades e potencialidades do Transporte Ferroviário, no contexto económico e social tanto a nível nacional como internacional.
AIP/CCI	Associação Industrial Portuguesa / Câmara de Comércio e Indústria (*)	Assumir-se como parceiro económico nacional. Defesa dos legítimos interesses e direitos e a representação dos seus associados a nível local, nacional e internacional. Promover o desenvolvimento sustentado das atividades económicas portuguesas e, em especial, contribuir para o progresso das empresas e das associações suas filiadas, nos domínios, económico, organizativo, comercial, técnico, tecnológico, associativo, cultural e social, dando sempre prioridade ao apoio às Pequenas e Médias Empresas.
ALAMYS	Associação Latino - Americana de Metros e Subterrâneos (*)	Promover o intercâmbio tecnológico entre empresas de sistemas ferroviários metropolitanos de transporte coletivo de passageiros.
AMIGOS DE LISBOA (*)		Participação em estudos, defesa do património artístico, monumental e documental, como na contribuição para soluções de urbanismo e expansão da Capital.
APAC	Associação Portuguesa dos Amigos dos Caminhos de Ferro (*)	Visa unicamente a promoção do interesse por todos os transportes que circulem sobre carris, tentando reunir todos aqueles que se interessam pelos caminhos de ferro.
APCE	Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa (*)	Fórum de discussão e reflexão onde têm lugar todas as pessoas relacionadas com a Comunicação Empresarial e que trabalhem no domínio das Ciências da Comunicação.
APNCF	Associação Portuguesa para a Normalização e Certificação Ferroviária (*)	Coordenação das atividades de normalização no domínio das aplicações ferroviárias e certificação de sistemas, produtos, equipamentos e serviços ferroviários.
APOCEEP (CEEP)	Associação Portuguesa do Centro Europeu das Empresas com Participação e/ou Interesse Geral (*)	Constitui objeto da associação assegurar o funcionamento da Secção Portuguesa do CEEP - Centro Europeu das Empresas com Participação Pública e/ou de Interesse Económico Geral, associação internacional, com fins científicos e não lucrativos, criada ao abrigo da legislação belga, e reconhecida como parceiro social na U. E.
APOREM	Associação Portuguesa Empresas com Museus	Tem por objetivo desenvolver e divulgar o empenho de empresas portuguesas que preservaram o património e a memória do seu passado organizado em museus abertos à comunidade.
Associação Turismo de Lisboa (*)		Promover o desenvolvimento turístico sustentado da região de Lisboa.
BCSD Portugal	Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (*)	A BCSD tem como objeto divulgar os princípios que caracterizam o desenvolvimento sustentável, articular a cooperação entre a comunidade empresarial e a sociedade civil com vista à promoção do desenvolvimento sustentável.
CASA DA AMÉRICA LATINA (*)		Tem por objeto principal fomentar o entendimento e a cooperação entre os países da América Latina e Portugal, pelo intercâmbio cultural, científico e tecnológico, económico e comercial.
CNC - Centro Nacional de Cultura	Centro Nacional de Cultura	Ação dedicada à defesa do património cultural português, à divulgação do papel desempenhado pela cultura portuguesa no mundo e à atualização das suas relações com outras culturas
COTEC Portugal	Associação Empresarial para a Inovação (*)	A Associação tem por objeto dinamizar a relação entre quaisquer entidades intervenientes no Sistema Nacional de Inovação, prioritizar políticas de inovação, estimular e sensibilizar as empresas para o investimento em investigação e desenvolvimento.
F.A.E.	Associação Fórum de Administradores de Empresas (*)	A Associação tem como objeto a investigação, desenvolvimento, formação e aperfeiçoamento da função de administração de empresas.
GRACE	Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (*)	O GRACE tem como principal objetivo a promoção do conceito de Cidadania Empresarial e de Responsabilidade Social das Organizações e o apoio a atividades desenvolvidas por terceiros (associados ou não) nesta área, procurando a colaboração com as comunidades locais e organizações de solidariedade social.
Nova	Grupo NOVA IMPERIAL COLLEGE of London	O Grupo NOVA, apoiado em consultoria do Imperial College London (ICL), é um programa de benchmarking de metros de todo o mundo que visa apurar as melhores práticas no âmbito da atividade metro-ferroviária e permitir disponibilizar aos órgãos de decisão (Administração, Tutela) informação comparativa do desempenho, identificando áreas prioritárias para a melhoria da eficácia e da eficiência.
GUSP	Associação utilizadores SAP em Portugal	Associação de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como objetivo promover a cooperação e a partilha de experiências entre as organizações que utilizam os serviços ou produtos SAP, defendendo os seus interesses comuns.
LISBOA E-NOVA	Agência Municipal Energia e Ambiente (*)	O objeto da Associação é contribuir para a gestão da procura de energia, a eficiência energética, o melhor aproveitamento dos recursos energéticos endógenos, a gestão ambiental na interface com a energia e para o alargamento das boas práticas no planeamento, na gestão, na construção e na mobilidade sustentável na cidade de Lisboa.
UCCLA	União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo- Asiáticas (*)	Fomentar os vínculos, relações e intercâmbios de todo o tipo entre as cidades membro e outras autarquias dos países de língua oficial portuguesa.
UITP	Union Internationale du Transport Public	O METROPOLITANO DE LISBOA integra a UITP e participa em diversas comissões no âmbito desta entidade, nomeadamente o Comité da União Europeia e a Carta de Sustentabilidade.

(*) Participação conjunta CARRIS/ML no âmbito do processo de integração operacional das duas empresas.

Transportes de Lisboa

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA
(artigo 51º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas, Vogal do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 27 de março de 2014

Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas
Administrador

Transportes de Lisboa

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA
(artigo 51° do Decreto-Lei n.° 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, Luís Carlos Antunes Barroso, Vogal do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51° do Decreto-Lei n.° 133/2013, de 3 de outubro ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 27 de março de 2014

Luís Carlos Antunes Barroso
Administrador

Transportes de Lisboa

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA
(artigo 51° do Decreto-Lei n.° 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, Maria Manuela Bruno de Figueiredo, Vogal do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51° do Decreto-Lei n.° 133/2013, de 3 de outubro ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 27 de março de 2014

Maria Manuela Bruno de Figueiredo
Administradora

Anexo IV – Reportes efetuados pelo METROPOLITANO DE LISBOA

Entidade	Reporte / Modo de envio	Legislação	Periodicidade
DIREÇÃO GERAL DO ORÇAMENTO (DGO)	**Execução Orçamental** - Receita (7.2) e Despesa (7.1) (SIGO\SFA)	DL32/2012,de 13 de fevereiro,Artº 65, nº 2a) DL nº 52/2014,de 7 de abril, Artº 57 nº2a)	**Mensal**
	Mapa de Pagamentos em Atraso SIGO Online	Lei 8/2012, de 21/fevereiro DL nº 52/2014,de 7 de abril, Artº 56	**Mensal**
	FD - Fundos Disponíveis Serviços online da DGO (Ver DL127/2012)	Lei 8/2012, de 21/fevereiro DL nº 52/2014,de 7 de abril, Artº 56	**Mensal**
	UT - Unidade de tesouraria Serviços online da DGO	DL191/99, de 5 de junho DL 32/2012,de 13 de fevereiro, Artº16 Lei nº 83-C/2013,de 31 de dezembro, Artº 123 DL 52/2014,de 7 de abril, Artº 15 nº1	**Trimestral**
	Mapa dos Encargos com Pessoal SIGO Online	Circular DGO nº 1363, Série A, Ponto 45	**Mensal**
	Balancete Analítico Serviços online da DGO	DL 52/2014, de 7 de abril,Artº 57, nº 7	**Trimestral**
	PIDDAC - Finalização do mês (mês corrente) SIGO Online	Circular Série A nº1359/2010, de 23 de Junho da DGO	**Mensal**
	Balanço previsional anual do ano corrente c/ desagreg. trimestral Serviços online da DGO	DL 32/2012,de 13 de fevereiro, Artº 65, nº 4b)	**Trimestral**
	DR previsional anual do ano corrente c/ desagregação trimestral Serviços online da DGO	DL 32/2012,de 13 de fevereiro, Artº 65, nº 4b)	**Trimestral**
	Divida e ativos em títulos da divida emitidos pelas administrações públicas = Stock da divida SIGO Online	DL 32/2012,de 13 de fevereiro,Artº 65, nº 4c)	**Trimestral**
	TSICE - Transferências, Subsídios e Indemnizações / Créditos Extintos Serviços on-line da DGO	Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2014, regulamentado pelo Anexo V da circular nº 1375 –Série A, de 2014 da DGO.	**Anual**
	Registo do compromisso no Sistema Central de Encargos Plurianuais (SCEP) - SIGO	Lei nº8/2012,de 21 de Fevereiro, artº6 nº2	**Mensal**
	Processo do Orçamento ano n+1 (SIGO)	Circular DGO - Instruções para preparação do Orçamento do Estado	**Anual**
	Alterações orçamentais - Receita e Despesa (SIGO)	DL32/2012,de 13 de fevereiro,Artº 65, nº 2b) DL nº 52/2014,de 7 de abril, Artº 57 nº2b)	**Mensal**
	Estimativa do balanço e demonstração de resultados do ano anterior (SIGO)	DL 32/2012,de 13 de fevereiro,Artº 65, nº 8	**Anual**
	Balanço, DR e Balancete Previsional Anual do n e n-1 Carregamento de contas publicas (orçamento/previsão) (SIGO)	DL 32/2012,de 13 de fevereiro,Artº 65, nº 6 DL 52/2014,de 7 de abril, Artº 57 nº6	**Anual**
DIREÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇAS (DGTF)	**Mapa de demonstração de fluxos de caixa + PMP** *ML + Ferconsult + Metrocom*	Despacho MFAP 155/2011, de 28 de abril	**Mensal**
	Prestação de Informação relativa às responsabilidades contingentes do SEE	Memorando de Entendimento	**Trimestral**
	Atualização da informação ML disponível no site do Setor Empresarial do Estado (SEE) • Caracterização da Empresa • Estatutos • Função da Tutela e Acionista • Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais • Esforço financeiro público • Ficha Síntese • Informação financeira histórica atual • Princípios de Bom Governo (descritivo)	Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	Anual
	Garantias do Estado		**Mensal**
	Modelo Necessidades de Financiamento + Inv + PRC + vendas	Oficio Trimestral da DGTF	Quando solicitado
Reportes - Sistema de Reporte de Informação do SEE (SOR)	**Orçamento anual - (Análise de Atividade e RH; Demonstrações Financeiras; Análise de Investimentos)**		**Anual**
	Passageiros transportados (por linha) **- Título pago; Fraude; Gratuitos** **PKm/transportados (por linha)** **Lugares/km oferecidos (por linha)**	Pedido do GEE/MEE 044/995248	**Mensal**
	Indicadores de desempenho operacionais e financeiros		**Trimestral**

Entidade	Reporte / Modo de envio	Legislação	Periodicidade
IGF - INSPEÇÃO GERAL DE FINANÇAS	**Contratos de Investimento em Curso**		**Trimestral**
	Relatório da actividade do ML		**Trimestral**
SIRIEF - Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira da DGTF	**Relatório de Execução Orçamental (Controlo do PAO)**	DL 133/2013, de 3 de outubro, Artº 25º nº2	**Trimestral**
	Relatório Trimestral do Conselho Fiscal	DL 133/2013, de 3 de outubro, Artº 44º nº1 j)	**Trimestral**
	Parecer do Conselho Fiscal ao PAO	Ofício circular da DGTF n.º 11157, de 2 de dezembro de 2014	**Anual**
	Relatório do Governo Societário	DL 133/2013, de 3 de outubro, Artº 54º	**Anual**
	Limites de Endividamento	RCM n.º 49/2007, de 28 de março	**Anual**
	Fluxos de Caixa		**Mensal**
	Balanço		**Trimestral**
	Demonstração Resultados		**Trimestral**
	Demonstração do Capital Próprio		**Anual**
	Custos e Gastos Operacionais		**Mensal**
	Esforço Financeiro do Estado		**Trimestral**
	Dívidas de Fornecedores Vencidas e Não Vencidas		**Mensal**
	Saldos em Dívida		**Mensal**
	Unidade de Tesouraria do Estado		**Trimestral**
	Identificação da Entidade e Referências Institucionais		Quando solicitado
	Modelo Identificativo da Empresa		
	Princípios de Bom Governo (grau de cumprimento)		
	Princípios de Bom Governo (descritivo)		
	Orientações de Gestão		
	Tutela e Função Acionista		
	Desempenho Económico Anual		
	Órgãos Sociais		
	Data de Aprovação de Contas		
	Carregamento de Documentos		
	Atualização de Informação		
	Medidas Plano de Redução Custos/Gastos Operacionais		
DGTF; SIRIEF	**Plano de Empresa** **Plano de Atividades e Orçamento (PAO)** Por carta: DGTF; CA; CF Texto: **EDC** Submissão plataforma SIRIEF: **GFC**	DL 133/2013, de 3 de outubro, Artº 43	**Anual**
SETF; SEOPTC; DGTF; TC; IGF; GPERI; IGOPTC, INE	**Relatório e Contas**	Código das Sociedades Comerciais, Artº 65	**Anual**
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (MF)	**Recolha de informação de remunerações, suplementos e dos pontos decorrentes da avaliação de desempenho dos trabalhadores em exercício de funções públicas**		**Anual**
	Declaração Mensal de Rendimentos - Modelo AT (www.portal das financas.gov.pt)	Portaria nº 426-C/2012, de 28 de dezembro. DR, 1ª série nº 251, de 28 de dezembro	**Mensal**
MINISTÉRIO DA ECONOMIA (ME)	**Contas Mensais** **Redução dos quadros de pessoal** **Evolução da procura**		**Mensal**
Secretaria Geral do Ministério da Economia (SGME)	**Previsão Mensal de Execução**		**Mensal**
	Contas de execução orçamental-Receita (7.2) e despesa (7.1) e alterações orçamentais		**Mensal**
	Carregamento de dados no SIOE (Sistema de Informação de Organização do Estado)	Lei n.º 57/2011	**Trimestral**
	Informação sobre rescisões, requalificações e aposentações		**Mensal**
	Inquérito ao custo de mão-de- obra	Regulamento (CE) n.º 530/1999 e Regulamento (CE) n.º 1737/2005 da Comissão, de 21 de outubro	**Quadrianual**
	Registo de dados de adesão em greve geral	Despacho n.º 3876/2012-SEAP	Até ao 5º dia útil após greve
TRIBUNAL DE CONTAS (TC)	**Apresentação de documentação relativa à atividade da Empresa: Ata de Aprovação das Contas (individual e consolidada); Ata/documento de nomeação dos órgãos sociais; Certificação Legal de Contas (individual e consolidada); Relatório de Auditoria Externa; Relatório e Contas (individual e consolidada); Relatório e Parecer do Órgão de Fiscalização**	Lei n.º 48/2006, de 29 de agosto; Instruções n.º 2/2013 - 2ª Secção TC.	**Anual**
	Apresentação de informação financeira relativa à atividade da Empresa: Dados da Conta de Gerência; Identificação dos Responsáveis pela Conta de Gerência; Identificação dos Órgãos Sociais; Lista de participações sociais detidas no capital de outras empresas; Resumo da Conta (Capital Próprio; Balanço; DR; Certificação de Contas).		**Anual**
	Idenficação dos credores do Estado e caracterização das dívidas respetivas		**Anual**

Entidade	Reporte / Modo de envio	Legislação	Periodicidade
IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, EPE	Empréstimos Obtidos		Mensal
	Valorização das contrapartes dos SWAPS		Mensal
Banco de Portugal	Operações com o exterior		Mensal
CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	Atualização informação do ML	N.º 5 do art.º 4º do Decreto-Lei n.º 5/2015, de 8 de janeiro (Estatutos da CMVM)	Pontual
	Pagamento juros empréstimos obrigacionistas		Na data de vencimentos dos juros
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	MIRR (Mapa Integrado de Registo de Resíduos)	DL 78/2011, de 17 de junho	Anual
PIDDAC - Relatórios de Acompanhamento	Relatórios de acompanhamento	Ofício 2 de 06-jan-2009 do GPERI	Mensais
			Trimestrais
			Semestral
			Anual
GPERI	Monitorização do Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2010, de 26 de Novembro	Semestral
IMT	Monitorização do Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)		Semestral
SECRETARIA DE ESTADO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E DA IGUALDADE (IMT, I.P.)	Acompanhamento da Implementação do Plano de Ação para a Igualdade de Género 2013/2015	RCM n.º 19/2012, de 8 de março	Semestral
AMTL	Procura nas estações intermodais		Semestral
INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA	Inquérito trimestral ao transporte por metropolitano (ITTM)	Lei n.º 22/2008, de 13 de maio	Trimestral
	Inquérito anual ao transporte por metropolitano (IATM)		Anual
	Webinq - ICT - Índice de Custo do Trabalho		Trimestral
	Webinq - IVNE - Volume de Negócios e Emprego nos Serviços		Mensal
	INTRASTAT - ICS Inquérito de conjuntura aos serviços	Lei n.º 22/2008 de 13 de Maio e DL n.º 136/2012, de 2 de julho	Mensal
	INTRASTAT - Inquérito INTRA-CH-Comércio Intracomunitário -Fluxo de Chegada		Mensal
	Fluxos SWAPS		Trimestral
	ICI - Inquérito de Conjuntura ao Investimento		Semestral
DIREÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA (DGEEC)	IPCTN - Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional	Lei n.º 22/2008, de 13 de maio	Anual
SEGURANÇA SOCIAL - TSU	Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial da SS (www.seg.social.pt)	Regime geral de Segurança Social dos trabalhadores por conta de outrem.	Mensal
CGA, I.P.	CES - Contribuição Extraordinária de Solidariedade	Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro	Mensal
ESPAP - Entidade de Serviços Partilhados da Administração Publica, I.P.	Reporte Estatistico Anual de compras públicas de bens e serviços (https://srvi.ancp.gov.pt) (1)	DL n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e Portaria n.º 701-D/2008, de 29 de julho	Anual
	Reporte de adjudicações ocorridas decorrentes de procedimentos de aquisição ao abrigo dos acordos quadro disponibilizados pela eSPap (1)	Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho	Anual
Base - Portal de Contratos Públicos	Relatório de formação (procedimentos pré-contratuais) e Relatório de execução de contrato públicos de aquisição e locação de bens, e de aquisição de serviços; Relatório de contratação e Relatorio final de empreitadas de obra pública (1)	DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro e Portaria n.º 701-E/2008, de 29 de julho	Sem periodicidade.
GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento do MTSS	Inquérito aos Ganhos e Duração no Trabalho	Lei n.º 22/2008, de 13 de maio	Trimestral
	Inquérito ao Emprego Vago		Trimestral
	Inquérito à Estrutura dos Ganhos		Trimestral
	Relatório Único		Anual
Associações Sindicais e Secretaria de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Todo o processo administrativo respeitante à revisão de contratação coletiva (AE-I e AE-II)		Anual
Tutela Sectorial, Associações Sindicais, DGERT e Conselho Económico e Social	Envio de dados referente aos processos de greve entre os vários intervenientes		Ao longo do ano

(1) A contratação pública está sujeita às seguintes autorizações prévias, indispensáveis para a tramitação dos procedimentos:

- **Autorização para assunção de despesas plurianuais**, a conceder pelas tutelas sectorial e financeira, na forma de despacho conjunto ou de portaria de extensão de encargos, a publicar em Diário da república, II Série (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprovou a Lei dos compromissos e pagamentos em atraso e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, que regulamenta a Lei);
- **Parecer prévio, a emitir pela Agência para a Modernização Administrativa (AMA)**, relativamente à aquisição de bens e à prestação de serviços no domínio das tecnologias de informação e comunicação, de valor superior a 10.000,00€ (dez mil euros) (Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de

6 17

Deliberação
do Conselho de Administração

Nº Página	1
Deliberação nº.	
RCA nº.	05/14
Data	2014-02-20

019 - 1032638

Metropolitano de Lisboa

Aprovado

Assunto	Competência disciplinar.
Conhecimento	O.D.D.C.A.
Execução	

Descritivo

O Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., no âmbito da otimização dos seus recursos com formação jurídica, entendeu ajustar as atribuições dos ODDCA´s da Empresa, em matéria disciplinar.

Nestes termos, deliberou o seguinte: ----------------------------------

1- Revogar o ponto 3 da deliberação n.º 4, tomada na RCA n.º 48/12, de 28/11/2012. ---

2- Atribuir à Secretaria-Geral e Direção de Assuntos Jurídicos a competência para assegurar a nomeação de instrutor e a instrução dos procedimentos disciplinares, bem como propor a aplicação das respetivas sanções disciplinares, de acordo com as atribuições definidas no modelo organizacional da Empresa.-------------------

3- Alterar o Manual de Organização do ML, nos seguintes termos: ------

   a) Na parte Atribuições Específicas/ Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional/ Administração de Recursos Humanos, retirar a atribuição "Instaurar os processos disciplinares e propor a aplicação das respetivas sanções disciplinares". -------

   b) Alterar a redação das Atribuições Especificas/Secretaria-Geral e Direção de Assuntos Jurídicos/Assuntos Jurídicos/Atribuições, incorporando a seguinte atribuição: ----------------------------

   "Assegurar a nomeação de instrutor e a instrução dos processos disciplinares e propor a aplicação das respetivas sanções disciplinares." --

   ----

O Administrador

Deliberação
do Conselho de Administração

Nº Página	2

Deliberação nº.		RCA nº.	05/14

Aprovado

Descritivo (Continuação)	

4 – Afetar à SGJ/SGAJ, a Dra. Cátia Pereira Alves. ----------

---

5 – A presente deliberação produz efeitos a partir de 01 de março de 2014.----------

---

O Administrador

Deliberação
do Conselho de Administração

Nº Página	1

Deliberação nº.	4	RCA nº.	48/12

019-936464

Data	2012-11-28

Metropolitano de Lisboa

Aprovado

Assunto	**Competência disciplinar.**

Conhecimento		Execução	ODDCA

Descritivo	1 - O Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. nomeado nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de Maio, pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 36/2012, publicada na II Série do Diário da República de 05 de Setembro, no âmbito dos poderes disciplinares previstos na alínea s) do n.º 2 do artigo 7.º e ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º, ambos dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de Junho, deliberou: ---------- a) Delegar nos Diretores, órgãos diretamente dependentes do Conselho de Administração, que integram a estrutura orgânica do ML (ODDCA), os poderes para ordenar a instauração de procedimentos disciplinares a trabalhadores na sua dependência hierárquica, com faculdade de subdelegação; ---------- b) Delegar em dois Administradores, sendo um deles o Administrador com o pelouro da área a que pertence o trabalhador (de acordo com a deliberação de CA de 21.09.2012, tomada na RCA 39/12), e o outro o Administrador do Pelouro da Direção de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional, a competência para aplicar sanções disciplinares aos trabalhadores, na sequência de procedimento disciplinar no qual é deduzida nota de culpa sem intenção de despedimento, assinando a respetiva decisão final; ---------- c) Delegar no Administrador do pelouro da Direção de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Pedro de Brito

O PCA	

Deliberação
do Conselho de Administração

Deliberação nº. | 4 | RCA nº. | 48/12

Aprovado

Descritivo (Continuação)

Bogas, a competência para subscrever as comunicações inerentes ao processo disciplinar, legalmente previstas e que não sejam da atribuição do instrutor, bem como para a decisão de suspensão preventiva do trabalhador e a respetiva comunicação; ----------

2 – A aplicação de sanções disciplinares aos trabalhadores, na sequência de procedimento disciplinar no qual é deduzida nota de culpa com intenção de despedimento é da competência do Conselho de Administração, sendo a decisão final assinada pelo respetivo Presidente, no exercício dos poderes de representação do órgão colegial. ----------

3 – Compete à RHC assegurar a instauração, nomeação de instrutor e instrução dos procedimentos disciplinares, bem como propor a aplicação das sanções disciplinares, de acordo com as atribuições definidas no modelo organizacional da Empresa.----------

4 – A deliberação n.º 103/SG do Conselho de Gerência aprovada na reunião de 28 de Agosto de 1997 e os pontos 2.7 e 2.9 da delegação de competências aprovada pelo Conselho de Gerência em 3 de Março de 2009, na reunião 5/09 (DMS 019-676254), bem como quaisquer disposições em contrário, consideram-se revogadas. ----------

5 – A presente deliberação produz efeitos a partir de 17 de dezembro de 2012. ----------

---

O PCA

Deliberação
do Conselho de Administração

N° Página | 1

Deliberação n°. | 4 | RCA n°. | 47/12

019-932250
Data | 2012-11-23

Metropolitano de Lisboa

Aprovado

Assunto |

Conhecimento | | Execução | ODDCA

Descritivo |

O Conselho de Administração entendeu avocar as delegações de competência atualmente existentes no que respeita à autorização para a realização do trabalho suplementar e do trabalho noturno, tendo deliberado o seguinte:-----

1. Delegar no membro do Conselho de Administração com pelouro dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional, Dr. Pedro de Brito Bogas, a competência para autorizar situações de trabalho suplementar e de trabalho noturno. Para o efeito, e sem prejuízo do disposto no número seguinte, os O.D.D.C.A. deverão submeter as propostas devidamente fundamentadas e com prévia cobertura orçamental.----------

2. Delegar nos Directores da Exploração Operacional (EO), Eng. José Osvaldo Carmo Baptista Bagarrão, e da Gestão de Manutenção, Eng. Jorge Miguel Almeida Ferreira (GM) a competência para autorizar situações de trabalho suplementar e de trabalho noturno dos trabalhadores da carreira da operação e da carreira da manutenção afetos às respectivas Direções, as quais terão de ter, obrigatoriamente, prévia cobertura orçamental e tem de ser dado conhecimento de cada autorização dada aos membros do Conselho de Administração com o pelouro dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional e com o pelouro da respectiva Direção, de acordo com a Deliberação do CA de 21.09.2012, tomada na RCA n.° 39/12; ----------

3. A presente deliberação produz efeitos a partir do dia 1 de Dezembro de 2012 e revoga quaisquer disposições em contrário. ---

O PCA |

Deliberação
do Conselho de Administração

Deliberação nº.	16	RCA nº.	42/12

019-92680

Data	2012-10-10

Metropolitano de Lisboa

Aprovado

Assunto	Delegação de competências nos O.D.D.C.A. para a autorização da despesa e para a prática de atos relativos à formação de contratos públicos.

Conhecimento		Execução	O.D.D.C.A.

Descritivo

1 - Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009 e nos termos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), o Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., de 26 de Junho, nomeado nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de Maio, pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 36/2012, publicada na II Série do Diário da República de 05 de Setembro, deliberou: ----------

a) Delegar nos Diretores, órgãos diretamente dependentes do Conselho de Administração, que integram a estrutura orgânica do ML (ODDCA), os poderes para autorizar a despesa inerente à formação de contratos: ----------

i) De locação e aquisição de bens de valor não superior a 5.000,00 euros; ----------

ii) De aquisição de serviços de valor não superior a 5.000,00 euros. -

b) Delegar nos Diretores da Exploração Operacional, Eng. José Osvaldo Carmo Baptista Bagarrão, da Gestão da Manutenção, Eng. Jorge Miguel Almeida Ferreira e da Gestão de Empreendimentos e Infraestruturas, Dr. António Ricardo Oliveira Vieira Machado, os poderes para autorizar a despesa inerente à formação de contratos de empreitada de obra pública de valor não superior a 5.000,00 euros;----------

O PCA

Deliberação
do Conselho de Administração

Deliberação nº. | 16 RCA nº. | 42/12

Aprovado

Descritivo (Continuação)	

c) Delegar em todos os ODDCA os poderes para a prática dos atos relativos à formação, celebração e execução dos contratos públicos, no âmbito dos poderes de autorização da despesa agora delegados, nos seguintes termos: ----------

i) Aprovar a decisão de contratar; ----------

ii) Aprovar a escolha do tipo do procedimento e as respetivas peças procedimentais, as entidades a convidar, a composição do júri ou a indicação do responsável pela análise técnica das propostas, conforme os casos; ----------

iii) Aprovar os erros e omissões; ----------

iv) Aprovar a adjudicação de propostas; ----------

v) Revogar a decisão de contratar; ----------

vi) Aprovar a minuta de contrato, após parecer favorável do SGJ ou CPC; ----------

vii) Liberar as requisições de compra; ----------

viii) Aprovar as renovações contratuais; ----------

ix) Aprovar os atos necessários à execução dos contratos, com exclusão dos atos seguintes: ----------

a) Modificação do contrato por razões de interesse público; ----

b) Aplicação de sanções por incumprimento de obrigações contratuais ou legais; ----------

c) Resolução unilateral do contrato. ----------

x) Aprovar os autos de receção de bens e as declarações de aceitação de serviços; ----------

xi) No âmbito das empreitadas de obra pública, cuja competência para autorizar a despesa e aprovar a decisão de contratar lhe tenha sido delegada: ----------

a) Assinar as respetivas notas de encomenda; ----------

b) Nomear o representante do dono da obra; ----------

c) Aprovar os autos de consignação, de suspensão de trabalhos, de receção provisória e definitiva; ----------

O PCA

Deliberação
do Conselho de Administração

Deliberação nº. | 16 RCA nº. | 42/12

Aprovado

Descritivo (Continuação)

d) Aprovar os autos de medição referentes a trabalhos; ----------
e) Aprovar a execução de trabalhos a mais ou a menos e de trabalhos de suprimentos de erros e omissões; ----------
f) Aprovar a conta final da empreitada; ----------
g) Designar o diretor de fiscalização da obra, quando for o caso; ----
h) Aprovar o plano de segurança e saúde apresentado pelo empreiteiro; ----------
i) Assinar as comunicações prévias de abertura de estaleiro e suas alterações e atualização. ----------

d) Delegar na Diretora da Contratação Pública a competência para a assinatura das notas de encomenda respeitantes à aquisição e locação de bens e aquisição de serviços, no âmbito dos poderes de autorização da despesa agora delegados. ----------

2 - O Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. deliberou autorizar a subdelegação de todos ou alguns dos poderes ora delegados nos ODDCA, com o limite de 2.500,00 euros para a autorização da despesa e para aprovação da decisão de contratar de adjudicar ou de aprovar quaisquer despesas, devendo tais poderes ser exercidos nos termos e com os limites que constarem do ato de subdelegação, que deverá revestir a forma de comunicação de serviço (Documento DMS 014). ----------

3 – Os poderes para a autorização da despesa ora delegados, com faculdade de subdelegação nos termos do número anterior, devem ser exercidos no sistema SAP, aquando da liberação da RC, ou no ForumB2b, ou em outro sistema de compras que venha a ser implementado, unicamente pelo órgão delegado ou subdelegado. ----------

4 - São expressamente excluídos do âmbito da presente delegação de poderes a autorização da despesa e a aprovação da decisão de contratar relativos à celebração de contratos de aquisição de mobiliário, aquisição e locação de viaturas, bem como de equipamentos informático e *software* que estejam relacionados com os sistemas de informação a cargo da SIC

O PCA

Deliberação
do Conselho de Administração

Nº Página	4

Deliberação nº.	16	RCA nº.	42/12

Aprovado

Descritivo (Continuação)	

e/ou que constem do anexo ao DL n.º 107/2012, de 18 de Maio. ----------

5 - A presente deliberação produz efeitos a partir de 1 de Novembro de 2012, considerando-se revogadas quaisquer disposições em contrário. ---

O PCA	

Nº Página	1

Deliberação
do Conselho de Administração

Deliberação nº.	12	RCA nº.	42/12
Data	2012-10-10		

019-923983

Metropolitano de Lisboa

Aprovado

Assunto	**SGJ – Custas Processuais – Delegação de competências.**

Conhecimento		Execução	SGJ, GFC.

Descritivo	Atenta a natureza das despesas em causa, o Conselho de Administração deliberou delegar na Diretora de Assuntos Jurídicos da empresa, todas as competências necessárias para aprovar o pagamento de quaisquer despesas decorrentes da aplicação do regime legal referente a custas processuais, de valor unitário não superior a € 5.000,00 (cinco mil euros), designadamente taxas de justiça, encargos, custas de parte, multas e outras penalidades nos termos do Regulamento das Custas Processuais.-- A presente delegação de competências entra imediatamente em vigor e é efetuada por tempo indeterminado, ficando autorizada a subdelegação nas ausências e impedimentos do delegado.----------

O PCA	

2014

Relatório de Sustentabilidade

metro

Transportes de Lisboa

Índice

I.	Mensagem do conselho de administração	4
II.	Relatório	5
	1. Objetivo	6
	2. Abrangência	6
	3. Identificação das Partes Interessadas	6
	4. Metodologia	6
III.	Perfil	8
	1. ADN	9
	2. Organização	14
IV.	Análise da sustentabilidade	18
	1. Domínio económico	19
	2. Domínio ambiental	19
	3. Domínio social	22
V.	Envolvimento das Partes Interessadas	25
	1. Cliente	26
	2. Tutela	26
	3. Colaboradores	28
	4. Fornecedores	29
	5. Comunidade	29
	6. Outros operadores de transporte	30
VI.	Abordagem de gestão	31
	1. Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente	32
	2. Identificação e avaliação dos aspetos e impactes ambientais	32
	3. Carta para o desenvolvimento sustentável da UITP	33
	4. Grupos de trabalho onde o ML está envolvido	33
VII.	Indicadores de desempenho	36
	1. Índice GRI	37
	2. Indicadores de desempenho económico	46
	3. Indicadores de desempenho ambiental	47
	Linha Azul	50
	Linha Amarela	50
	Linha Verde	50
	Linha Vermelha	50
	4. Indicadores de sustentabilidade social	53
	5. Indicadores de transportes	55
	6. Indicadores do SGQA	58
VIII.	Anexos	61

Mensagem do Conselho de Administração

Este relatório evidencia, com clareza e rigor, as diferentes áreas de atuação do Metropolitano de Lisboa, durante o ano de 2014, com repercussões positivas na Sustentabilidade, pelo que foram relevados os aspetos económicos, sociais, culturais e ambientais da intervenção quotidiana da Empresa que contribuem para a sua melhoria e da sua envolvente, bem como para a satisfação das necessidades e expetativas das suas Partes Interessadas.

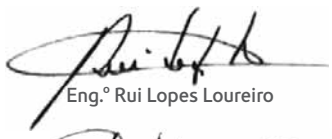
Face à conjuntura económica do país que tem afetado, direta ou indiretamente, empresas e cidadãos, bem como à necessidade de alterar práticas que comprometem a Sustentabilidade, nas suas principais vertentes – Económica, Ambiental e Social, urge implementar um novo e mais dinâmico modelo empresarial que melhore a intermodalidade e que permita otimizar a qualidade e a eficiência do serviço prestado.

É neste contexto de mudança que, em princípios de 2015, foi adotada uma nova marca – Transportes de Lisboa, tendo subjacente a nomeação de uma administração comum às empresas de transporte público em Lisboa, abrangendo o Metropolitano de Lisboa, a Carris e o Grupo Transtejo, visando a uniformização de procedimentos e a obtenção de economias de escala, através da utilização conjunta de recursos materiais, humanos e financeiros.

Paralelamente, prevê-se que as concessões de serviço público de transporte sejam abertas à iniciativa privada através da concretização de subconcessões para a gestão da atividade.

É imprescindível que as empresas integradas neste novo e dinâmico modelo corporativo se focalizem no seu respetivo core business, continuando a ser empresas de referência a nível europeu no âmbito da Sustentabilidade, com uma imagem fortemente associada a Lisboa.

O Conselho de Administração

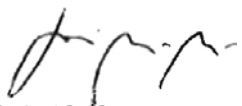


Eng.º Rui Lopes Loureiro

Dr. Pedro Gonçalo de Brito Bogas

Dr. Tiago Carvalho dos Santos

Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo



Dr. José Rui Roque

II

Relatório

1. Objetivo

O presente relatório visa comunicar às partes interessadas o caminho que está a ser seguido com vista à sustentabilidade da empresa e ao contributo para a sustentabilidade do meio envolvente.

2. Abrangência

a. Limite

O presente relatório cinge-se ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

b. Período

O período reportado corresponde ao ano de 2014. No entanto são apresentados dados relativos a anos anteriores para possibilitar a análise da evolução verificada.

c. Verificação

Este relatório não foi sujeito a verificação externa.

d. Nível de aplicação GRI (Auto declaração)

O presente relatório de sustentabilidade foi elaborado em conformidade com a opção "De Acordo" – Essencial das diretrizes G4.

3. Identificação das Partes interessadas

De acordo com as orientações da AA1000 Stakeholder Engagement Standard 2011 foram identificadas as partes interessadas, ou seja, todos os grupos cuja qualidade de vida possa ser afetada pela nossa atividade, tanto no presente como no futuro. Para o efeito, e para além da inclusão de todos aqueles com quem temos relações contratuais ou regulamentares (clientes, colaboradores, fornecedores e tutela) foi feita uma análise do impacto da nossa atividade de forma a identificar outro tipo de dependências ou relações.

As partes interessadas identificadas foram:

- Clientes
- Tutela
- Colaboradores
- Fornecedores
- Comunidade
- Outros operadores de transporte

4. Metodologia

a. GRI

Este relatório foi elaborado tendo como base as diretrizes G4 para a elaboração de relatórios de sustentabilidade da Global Reporting Iniciative.

b. Processo para determinar a relevância

O relatório de sustentabilidade visa comunicar às partes interessadas o desempenho da organização e a sua estratégia, metas e plano de ação relativas ao futuro. Assim sendo, e tomando como base os indicadores GRI e os do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente (SGQA) da empresa, a análise da relevância foi feita para cada pilar da sustentabilidade e para cada parte interessada.

Para o efeito recolheu-se informação através de contactos com os diversos responsáveis pelo diálogo direto com cada parte interessada, e pela análise de indicadores, dos factos mais relevantes ocorridos no ano de referência e através da comunicação recebida diretamente das partes interessadas (inquéritos de satisfação, reclamações, despachos, cartas, etc.).

Desta análise saiu uma perceção sustentada sobre os aspetos relevantes do desempenho da empresa para cada parte interessada.

Relativamente à análise por pilar, o processo foi semelhante, sendo que a perspetiva foi a da própria organização para as componentes económica, social e ambiental, tendo-se, através de uma análise SWOT, concluído quais os aspetos mais relevantes.

c. Processo para determinar a materialidade

A materialidade dos indicadores GRI e dos indicadores do SGQA foi determinada através da sua significância na avaliação dos impactos económicos, ambientais e sociais da organização ou na influência que estes assumem para os stakeholders.

d. Métricas utilizadas

Para cada indicador apresentado existe uma ficha associada, na base de dados da empresa, onde é explicitada a fórmula de cálculo e a origem dos dados de forma a garantir a rastreabilidade da informação apresentada.

III

Perfil

1. ADN

a. Missão

Prestar um serviço de Transporte Público de Passageiros, em modo metro, orientado para o cliente, promovendo a mobilidade sustentável.

b. Visão

Ser o operador de transporte público, estruturante e garante da mobilidade urbana de Lisboa, segundo os melhores padrões de qualidade, segurança e eficácia económica, social, e ambiental.

c. Valores

Inovação e desenvolvimento

- Procura contínua de novos serviços e produtos, assentes na evolução tecnológica ao serviço do cliente.

Responsabilidade

- Ambiental: ao nível do rendimento energético e garantia da proteção ambiental decorrentes da atividade desenvolvida;
- Social: promover a mobilidade daqueles que se deslocam na Área Metropolitana de Lisboa;
- Económica: garantir a sustentabilidade, numa perspetiva empresarial e laboral.

Qualidade

- Criar valor e utilidade do serviço ao cliente.

Rigor e integridade

- Promover práticas exigentes do ponto de vista da ética e dos comportamentos, quer em termos empresariais, quer em termos individuais, enquanto organização que se rege por princípios de honestidade, transparência, iniciativa social e responsabilidade ambiental;
- Garantir o cumprimento de processos rigorosos como suporte do serviço prestado, garantindo a sua fiabilidade e confiança.

Competência e segurança

- Manter e reforçar a imagem e credibilidade da empresa como fator de afirmação externa e interna;
- Garantir a segurança integrada de pessoas e bens.

d. Política de qualidade e ambiente

A política de qualidade e ambiente do Metropolitano de Lisboa traduz-se nas seguintes orientações:

- **A satisfação do cliente como preocupação central:** concebendo um serviço de transporte público de passageiros que vá ao encontro das necessidades e expetativas dos nossos clientes.
- **O compromisso da gestão de topo:** integrando na visão estratégica da gestão a política de qualidade e ambiente, definindo objetivos para a empresa e para cada área e promovendo o envolvimento e a responsabilização dos colaboradores na prossecução desses objetivos e acompanhando, através de uma análise permanente, a eficácia da gestão e o desempenho do sistema.
- **A orientação para a qualidade e para o ambiente:** sensibilizando ativamente todos os colaboradores sobre os benefícios e a importância da qualidade e do ambiente no desenvolvimento das atividades.
- **A melhoria contínua:** desenvolvendo um sistema de gestão que cumpra os requisitos das normas NP EN ISO 9001:2008 e NP EN ISO 14001:2004 e permita melhorar a eficiência e a eficácia e o desempenho ambiental da organização, tendo em vista aumentar a satisfação do cliente e procurando um crescimento sustentado.

- **O envolvimento e qualificação dos colaboradores:** incentivando à participação ativa dos colaboradores na melhoria do serviço prestado ao cliente e proporcionando-lhes formação e o desenvolvimento das suas competências profissionais.
- **O estabelecimento de relações de parceria com os fornecedores:** definindo níveis de serviço, monitorizando conjuntamente o cumprimento dos mesmos e, quando se justifique, definindo planos de melhoria concertados entre as várias partes, promovendo a adoção de boas práticas de qualidade e ambiente.
- **A contribuição para a gestão de infraestruturas públicas:** desenvolvendo empreendimentos relacionados com expansão e remodelação da rede e a manutenção da infraestrutura.
- **O cumprimento dos requisitos aplicáveis:** identificando e cumprindo os requisitos obrigatórios (legais e regulamentares), bem como outros requisitos voluntariamente assumidos.
- **A gestão dos impactes ambientais significativos:** avaliando de forma sistemática os aspetos ambientais associados às atividades desenvolvidas, identificando a sua significância e definindo medidas com vista a minimizar os impactes negativos, contribuindo para a prevenção da poluição, e maximizar os impactes positivos.
- **A racionalização do consumo de recursos:** promovendo a eficiente utilização dos recursos, permitindo a redução de custos económicos, sociais e ambientais.
- **O contributo para a sustentabilidade:** Promovendo a mobilidade da população através do uso do transporte público em modo metro.

e. Carta do cliente

Melhorar a qualidade do serviço de modo a satisfazer as necessidades e responder às expectativas dos clientes é um objetivo essencial do Metropolitano de Lisboa.

Assim, através desta carta, afixada na totalidade das estações e veículos, **o Metropolitano assume os seguintes compromissos com os seus clientes:**

Oferta de serviço de transporte

- Propor os desenvolvimentos da rede que melhor correspondam às necessidades de mobilidade na área metropolitana de Lisboa.
- Implementar horários de comboios que respondam eficazmente à procura existente.

Segurança

- Promover e aplicar as ações necessárias para garantir elevados padrões de segurança no serviço de transporte.
- Em permanente colaboração com as forças da autoridade, assegurar a implementação das medidas necessárias para garantir a segurança dos clientes nos comboios e estações.

Regularidade

- Manter elevados índices de regularidade do serviço, promovendo as ações possíveis para minimizar os transtornos causados por perturbações da circulação, seja por motivos decorrentes da própria operação seja por fatores externos.

Informação e apoio ao cliente

- Disponibilizar de uma forma clara, percetível e rigorosa, em espaços próprios de estações e comboios e nos demais suportes de comunicação com o cliente, toda a informação relevante sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço.

Disponibilidade dos equipamentos

- Assegurar que os equipamentos existentes nas estações – designadamente elevadores, escadas e tapetes rolantes, equipamentos de venda e canais de acesso – se encontram em perfeitas condições de funcionamento, promovendo, quando tal não aconteça, a respetiva reparação no menor espaço de tempo possível.

Limpeza e conservação

- Garantir que as estações, comboios e equipamentos se encontram em bom estado de conservação e limpeza, sendo, para o efeito, regularmente vistoriados e limpos.

Recursos humanos

- Garantir a formação inicial e contínua dos recursos humanos ao serviço do Metro, para que executem o seu serviço de forma competente e profissional, assegurando a condução dos comboios em condições de segurança conforto e atendendo os clientes com qualidade e rigor.

Acessibilidades

- Em colaboração com as entidades competentes, assegurar que o serviço prestado possa ser facilmente utilizado por todos, implementando as medidas necessárias para permitir a acessibilidade daqueles clientes cuja mobilidade se encontre, por algum modo, reduzida; para estes últimos, está a ser desenvolvido um programa gradual de implementação de acessibilidades nas estações ainda não preparadas para o efeito.

Sugestões e reclamações

- Colocar ao dispor dos clientes os meios necessários para a apresentação de sugestões e reclamações.
- Assegurar a análise cuidadosa das reclamações, promovendo internamente as devidas medidas de correção e melhoria, providenciando em tempo útil a respetiva resposta.

Deveres do cliente

A colaboração dos clientes é fundamental para atingir os índices de qualidade propostos.

Neste sentido, a utilização do metro deve ser efetuada respeitando regras simples, que permitirão uma melhor qualidade do serviço prestado, com benefícios para todos.

Assim, os clientes devem:

- Viajar com título de transporte válido e apresentá-lo a um agente do Metro sempre que for solicitado;
- Validar sempre o título de transporte, à entrada e saída das estações; se não o fizer, o cliente incorre numa situação de transgressão;
- Não fumar nas instalações e comboios do Metro; se o fizer, o cliente estará a incorrer em infração prevista e punida por lei;
- Respeitar as normas existentes relativas ao transporte de animais, bicicletas e outros objetos particulares, que, pelo seu volume ou conteúdo, possam causar incómodo ou constituir perigo;
- Passar os canais de acesso com cuidado, esperando que as portas se encerrem após a passagem do cliente anterior, antes de validar o seu título;
- Não entrar ou sair dos comboios após o aviso sonoro e luminoso de fecho de portas
- Permitir que os canais de acesso às estações e lugares dos comboios destinados a clientes com mobilidade reduzida sejam utilizados apenas por aqueles a que se destinam;
- Ajudar a manter as estações e comboios limpos, utilizando os recipientes existentes para a recolha de lixo;
- E, de uma forma geral, comportar-se de um modo responsável e cumpridor, seja relativamente a outros clientes, seja em relação aos agentes ao serviço do Metro, respeitando sempre as indicações que estes transmitam.

f. Breve historial

O primeiro projeto de um sistema de caminho-de-ferro subterrâneo para Lisboa data de 1888, da autoria do engenheiro militar Henrique de Lima e Cunha. Publicado na revista "Obras Públicas e Minas", previa já um sistema completo de linhas, formando uma rede. Mais tarde, nos anos 20 do século XX, dão entrada na Câmara Municipal de Lisboa dois projetos, respetivamente, de Lanoel d'Aussenac e Abel Coelho (1923) e de José Manteca Roger e Juan Luque Argenti (1924), que não tiveram seguimento.

Cerca de 24 anos depois, em 26 de janeiro de 1948, é constituída uma sociedade com o objetivo de estudar técnica e economicamente, em regime exclusivo, um sistema de transportes coletivos para aproveitamento do subsolo da cidade, apoiada numa favorável conjuntura político-económica vaticinada pela assinatura do Acordo Bilateral de Cooperação Económica entre Portugal e os EUA e da adesão ao Plano Marshall. A concessão para a instalação e exploração do respetivo Serviço Público veio a ser outorgada em 1 de julho de 1949.

Os trabalhos de construção iniciaram-se em 7 de agosto de 1955 e, quatro anos depois, em 29 de dezembro de 1959, o novo sistema de transporte foi inaugurado. A rede aberta ao público consistia numa linha em Y constituída por dois troços distintos, Sete Rios (atualmente, Jardim Zoológico) / Rotunda (atualmente, Marquês de Pombal) e Entre Campos / Rotunda (Marquês de Pombal), confluindo num troço comum, Rotunda (Marquês de Pombal) / Restauradores. A estação Rotunda (Marquês de Pombal) permitia a correspondência entre os dois primeiros troços. Foi um importante acontecimento para a cidade e constituiu um enorme êxito, tendo-se elevado a 15,3 milhões o número de passageiros transportados no primeiro ano de exploração.

O Metropolitano de Lisboa era, ao tempo da sua inauguração, o décimo quarto da Europa e o vigésimo quinto no mundo. O pioneiro fora o Metropolitano de Londres, em 1863, a partir da ideia de Charles Pearson, o inventor deste meio de transporte.

O Metropolitano de Lisboa veio a tornar-se um fator determinante no desenvolvimento da cidade, traçando linhas de expansão urbanísticas e funcionando como motor principal do sistema de transportes da cidade, dada a sua segurança, rapidez e regularidade.

O 1° escalão de construção da rede foi concretizado em fases sucessivas. Assim, em 1963 entra em exploração o troço Restauradores / Rossio, em 1966, o troço Rossio / Anjos e, por último, é completado em 1972 com a ligação Anjos / Alvalade. Por razões conjunturais houve, a partir de 1972, uma interrupção nos projetos de expansão inicialmente previstos para a rede. Este interregno só viria a terminar em 1988.

Em 1975 o metropolitano é nacionalizado. Em 1978, passa a Empresa Pública, sendo publicados novos estatutos, e a empresa passa a denominar-se Metropolitano de Lisboa E.P. Entretanto teve lugar um programa de prolongamento da extensão das naves e dos cais das estações, inicialmente preparados para uma exploração com composições de duas carruagens, por forma a permitirem a exploração em toda a rede com composições de quatro carruagens. Estas obras foram efetuadas sem interrupção da exploração.

Em 1988, dezasseis anos depois da última inauguração são abertas ao público duas novas extensões, Sete Rios (Jardim Zoológico)/Colégio Militar/Luz e Entre Campos /Cidade Universitária. A primeira compreendendo as estações Laranjeiras, Alto dos Moinhos e Colégio Militar/Luz e a segunda a estação Cidade Universitária.
Em 1993, entram em exploração duas novas extensões, Cidade Universitária / Campo Grande e Alvalade / Campo Grande. A estação Campo Grande constitui a primeira estação elevada da rede e a segunda estação de correspondência do Metropolitano de Lisboa. Nesta data é também inaugurado o segundo Parque de Material e Oficinas (PMO II), em Calvanas. O acesso a estas instalações é feito em viaduto a partir do nó ferroviário adjacente à estação Campo Grande.

Em 1995 é concretizada a desconexão do nó da Rotunda (Marquês de Pombal), obra fundamental no âmbito da reestruturação e expansão da rede. São, assim, criadas duas linhas distintas e dado o primeiro passo para o estabelecimento de uma rede.

Em 1997 abrem ao público as extensões Colégio Militar / Pontinha, na linha Azul, e Rotunda (Marquês de Pombal) / Rato, na linha Amarela. No final desse ano é interrompido o serviço de exploração entre Restauradores e Rossio para permitir a ligação Rossio / Baixa-Chiado e Restauradores / Baixa-Chiado. Devido ao incêndio ocorrido a 19 de outubro de 1997 na estação Alameda, só em março de 1998 é reposto o serviço entre Areeiro e Martim Moniz (antiga estação Socorro) constituindo esta data o início da exploração com três linhas independentes, linha Azul: Pontinha / Restauradores, linha Amarela: Campo Grande / Rato e linha Verde: Campo Grande / Martim Moniz (Socorro).

Em abril de 1998 abre à exploração o troço Rossio / Baixa-Chiado / Cais do Sodré. A estação Baixa-Chiado é uma estação dupla, tendo nesta data aberto à exploração apenas a parte da estação respeitante à linha Verde. A outra parte, pertencente à linha Azul só veio a abrir em agosto de 1998, permitindo então a correspondência entre as linhas Azul e Verde.

Em maio de 1998 abre à exploração uma nova linha, a linha Vermelha. Trata-se de um marco particularmente importante na história do Metropolitano de Lisboa pois é a primeira linha completamente independente que é inaugurada desde a entrada em exploração da rede em 1959. Para além da remodelação da estação Alameda que passa a ser uma estação dupla permitindo a correspondência entre as linhas Verde e Vermelha, a linha inclui seis novas estações: Olaias, Bela Vista, Chelas, Olivais, Cabo Ruivo e Oriente. As estações Cabo Ruivo e Olivais são abertas ao público mais tarde, em agosto e novembro de 1998, respetivamente. A linha Vermelha tem uma importância relevante, não só pela estruturação urbana que veio conferir à região da cidade que atravessa, como pelo facto de ter constituído uma via privilegiada de acesso, através da estação Oriente, ao grande evento que foi a Expo'98.

Com a abertura da linha Vermelha entre Alameda e Oriente, dos prolongamentos da linha Verde do Rossio ao Cais do Sodré e da linha Azul dos Restauradores à Baixa-Chiado, o Metropolitano de Lisboa passou a funcionar com quatro linhas independentes e interligadas, realizando as conexões essenciais com a rede ferroviária (suburbana e regional) e com as ligações fluviais para a margem Sul.

Em fevereiro de 1999 entra em serviço de exploração a nova geração de material circulante ML 97. Na mesma data entram em funcionamento industrial as instalações do novo Parque de Material e Oficinas III, na Pontinha.

Em novembro de 2002 abre à exploração o troço Campo Grande / Telheiras na linha Verde, prolongando-se esta linha para Noroeste.

Em 2004, no mês de março, abre à exploração o troço Campo Grande / Odivelas na linha Amarela, com cinco novas estações: Quinta das Conchas, Lumiar, Ameixoeira, Senhor Roubado e Odivelas. Pela primeira vez o Metropolitano de Lisboa sai dos limites do concelho de Lisboa. Nesse mesmo ano, em maio, abre à exploração o troço Pontinha / Amadora Este na linha Azul, com duas novas estações, Alfornelos e Amadora Este.

Em dezembro de 2007 abre à exploração o troço Baixa-Chiado / Santa Apolónia na linha Azul com duas novas estações, Terreiro do Paço e Santa Apolónia. Estes prolongamentos permitem melhorar a integração com outros modos de transporte como seja o terminal fluvial no Terreiro do Paço e a estação ferroviária de Santa Apolónia.

O Metropolitano de Lisboa, E.P. (Empresa Pública), assume, no dia 26 de julho de 2009 a sua nova denominação, Metropolitano de Lisboa E.P.E. (Entidade Pública Empresarial). Esta alteração está de acordo com o Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho,

D.R. n.º 122, Suplemento, Série I do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações que aprova o regime jurídico aplicável ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E., bem como os respetivos Estatutos, e revoga o Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de dezembro.

Em agosto de 2009 abre à exploração o troço Alameda / S. Sebastião na linha Vermelha com duas novas estações, Saldanha II e S. Sebastião II.

Em julho de 2012 abre ao público o prolongamento da linha Vermelha entre as estações Oriente e Aeroporto. Este troço passa a abranger três novas estações: Moscavide, Encarnação e Aeroporto e acrescenta uma extensão de 3,6 quilómetros à rede do Metro. A abertura deste novo troço configura um momento de especial importância para a Área Metropolitana de Lisboa, com especial impacto nas acessibilidades ao Aeroporto de Lisboa.

Lisboa conta atualmente com quatro linhas autónomas, com cerca de 43,2 km de comprimento e 55 estações.

Em setembro de 2012, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, foi nomeada uma administração conjunta para o Metropolitano de Lisboa e para a Carris conforme previsto no Decreto-Lei nº 98/2012 de 3 de maio.

2. Organização

a. Governação

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E., é uma empresa cujo capital estatutário é 100% do Estado, sendo tutelada pelo Ministério da Economia e do Emprego. O Conselho de Administração foi nomeado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 23 de agosto, tendo o Dr. José Manuel Silva Rodrigues sido exonerado do cargo de Presidente do ML, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2013, de 6 de junho.

Nome	Cargo	Competências
Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	Vogal	ASC – Autoridade da Segurança CPC – Contratação Pública EO – Exploração Operacional GIM – Gestão da Infraestrutura e do Material Circulante RHC – Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional SGJ – Secretaria-Geral e Direção de Assuntos Jurídicos
Luís Carlos Antunes Barroso	Vogal	GFC – Gestão Financeira MCC – Marketing e Comercial
Maria Manuela Bruno de Figueiredo	Vogal	Provedor Arbitral ARC – Auditoria e Gestão de Risco EDC – Estratégia e Desempenho Corporativo GSI – Gestão de Superestrutura e do Investimento QAC – Qualidade e Ambiente SIC – Sistemas e Tecnologias de Informação GGPI – Gabinete de Gestão do Património Imobiliário

O Conselho Fiscal do Metropolitano de Lisboa foi nomeado por Despacho Conjunto, entre a Secretária de Estado do Tesouro e Finanças e o Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicação de 5 de outubro de 2012, tendo a seguinte composição:

Nome	Cargo
José Emílio Castel Branco	Presidente
José Carlos Pereira Nunes	Vogal
Maria Onilda Oliveira de Sousa	Vogal
Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais	Vogal suplente
Caiano Pereira, António e José Reimão (SROC n.º 38) representada por: Dr. Luís Pedro Caiano Pereira * (ROC n.º 842).	Revisor Oficial de Contas

O cargo de Provedor Arbitral constitui um órgão autónomo que, embora integrado na empresa, tem estatuto próprio, o qual lhe assegura plena independência, designadamente em relação aos membros do Conselho de Administração.

A sua jurisdição emana da expansão do "ideal de justiça" e constitui uma garantia específica de acesso ao direito por parte dos cidadãos-utentes nas suas relações com o serviço público de transportes constituído pelo Metropolitano de Lisboa.

Através de um processo informal (ou seja, não jurisdicional) célere e gratuito, procura assegurar a realização de direitos e garantias dos cidadãos-utentes do Serviço Público ou de quem venha a estar em relação jurídica ou contratual com a empresa Metropolitano de Lisboa E.P.E..

Ao Provedor Arbitral cumpre essencialmente promover a recuperação de danos patrimoniais (prejuízos materiais ou morais), recomendando soluções justas e/ou equitativas em todos os casos que envolvam divergência ou pré-litígio, devendo prevalecer, sempre que possível, o espírito de conciliação ou de composição dos interesses em presença.

O cargo de Provedor Arbitral do Metropolitano de Lisboa é desempenhado pelo Dr. Guilherme da Palma Carlos, que tomou posse em 17 de março de 2000.

b. Contrato de gestão

O contrato de gestão estabelecido em 2012 entre a Administração do Metropolitano de Lisboa e a tutela define um conjunto de objetivos quantificados, que em 2014 foi cumprido em 122% conforme os quadros que se seguem:

			2014				
Indicadores	Un.	Peso (%)	Valor do objetivo	Índice objetivo	Valor real	Índice real	Desvio índices (%)
Volume de negócios	m€	9,0	90.000	9,0	89.901	9,0	-0,11
Margem do EBITDA	%	10,0	-25,06	10,0	-32,73	7,7	-23,46
Gastos operacionais (sem indemnizações por rescisão)	m€	10,0	199.928	10,0	186.745	10,7	7,06
Gastos operacionais por passageiro	€	10,0	1,24	10,0	1,33	9,3	-7,31
Taxa cobertura dos gastos operacionais pelos rendimentos	%	10,0	45	10,0	48,1	10,7	6,94
Peso dos títulos intermodais	%	12,0	70	12,0	100	17,1	42,86
Eficiência energética (Pkm / kWh)	Pkm / kWh	12,0	7,557	12,0	7,821	12,4	3,50
Índice de Qualidade da Oferta		18,0	100	18,0	111	20,1	11,48
PMP	dias	3,0	120	3,0	17	21,2	605,88
Grau de cumprimento do Plano de Investimentos	%	3,0	85	3,0	52	1,8	-39,20
Eficiência (Gastos operacionais / EBITDA)	%	3,0	-8,9	3,0	-6,3	2,1	-28,43
Grau de cumprimento dos objetivos		**100**		**100**		**122**	

			2014				
Indicadores	Un.	Ponderador (%)	Valor do objetivo	Índice objetivo	Valor real	Índice real	Desvio índices (%)
Regularidade	%	10,0	82,0	10,0	86,5	10,5	5,49
Reclamações / 10^6 PT	n.º	15,0	43,26	15,0	29,43	22,0	46,99
Taxa de realização de carruagens x km	%	30,0	97,5	30,0	100,6	31,0	3,22
Número de ocorrências com perturbação na exploração (atraso > 10 min.)	n.º	10,0	240	10,0	222	10,8	8,11
Tempo médio despendido por resolução de ocorrências c/ atraso > 10min.	min.	15,0	21,0	15,0	18,2	17,3	15,45
Idade média das carruagens	anos	10,0	15,3	10,0	15,3	10,0	-0,07
Índice de Satisfação do Cliente	n.º índice	**10,0**	7,21	10,0	7,06	9,8	-2,08
índice de qualidade da oferta (IQO)		**100**		**100**		**111**	

c. Rede

A rede do Metropolitano de Lisboa tem 43,2 km de comprimento e é constituída por quatro linhas independentes servindo 55 estações.

d. Organograma

Conselho de Administração

. Relações Internacionais

Linha de serviços

Corporativo

- Auditoria e Gestão do Risco **ARC**
- Autoridade de Segurança **ASC**
- Contratação Pública **CPC**
- Estratégia e Desempenho Corporativo **EDC**
- Gabinete Gestão do Património Imobiliário **GGPI**
- Gestão Financeira **GFC**
- Marketing e Comercial **MCC**
- Qualidade e Ambiente **QAC**
- Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional **RHC**
- Secretaria-Geral e Direção de Assuntos Jurídicos **SGJ**
- Sistemas e Tecnologias de Informação **SIC**

Linha de negócio

Operacional

- Exploração Operacional **EO**
- Gestão da Infraestruturas e do Material Circulante **GIM**
- Gestão da Superestrutura e do Investimento **GSI**

e. Localização das instalações da empresa

Assumimos como instalações do Metropolitano de Lisboa, todas as instalações onde se realizam as atividades da empresa como sejam:

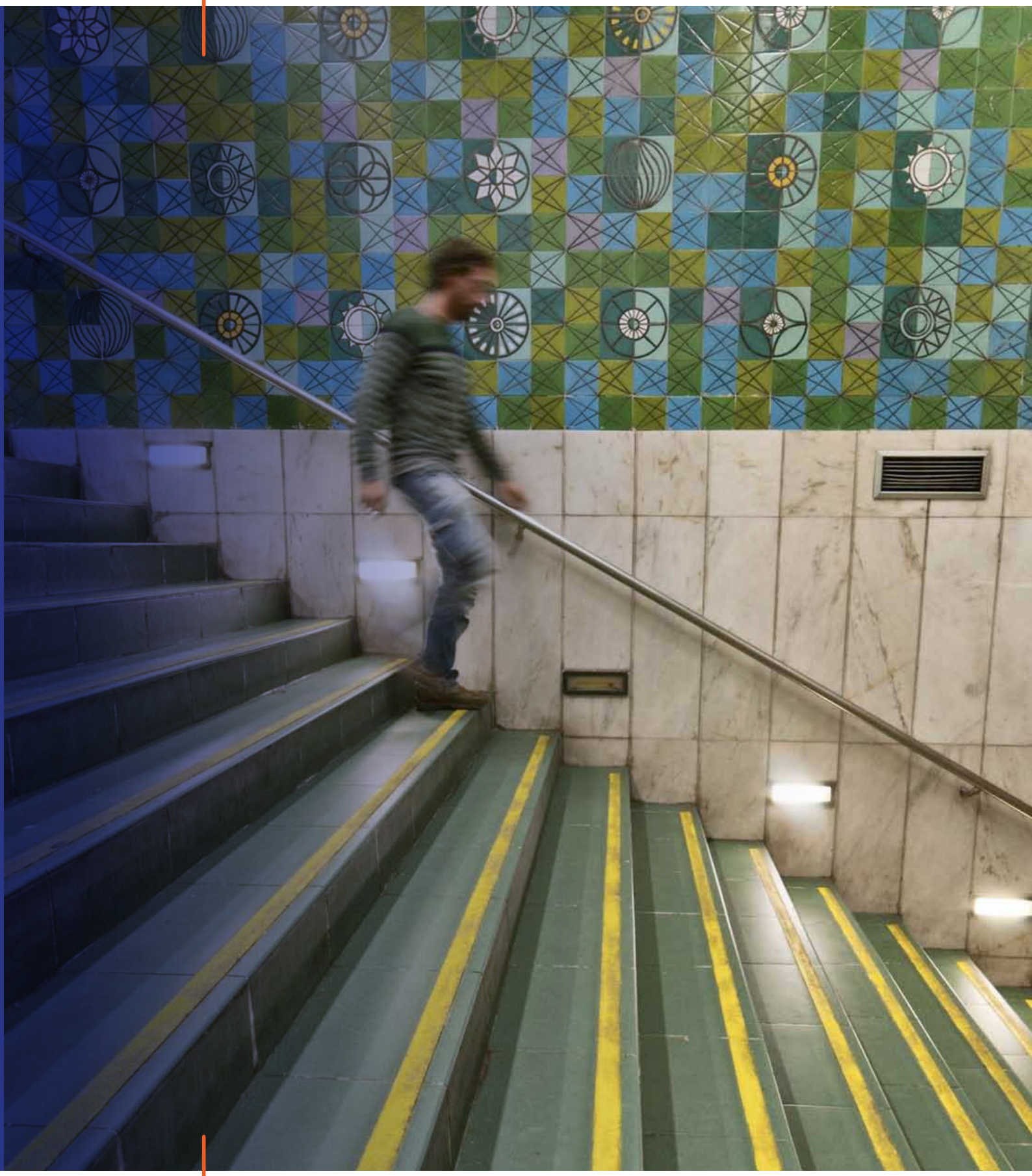
- Rede de Metro, constituída pelas estações, troços interestações, términos e ramais
- Parques de Material e Oficinas I, II e III
- Edifícios: sede social, sede executiva e subestação principal
- Estaleiros dos empreendimentos em curso

f. Dados estatísticos

N° de linhas	4
N° de estações	55
Extensão da Rede (km)	43,2
Passageiros transportados	140.090 x 10^3
Passageiros x km transportados	675.173 x 10^3
N° de carruagens	337
Volume de negócios (€)	89.901 x 10^3
Valor económico distribuído (€)	206.039.060
Valor económico acumulado (€)	-74.438.092
N° de colaboradores (2014.12.31)	1.426

IV

Análise da Sustentabilidade



1. Domínio económico

O ano de 2014, em termos económicos, ficou marcado por duas alterações significativas, de sinal contrário. Por um lado, por determinação da tutela, a repartição de receitas de passes intermodais assumiu como base o inquérito à mobilidade de 2007, o que se traduziu, para o ML, num aumento significativo das receitas tarifárias. Por outro, os subsídios à operação desceram significativamente.

No plano interno, as despesas operacionais registaram um decréscimo com especial relevância nos custos com pessoas (21%), mas também se manteve o esforço de contenção nos Fornecimentos e Serviços Externos, tendo-se reduzido, nesta vertente, 1,7%.

Quadro 1
Análise SWOT - Domínio económico

Pontos fortes	Pontos fracos
Receita Tarifária acumulada – variação homóloga (indicador do SGQA) – Variação positiva de 9,4 % face a 2013.	Taxa de cobertura dos gastos operacionais pelos rendimentos operacionais (indicador contrato de gestão)
Receita Não Tarifária acumulada – variação homóloga (indicador do SGQA) – Variação positiva de 39,3 % face a 2013.	
Oportunidades	**Ameaças**
Passageiros x km totais (SGQA) – Previsão de aumento da procura.	Apoio financeiro significativo recebido do governo (G4-EC4) – Extinção das indemnizações compensatórias.

2. Domínio ambiental

O Metropolitano de Lisboa contribui fortemente para a sustentabilidade da área metropolitana em que se insere ao proporcionar mobilidade com um reduzido impacte ambiental por passageiro.km transportado, comparativamente a outros meios de transporte motorizados. Tal deve-se ao modo de transporte em si, mas também à elevada eficiência energética do material circulante utilizado, e às medidas de gestão ambiental que a empresa tem vindo a implementar.

Em 2014, em matéria de gestão ambiental, destacam-se as seguintes ações e resultados.

- No que respeita aos consumos de materiais no ML registou-se uma redução, relativamente a 2013, com exceção do consumo de lâmpadas que, tendo aumentado face a 2013, ainda se encontra muito abaixo dos valores registados em anos anteriores.

- Relativamente ao consumo de água, neste ano foi conseguida uma poupança de 18,1% em relação a 2013 como resultado da implementação de várias medidas de controlo dos consumos e de deteção e resolução de fugas atempadamente, tais como a instalação do sistema de telemetria nos locais abastecidos pela EPAL e SIMAS, colocação em funcionamento do sistema de rega automática no PMO III em substituição da rega manual e lançamento da campanha de sensibilização interna "Gota a gota poupa".
- Em termos de descarga de águas residuais produzidas no ML, foram desenvolvidos os seguintes trabalhos:
  - terminou-se o processo de licenciamento de descarga de águas residuais industriais no município de Lisboa, junto da Câmara Municipal de Lisboa, tendo-se obtido as seguintes licenças e dispensas:
    1. Dispensa de licenciamento para estações sem produção de águas residuais industriais ou equiparadas;
    2. Dispensa de licenciamento para estações potencialmente produtoras de águas residuais industriais ou equiparadas;
    3. Autorização de descarga do Parque de Material e Oficinas III;

4. Autorização de descarga do Parque de Material e Oficinas II;
5. Autorização de descarga da estação Campo Grande;
6. Autorização de descarga da estação Alameda II;
7. Autorização de descarga da estação Marquês de Pombal;
8. Autorização de descarga da estação Jardim Zoológico.

- com o fecho deste processo de licenciamento, iniciou-se o acompanhamento periódico das condições de descarga das águas residuais, tendo-se realizado a monitorização das águas residuais da estação Campo Grande.
- foi efetuada a caraterização analítica das águas residuais descarregadas nos coletores do município da Amadora.

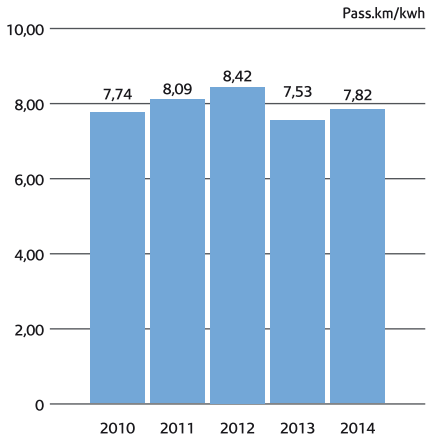
- Quanto ao controlo das emissões atmosféricas provenientes das instalações do ML, em 2014 houve um enfoque na criação de procedimentos associados à manutenção de equipamentos, nomeadamente equipamentos de AVAC, contendo fluídos de refrigeração (gases fluorados com efeito de estufa – GFEE e substâncias que empobrecem a camada do ozono – ODS), de forma a minimizar possíveis fugas destes gases para a atmosfera. Quanto às emissões atmosféricas de CO2 resultantes do consumo de energia elétrica (emissões indiretas), neste ano, estas emissões reduziram cerca de 18%, devido a dois fatores: por um lado, o ML reduziu o seu consumo de eletricidade (cerca de 1%), por outro, o fator de emissão de CO2 associado à produção de energia reduziu de 427 g/kWh para 352 g/kWh.

- No que respeita à redução do ruído ambiente e das vibrações provenientes das instalações do ML, é de referir o seguinte:
  - Dados os resultados da monitorização de ruído ambiente gerado em 14 ventiladores (realizada em 2013), em que foram identificadas 5 situações de incumprimento do critério de incomodidade definido no Regulamento Geral do Ruído, foram implementadas medidas de mitigação após o que se realizou nova campanha de monitorização de forma a aferir a eficácia das medidas adotadas em 5 ventiladores do ML. Nesta campanha verificou-se que as medidas implementadas foram eficazes.
  - Realizou-se uma campanha de monitorização de ruído ambiente e de vibrações gerados na superfície da rede, tendo sido identificadas 4 situações em que o ML é corresponsável pela ultrapassagem de valores limite definidos no Regulamento Geral do Ruído e 3 zonas em que há claramente uma perceção da passagem do metro em termos de vibrações. Este assunto será estudado em 2015.

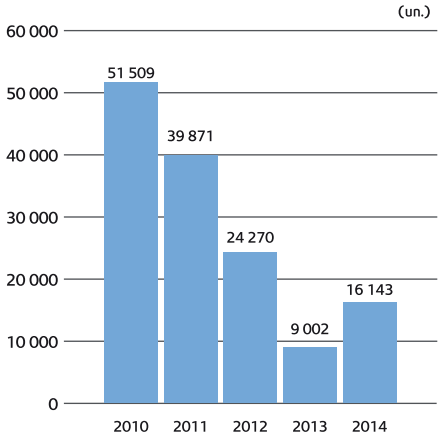
- No que concerne à gestão de resíduos, deu-se continuidade à implementação dos procedimentos anteriormente adotados nesta matéria, nomeadamente o controlo operacional por intermédio da Brigada do Ambiente, equipa interna e multidisciplinar. Relativamente à produção total de resíduos é de salientar de que 73% do total destes resíduos foram trazidos pelos clientes para as estações, tendo o ML ficado como detentor e responsável pela sua gestão. Refira-se ainda que 91% do total de resíduos foi encaminhado para valorização, o que está em consonância com as recomendações comunitárias nesta matéria. Destes mesmos resíduos, 46% são resíduos perigosos.

- Por último refira-se que quer nas empreitadas que decorreram em 2014 como nos contratos de prestação de serviços de manutenção, houve sempre um acompanhamento cuidado com vista a garantir o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis bem como a minimização dos impactes ambientais.

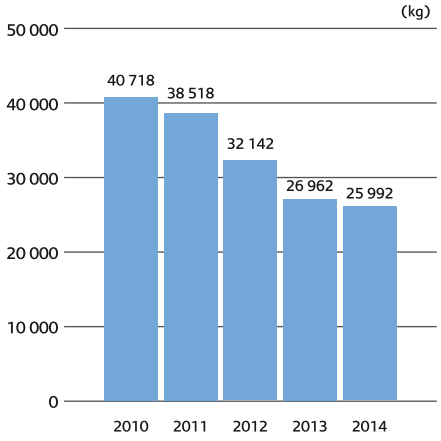
Eficiência energética (Pass.km/kWh)



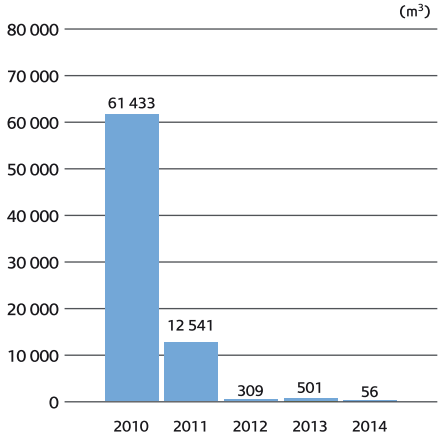
Consumo de lâmpadas



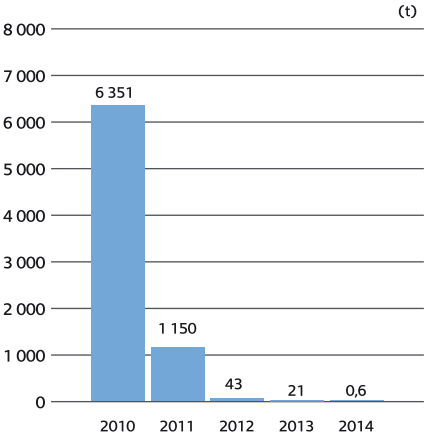
Consumo de papel



Consumo de betão



Consumo de aço



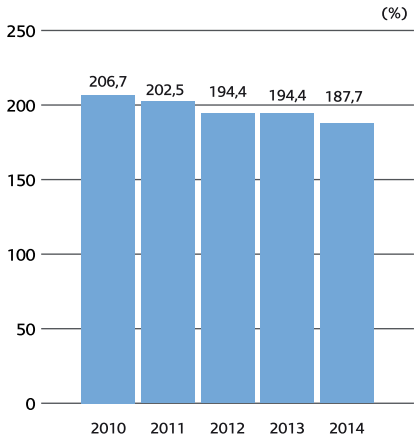
Quadro 2
Análise SWOT – Domínio Ambiental

Pontos fortes	Pontos fracos
Consumo total de água (G4-EN8, indicador GRI) – Redução do consumo global	
Emissões indiretas de gases com efeito de estufa provenientes da aquisição de energia (G4-EN16, indicador GRI) – Redução de emissões devido à redução do consumo de energia e do fator de emissão.	
Número de reclamações relacionadas a impactos ambientais recebidas e solucionadas (G4-EN34, indicador GRI) – Redução das reclamações deste tipo recebidas.	
Oportunidades	**Ameaças**
Políticas e programas sobre a gestão dos impactes ambientais, incluindo: iniciativas em meios de transporte sustentáveis, transferência modal e planeamento de rotas (LT3, indicador GRI) – Potencial de concertação da oferta Carris-ML-Grupo Transtejo	Quantidade total de resíduos, por tipo e método (G4-EN23) – Risco de aumento da quantidade de resíduos produzidos recomeçando a obra de expansão do ML à Reboleira.

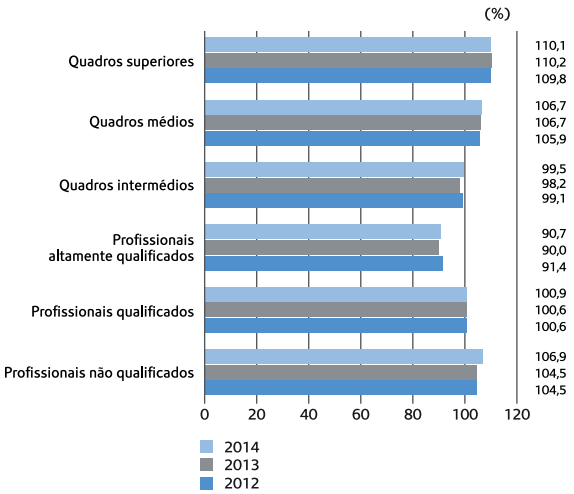
3. Domínio social

O Metropolitano de Lisboa oferece aos seus colaboradores níveis remuneratórios que se encontram acima da média nacional e ainda um conjunto de benefícios a nível pessoal e familiar, como por exemplo, seguro de saúde, adiantamento do pagamento de baixas médicas, pagamento de medicamentos mediante apresentação de receita médica e flexibilidade de horários de forma a permitir uma maior conciliação com a vida familiar.

Rácio entre o salário mais baixo no ML e o salário mínimo nacional (%)



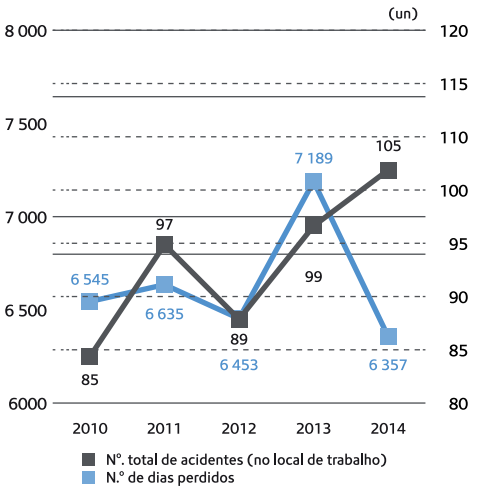
Rácio do salário base entre homens e mulheres



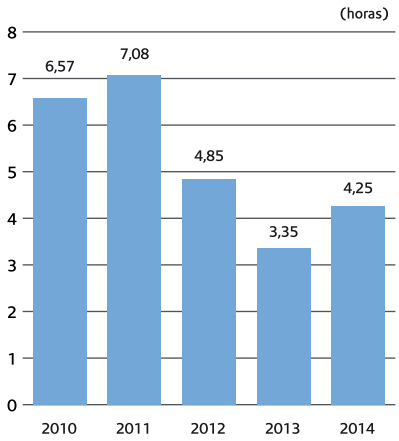
No ano de 2014, verificou-se uma ligeira inversão na média de horas de formação recebidas por colaborador, mantendo-se, no entanto, um valor bastante baixo: 4,25 horas de formação por colaborador.

A nível laboral destaca-se que, apesar do aumento do número de acidentes de trabalho verificou-se uma redução significativa do número de dias perdidos devido a este mesmo tipo de acidentes (11,6%). Ainda assim, em 2014, registou-se um aumento da taxa de absentismo, de 6,9 para 7,3%.

Acidentes de trabalho



Média de horas de formação por colaborador

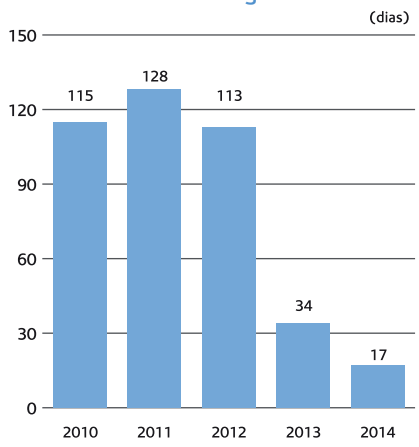


A nível externo, o Metropolitano de Lisboa assume um forte papel social ao permitir a mobilidade da população residente e visitante, diminuindo os tempos de deslocação e descongestionando a rede viária. Esse impacto social é tanto maior quanto maior for a necessidade de mobilidade da população, que está diretamente correlacionada com a atividade económica ou com o PIB da região.

A satisfação dos nossos clientes registou um aumento em 2014 que se traduziu na melhoria do índice de satisfação do cliente e na diminuição do número de reclamações.

Para além dos impactos económicos relacionados diretamente com a prestação do serviço de transporte, o Metropolitano de Lisboa contribui também para a sustentabilidade da economia nacional através da contratação de fornecimentos e serviços externos. Registe-se, a este nível, a redução do prazo médio de pagamento a fornecedores para 17 dias.

Prazo Médio de Pagamento



Quadro 3

Análise SWOT – Domínio Social

Pontos fortes	Pontos fracos
Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes (G4-EC5) – Rácio de 1,88 entre o salário mais baixo da empresa e salário mínimo local	Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções (G4-LA9) – Apenas 4,25 horas de formação por colaborador.
Prazo médio de pagamento (indicador contrato de gestão) – Redução significativa do prazo médio	Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região (G4-LA6) – Aumento da taxa de absentismo para 7,3%.
Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções (G4-LA13)	

Oportunidades	Ameaças
Políticas e programas sobre a gestão dos impactes ambientais, incluindo: iniciativas em meios de transporte sustentáveis, transferência modal e planeamento de rotas (LT3, indicador GRI) – Potencial de concertação da oferta Carris-ML-Grupo Transtejo	

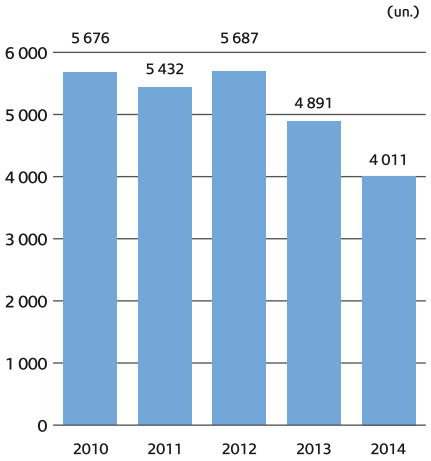
V

Envolvimento das Partes Interessadas

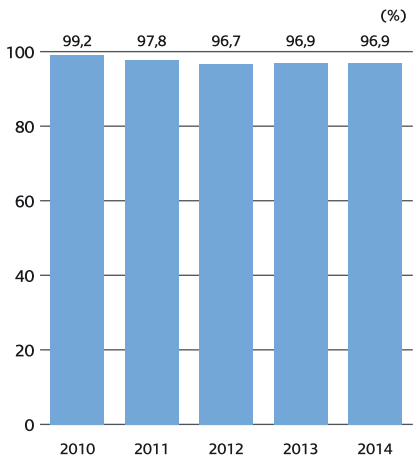
1. Cliente

Em 2014, verificou-se uma retoma da procura tendo sido, igualmente, ajustada a oferta. Tal facto, ainda que se tenha verificado uma ligeira diminuição na qualidade do serviço prestado em termos de taxa de realização de circulações e regularidade, motivou uma diminuição do número de reclamações e uma melhoria no Índice de Satisfação do Cliente.

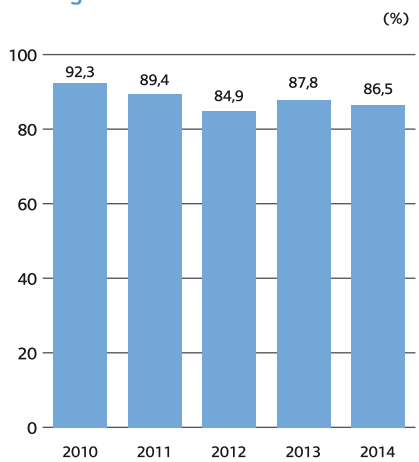
Reclamações



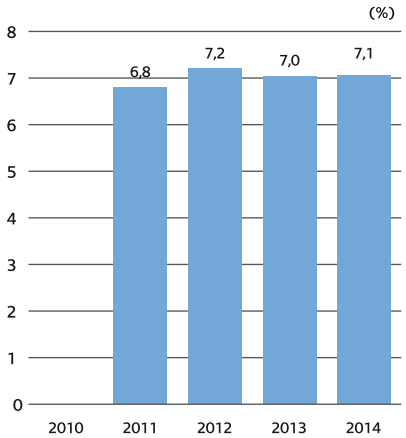
Taxa de realização de circulações



Regularidade



Índice de satisfação ao cliente

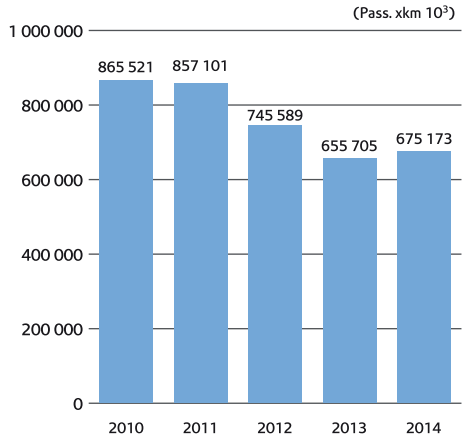


2. Tutela

No decorrer do ano de 2014 verificou-se uma ligeira inflexão, em termos de procura, tendo-se registado um aumento de cerca de 3% em passageiros.km.

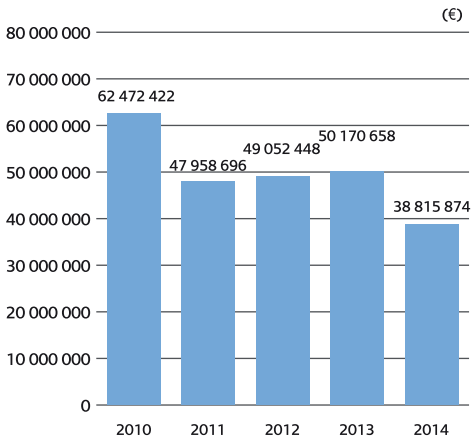
Relativamente ao cumprimento do contrato de gestão, verificou-se um grau de cumprimento de 122%. Em 2014 registou-se uma redução de 22,6% em termos de atribuição de subsídios do estado.

Passageiros x km



	2011	2012	2013	2014
Receitas	123 621 269	134 005 359	154 851 793	131 600 968
Valor Económico Direto Gerado	123 621 269	134 005 359	154 851 793	131 600 968
Custos operacionais	123 955 577	118 223 716	129 612 748	102 569 310
Salários e benefícios de empregos	78 836 976	75 297 791	86 397 818	67 754 065
Fornecedores e serviços externos	43 613 340	40 682 086	31 879 718	31 322 369
Outros custos operacionais	1 505 260	2 243 839	11 335 212	3 492 876
Pagamentos a fornecedores de capital	183 589 637	213 815 134	153 590 835	103 190 895
Pagamentos ao Estado	12 159 504	5 441 903	9 500 406	202 183
Investimentos na comunidade	110 470	102 972	75 314	76 672
Valor Económico Direto Distribuído	319 815 187	337 583 725	292 779 124	206 039 060
Valor Económico Acumulado	-196 193 918	-203 578 366	-137 927 331	-74 438 092

Subsídios do estado (€)



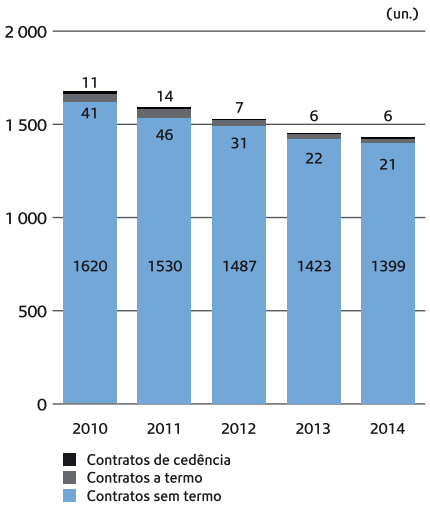
Em 2015 está previsto o lançamento do processo de subconcessão à iniciativa privada conjuntamente com a Carris.

3. Colaboradores

Em 2014 mantiveram-se as principais restrições orçamentais em termos de progressões na carreira, reduções salariais e redução das horas de formação. Ainda assim os valores remuneratórios praticados pela empresa são claramente acima da média nacional a que acresce um conjunto de benefícios igualmente valorizados pelos colaboradores.

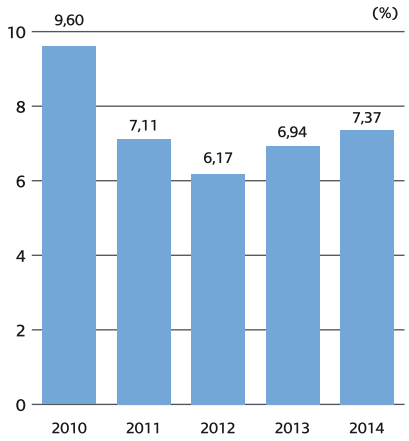
Verificou-se, igualmente, uma redução do efetivo tal como previsto na Lei do Orçamento de Estado.

Número de efetivos



Em termos de absentismo, em 2014, voltou-se a verificar um aumento face aos anos anteriores. Também no que respeita à taxa de exames médicos efetuados, devidos a constrangimentos pontuais, verificou-se uma forte diminuição para perto dos 36%.

Taxa de absentismo



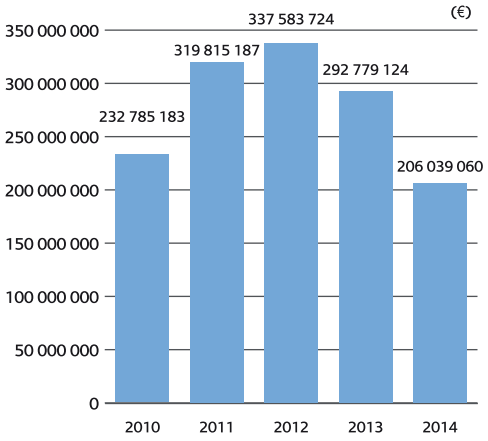
Em 2014 prosseguir-se-á o projeto de implementação da Matriz de competências que permitirá identificar de forma mais consistente as necessidades de formação ao comparar as competências definidas para cada função e as que, em cada momento, cada colaborador possui.

4. Fornecedores

Em 2014 voltou-se a reduzir o prazo médio de pagamento a fornecedores para o valor de 17 dias (em 2013 tinha sido de 39 dias).

Em termos do valor económico distribuído, e fruto de alguma contenção orçamental, verificou-se uma diminuição de cerca de 30%. No entanto o ML continua a ser um importante gerador da economia.

Valor económico distribuído

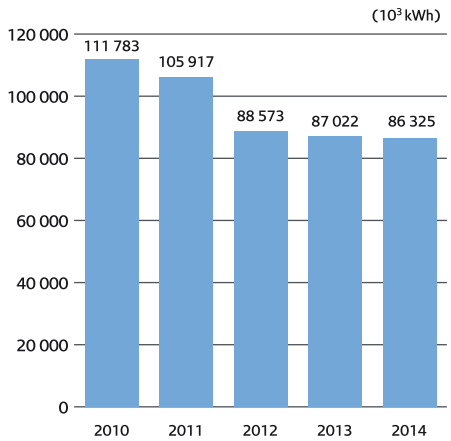


5. Comunidade

A atividade desenvolvida pelo Metropolitano de Lisboa é uma mais-valia para o tecido socioeconómico da comunidade, facilitando a sua mobilidade, reduzindo o tempo de deslocação e custos relacionados com consumos energéticos, descongestionando a rede viária – reduzindo assim os custos de manutenção e a sinistralidade – e valorizando a área metropolitana que serve.

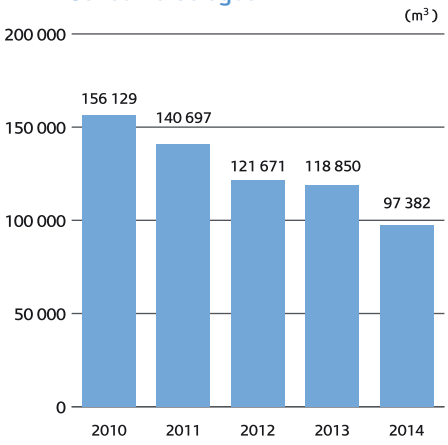
Por outro lado a atividade do Metropolitano de Lisboa tem também potenciais impactes negativos significativos na comunidade, nomeadamente impactes a nível ambiental. Em 2014, fruto do programa de gestão decorrente do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, conseguiu-se reduzir globalmente esses mesmos impactos.

Consumo de energia

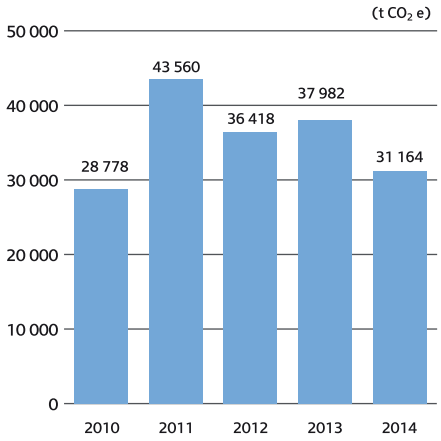


Em termos energéticos a redução do consumo de energia elétrica foi de, apenas, cerca de 1% dado o esforço de racionalização de anos anteriores. Relativamente ao consumo de água, a redução foi de 18%.

Consumo de água



Total de emissões GEE



6. Outros operadores de transporte

Em 2014 o ML continuou o seu processo de integração operacional com a CARRIS bem como uma aproximação aos restantes operadores de transporte no que respeita à definição de regras comuns em termos de procedimentos de venda e pós-venda.

Para 2015 prevê-se o lançamento de concurso com vista à subconcessão do ML, da CARRIS e a nomeação de uma administração comum a estas empresas e ao Grupo Transtejo.

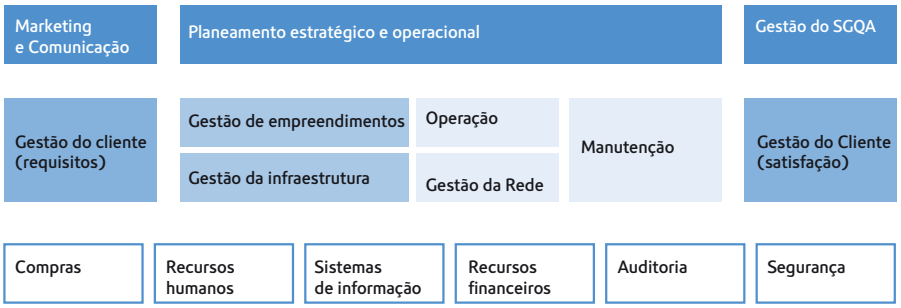
VI

Abordagem de gestão

1. Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente

O Metropolitano de Lisboa adotou a norma NP EN ISO 9001:2008, efetuando uma abordagem de gestão por processos. Para o efeito foram identificados os diversos processos que constituem a cadeia de valor da empresa, bem como as relações entre os mesmos. Esta matriz de processos é reavaliada periodicamente, tendo sido definida uma nova matriz para entrar em vigor no início de 2015.

Cada um dos processos é monitorizado através de indicadores de desempenho, sendo fixados objetivos anuais e feito o acompanhamento periódico ao longo do ano. Esta abordagem permite a identificação eficaz e atempada de desvios na consecução dos objetivos propostos, possibilitando a tomada de decisões com vista à sua correção.



2. Identificação e avaliação dos aspetos e impactes ambientais

Tomando como base as atividades desenvolvidas em cada processo do Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente são analisados quais os aspetos ambientais associados. Para cada aspeto ambiental considerado é identificado o potencial impacte ambiental decorrente das atividades da empresa. Estes impactes tanto podem ser positivos como negativos.

A métrica definida para avaliação dos impactes ambientais baseia-se na severidade do impacto em termos de duração, área afetada e intensidade, na frequência ou probabilidade de ocorrência do aspeto associado, e no cumprimento dos requisitos aplicáveis.

Pode-se verificar, para 2014, com base na metodologia de avaliação definida, que as atividades do ML têm aspetos ambientais significativos (isto é, aspetos que têm ou podem ter impactes ambientais significativos, positivos ou negativos, no ambiente) sendo estes:

Positivos:
- Redução das emissões atmosféricas por via da utilização do metropolitano enquanto modo de transporte;
- Aspetos socioeconómicos associados à oferta de transporte público, diminuição do tempo de deslocação e descongestionamento das vias públicas.

Negativos:
- Consumo de energia elétrica, na globalidade das atividades realizadas no ML;
- Produção de águas residuais industriais decorrentes de atividades de manutenção;
- Produção de resíduos industriais perigosos e não perigosos decorrentes de atividades de manutenção.

Com base nestes resultados são definidas medidas de mitigação dos impactes ambientais significativos negativos, e de potenciação dos positivos, que fazem parte do Plano de Empresa para o ano subsequente. Para a concretização destas medidas são criadas equipas multidisciplinares e é feito um acompanhamento periódico de forma a garantir a sua efetividade.

A gestão ambiental da empresa segue a NP EN ISO 14001 como referência, encontrando-se o ML certificado por essa mesma norma.

3. Carta para o desenvolvimento sustentável da UITP

O METRO é signatário da Carta de Sustentabilidade da UITP desde 2003, altura em que passou a integrar nos seus objetivos estratégicos, os princípios sociais, ambientais e económicos do desenvolvimento sustentável.
Em 2013, o METRO designou o Diretor da Qualidade e Ambiente como interlocutor da Empresa para as questões da Carta de Sustentabilidade, tendo ainda reafirmado o seu compromisso enquanto "Full Signatory" com os princípios fundamentais nela expressos.

4. Grupos de trabalho onde o ML está envolvido

UITP | União Internacional de Transporte Público
Desde 1958 que o METRO mantém uma participação ativa na UITP, a mais importante associação internacional do transporte público e da mobilidade sustentável, que atualmente integra cerca de 1300 associados de 92 países, entre operadores, autoridades e empresas fornecedoras.
Em 2014, o METRO marcou presença nas seguintes reuniões:

- Reunião do Comité União Europeia, em Bruxelas (fevereiro);
- Reunião da Comissão de Segurança e Exposição IT-TRANS 2014, em Karlsruhe (fevereiro);
- Reunião da Comissão de Economia dos Transportes, em Dresden (abril);
- Reunião da Comissão de Transportes e Cidade, em Riga (maio). Destaca-se a nomeação do Metro para liderar o Grupo de Trabalho "Quantifying the socio-economic benefits of integrating public transport and urban planning", tendo por objetivo a criação de ferramenta dirigida à comunidade empresarial e aos decisores políticos, visando demonstrar os benefícios socioeconómicos da integração do transporte público no planeamento urbano;
- Reunião do Comité União Europeia e Conferência Europeia sobre Mobilidade "Moving Together", em Paris (junho);
- Reunião do Comité União Europeia e participação no jantar promovido pela UITP com deputados da Comissão de Transportes do Parlamento Europeu, visando apresentar os dossiers europeus mais relevantes para o transporte público (dezembro, Bruxelas).

ALAMYS | Associação Latino-Americana de Metropolitanos
Fundada em 1986, a ALAMYS reúne empresas e associações da América Latina, Espanha e Portugal, que desenvolvem atividade no setor ferroviário metropolitano, com o objetivo de fomentar e coordenar o intercâmbio tecnológico em matéria de planificação, construção e instalação de obras e equipamentos nos sistemas de metro latino-americanos, contribuindo para o aumento da produtividade e otimização dos recursos dos seus associados.
Portugal encontra-se representado pelo METRO desde 1988, sendo também associados a Ferconsult e o Metro do Porto. A participação tem em vista objetivos estratégicos no plano internacional, designadamente o desenvolvimento de novos negócios.
Dado o contexto de contenção de custos em vigor, o Metro não esteve presente na reunião de Comités Técnicos, realizada em Maio no Panamá, nem na Assembleia Geral que teve lugar na Cidade do México, em Dezembro. No entanto, a empresa manteve-se atenta aos pedidos de colaboração oriundos daquela associação, designadamente dando resposta a questionários e inquéritos, e outras iniciativas dirigidas à comunidade de associados

Grupo NOVA de Benchmarking
O Grupo NOVA é um programa internacional de benchmarking de metros de média dimensão, fundado em 1998, que funciona em parceria com o grupo CoMET dos grandes metros (1994), permitindo beneficiar também dos trabalhos de comparação das melhores práticas, no âmbito da atividade metro-ferroviária mundial.
O Metro esteve representado na reunião anual do Grupo NOVA de Benchmarking de Metros, realizada em maio na cidade de Toronto, onde foram apresentados os factos mais relevantes ocorridos na Empresa entre janeiro de 2013 e março de 2014, assim como os principais indicadores e perspetivas para 2014 e a apresentação de resultados do Estudo de Caso proposto pelo ML – "Análise da Procura e da Receita / Iniciativas para aumentar a receita tarifária".
Destaca-se ainda a proposta de estudo de caso apresentada por Lisboa conjuntamente com o Metro do Rio de Janeiro, intitulada "Value Capture of Proximity to Metro Stations (Land and Property Value)", que alcançou a quarta posição num total de 13 propostas submetidas pelos membros. Venceram os estudos de caso propostos por Sydney – "Improving Reliability of Services" – e Buenos Aires – "Multi-tasking Staff", que serão desenvolvidos em 2015.
O Metro manteve-se igualmente empenhado nas restantes atividades do NOVA, nomeadamente na recolha anual de Indicadores-Chave de Desempenho (KPI) e na participação nos estudos rápidos (clearinghouse) e outros da iniciativa dos restantes membros.
Para além do benchmarking NOVA, em 2014 o Metro deu continuidade à política de colaboração com outras entidades e empresas congéneres na partilha de experiências e conhecimentos técnicos, tendo dado resposta a cerca de 30 questionários e pedidos avulsos de informação.

CEEP Portugal
No CEEP Portugal destaca-se a participação em todas as reuniões dos órgãos em que o Metro tem representação, nomeadamente a Assembleia Geral, a Comissão Coordenadora (Transportes), o Grupo de Trabalho "Gestão dos Assuntos Sociais" e a Task Force de Juristas dos Recursos Humanos.
O Metro representou a Secção Portuguesa do CEEP no Seminário "The Management of Change in Public Services", realizado em Junho em Atenas, tendo sido reembolsado dos custos de deslocação e estada pelo orçamento deste projeto co-financiado pela UE.

Os projetos Internacionais com participação do METRO são:

- OSIRIS - Optimal Strategy to Innovate and Reduce energy consumption In urban Rail Systems
  Projeto subsidiado pela UE, destinado a desenvolver uma metodologia inovadora que visa a redução do consumo global de energia por sistemas ferroviários urbanos na Europa, em cerca de 10%, até 2020. O Metro faz parte do Support and User Group, que permitirá aceder aos resultados finais do projeto. A Empresa participou na reunião de Barcelona, em abril.

- SECUR-ED
  Projeto financiado pela União Europeia, que visa proporcionar aos operadores os meios para aumentarem a segurança do transporte urbano. O Metro integra o Advisory Group Public Transport and Authorities, tendo acesso aos resultados das demonstrações do projeto. A Empresa esteve representada na reunião final do projeto que teve lugar em Bruxelas, em setembro.

CT148 – Transportes, Serviços e Logística
Organismo do Comité Europeu de Normalização, liderado pela Associação Portuguesa de Logística, responsável pela normalização do setor de transportes de mercadorias e passageiros, logística e parques de estacionamento.
Esta Comissão Técnica de Normalização tem vindo a desenvolver normas relevantes, em termos de qualidade do serviço, para o setor.

CT143 – Aplicações Ferroviárias
Organismo do Comité Europeu de Normalização, liderado pela Associação Portuguesa para a Normalização e Certificação Ferroviária (APNCF), responsável pelo processo de normalização europeia para Metropolitanos, Metros de Superfície e Metros Ligeiros. Trata-se de um tema estratégico no âmbito da regulação normativa do setor ferroviário urbano europeu, e com consequências diretas nas empresas que asseguram a operação de transporte público, em modo metro.

VII

Indicadores de desempenho

1. Índice GRI

Código GRI	Descrição	Resultados / Observações
Estratégia e Análise		
G4-1	Mensagem do Conselho de Administração	
G4-2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	**Domínio económico** **Pontos fortes** Receita Tarifária acumulada – variação homóloga (indicador do SGQA) – Variação positiva de 9,4 % face a 2013. Receita Não Tarifária acumulada – variação homóloga (indicador do SGQA) – Variação positiva de 39,3 % face a 2013. **Pontos fracos** Taxa de cobertura dos gastos operacionais pelos rendimentos operacionais (indicador contrato de gestão) **Oportunidades** Passageiros x km totais (SGQA) – Previsão de aumento da procura. **Ameaças** Apoio financeiro significativo recebido do governo (G4-EC4) – Extinção das indemnizações compensatórias. **Domínio ambiental** **Pontos fortes** Consumo total de água (G4-EN8, indicador GRI) – Redução do consumo global Emissões indiretas de gases com efeito de estufa provenientes da aquisição de energia (G4-EN16, indicador GRI) – Redução de emissões devido à redução do consumo de energia e do fator de emissão. Número de reclamações relacionadas a impactos ambientais recebidas e solucionadas (G4-EN34, indicador GRI) – Redução das reclamações deste tipo recebidas. **Pontos fracos** **Oportunidades** Políticas e programas sobre a gestão dos impactes ambientais, incluindo: iniciativas em meios de transporte sustentáveis, transferência modal e planeamento de rotas (LT3, indicador GRI) – Potencial de concertação da oferta Carris-ML-Grupo Transtejo **Ameaças** Quantidade total de resíduos, por tipo e método (G4-EN23) – Risco de aumento da quantidade de resíduos produzidos recomeçando a obra de expansão do ML à Reboleira.

Código GRI	Descrição	Resultados / Observações

Domínio social

Pontos fortes	Pontos fracos
Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes (G4-EC5) – Rácio de 1,88 entre o salário mais baixo da empresa e salário mínimo local	Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções (G4-LA9) – Apenas 4,25 horas de formação por colaborador.
Prazo médio de pagamento (indicador contrato de gestão) – Redução significativa do prazo médio	Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região (G4-LA6) – Aumento da taxa de absentismo para 7,3%.
Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções (G4-LA13)	

Oportunidades	Ameaças
Políticas e programas sobre a gestão dos impactes ambientais, incluindo: iniciativas em meios de transporte sustentáveis, transferência modal e planeamento de rotas (LT3, indicador GRI) – Potencial de concertação da oferta Carris-ML-Grupo Transtejo	

Perfil organizacional

G4-3	Nome da organização	Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
G4-4	Principais atividades, marcas, produtos e/ou serviços	Transporte urbano de passageiros em modo metro
G4-5	Localização da sede da organização	Avenida Fontes Pereira de Melo, nº 28, 1069-095 Lisboa
G4-6	Países nos quais opera	Portugal
G4-7	Tipo e natureza jurídica da propriedade	Entidade Pública Empresarial
G4-8	Mercados servidos	Área Metropolitana de Lisboa
G4-9	Dimensão da organização	

Nº de linhas	4
Nº de estações	55
Extensão da Rede (km)	43,2
Passageiros transportados	140.090 x 10^3
Passageiros x km transportados	675.173 x 10^3
Nº de carruagens	337
Volume de negócios (€)	89.901 x 10^3
Valor económico distribuído (€)	206.039.060
Valor económico acumulado (€)	-74.438.092
Nº de colaboradores (2014.12.31)	1.426

Código GRI	Descrição	Resultados / Observações

G4-10 — Mão de obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região

	2012	2013	2014
Efetivo permanente	1.487	1.423	1.399
Contratos a termo	31	22	21
Contratos de Cedência	7	6	6
Efetivo total	1.525	1.451	1.426

G4-11 — Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação coletiva

100%

G4-12 — Descrição da cadeia de fornecedores da organização

A empresa tem uma vasta cadeia de fornecedores subdivididos em três grandes grupos, matérias, energia e prestações de serviço. Relativamente a estes últimos, os mesmos têm fornecedores de materiais e nalguns casos, também, prestações de serviço. O ML gere os seus fornecedores diretos mas também, sempre que justificável, supervisiona os fornecedores indiretos.

G4-13 — Mudanças significativas relacionadas com o tamanho, estrutura e participação acionista

Não ocorreram mudanças.

G4-14 — Explicação sobre o tratamento do princípio de precaução na organização

O Metropolitano de Lisboa ao tomar as suas decisões gestionárias aplica o princípio da precaução, fazendo uma análise prévia dos riscos e do estado da arte nas várias vertentes procurando assegurar-se da garantia de inexistência de impactos negativos.

G4-15 — Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter económico, ambiental e social que a organização subscreve ou defende.

- Carta para o desenvolvimento sustentável da UITP

G4-16 — Participação em associações e/ou organizações

- UITP | União Internacional dos Transportes Públicos
- ALAMYS | Associação Latino-Americana de Metropolitanos
- Grupo NOVA de benchmarking
- CEEP Portugal
- CT148 – Transportes, logística e serviços
- CT143 – Aplicações Ferroviárias
- MODSafe – Rede de Operadores
- OSIRIS - Optimal Strategy to Innovate and Reduce energy consumption In urban Rail Systems
- SECUR-ED

Aspetos materiais identificados e limites

G4-17 — Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e relatar se qualquer destas entidades não foi coberta pelo relatório

Nas demonstrações financeiras apresentadas no Relatório e Contas da empresa são referidas as seguintes entidades: Ferconsult S.A., Metrocom S.A., Ensitrans A.E.I.E, Publimetro S.A. e GIL S.A, OTLIS A.C.E. que não são abrangidas pelo presente Relatório.

Código GRI	Descrição	Resultados / Observações
G4-18	Processo adotado para definir o conteúdo do relatório, os limites dos aspetos e implementação dos Princípios para Definição do Conteúdo do Relatório	A metodologia encontra-se definida no ponto 4. do presente Relatório.
G4-19	Aspetos materiais identificados no processo de definição do conteúdo do relatório	A metodologia encontra-se definida no ponto 4. do presente Relatório.
G4-20	Relato do limite dentro da organização para cada aspeto material	A metodologia encontra-se definida no ponto 4. do presente Relatório.
G4-21	Relato do limite fora da organização para cada aspeto material	Os relatos cingem-se à organização.
G4-22	Explicação da natureza e das consequências de qualquer reformulação de informações contidas em Relatórios anteriores e o motivo da reformulação	Na transição para a adoção das diretrizes G4, ocorrida no exercício relativo a 2013, foi necessário adaptar alguns indicadores e recalcular o seu histórico de modo a corresponder ao que é solicitado pelas novas diretrizes G4.
G4-23	Alterações significativas em comparação com relatórios de anos anteriores no que se refere ao âmbito, limites e métodos de medição aplicados neste relatório	Neste ano, o Metropolitano de Lisboa responde em conformidade com a opção "De Acordo" – Essencial das diretrizes G4.
Compromisso/envolvimento com "stakeholders"		
G4-24	Lista de "stakeholders"	• Cliente • Tutela • Colaboradores • Fornecedores • Comunidade • Outros operadores de transporte
G4-25	Base para identificação e seleção de "stakeholders"	De acordo com as orientações da AA1000 Stakeholder Engagement Standard 2011 foram identificadas as partes interessadas, ou seja, todos os grupos cuja qualidade de vida possa ser afetada pela nossa atividade, tanto no presente como no futuro. Para o efeito, e para além da inclusão de todos aqueles com quem temos relações contratuais ou regulamentares (clientes, colaboradores, fornecedores, tutela e reformados) foi feita uma análise do impacto da nossa atividade de forma a identificar outro tipo de dependências ou relações.
G4-26	Forma de consulta aos "stakeholders"	Para o efeito recolheu-se informação através de contactos com os diversos responsáveis pelo diálogo direto com cada parte interessada, e pela análise de indicadores, dos factos mais relevantes ocorridos no ano de referência e através da comunicação recebida diretamente das partes interessadas (inquéritos de satisfação, reclamações, despachos, cartas, etc.). Desta análise saiu uma perceção sustentada sobre os aspetos relevantes do desempenho da empresa para cada parte interessada.
G4-27	Principais questões e preocupações levantadas pelos "stakeholders"	• Número elevado de greves • Interrupções e perturbações na circulação de comboios • Requisições e renovações dos passes social + e escola@4_18 e Sub23@superior

Código GRI	Descrição	Resultados / Observações
Parâmetros do relatório		
G4-28	Período coberto pelo relatório	Ano de 2014
G4-29	Data do relatório anterior mais recente	Ano de 2013
G4-30	Ciclo de relato	Anual
G4-31	Contacto para questões relacionadas com o relatório	Pedro Pereira (pedro.pereira@metrolisboa.pt)
G4-32	Relato da opção "de acordo" escolhida pela organização	O presente relatório foi elaborado em conformidade com a opção "De Acordo" – Essencial das diretrizes G4.
G4-33	Política e prática corrente adotadas pela organização para submeter o relatório a uma verificação externa	O relatório não foi submetido a verificação externa.
Governação		
G4-34	Estrutura de governação	

Nome	Cargo	Competências
Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	Vogal	ASC – Autoridade da Segurança
		CPC – Contratação Pública
		EO – Exploração Operacional
		GIM – Gestão da Infraestrutura e do Material Circulante
		RHC – Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional
		SGJ – Secretaria-Geral e Direção de Assuntos Jurídicos
Luís Carlos Antunes Barroso	Vogal	GFC – Gestão Financeira
		MCC – Marketing e Comercial
Maria Manuela Bruno de Figueiredo	Vogal	Provedor Arbitral
		ARC – Auditoria e Gestão de Risco
		EDC – Estratégia e Desempenho Corporativo
		GSI – Gestão de Superestrutura e do Investimento
		QAC – Qualidade e Ambiente
		SIC – Sistemas e Tecnologias de Informação
		GGPI – Gabinete de Gestão do Património Imobiliário

Código GRI	Descrição	Resultados / Observações
G4-35	Processo de delegação de competências sobre assuntos económicos, ambientais e sociais pelo mais alto órgão de governação para diretores e restantes executivos	As delegações de competências do Conselho de Administração efetuam-se através de Deliberações aprovadas em reuniões do Conselho de Administração.
G4-36	Indicar se a organização designou responsáveis pelos assuntos económicos, ambientais e sociais e forma de reporte direto ao mais alto órgão de governação	Existem responsáveis nomeados para as várias vertentes. Não existe formalização da forma como é feito o reporte.
G4-38	Composição do mais alto órgão de governação e seus comités	**Conselho de Administração** Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas Luís Carlos Antunes Barroso Maria Manuela Bruno de Figueiredo **Conselho Fiscal** José Emílio Castel Branco José Carlos Pereira Nunes Maria Onilda Oliveira de Sousa Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais Caiano Pereira, António e José Reimão (SROC n.º 38) representada por: Dr. Luís Pedro Caiano Pereira * (ROC n.º 842).
G4-39	Indicar se o Presidente do Conselho de Administração é também Diretor Executivo	O Presidente do Conselho de Administração não é Diretor Executivo.
G4-40	Procedimento para determinação da composição, qualificações e nível de conhecimento dos membros do mais alto órgão de governação, incluindo qualquer consideração de género ou de diversidade	O Conselho de Administração é nomeado pela tutela.
G4-41	Procedimento para evitar conflitos de interesse no mais alto órgão de governação	A empresa tem em vigor o "Código de ética e de conduta do Metropolitano de Lisboa, E.P.", aonde estão definidas regras éticas e formas de atuação perante situações de conflito de interesse.

Código GRI	Descrição	Resultados / Observações
G4-42	Declaração de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como o estado da sua implementação.	**Missão** Prestar um Serviço de Transporte Público de Passageiros, em modo metro, orientado para o cliente, promovendo a mobilidade sustentável. **Valores** Inovação e desenvolvimento • Procurar continuamente novos serviços e produtos, assentes na evolução tecnológica ao serviço do cliente. Responsabilidade • Ambiental: assegurar a melhoria contínua do desempenho ambiental; • Social: promover a mobilidade daqueles que se deslocam na Área Metropolitana de Lisboa; • Económica: garantir a sustentabilidade, numa perspetiva empresarial e laboral. Qualidade • Criar valor e utilidade do serviço ao cliente. Rigor e integridade • Promover práticas exigentes do ponto de vista da ética e dos comportamentos, quer em termos empresariais, quer em termos individuais, enquanto organização que se rege por princípios de honestidade, transparência, iniciativa social e responsabilidade ambiental; • Garantir o cumprimento de processos rigorosos como suporte do serviço prestado, garantindo a sua fiabilidade e confiança. Competência e segurança • Manter e reforçar a imagem e credibilidade da empresa como fator de afirmação externa e interna; • Garantir a segurança integrada de pessoas e bens. económica, social, e ambiental. **Política de qualidade e ambiente** A política de qualidade e ambiente do Metropolitano de Lisboa traduz-se nas seguintes orientações: • **A satisfação do cliente como preocupação central:** concebendo um serviço de transporte público de passageiros que vá ao encontro das necessidades e expetativas dos nossos clientes. • **O compromisso da gestão de topo:** integrando na visão estratégica da gestão a política de qualidade e ambiente, definindo objetivos para a empresa e para cada área e promovendo o envolvimento e a responsabilização dos colaboradores na prossecução desses objetivos e acompanhando, através de uma análise permanente, a eficácia da gestão e o desempenho do sistema. • **A orientação para a qualidade e para o ambiente:** sensibilizando ativamente todos os colaboradores sobre os benefícios e a importância da qualidade e do ambiente no desenvolvimento das atividades. • **A melhoria contínua:** desenvolvendo um sistema de gestão que cumpra os requisitos das normas NP EN ISO 9001:2008 e NP EN ISO 14001:2004 e permita melhorar a eficiência e a eficácia e o desempenho ambiental da organização, tendo em vista aumentar a satisfação do cliente e procurando um crescimento sustentado. • **O envolvimento e qualificação dos colaboradores:** incentivando à participação ativa dos colaboradores na melhoria do serviço prestado ao cliente e proporcionando-lhes formação e o desenvolvimento das suas competências profissionais. • **O estabelecimento de relações de parceria com os fornecedores:** definindo níveis de serviço, monitorizando conjuntamente o cumprimento dos mesmos e, quando se justifique, definindo planos de melhoria concertados entre as várias partes, promovendo a adoção de boas práticas de qualidade e ambiente. • **A contribuição para a gestão de infraestruturas públicas:** desenvolvendo empreendimentos relacionados com expansão e remodelação da rede e a manutenção da infraestrutura. • **O cumprimento dos requisitos aplicáveis:** identificando e cumprindo os requisitos obrigatórios (legais e regulamentares), bem como outros requisitos voluntariamente assumidos. • **A gestão dos impactes ambientais significativos:** avaliando de forma sistemática os aspetos ambientais associados às atividades desenvolvidas, identificando a sua significância e definindo medidas com vista a minimizar os impactes negativos, contribuindo para a prevenção da poluição, e maximizar os impactes positivos. • **A racionalização do consumo de recursos:** promovendo a eficiente utilização dos recursos, permitindo a redução de custos económicos, sociais e ambientais. • **O contributo para a sustentabilidade:** Promovendo a mobilidade da população através do uso do transporte público em modo metro.

Código GRI	Descrição	Resultados / Observações
		Carta do cliente Melhorar a qualidade do serviço de modo a satisfazer as necessidades e responder às expectativas dos clientes é um objetivo essencial do Metropolitano de Lisboa. Assim, através desta carta, afixada na totalidade das estações e veículos, o Metropolitano assume os seguintes compromissos com os seus clientes: Oferta de serviço de transporte • Propor os desenvolvimentos da rede que melhor correspondam às necessidades de mobilidade na área metropolitana de Lisboa. • Implementar horários de comboios que respondam eficazmente à procura existente. Segurança • Promover e aplicar as ações necessárias para garantir elevados padrões de segurança no serviço de transporte. • Em permanente colaboração com as forças da autoridade, assegurar a implementação das medidas necessárias para garantir a segurança dos clientes nos comboios e estações. Regularidade • Manter elevados índices de regularidade do serviço, promovendo as ações possíveis para minimizar os transtornos causados por perturbações da circulação, seja por motivos decorrentes da própria operação seja por fatores externos. Informação e apoio ao cliente • Disponibilizar de uma forma clara, percetível e rigorosa, em espaços próprios de estações e comboios e nos demais suportes de comunicação com o cliente, toda a informação relevante sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço. Disponibilidade dos equipamentos • Assegurar que os equipamentos existentes nas estações – designadamente elevadores, escadas e tapetes rolantes, equipamentos de venda e canais de acesso – se encontram em perfeitas condições de funcionamento, promovendo, quando tal não aconteça, a respetiva reparação no menor espaço de tempo possível. Limpeza e conservação • Garantir que as estações, comboios e equipamentos se encontram em bom estado de conservação e limpeza, sendo, para o efeito, regularmente vistoriados e limpos. Recursos humanos • Garantir a formação inicial e contínua dos recursos humanos ao serviço do Metro, para que executem o seu serviço de forma competente e profissional, assegurando a condução dos comboios em condições de segurança conforto e atendendo os clientes com qualidade e rigor. Acessibilidades • Em colaboração com as entidades competentes, assegurar que o serviço prestado possa ser facilmente utilizado por todos, implementando as medidas necessárias para permitir a acessibilidade daqueles clientes cuja mobilidade se encontre, por algum modo, reduzida; para estes últimos, está a ser desenvolvido um programa gradual de implementação de acessibilidades nas estações ainda não preparadas para o efeito. Sugestões e reclamações • Colocar ao dispor dos clientes os meios necessários para a apresentação de sugestões e reclamações. • Assegurar a análise cuidadosa das reclamações, promovendo internamente as devidas medidas de correção e melhoria, providenciando em tempo útil a respetiva resposta.

Código GRI	Descrição	Resultados / Observações
		Deveres do cliente A colaboração dos clientes é fundamental para atingir os índices de qualidade propostos. Neste sentido, a utilização do metro deve ser efetuada respeitando regras simples, que permitirão uma melhor qualidade do serviço prestado, com benefícios para todos. Assim, os clientes devem: • Viajar com título de transporte válido e apresentá-lo a um agente do Metro sempre que for solicitado; • Validar sempre o título de transporte, à entrada e saída das estações; se não o fizer, o cliente incorre numa situação de transgressão; • Não fumar nas instalações e comboios do Metro, se o fizer, o cliente estará a incorrer em infração prevista e punida por lei; • Respeitar as normas existentes relativas ao transporte de animais, bicicletas e outros objetos particulares, que, pelo seu volume ou conteúdo, possam causar incómodo ou constituir perigo; • Passar os canais de acesso com cuidado, esperando que as portas se encerrem após a passagem do cliente anterior, antes de validar o seu título; • Não entrar ou sair dos comboios após o aviso sonoro e luminoso de fecho de portas • Permitir que os canais de acesso às estações e lugares dos comboios destinados a clientes com mobilidade reduzida sejam utilizados apenas por aqueles a que se destinam; • Ajudar a manter as estações e comboios limpos, utilizando os recipientes existentes para a recolha de lixo; • E, de uma forma geral, comportar-se de um modo responsável e cumpridor, seja relativamente a outros clientes, seja em relação aos agentes ao serviço do Metro, respeitando sempre as indicações que estes transmitam.
G4-44	Processo de autoavaliação do desempenho económico, ambiental e social do mais alto órgão de governação	A avaliação processa-se de acordo com o Contrato de Gestão estabelecido com a tutela. O que não significa que não seja feita uma autoavaliação pelos membros do Conselho de Administração sobre outros aspetos não refletidos nesse contrato podendo para o efeito envolver os Diretores.
G4-48	Órgão ou responsável de mais alto nível que analisa e aprova formalmente o relatório de sustentabilidade da organização e garante que todos os aspetos materiais são abordados	A elaboração do Relatório de Sustentabilidade é da responsabilidade da Direção de Qualidade e Ambiente. A sua aprovação, após análise, é da responsabilidade do Conselho de Administração.
G4-49	Mecanismo para acionistas e trabalhadores fazerem recomendações ao mais alto órgão de governação	O acionista é único e tem poder deliberativo. A Comissão de trabalhadores reúne regularmente com o Conselho de Administração e está previsto, num conjunto predefinido de situações e de acordo com a legislação em vigor, o pedido de parecer formal à mesma.
Ética e integridade		
G4-56	Descrição da missão e valores, códigos de conduta e princípios internos de comportamento	**Missão** Prestar um Serviço de Transporte Público de Passageiros, em modo metro, orientado para o cliente, promovendo a mobilidade sustentável. **Valores** Inovação e desenvolvimento • Procurar continuamente novos serviços e produtos, assentes na evolução tecnológica ao serviço do cliente. Responsabilidade • Ambiental: assegurar a melhoria contínua do desempenho ambiental; • Social: promover a mobilidade daqueles que se deslocam na Área Metropolitana de Lisboa; • Económica: garantir a sustentabilidade, numa perspetiva empresarial e laboral. Qualidade • Criar valor e utilidade do serviço ao cliente. Rigor e integridade • Promover práticas exigentes do ponto de vista da ética e dos comportamentos, quer em termos empresariais, quer em termos individuais, enquanto organização que se rege por princípios de honestidade, transparência, iniciativa social e responsabilidade ambiental; • Garantir o cumprimento de processos rigorosos como suporte do serviço prestado, garantindo a sua fiabilidade e confiança. Competência e segurança • Manter e reforçar a imagem e credibilidade da empresa como fator de afirmação externa e interna; • Garantir a segurança integrada de pessoas e bens. económica, social, e ambiental.

2. Indicadores de desempenho económico

Código GRI	Descrição		2012	2013	2014
Indicadores de desempenho económico					
G4-EC1	Valor económico direto gerado e distribuído	Valor económico gerado (€)	134 005 359	154 851 793	131 600 968
		Valor económico distribuído (€)	337 583 725	292 779 124	206 039 060
		Valor económico acumulado (€)	-203 578 366	-137 927 331	-74 438 092
G4-EC4	Apoio financeiro significativo recebido do governo	Total de subsídios do Estado (€)	49 052 448	50 170 658	38 815 874
G4-EC5	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes	-	194,4%	194,4%	187,7%
G4-EC8	Descrição e análise dos Impactes Económicos Indiretos mais significativos, incluindo a sua extensão	Metropolitano de Lisboa transportou, em 2014, cerca de 140 milhões de passageiros. O serviço prestado pelo Metropolitano contribui para o quotidiano de milhares de pessoas, facilitando a sua mobilidade, reduzindo o tempo de deslocação, descongestionando as vias viárias e valorizando a área metropolitana que serve. Em 2014 verificou-se que existem atividades desenvolvidas pelo ML que têm aspetos ambientais significativos, positivos ou negativos, no ambiente, sendo estes: **Positivos:** • Redução das emissões atmosféricas por via da utilização do metropolitano enquanto modo de transporte; • Aspetos socioeconómicos associados à oferta de transporte público, diminuição do tempo de deslocação e descongestionamento das vias públicas. **Negativos:** • Consumo de energia elétrica, na globalidade das atividades realizadas no ML; • Produção de águas residuais industriais decorrentes de atividades de manutenção; • Produção de resíduos industriais perigosos e não perigosos decorrentes de atividades de manutenção.			

3. Indicadores de desempenho ambiental

Código GRI	Descrição		2012	2013	2014
Indicadores de desempenho ambiental					
G4-EN1	Materiais utilizados, por peso ou por volume	Lâmpadas (un.)	24 270	9 002	16 143
		Papel (kg)	32 142	26 962	25 992
		Toners (un.)	456	602	486
		Betão (m^3)	309	501	56
		Aço (t)	43	21	0,6
		Cabo (m)	8 964	3 231	1 942
		Abraçadeiras (un.)	28 400	31 280	29 714
G4-EN3	Consumo direto e indireto de energia, discriminado por fonte de energia primária	Gasolina (L)	38 371	28 314	27 497
		Gasóleo (L)	68 227	58 476	78 062
		Gás natural (m^3)	280 763	269 482	225 643
		Eletricidade (MWh)	88 573	87 022	86 325
		Total (MWh)	92 953	91 095	90 003
G4-EN5	Intensidade energética	Eficiência energética (Pass.km/kWh)	8,42	7,53	7,82
G4-EN6	Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência	Energia poupada (MWh)	22 313	2 722	0
G4-EN8	Consumo total de água, por fonte	Consumo de água (m^3)	121 671	118 850	97 382
G4-EN15	Emissões diretas de gases com efeito de estufa	Emissões diretas GEE (t CO_2 e)	900	823	778
G4-EN16	Emissões indiretas de gases com efeito de estufa provenientes da aquisição de energia	Emissões indiretas GEE (t CO_2 e)	35 518	37 159	30 386
G4-EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa	Total de emissões GEE (t CO_2 e)	14,5	7,8	9,5
G4-EN18	Intensidade de emissões de gases com efeito de estufa	Intensidade de GEE (g CO_2 e/Pass.km)	49	58	46
G4-EN19	Redução de emissões de gases com efeito de estufa	Total de emissões evitadas (t CO_2 e)	8 948	1 162	0
G4-EN21	Emissões de NOx, SOx e outras emissões atmosféricas	Emissões SO_2 (t)	231	0	0
		Emissões NO_x (t)	107	0	0
G4-EN22	Descarga total de água, por qualidade e destino	Total de água residual, com potencial caráter industrial, descarregada pelo ML (m^3)	93 525	91 594	75 673

Fonte	Qualidade	Destino		Tratamento efetuado	Estimativa quantidade anual 2014 (m^3)
PMO II (Lisboa)	Águas residuais de caráter industrial, provenientes de oficinas	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa	As águas residuais descarregadas nos coletores destes municípios são encaminhadas para as seguintes Estações de tratamento de águas residuais: ETAR de Alcântara ETAR de Chelas ETAR de Beirolas ETAR de Bucelas ETAR de Frielas ETAR de São João da Talha	ETAR de Alcântara – tratamento primário avançado, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de ponta de 3,3 m^3/s em tempo seco (com desinfeção final do efluente) e 6,6 m^3/s em tempo de chuva (com tratamento físico-químico). ETAR de Chelas – tratamento terciário, por lamas ativadas, incluindo filtração e desinfeção final do efluente, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de 52.500 m^3/dia. ETAR de Beirolas – tratamento terciário, por lamas ativadas, incluindo filtração e desinfeção do efluente, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para 54.500 m^3/dia. ETAR de Bucelas – tratamento secundário por vala de oxidação, filtração em areia e desinfeção por UV, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para um caudal de ponta igual a 36,3 l/s e caudal médio diário de 1.575 m^3/dia. ETAR de Frielas – tratamento secundário, por lamas ativadas, incluindo tratamento de afinação por biofiltração e desinfeção por UV, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para 70.000 m^3/dia. ETAR de São João da Talha – tratamento secundário, por lamas ativadas, dispondo de uma capacidade de tratamento instalada para cerca de 16.000 m^3/dia.	16.835
PMO III (Lisboa)	Águas residuais de caráter industrial, provenientes de oficinas	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa			17.534
Estações ML integradas no município de Lisboa	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Lisboa			41.304
Estações ML integradas no município de Loures	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Loures			
Estações ML integradas no município de Odivelas	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais de Odivelas			
Estações ML integradas no município da Amadora	Águas residuais potencialmente industriais, provenientes de espaços comerciais (restauração)	As águas residuais são descarregadas nos coletores municipais da Amadora			

		Estimativa quantidade anual 2014 (m^3)
Síntese: Os locais do ML com produção de águas residuais industriais ou potencialmente industriais são: • Parques de Materiais e Oficinas II e III – onde são produzidas águas residuais de caráter industrial (e que dentro do ML passam por sistemas de tratamento como separador de hidrocarbonetos); • Estações do ML – onde são produzidas águas que podem ter caráter potencialmente industrial, consoante as atividades desenvolvidas nas mesmas, como por exemplo, atividades no âmbito da restauração. As águas residuais do ML são monitorizadas periodicamente, segundo um plano definido de acordo com as suas caraterísticas. Estima-se, com base nos consumos de 2014 do ML, que o total de águas residuais descarregadas nos PMO foi de 34.369 m^3 e que no total de todas as estações de metro foram descarregados cerca de 41.304 m^3.	Estimativa do total de água residual descarregada nos PMO II e PMO III (caráter industrial)	34 369
	Estimativa do total de água residual descarregada nas estações do ML (potencial caráter industrial)	41 304

Código GRI	Descrição				
Indicadores de desempenho ambiental					
G4-EN23	Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação	Peso total de resíduos perigosos (t)	30,8	113,8	101,1
		Peso total de resíduos não perigosos (t)	2 355,0	3 051,1	1 390,7
		Peso total de resíduos para eliminação (t)	1 803,8	2 051,2	1 087,2
		Peso total de resíduos para recuperação (t)	582,1	1 113,7	404,6
G4-EN27	Extensão da mitigação de impactes ambientais de produtos e serviços	A atividade do ML em 2014, em matéria de ambiente, e não existindo novos empreendimentos, centrou-se na continuidade dos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental existentes no âmbito dos projetos em desenvolvimento. Em termos de Expansão da rede, em 2014 não foi desenvolvido qualquer Estudo de Impacte Ambiental. No que diz respeito aos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental, deu-se continuidade aos já existentes no âmbito dos projetos em desenvolvimento no ML, conforme se explicita seguidamente. Assim, em 2014 esteve em curso a fase de Pós-Avaliação (no âmbito dos respetivos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental), com o envio, para a Agência Portuguesa do Ambiente, dos Relatórios de Acompanhamento Ambiental e dos Relatórios de Monitorização Ambiental referentes aos seguintes projetos: • Prolongamento da Linha Vermelha, entre Alameda e São Sebastião; • Prolongamento da Linha Vermelha, entre Oriente e Aeroporto; • Prolongamento da Linha Azul, entre Amadora-Este e Reboleira. No respeitante à Fase de Construção dos novos projetos, procedeu-se ao Acompanhamento Ambiental das empreitadas de construção, assegurando a implementação das medidas de minimização recomendadas nos respetivos Estudos de Impacte Ambiental e/ou exigidas pelas respetivas Declarações de Impacte Ambiental, para os casos dos projetos com Avaliação de Impacte Ambiental, e nos restantes casos das medidas de minimização exigidas nos Cadernos de Encargos dessas empreitadas. Neste âmbito, em 2014, esteve em curso o Acompanhamento Ambiental das seguintes empreitadas:			

Código GRI	Descrição
	Linha Azul • Empreitada referente ao Contrato n.º 33/2013 – "Fornecimento e Montagem de Posto de Seccionamento e de Transformação Definitivo da EMEF e da Alteração da Rede Elétrica de Baixa e Média Tensão existente nas Instalações da EMEF na Reboleira" (fecho da empreitada). • Empreitada referente ao Contrato n.º 3/2014 – "Empreitada de Colmatação de Infiltrações na Zona do Emboque do Túnel no Troço 61° junto à Estação do Terreiro do Paço, da Linha Azul do Metropolitano de Lisboa E.P.E. – Proc. N.º 133/2013-CPC" (início e fecho da empreitada). • Empreitada referente ao Proc. 164/2013-CPC – "Empreitada de Reparação e Restauro de Patologias dos Túneis e Poços e Bombagem da Linha Azul do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (início e fecho da empreitada). **Linha Amarela** • Empreitada referente ao PROC. N.º 105/2013 – CPC – "Empreitada para Execução de Sondagens e Caracterização de Armaduras da Laje do Átrio Superior na Estação de Odivelas da Linha Amarela do Metropolitano De Lisboa, E.P.E. (início e fecho da empreitada). • Empreitada referente ao Contrato n.º 90/2014-ML – Proc. N.º 15/2014-CPC – "Empreitada de Reparação e Restauro das Patologias dos Túneis e Poços de Bombagem, da Linha Amarela do Metropolitano de Lisboa E.P.E." (início da empreitada). **Linha Verde** Remodelação das estações • Empreitada ML 657/05 – "Ampliação/Remodelação (Toscos/Acabamentos, BT e Telecomunicações) da Estação do Areeiro, da Linha Verde do Metropolitano de Lisboa, E.P." (empreitada parada). • Contrato ML n.º 115/10 – "Fornecimento e Montagem da Ventilação Principal, Bombagem e AVAC da Estação Areeiro, da Linha Verde do Metropolitano de Lisboa, E.P." (empreitada parada). • Empreitada referente ao Contrato n.º 91/2014-ML – Proc. N.º 16/2014-CPC – "Empreitada de Reparação e Restauro das Patologias dos Túneis e Poços de Bombagem, da Linha Verde do Metropolitano de Lisboa E.P.E." (início da empreitada). **Linha Vermelha** **Alameda II/S. Sebastião II** • Empreitada referente ao Proc. 495/13-SGAJ – Substituição de Coletor Unitário e de Conduta da EPAL, e Requalificação dos Espaços Exteriores na Rua Marquês de Fronteira e na Zona Envolvente ao El Corte Inglês (início da empreitada). **Oriente/Aeroporto** • Contrato 22/2012 relativo a "Empreitada de Execução da Requalificação dos Espaços Exteriores da Linha Vermelha entre o Oriente e o Aeroporto, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E." (fecho da empreitada). **Outros projetos** • Empreitada ML 663/06 – "Execução dos Toscos, Acabamentos, Baixa Tensão, Telecomunicações e AVAC do Novo Terminal Fluvial, no Interface do Terreiro do Paço" – 3º pontão (fecho da 1ª fase da empreitada). • Empreitada referente ao Contrato n.º 47/2013 – "Empreitada de Demolição do Edifício Pré-Fabricado Existente na Sede Social do Metropolitano de Lisboa E.P.E., na Av.ª Fontes Pereira de Melo N.º 28 (início e fecho da empreitada). • Empreitada referente ao Contrato n.º 29/2014 -PROC. 497/13-SGAJ – "Empreitada de execução de construção civil, baixa tensão, telecomunicações e AVAC no Edifício Administrativo e Oficinal do Parque de Material e Oficinas III do Metropolitano de Lisboa, E.P.E." (início e fecho da empreitada). • Empreitada referente ao Proc. n.º 143A/2014-CPC "Empreitada de remodelação de Espaço Adjacente à Oficina de Revisão do PMO III, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (início e fecho da empreitada). Relativamente à Fase de Exploração dos novos projetos, procedeu-se ao início da Monitorização Ambiental exigida para o Prolongamento da Linha Vermelha, entre Oriente e Aeroporto, designadamente com a realização de vistorias patrimoniais, conforme a exigência da Declaração de Impacte Ambiental para o fator ambiental Património Arquitetónico.

Código GRI	Descrição

Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente

Em 2014 deu-se continuidade à implementação do Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente do ML.

Entre 14 e 16 de outubro de 2013 decorreu a Auditoria Externa de Qualidade e Ambiente, que foi realizada pela SGS ICS – Serviços Internacionais de Certificação. Os resultados da mesma foram obtidos só em 2014 e foram os seguintes:

- em 24 de janeiro de 2014 obteve-se a renovação da Certificação pela norma ISO NP EN ISO 9001: 2008, válida até outubro de 2016;
- em 15 de maio de 2014 houve informação que a 1ª Auditoria de Acompanhamento confirmou a sobre a Manutenção da Certificação pela norma NP EN ISO 14001:2012.

No decurso de 2014 foram realizadas diversas auditorias com vista a detetar eventuais não conformidades ao Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente do ML, a saber:

- em 18, 19 e 20 de junho de 2014 realizou-se a auditoria legal de qualidade, ambiente e segurança, que foi realizada pela SIA;
- em 30 de setembro e 1 e 2 de outubro de 2014 realizou-se a auditoria interna de qualidade e ambiente pela Metro do Porto;
- em 28 e 29 de outubro de 2014 realizou-se a auditoria externa de qualidade e ambiente, realizada pela SGS, ICS; tratou-se da 1ª Auditoria de Acompanhamento, para a avaliação do Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente, de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2008 e da 2ª Auditoria de Acompanhamento de acordo com a norma NP EN ISO 14001:2012; esta auditoria teve 0 Não conformidades.

O trabalho desenvolvido em 2014, com o intuito de contribuir para a melhoria do desempenho ambiental da empresa, foi o seguinte:

- no que respeita aos **consumos de materiais** no ML registou-se uma redução dos mesmos relativamente a 2013, com exceção do consumo de lâmpadas que aumentou 79,3%.
- quanto ao **consumo de água**, neste ano foi conseguida uma poupança de 18,1% em relação a 2013 como resultado da implementação de várias medidas de controlo dos consumos e de deteção e resolução de fugas atempadamente, tais como a instalação do sistema de telemetria nos locais abastecidos pela EPAL e SIMAS, colocação em funcionamento do sistema de rega automática no PMO III em substituição da rega manual e lançamento da campanha de sensibilização "Gota a gota poupa" .
- no que concerne à **gestão de resíduos**, deu-se continuidade à implementação dos procedimentos anteriormente adotados nesta matéria e promoveram-se diversas e novas ações neste âmbito. É, por exemplo, de assinalar o início da atividade da Brigada do Ambiente (ver abaixo). Relativamente à produção total de resíduos verificou-se uma redução de 53% relativamente a 2013. É de salientar de que 73% do total destes resíduos foram trazidos pelos clientes para as estações e dos quais o ML ficou como detentor e responsável pela sua gestão. Refira-se ainda que 91% do total de resíduos cujo tratamento ficou efetivamente a cargo do ML foi encaminhado para valorização, o que está em consonância com as recomendações comunitárias nesta matéria. Destes mesmos resíduos, 46% são resíduos perigosos.
- em termos de **descarga de águas residuais** produzidas no ML, foram desenvolvidos os seguintes trabalhos:
  - terminou-se o processo de licenciamento de descarga de águas residuais industriais no município de Lisboa, junto da Câmara Municipal de Lisboa, tendo-se obtido as seguintes licenças e dispensas:
    1. Dispensa de licenciamento para estações sem produção de águas residuais industriais ou equiparadas
    2. Dispensa de licenciamento para estações potencialmente produtoras de águas residuais industriais ou equiparadas
    3. Autorização de descarga do Parque de Material e Oficinas III
    4. Autorização de descarga do Parque de Material e Oficinas II
    5. Autorização de descarga da estação Campo Grande
    6. Autorização de descarga da estação Alameda II
    7. Autorização de descarga da estação Marquês de Pombal
    8. Autorização de descarga da estação Jardim Zoológico
  - com o fecho deste processo de licenciamento, iniciou-se o acompanhamento periódico das condições de descarga das águas residuais, tendo-se realizado a monitorização das águas residuais da estação Campo Grande.
  - foi efetuada a caraterização analítica das águas residuais descarregadas nos coletores do município da Amadora.

Código GRI	Descrição				

	• quanto ao controlo das **emissões atmosféricas** provenientes das instalações do ML, em 2014 houve um enfoque na criação de procedimentos associados à manutenção de equipamentos, nomeadamente equipamentos de AVAC, contendo fluídos de refrigeração (gases fluorados com efeito de estufa – GFEE e substâncias que empobrecem a camada do ozono – ODS), de forma a minimizar possíveis fugas destes gases para a atmosfera. Quanto às emissões atmosféricas de CO_2 resultantes do consumo de energia elétrica (emissões indiretas), neste ano, estas emissões reduziram cerca de 18%, devido a dois fatores: por um lado, o ML reduziu o seu consumo de eletricidade (cerca de 1%), por outro, o fator de emissão de CO_2 associado à produção de energia reduziu de 427 g/kWh para 352 g/kWh.
	• quanto à **redução do ruído ambiente e das vibrações** provenientes das instalações do ML, é de referir o seguinte:
	  • tendo em conta a análise da monitorização de ruído ambiente gerado em 14 ventiladores (realizada em 2013), com a identificação de 5 situações de incumprimento do critério de incomodidade definido no Regulamento Geral do Ruído, definiram-se recomendações quanto a medidas de redução do ruído ambiente nestes casos em concreto (alteração do seu regime de laboração e revogação de outras limitações eventualmente existentes quanto ao regime dos ventiladores monitorizados e sem incumprimentos legais);
	  • tendo sido realizada monitorização de ruído ambiente e de vibrações gerados na superfície da rede (realizada em 2014), em que foram identificadas 4 situações em que o ML é corresponsável pela ultrapassagem de valores limite definidos no Regulamento Geral do Ruído e 3 zonas em que há claramente uma perceção da passagem do metro em termos de vibrações, iniciou-se o estudo de definição das necessárias medidas.
	
	Em 2014, e de acordo com o plano de monitorização ambiental definido para este ano, decorreram ações de monitorização para os fatores ruído, águas residuais e património.
	
	Em matéria de **ruído** foram realizados os seguintes estudos específicos, a saber:
	• monitorização de ruído ambiente e de aferição de eficácia das medidas adotadas em 5 ventiladores do ML, em julho de 2014;
	• monitorização de ruído ambiente gerado na superfície da rede, entre setembro e outubro de 2014.
	
	Relativamente a **águas residuais** procedeu-se à caraterização analítica das águas residuais descarregadas em Lisboa e na Amadora, com a realização das seguintes campanhas de monitorização:
	• monitorização das águas residuais da estação Campo Grande, em abril e em dezembro de 2014;
	• monitorização das águas residuais descarregadas no município da Amadora (em 9 pontos de amostragem), em julho de 2014.
	
	Em termos de **património** foi realizado o seguinte trabalho:
	• monitorização ambiental exigida para a fase de exploração do Prolongamento da Linha Vermelha, entre Oriente e Aeroporto, designadamente com a realização de 120 vistorias a imóveis, com o que se deu como concluída a exigência da Declaração de Impacte Ambiental para o fator ambiental Património Arquitetónico, entre novembro de 2014 e janeiro de 2015.
	
	Em 2014 foi também definido que seria alargado o âmbito da Brigada de Resíduos, que passou a denominar-se Brigada do Ambiente e que procedeu à fiscalização, não só ao nível da correta gestão de resíduos, mas também da correta gestão de produtos químicos existentes nas instalações da empresa. Foi, deste modo, constituída a Brigada do Ambiente, que passou a integrar onze elementos.
	
	Em maio e junho de 2014 foram ministradas as ações de formação específicas para todos os elementos da Brigada do Ambiente. Em junho de 2014 foi iniciada a implementação do Plano de Auditoria, com a realização de visitas mensais pela Brigada do Ambiente às diversas instalações da empresa. Foram realizadas 7 auditorias e 7 visitas de verificação pela Brigada do Ambiente.				

G4-EN29	Valor monetário de coimas significativas e o número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais	Valor monetário de multas ambientais significativas (€)	0	0	0
G4-EN30	Impactes ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizados nas operações da organização, bem como o transporte de funcionários	Somatório dos consumos de combustíveis usados em transporte (L)	106 599	86 790	105 559
		Somatório das emissões provocadas pelos mesmos (t)	278	229	280

Código GRI	Descrição				
G4-EN31	Total de custos e investimentos com a proteção ambiental, por tipo	-	43 810 €	58 208 €	83 663 €
G4-EN34	Número de reclamações relacionados a impactes ambientais recebidas e solucionadas	Reclamações recebidas	NR	13	6
		Reclamações solucionadas	NR	11	6

4. Indicadores de sustentabilidade social

a. Práticas laborais

Código GRI	Descrição		2012	2013	2014
Indicadores de desempenho social					
G4-LA1	Número total de trabalhadores e respetiva taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região	Efetivos (mulheres)	364	349	339
		Efetivos (homens)	1 161	1 102	1 087
		Número total de efetivos	1 525	1 451	1 426
		Admissões	6	2	2
		Saídas	71	76	27
		Taxa de rotatividade	8,93%	5,05%	2,03%
G4-LA2	Benefícios assegurados aos funcionários a tempo inteiro que não são concedidos a funcionários temporários ou a tempo parcial	Não há diferenciação na atribuição de benefícios entre colaboradores a tempo inteiro e a tempo parcial			
G4-LA5	Percentagem da totalidade da mão de obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional	-	100%	100%	100%
G4-LA6	Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região	Índice de incidência	47,0	50,8	6,1
		Índice de frequência	29,0	32,0	34,4
		Índice de gravidade	2,6	3,0	2,9
		Número de óbitos	0	0	2
		Taxa de absentismo	6,17%	6,94%	7,37%
G4-LA7	Trabalhadores em alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas com a sua ocupação	Não existem trabalhadores nestas condições.			

Código GRI	Descrição		2012		2013		2014	
G4-LA9	Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções	Dirigentes		17,3		28,0		12,5
		Quadros superiores		15,6		7,0		10,4
		Quadros médios		2,7		3,2		2,8
		Quadros intermédios		10,6		5,8		6,9
		Profissionais qualificados / altamente qualificados		1,8		2,0		1,3
		Profissionais não qualificados		0,0		0,0		0,0
		Média		4,9		3,4		3,3
G4-LA12	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade	**Órgãos de governança**	**H**	**M**	**H**	**M**	**H**	**M**
		Conselho de Administração	3	1	2	1	2	1
		Assessoria do CA	4	3	2	1	2	1
		Comissão de Fiscalização	2	2	2	1	2	1
		Diretores	8	4	9	4	9	4
		Total	17	10	15	7	15	7
G4-LA13	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções	Quadros superiores		109,5%		110,2%		110,1%
		Quadros médios		105,9%		106,0%		106,7%
		Quadros intermédios		99,1%		98,2%		99,5%
		Profissionais altamente qualificados		91,4%		90,0%		90,7%
		Profissionais qualificados		100,6%		100,6%		100,9%
		Profissionais não qualificados		104,5%		104,5%		106,9%

b. Direitos humanos

Indicadores de desempenho social – Direitos Humanos					
G4-HR3	Número total de casos de discriminação e ações tomadas	Número de casos de discriminação	0	0	0
G4-HR12	Número de queixas e reclamações relacionadas com os direitos humanos, registadas e resolvidas através de mecanismos formais de reclamações	–	NC	0	0

c. Sociedade

Código GRI	Descrição		2012	2013	2014
Indicadores de desempenho social – Sociedade					
G4-SO3	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	-	44%	69%	69%
G4-SO4	Percentagem de trabalhadores que tenham efetuado formação nas políticas e práticas de anticorrupção da organização	-	0%	0%	0%
G4-SO5	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	Nº de casos de corrupção identificados	0	0	0

d. Responsabilidade pelo produto

Indicadores de desempenho social – Responsabilidade pelo produto					
G4-PR1	Indique os ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactes de saúde e segurança são avaliados com o objetivo de efetuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitos a tais procedimentos	Percentagem de principais categorias de produtos e serviços avaliados	87,5%	87,5%	87,5%
G4-PR5	Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação do cliente	Índice de Satisfação do Cliente	7,21	7,03	7,06
G4-PR8	Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes	-	0	0	0

5. Indicadores de transportes

Indicadores específicos do setor dos transportes					
LT2	Composição da frota	Carruagens motoras	225	225	224
		Carruagens reboque	113	113	113
		Total de carruagens	338	338	337
		Consumo específico por carruagem (10^3 x kWh)	112,2	114,6	119,0
		Consumo médio de energia por carruagem x km (kWh)	4,15	4,05	3,94
		Oferta (lugar x km) 10^6	2.730	2.752	2.802

Código GRI	Descrição		2012	2013	2014
		Consumo total eletricidade na tração (10^3 x kWh)	37 939	38 723	40 100
		Total de passageiros transportados (10^6)	154	136	140
LT3	Políticas e programas sobre a gestão dos impactes ambientais, incluindo: iniciativas em meios de transporte sustentáveis, transferência modal e planeamento de rotas	No ano de 2014 deu-se início à retoma da procura pelo que foi feito, consequentemente, um ligeiro reforço da oferta. Para 2015, com a administração conjunta das empresas de transporte da cidade de Lisboa, procurar-se-á um reforço da intermodalidade nos transportes públicos.			
LT7	Políticas e programas para a minimização do ruído	Em matéria de ruído foram realizados os seguintes estudos específicos, a saber: • monitorização de ruído ambiente e de aferição de eficácia das medidas adotadas em 5 ventiladores do ML, em julho de 2014; • monitorização de ruído ambiente gerado na superfície da rede, entre setembro e outubro de 2014. Quanto à redução do ruído ambiente e das vibrações provenientes das instalações do ML, é de referir o seguinte: • tendo em conta a análise da monitorização de ruído ambiente gerado em 14 ventiladores (realizada em 2013), com a identificação de 5 situações de incumprimento do critério de incomodidade definido no Regulamento Geral do Ruído, definiram-se recomendações quanto a medidas de redução do ruído ambiente nestes casos em concreto (alteração do seu regime de laboração e revogação de outras limitações eventualmente existentes quanto ao regime dos ventiladores monitorizados e sem incumprimentos legais); • tendo sido realizada monitorização de ruído ambiente e de vibrações gerados na superfície da rede, em que foram identificadas 4 situações em que o ML é corresponsável pela ultrapassagem de valores limite definidos no Regulamento Geral do Ruído e 3 zonas em que há claramente uma perceção da passagem do metro em termos de vibrações, iniciou-se o estudo de definição das necessárias medidas. Na fase de exploração, e procurando salvaguardar a atenuação dos impactes ambientais negativos associados às infraestruturas existentes no Metropolitano de Lisboa, procede-se, sempre que tal se justifique, ao desenvolvimento de estudos específicos, nomeadamente em matéria de ruído e vibrações. Garante-se também a implementação de Programas de Monitorização Ambiental, no âmbito do exigido nos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental. Em termos de minimização de níveis de vibração na fase de exploração, no projeto de instalação de via é prevista a implantação do tipo de via "STEDEF", que consiste num tipo de via betonada em que as travessas de betão são dessolidarizadas do betão de fixação por elementos de borracha de elevado desempenho. Deste modo, conseguem-se reduções na transmissão via/túnel da ordem dos 15 dB(A), pelo que esta metodologia tem sido adotada pelo Metropolitano de Lisboa, E.P. desde 1985. Note-se que estes valores foram medidos pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil e outras entidades da especialidade em várias campanhas de medição em diversos locais da rede. Existe o sistema de via "STEDEF" simples, de um só nível, e o sistema múltiplo até 3 níveis, com o que aumenta a atenuação da velocidade vibrática. No projeto de instalação de via poderá ainda ser prevista a implantação de via "STEDEF" sobre manta anti-vibratória, que consiste numa solução de isolamento anti-vibratório aplicada em alguns pontos da rede do Metropolitano de Lisboa, E.P.. Assim, em locais onde se verifica a necessidade de aumentar o nível de corte de vibrações, é ainda colocado, sob o betão da via, um novo andar de amortecimento, constituído por manta anti-vibratória em elastómero, permitindo este sistema um corte de 20 dB(A) adicionais na gama de frequência característica deste tipo de via, que ronda os 50 a 60 Hz.			

Código GRI	Descrição	2012	2013	2014
LT8	Descrição dos impactes ambientais causados pela organização e metodologias para as avaliações de impacte ambiental (relatórios)	Anualmente é feita uma avaliação da significância dos aspetos e impactes ambientais associados às atividades da empresa. A metodologia utilizada para o cálculo da significância baseia-se na seguinte fórmula: Significância = (((duração + área + intensidade)/3 + requisitos aplicáveis)/2) x Frequência ou Probabilidade. Da aplicação desta metodologia resultaram os seguintes impactes ambientais significativos: **Positivos:** · Redução das emissões atmosféricas por via da utilização do metropolitano enquanto modo de transporte; · Aspetos socioeconómicos associados à oferta de transporte público, diminuição do tempo de deslocação e descongestionamento das vias públicas. **Negativos:** · Consumo de energia elétrica, na globalidade das atividades realizadas no ML; · Produção de águas residuais industriais decorrentes de atividades de manutenção; · Produção de resíduos industriais perigosos e não perigosos decorrentes de atividades de manutenção. Com base nestes resultados são definidas medidas de mitigação dos impactes ambientais significativos negativos, e de potenciação dos positivos, que fazem parte do Plano de Empresa para o ano subsequente. Para a concretização destas medidas são criadas equipas multidisciplinares e é feito um acompanhamento periódico de forma a garantir a sua efetividade.		
LT9	Políticas e programas para a determinação do horário de trabalho e de repouso e para os colaboradores afetos à condução do material circulante	Cláusula 19ª do AE I de 2009: (Horário de Trabalho) 2. O período normal de trabalho é de trinta e nove horas semanais, com exceção dos trabalhadores que exercem a sua atividade profissional permanentemente no subsolo, os quais terão um horário de trabalho de trinta e sete horas e trinta minutos por semana. Os trabalhadores que, embora desempenhando, independentemente da sua profissão, normalmente a sua atividade à superfície sejam chamados a trabalhar no subsolo por um período consecutivo de tempo igual ou superior a uma semana, beneficiarão, no referido período, de um horário de trabalho de trinta e sete horas e trinta minutos por semana. 3. O período de trabalho diário deve ser interrompido por um intervalo de descanso de duração não inferior a uma hora nem superior a duas, de modo a que os trabalhadores não prestem mais de cinco horas de trabalho consecutivo nem menos de três. 5. O local onde o trabalhador deve retomar o trabalho após a interrupção para a refeição tem de ser o mesmo onde o interrompeu. Sempre que este local não seja o mesmo daquele em que vai ser retomado o trabalho, a deslocação terá de ser feita dentro do horário de serviço. 8. Os Maquinistas terão um tempo de tripulação previsto em gráfico que não poderá ultrapassar três horas e trinta minutos dentro de cada um dos dois períodos de trabalho diários, sendo que, o tempo total de tripulação diário não poderá ultrapassar as seis horas. Somente os atrasos na circulação poderão acarretar períodos de tripulação superiores a três horas e trinta minutos entre rendições, prolongamentos estes que terão carácter excecional. O restante tempo será cumprido em situação de reserva. Cláusula 24ª do AEI de 2009: (Descanso semanal e feriados) 1. Todos os trabalhadores têm direito a dois dias de descanso semanal, os quais serão, em princípio, o Sábado e o Domingo. 2. Aos trabalhadores a quem a natureza do trabalho não permita o descanso semanal sempre ao Sábado e ao Domingo, será assegurado um horário que lhes garanta, em média, dois dias de descanso semanal, e que permita a coincidência como Domingo pelo menos de quatro em quatro semanas, a menos que o trabalhador mostre desejo em contrário e haja concordância da Empresa. Excecionalmente haverá horários cuja referida coincidência será à 5ª e 6ª semanas. 3. Os trabalhadores têm direito aos feriados obrigatórios estabelecidos na Lei Geral, bem como a Terça feira de Carnaval e o dia 13 de Junho. 4. Os trabalhadores que, por exigência do serviço, tenham de trabalhar em dias feriados, serão remunerados com um acréscimo de 100%, desde que se trate de dias feriados efetivamente trabalhados. 5. Os trabalhadores diretamente ligados à exploração ou outros que, de maneira sistemática, ao longo de todo o ano estejam sujeitos àqueles condicionalismos, receberão por cada feriado, coincidente com dia de folga 2/30 da retribuição mensal, excepto se tratar de Sábados e Domingos ou o trabalhador se encontrar em situação de baixa. Quando o feriado ocorra no período de férias do trabalhador e não seja coincidente com um dia de folga, será este pago com um acréscimo de 100%. 6. Os feriados serão pagos no mês seguinte àquele a que dizem respeito. 7. Sempre que haja tolerâncias de ponto, os trabalhadores, que pela natureza do serviço, não possam gozar essa tolerância, gozarão um dia em data a indicar pelo trabalhador e aceite pela Empresa. 8. Aos trabalhadores que estejam em serviço efetivo nos dias de Natal, Ano Novo e Páscoa, serão as horas correspondentes a estes dias abonadas com um acréscimo de 25%.		

6. Indicadores do SGQA

Indicadores SGQA	2012	2013	2014
Taxa de realização de auditorias	100,0%	99,3%	98,8%
Ganhos resultantes da utilização de procedimentos concorrenciais	NC	29,0%	20,0%
Duração da tramitação dos procedimentos	NC	-21,0%	-20,3%
Utilização da plataforma eletrónica de contratação	NC	44,0%	62,0%
Disponibilidade da infraestrutura	NC	99,6%	99,7%
Taxa de disponibilidade de equipamentos de venda	96,2%	94,5%	93,5%
Taxa de fraude	3,4%	4,4%	5,6%
Taxa de guarnecimento das estações	90,9%	91,2%	87,3%
Taxa da venda automática face à venda manual	85,2%	86,9%	87,9%
Desvio em relação ao custo inicial	2,5%	-1,9%	1,3%
Desvio em relação ao prazo inicial	54,1%	4,1%	-3,6%
Grau de cumprimento do Plano de Investimentos	NC	NC	34,5%
Índice de satisfação do cliente	7,21	7,03	7,06
Número de reclamações / 10^6 passageiros	36,93	36,04	28,64
Taxa de resposta dentro do prazo	75,6%	78,7%	77,8%
Eficácia das ações de melhoria	98,6%	97,9%	96,1%
Eficiência das ações de melhoria	95,4%	49,8%	74,3%
Taxa de cumprimento dos indicadores dos processos	58,6%	53,8%	57,9%
Disponibilidade do material circulante	86,5%	85,9%	86,7%
Fiabilidade do material circulante (MKBF)	12.639 km	13.588 km	13.548 km
Indisponibilidade da infraestrutura principal	NC	NC	2,05 horas
Validações	NC	NC	2,3%
Receita não tarifária acumulada (variação homóloga)	11,9%	2,9%	39,3%
Receita tarifária acumulada (variação homóloga)	24,3%	-0,2%	9,4%

	2012	2013	2014
Regularidade	84,9%	87,8%	86,5%
Taxa de realização de circulações	96,7%	97,0%	96,9%
Taxa de cumprimento da prestação da informação interna	NC	NC	100,0%
Taxa de cumprimento da prestação da informação externa	NC	NC	100,0%
Cumprimento dos objetivos do contrato de gestão	NR	123%	121%
Taxa de cumprimento dos prazos dos relatórios	72,6%	89,0%	100,0%
Prazo médio de pagamento	113 dias	34 dias	17 dias
Encerramento contabilístico do ano (ML)	NC	NC	Sim
Encerramento contabilístico do ano (Grupo)	NC	NC	Não
Encerramento contabilístico do mês	NC	Sim	Sim
Avaliação da eficácia da formação	NC	2,59	3,02
Avaliação de Desempenho – AE I e AE II	9,1%	5,8%	NC
Número de dias perdidos por acidentes de trabalho	6.453	7.188	6.357
Reclamações na Gestão Administrativa	7	2	2
Taxa de absentismo	6,17%	6,94%	7,37%
Taxa de exames médicos efetuados	76,1%	74,6%	36,2%
Taxa de realização do Plano de Formação	22,6%	33,6%	NC
Nº de ocorrências de vandalismo em material circulante	94	105	79
Nº de ocorrências de vandalismo nas estações	375	362	298
Índice de atos de vandalismo na rede	NC	2,64	2,68
Índice de atos violentos, furto e roubos na rede	NC	3,49	6,93
Tempo de Resolução de Problemas Apoio/Suporte	6,1 horas	5,8 horas	4,2 horas
Tempo de Resolução de Problemas Avarias	15,7 horas	14,0 horas	21,5 horas
Taxa de cumprimento de requisitos aplicáveis – fator água	86,0%	93,0%	93,0%
Taxa de variação de consumo de água total	-13,5%	-2,3%	-18,1%
Taxa de cumprimento de requisitos aplicáveis – fator ar	82,0%	87,0%	91,0%

	2012	2013	2014
Taxa de variação de emissões indiretas de GEE	30,2%	1,8%	-18,2%
Taxa de variação de consumos de eletricidade	-18,7%	-4,4%	-0,8%
Taxa de variação de consumos de gás natural	-46,6%	-48,8%	-57,1%
Taxa de variação de consumos de gasolina e gasóleo	-16,3%	-18,6%	21,6%
Taxa de variação consumo de papel	-16,6%	-16,1%	-3,6%
Taxa de variação consumo de toner	-51,0%	32,0%	-19,3%
Taxa de variação de resíduos industriais encaminhados para valorização	-24,4%	790,3%	-66,3%
Taxa de variação de produção de resíduos industriais não perigosos (RINP)	-19,5%	1001,8%	-80,0%
Taxa de variação de produção de resíduos industriais perigosos (RIP)	-22,7%	269,5%	-11,2%
Taxa de cumprimento de requisitos aplicáveis – fator ruído	93,0%	100,0%	100,0%
Taxa de variação de reclamações relativas a ambiente	81,0%	-65,8%	-54,0%

VIII

Anexos

Anexo 1 – Siglas e acrónimos

Sigla/Acrónimo	Significado
AE	Acordo de Empresa
ALAMYS	Associação Latino-Americana de Metropolitanos
APNCF	Associação Portuguesa para a Normalização e Certificação Ferroviária
ARC	Auditoria e Gestão de Risco
ASC	Autoridade e Segurança
AVAC	Aquecimento, ventilação e ar condicionado
CA	Conselho de Administração
CARRIS	Companhia Carris de Ferro de Lisboa
CEEP Portugal	Centro Europeu de Empresas com Participação Pública
CO2	Dióxido de carbono
CO_2 e	Dióxido de carbono equivalente
CoMET	Community of Metros
CPC	Contratação Pública
E.P.E.	Entidade Pública Empresarial
EBITDA	Resultado operacional sem amortizações e provisões (e ajustamentos, caso existam)
EDC	Estratégia e Desempenho Corporativo
EO	Exploração Operacional
GEE	Gases com efeito de estufa
GSI	Gestão de Superestrutura e Investimentos
GFC	Gestão Financeira
GIM	Gestão da Infraestrutura e Manutenção
GRI	Global Reporting Iniciative
ISC	Índice de Satisfação do Cliente
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
Kg	Quilograma
km	Quilómetro
kWh	Quilowatt hora
L	Litro
m^3	Metro cúbico
MCC	Marketing e Comercial
MKBF	Quilometragem média entre falhas (Mean Kilometer Between Failure)
ML	Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
MODsafe	Modular Urban Transport Safety and Security Analysis
ModURBAN	Modular Urban Guided Rail Systems
MWh	Megawatt hora
NC	Não contabilizado
NOVA	Urban Railway Benchmarking Group
NO_x	Óxidos de azoto
NP	Norma Portuguesa
OSIRIS	Optimal Strategy to Innovate and Reduce energy consumption In urban Rail
PIB	Produto Interno Bruto
PMO	Parque de material e oficinas
PMP	Prazo médio de pagamento

QAC	Qualidade e Ambiente
RHC	Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional
RINP	Resíduos industriais não perigosos
RIP	Resíduos industriais perigosos
SGJ	Secretaria-Geral e Direção de Assuntos Jurídicos
SGQA	Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente
SIC	Sistemas e Tecnologias de Informação
SO2	Dióxido de enxofre
SWOT	Forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats)
t	Tonelada
Transtejo	Transportes Tejo
UGTMS	Urban Guided Transport Management and Command/Control Systems
UITP	União Internacional dos Transportes Públicos
un	Unidades

Anexo 2 – Glossário

Absentismo – Resulta da contabilização do tempo de ausência classificado como absentismo. Este conceito advém da falta de presença do Colaborador e em oposição à realização de trabalho efetivo.

Acidente – É a ocorrência anormal que contém evento danoso. Danos e perdas, ainda que desprezíveis, sempre ocorrem.

Acidente de trabalho – É o acidente que se verifique no local e no tempo de trabalho e produza direta ou indiretamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte a morte ou redução na capacidade de trabalho ou de ganho. Os acidentes de trabalho englobam os acidentes em serviço e os acidentes ocorridos nos trajeto de ida e regresso para o local de trabalho.

Benchmarking – Processo sistemático e contínuo de avaliação dos produtos, serviços e processos de trabalho de organizações que são reconhecidas como representantes das melhores práticas, com a finalidade de introduzir melhorias na Organização.

Colaboradores – Todos aqueles que mantêm contrato de trabalho (sem termo, a termo certo e a termo incerto) com a Empresa, à exceção dos estagiários.

Desenvolvimento Sustentável – Conceito desenvolvido pela Comissão Bruntland no âmbito do Relatório da Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento sustentável das Nações Unidas o "Nosso Futuro Comum", publicado em 1987, no qual desenvolvimento sustentável é entendido como "o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades". A noção de desenvolvimento sustentável tem implícito um "compromisso de solidariedade com as gerações do futuro", no sentido de assegurar a transmissão do "património" capaz de satisfazer as suas necessidades. Implica a integração equilibrada dos sistemas económico, sociocultural e ambiental, e dos aspetos institucionais relacionados com o conceito muito atual de "boa governação".

Eficácia – Medida em que as atividades planeadas foram realizadas e conseguidos os resultados planeados.

Eficiência – Relação entre os resultados obtidos e os recursos utilizados.

Emissões diretas – Emissões que ocorrem em fontes que são propriedade ou controladas pela Empresa.

Emissões indiretas – Emissões que são consequência das atividades da Empresa, mas que ocorrem em fontes que não são propriedade, nem controladas pela mesma.

Fornecimento do Serviço – corresponde ao conjunto de recursos disponibilizados pelo prestador do serviço, podendo implicar, no todo ou em parte, o pessoal, as instalações, os serviços de apoio, o equipamento e os meios necessários à prestação do serviço.

Gases com efeito de estufa – Gases existentes na atmosfera terrestre, naturais e antropogénicos, que absorvem e reemitem radiação infravermelha. Os seis principais GEE, abrangidos pelo Protocolo de Quioto, são os seguintes: dióxido de carbono (CO_2), metano (CH_4), óxido nitroso (N_2O), hidrofluorcarbonos (HFCs), perfluorcarbonos (PFCs) e hexafluoreto de enxofre (SF_6).

Global Reporting Initiative – Instituição global e independente que desenvolve uma estrutura mundial de diretrizes de relato, permitindo às Empresas preparar relatórios sobre o seu desempenho económico, ambiental e social.

Impacte Ambiental – Qualquer alteração no ambiente, adversa ou benéfica, resultante, total ou parcialmente, dos aspetos ambientais de uma organização.

Indicador – Fórmula de cálculo ou métrica que traduz determinada relação ou ponto de situação em relação a determinada meta, ou objetivo, pré-estabelecida.

Monitorização – Conjunto de ações que visam controlar o pleno funcionamento da performance da organização ou das suas metas, processos, indicadores ou outros em matéria de desempenho económico, ambiental e social.

Norma ISO 9001 – Norma Internacional da "International Organization for Standardization" sobre sistemas de gestão da qualidade.

Norma ISO 14001 – Norma da série ISO 14000 referente a Requisitos do Sistema de Gestão Ambiental. Especificações e linhas de orientação para a sua utilização.

Organização – Conjunto de pessoas e de instalações inseridas numa cadeia de responsabilidades, autoridades e relações.

Partes Interessadas – Normalmente designadas por stakeholders, são Entidades afetadas ou que afetam a empresa.

Passageiro x km – Unidade de medida correspondente à deslocação de um passageiro num veículo, na distância de um quilómetro, quando esse veículo assegura o serviço a que se destina.

Reciclagem – Reprocessamento de resíduos através da sua transformação biológica, física ou química num processo de produção, para o fim inicial ou para outros fins, nomeadamente como matéria-prima, excluindo a valorização energética.

Reclamações – Manifestação de insatisfação que terceiros formalizam, verbalmente ou por escrito, ao ML. Quaisquer queixas de Clientes dirigidas aos serviços, quer pessoalmente (verbal ou por escrito), quer por telefone, fax, correio, e-mail ou qualquer outra forma escrita.

Resíduos – Quaisquer substâncias ou objetos de que o detentor se desfaz ou tem intenção ou obrigação de se desfazer.

Serviço – Resultado de um processo estabelecido entre o prestador e o cliente no quadro de um contrato, incluindo as características que permitam a sua avaliação.

Sistema de gestão – Sistema para o estabelecimento da política e dos objetivos e para a concretização desses objetivos.

Sistema de Gestão da Qualidade – Sistema de gestão para dirigir e controlar uma organização no que respeita à qualidade.

Sistema de Gestão Ambiental – Parte do sistema de gestão de uma organização utilizada para desenvolver e implementar a sua política ambiental e gerir os seus aspetos ambientais.

Sustentabilidade – Capacidade de suprir aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades.

Tramitação – Conjunto dos requisitos legais para a formação de um processo.

Valorização – Quaisquer operações que visem o reaproveitamento de resíduos (incluindo os processos de reutilização, reciclagem, regeneração, valorização energética, entre outros).